

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 24 JUNHO DE 2010

NÚMERO 6.181

**16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA**

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Antonio Aguiar
Dirceu Dresch
Décio Gôes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Gôes - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edison Andrino
Ronaldo Benedet
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça (Peninha) -
Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Gilmar Knaesel
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Valdir Cobalchini
Ronaldo Benedet
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Valdir Cobalchini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Onofre Santo Agostini
Reno Caramori
Edison Andrino
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ronaldo Benedet
Valdir Cobalchini
Onofre Santo Agostini
Gilmar Knaesel
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Edison Andrino
Valdir Cobalchini
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**
Jean Kuhlmann
Serafim Venzon
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Joares Ponticelli
Antônio Aguiar
Ronaldo Benedet
Romildo Titon
Prof. Odete de Jesus

DIRETORIA LEGISLATIVA	DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE	ÍNDICE
<p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Walter da Luz Filho</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	 <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2181 EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>Plenário Ata da 053ª Sessão Ordinária realizada em 16/06/2010.....2 Ata da 017ª Sessão Extraordinária realizada em 16/06/2010.....2 Ata da 018ª Sessão Extraordinária realizada em 16/06/2010.....4 Ata da 009ª Sessão Solene realizada em 18/06/2010, em Içara6 Ata da 018ª Sessão Especial da 4ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura realizada em 21/06/2010, às 19h.....11</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa.....16</p> <p>Publicações Diversas Audiências Públicas.....16 Ata de Comissão Permanente...37 Avisos de Licitação37 Extratos37 Ofícios.....38 Portarias43 Projetos de Emenda Constitucional44 Projetos de Lei.....46 Projetos de Lei Complementar...52</p>

P L E N Á R I O

ATA DA 053ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍCIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Décio Góes - Gelson Merísio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Não havendo projetos pautados para votação, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para amanhã, às 20h, em Içara, em homenagem à passagem dos 50 anos de emancipação

político-administrativa daquele município.
Está encerrada a sessão.

ATA DA 017ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍCIO

Às 16h20, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Ozair Polaco - Pedro Uczai - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri

Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Pede a inclusão de projeto de sua autoria na pauta da Ordem do Dia.

DEPUTADO ROMILDO TITON (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem n. 1.495/2010, que dispõe sobre o veto parcial ao PL 0423/2009.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) -

Encaminha a votação da Mensagem n. 1.495/2010, que dispõe sobre o veto parcial ao PL 0423/2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0032/2010, de autoria da comissão de

Constituição e Justiça, que altera disposições da Lei n. 6.218, de 1983 (Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina).

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O processo de votação será nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" são a favor da matéria e os que votarem "não" são contra. (Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO JEANKUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO OZAIR POLACO	
DEPUTADO PEDRO UCZAI	
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO RONALDO BENEDET	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	

DEPUTADO VALMIR COMIN
DEPUTADO WILSON VIEIRA
Votaram 24 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 24 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Consulto os deputados Elizeu Mattos e Romildo Titon se desejam proceder à votação.

Temos 26 deputados presentes no plenário. Entendo que é possível votar, só não o farei se houver entendimento divergente por parte dos srs. deputados.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, há um projeto que não está pautado e é do meu interesse. Então, se v.exa. puder colocar em votação enquanto discutimos aqui com os deputados Antônio Ceron e Onofre Santo Agostini essa questão do veto e do quórum qualificado, ficaríamos agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Perfeitamente, deputado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0048/2010, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que declara de utilidade pública a Associação Empresarial de Lages.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0019/2010, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que reconhece o município de Vidal Ramos como Capital Catarinense do Cimento.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria, com o voto contrário do deputado Silvío Dreveck, e que fique registrado também o seu voto contrário na votação em primeiro turno.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.495/2010, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei n. 0423/2009, de procedência governamental, que institui a Política Estadual de Serviços Ambientais e regulamenta o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais no Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei n. 14.675, de 2009, e estabelece outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão

Em votação.

O processo de votação será nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

Lembro aos srs. deputados do entendimento havido pela derrubada do veto com todas as bancadas e por isso há necessidade do voto de todos, até porque o quórum é exigido para que possamos ver a matéria modificada.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Romildo Titon, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, quero deixar bem claro aos srs. parlamentares que foi uma decisão unânime desta Casa, quando aprovamos o Código Ambiental do Estado de Santa Catarina, que em 180 dias o governo remeteria para esta Casa a regulamentação da lei estabelecendo o pagamento dos serviços ambientais.

O que ocorreu é que quando o governo do estado enviou o projeto, indicou algumas fontes, mas não o percentual. Logo, o que fizemos foi justamente fixar o percentual, na grande maioria 30% de cada fonte, e o governo está retendo uma das fontes, a mais importante, ou seja, o Fehidro, a única que possui recursos para sustentar esse projeto.

Se não derrubarmos o veto, o que vai acontecer? Todo o nosso discurso irá por água abaixo. Não vai existir dinheiro para efetuar o pagamento dos serviços ambientais. E aquilo que nós pregamos no Brasil inteiro, que serviu de exemplo para o país, para que o Congresso Nacional acordasse e tomasse uma posição - que está fazendo -, certamente irá água abaixo porque não haverá recursos para fazer o pagamento dos serviços ambientais, ou seja, aqueles que preservam e os que preservaram a vida toda não vão ter o direito de receber 50 sacos de milho por hectare.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, a bancada do PT também vota "não", a fim de derrubar o veto. Entendendo que se o governo do estado considera insuficientes essas fontes de recursos que ele vetou, então que mande outro projeto a esta Casa para reformularmos e termos a sensibilidade de acatar. O que não pode é sairmos pelo estado de Santa Catarina dizendo que não dá para implantar o pagamento por serviços ambientais por falta de recursos, porque esta Casa teria aprovado um programa que não tem viabilidade financeira.

Por isso, é importante derrubar o veto do governador do estado.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, peço que aguarde um pouco para declarar o resultado, porque falta o deputado Gilmar Knaesel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O deputado Rogério Mendonça também pediu para que o aguardássemos.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Votaram 27 deputados.

Temos 26 votos "não", um voto "sim" e nenhuma abstenção.

Está rejeitado o veto.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h37.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 018ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 16h37, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Ozair Polaco - Pedro Uczai - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Manifesta-se a favor da incorporação do abono dos servidores da Saúde.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Agradece aos deputados a aprovação do PL n. 0064/2010 com as emendas de sua autoria.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Afirma que aprovou o PL n. 0064/2010 com restrições.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Reporta-se à sessão solene a ser realizada em Içara; aborda a necessidade da construção doanel viário da BR-101, na região metropolitana da capital.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Tece comentários sobre a luta da Acic em prol dos bombeiros voluntários de Caçador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Consulto os srs. líderes para saber se a votação pode ser em bloco com a leitura dos projetos. Se houver necessidade, destaca-se o projeto para ser votado em separado.

(As lideranças aquiescem.)

Há concordância dos srs. líderes.

Votação das redações finais do Projeto de Lei Complementar n. 0032/2010 e dos Projetos de Lei n.s.: 0064/2010, 0084/2011, 0086/2010, 0048/2010 e 0019/2010.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Fim da matéria constante da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, já acabou a Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Sim, deputada.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Eu acho que esse assunto é de extrema importância e este Parlamento não pode fugir dessa discussão nem da responsabilidade que possui com os funcionários da Saúde do estado de Santa Catarina, que estão em assembleia, sr. presidente.

O governador retirou as Medidas Provisórias n.s 0174 e 0178 com o intuito de negociar com a categoria. Há um parecer, sr. presidente, do procurador-geral do estado contrário à negociação que fizemos para a incorporação do abono de 16% no salário dos servidores. Neste momento, sr. presidente, também temos o parecer da Procuradoria desta Casa dizendo que é possível a incorporação desse abono, além de pareceres e estudos jurídicos em nível nacional que dizem que o governo do estado pode dar gratificação ou reposição salarial até o próximo dia 3 de julho.

Então, sr. presidente, peço que v.exa. interceda junto ao governador do estado para que atenda o sindicato da categoria, a fim de que dê as explicações necessárias no sentido da incorporação do abono.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, quero somente agradecer aos demais deputados que aprovaram o PL n. 0064/2010 com as emendas que apresentamos e que foram acatadas pelos relatores, através do qual esta Casa autoriza a SC Parcerias a implantar o projeto do Complexo Intermodal Catarinense nas cidades de Araquari e Barra Velha, no norte do estado.

Apresentamos as emendas no sentido de autorizar a SC Parcerias a desenvolver esse projeto também nas demais regiões de Santa Catarina, tanto na região sul e no planalto serrano, quanto no oeste e no extremo oeste, o que permitirá um desenvolvimento mais equilibrado do estado.

Então, quero parabenizar esta Casa por haver compatibilizado os interesses do Executivo com os do povo catarinense das diversas regiões do estado.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Eu votei favoravelmente, mas a minha preocupação é que com isso se crie mais uma ZPE, a exemplo da de Ibituba, porque entra governo e sai governo e aquela ZPE continua engatinhando.

Quero crer que os investimentos terão que ter uma garantia, para que realmente o governo invista recursos do povo catarinense em alguma coisa que reverta em benefício da maioria.

Sou favorável, pois acho que, definitivamente, precisamos prever um maior desenvolvimento do nosso setor econômico e financeiro. Agora, a minha preocupação é que se crie mais uma ZPE do tipo da de Ibituba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra a deputada Ada De Luca, por até dez minutos, em Explicação Pessoal.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Excelentíssimo sr. presidente da Assembleia, deputado Gelson Merísio, colegas deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

(Passa a ler.)

"Hoje, volto à tribuna mais uma vez para tratar de dois assuntos. E vou começar por um assunto que até me emociono ao falar, ou seja, a sessão solene que realizaremos em Içara amanhã, dia 18, às 20h, no Clube Ipiranga.

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina estará mais uma vez transferindo para o sul do estado a merecida homenagem que pretendemos prestar às empresas, entidades e pessoas que ajudaram a construir o sucesso que o município de Içara, onde vivi no início da minha vida de casada, tem hoje."

Aproveito a oportunidade para convidar todos os nobres colegas deputados para prestigiarem essa sessão solene, onde serão homenageadas pessoas que representam vários setores da comunidade içarense.

(Continua lendo.)

"Será uma sessão onde todos que participaram da construção de Içara se sentirão inseridos na festa. Como eu disse, será um encontro histórico e emocionante para as pessoas que deram o seu suor, a sua vida em prol do desenvolvimento da nossa Içara, para as pessoas que marcaram e continuam presentes na história do município.

Quero prestar minhas homenagens aos empresários, aos professores, aos médicos, aos esportistas, aos agricultores, aos trabalhadores, aos homens públicos e aos nossos mineiros que contribuíram tanto para o desenvolvimento de Içara.

Será um momento de recordar e de comemorar. Recordar desde a construção da estrada de ferro Dona Tereza Cristina, em 1924, que corta a cidade atualmente e ainda transporta carvão de Criciúma para Capivari de Baixo. Será um momento de confraternização entre as diversas famílias que representam os primeiros colonizadores daquela terra. Será um momento de comemoração já que a Capital do Mel completará 50 anos no ano que vem.

Propus a realização dessa solenidade para agradecer, repito, àqueles que fizeram e continuam fazendo muito por Içara e por todo o sul de Santa Catarina, e a presença dos parlamentares, principalmente dos colegas do sul, dará mais brilho à homenagem.

O segundo assunto que trago hoje é de muita importância, trata-se da questão relativa aoanel viário que visa a desafogar a BR-101, na região metropolitana da nossa capital, que deveria estar pronto em 2012, mas ainda nem começou.

São 12 anos de espera pelo contorno de Florianópolis! O projeto foi realizado em 1998, deputado Peninha, pelo antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER -, hoje Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte, DNIT. Na época, oanel viário deveria ser executado ao final das obras de duplicação do trecho norte da BR-101, em 2001. Acabou sendo adiado e debitado na conta da empresa que ganhou a concessão da rodovia em 2008.

O sonho de ter o desvio por onde circula o tráfego pesado e de longa distância está só no papel. Que vergonha! Ainda no papel, e com a empresa contratada para a execução, que é a Autopista Litoral Sul.

Com essa obra do contorno, as cidades de Santo Amaro da Imperatriz, São Pedro de Alcântara e Antônio Carlos vão-se desenvolver muito mais economicamente, podendo, inclusive, ganhar os seus tão sonhados polos industriais para novas empresas.

O crescimento tem que ser direcionado para o interior. Por quê? Vamos falar sério, o litoral está saturado! O escoamento da produção das cidades litorâneas ganharia, inclusive, mais alternativas.

A BR-101 tornou-se uma via urbana na Grande Florianópolis. A projeção é que o contorno reduza o trânsito em até 50%, o que também diminuiria as desgraças que vemos todas as horas, que são os acidentes.

A BR-101, entre Biguaçu e Palhoça, é o segundo ponto rodoviário mais crítico do nosso país. São muitos atropelamentos, acidentes com motos e mortes, vidas e vidas são ceifadas naquele trecho, o que cairia muito se tirássemos o trânsito pesado e de longa distância daquele trecho. É, sem dúvida a obra mais importante dessa região.

Diante dessas considerações, dei entrada ao Requerimento n. 0840/2010, que solicita o envio de mensagem à Autopista Litoral Sul e à Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, pedindo informações de como se encontra o projeto, quando será iniciado e quando será o término das obras."

Espero a colaboração dos nossos deputados federais e de toda a bancada estadual, porque todos são deputados por Santa Catarina, todos moram uma boa parte de suas vidas em Florianópolis e todos trafegam naquele trecho quase todos os dias.

Então, colegas, faço um apelo: vamos investigar, vamos apurar como está o andamento dessa questão! E quem quiser assinar conosco esse requerimento, estamos à disposição.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o deputado Pedro Uczai. (Pausa)

Na ausência do deputado Pedro Uczai, com a palavra o deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, hoje o assunto poderia ser outro, mas ao receber a revista da Acic, Associação Comercial e Industrial de Caçador, no seu ano 2, edição de 9 de junho de 2010, deparamo-nos com reportagem de suma importância para Santa Catarina, em particular para Caçador.

Convocado para uma reunião pela Acic e impossibilitado de comparecer, solicitei ao advogado Magnus Caramori que nos representasse, que assim o fez. Refere-se justamente a essa reunião a reportagem da Acic.

(passa a ler.)

"ACIC PELA LUTA PELOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS

Reunião na sede da Associação serviu para reafirmar o compromisso com a Corporação de Caçador.

Autoridades setores da sociedade civil e organizada, empresários e bombeiros voluntários reuniram-se na noite de quinta-feira,

dia 27 de maio, na Associação Empresarial de Caçador (Acic), para discussão da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adim) que corre contra a Lei Municipal n. 2.402/2006.

A referida ação tenta impugnar vários artigos da referida lei, para impedir que os bombeiros civis voluntários exerçam funções que, no entendimento dos bombeiros militares, são de competência exclusiva de suas corporações.

O presidente do Conselho da Acic, dr. Jovelci Gomes, no ato representando o presidente da Associação, Auri Baú, reafirmou o compromisso com a corporação de Caçador, destacando os bons trabalhos que são realizados no município.

Gomes acredita em uma ação popular. 'Acho que está no momento de ser bairristas e defender os Bombeiros Voluntários de Caçador. Será muito fácil para os militares virem aqui e pegar tudo pronto para trabalhar. Mas acho muito difícil eles virem aqui socorrer vítimas e fazer partos dentro de ambulâncias, como nossos Bombeiros Voluntários fazem. Temos que agir para defender nossos Bombeiros Voluntários', ressalta o dr. Gomes.

O presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários de Caçador, Dirceu Camatti, afirmou que a corporação vai lutar para manter os trabalhos como estão. 'Se os militares querem guerra, vamos entrar na guerra para defender os Bombeiros Voluntários', declarou, argumentando que tudo será feito dentro da lei e com persuasão política para manter os trabalhos voluntários.

A Adin basicamente solicita que seja retirada da competência dos Bombeiros Voluntários o direito de continuar efetuando as vistorias em estabelecimentos comerciais e emitindo alvarás, dentre outros itens constantes.

As vistorias são uma significativa fonte de recursos para os Bombeiros Voluntários de Caçador e conseqüentemente de todo o estado. Nesse sentido, os Bombeiros fazem um trabalho muito bem feito, sem a necessidade de que militares precisem o fazer no município, disse Gomes.

O bombeiro Renato Vogel chegou a dizer que os Bombeiros Militares foram tomados de certa clumeira em relação aos voluntários, tomando posicionamentos que eram necessários tempos atrás. A grande questão levantada é a existência do convênio assinado pelo governo do estado durante o Embov, em 2007, juntamente com prefeitura, autorizando os voluntários a proceder às vistorias através de legislação municipal, com a participação e assinatura do engenheiro indicado pela SDR de Caçador. Os militares argumentam, através do Ministério Público, que este ato é inconstitucional, pois o município estaria legislando sobre ações de competência estadual, ou seja, dos militares.

Idéias partiram da reunião e serão colocadas em prática nos próximos dias. Uma delas é pressionar fortemente o poder público. As primeiras sugestões foram a elaboração de uma carta ao governador, assim como solicitar o apoio de órgãos como a Fiesc e a Facisc.

Para os presentes, é hora de pressionar para que o governo do estado mude a legislação e atenda essa coexistência entre bombeiros voluntários e militares."

Isso é muito fácil, é só fazer com que o governo admita e esta Casa, através dos 40 parlamentares, vote. Por isso vamos rerepresentar a PEC n. 0002/2006, que cumpre todas as exigências formais da lei. Essa PEC foi apresentada por nós, juntamente com o

deputado Nilson Gonçalves, mais os ex-deputados Dionei Walter da Silva e Wilson Vieira, mas não foi aceita pelos bombeiros militares na última reunião.

Assim, continuamos amargando a pressão dos bombeiros militares, até certo ponto com razão, porque entendem que os bombeiros voluntários, sem documentação, sem legislação, estão realmente usurpando suas funções. Não se trata de usurpar a atividade, mas estão fazendo por eles, o que eles deveriam fazer. Até porque, srs. deputados, mais de 170 municípios de Santa Catarina não têm corporação de bombeiros, sejam voluntários, militares ou comunitários, já que essa voracidade e intransigência não permitem que eles prestem serviço à comunidade, porque os militares não têm condições.

Nós sabemos muito bem, srs. deputados e sr. presidente, que várias corporações militares estão em péssima situação. E quero fazer um alerta ao nosso governador Leonel Pavan, no sentido de que mande verificar a situação dos bombeiros militares, pois falta gasolina, falta equipamento e falta efetivo. É um absurdo! Já demos carona para um bombeiro militar, numa rodovia estadual, quando se estava deslocando da sua sede para atender a uma convocação para prestar serviço em outro município, por falta de efetivo. Ficam jogando de lá para cá esses coitados, que têm que se deslocar debaixo de chuva, de sol, de frio, à noite, gastar com passagem ou correr riscos para conseguir uma carona para prestar serviços em outro município.

Por isso, mais uma vez quero cumprimentar a Acic, de Caçador, pela preocupação, assim como nós, com a situação dos bombeiros voluntários de Caçador. Nós participamos, inclusive, do Enbov - Encontro nacional dos Bombeiros Voluntários -, srs. deputados, no qual o governador assinou um convênio com a prefeitura de Caçador, viabilizando o atendimento. Eu registrei, à época, que não teria efeito legal porque o governador estava ali fazendo politicagem. E a nossa preocupação se concretizou, porque a ação direta de inconstitucionalidade continua tramitando no fórum de Caçador e aqui em Florianópolis, o que mostra que o governador brincou com a comunidade de Caçador.

Então, só há uma solução, governador Leonel Pavan: determine que os bombeiros militares deixem os bombeiros comunitários e voluntários trabalhar; determine que os deixem prestar o seu trabalho às comunidades, pois é um trabalho digno de respeito e de louvor.

Além disso, reapresentarei a PEC n. 0002/2006 e espero que todos os srs. parlamentares tenham o discernimento e o bom senso de aprová-la, para que os bombeiros voluntários realmente exerçam suas atividades dentro da legislação vigente no país.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais deputados que dela queiram fazer uso, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 009ª SESSÃO SOLENE

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2010, EM IÇARA

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

HOMENAGEM ÀS EMPRESAS, ENTIDADES E PERSONALIDADES QUE

CONTRIBUÍRAM PARA O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE

IÇARA

PROPOSIÇÃO DEPUTADA ADA DE LUCA

SUMÁRIO

DEPUTADA ADA DE LUCA - Discorre sobre a construção e vida de Içara; homenageia todos que contribuíram nessa história.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Discursa homenageando Içara e seus municípios.

MARIA TEREZINHA CANTO GASTALDON - Manifesta-se em homenagem aos 50 anos de Içara.

JOSÉ ZANOLLI - Agradece a homenagem a Içara pelos seus 50 anos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido as excelentíssimas autoridades que serão nominadas para compor a mesa.

Excelentíssimo senhor José Zanolli, digníssimo prefeito, em exercício, do município de Içara;

Excelentíssimo senhor vereador Acirton Costa, digníssimo presidente da Câmara Municipal de Içara;

Excelentíssimo senhor Gentil Dory da Luz, digníssimo prefeito licenciado do município de Içara;

Excelentíssimo senhor Décio Góes, digníssimo deputado estadual;

Excelentíssimo senhor Walmor De Luca, digníssimo presidente da Casan;

Excelentíssimo senhor André Mazzuchello Jucoski, digníssimo vereador do município de Içara;

Excelentíssimo senhor Antônio de Mello, digníssimo vereador do município de Içara;

Excelentíssimo senhor Jure Carlos Bortolon, digníssimo vereador do município de Içara;

Excelentíssimo senhor Murilo Canto, digníssimo ex-deputado estadual.

Excelentíssimas autoridades! Sras. e srs. deputados!

A presente sessão foi convocada por solicitação desta deputada e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em homenagem a empresas, entidades e personalidades que contribuíram para o crescimento de Içara.

Neste momento teremos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência registra a presença das seguintes autoridades:

Senhora Micéla Luiz, secretária de Administração de Içara;

Senhor Jairo Celoy Custódio, secretário de governo de Içara;

Senhor José Eloi do Nascimento, secretário de Obras de Içara;

Senhor Laudelino Caligari, secretário adjunto de Saúde de Içara;

Senhor Leonardo Piazza, secretário municipal de Planejamento, neste ato representando a prefeitura municipal de Morro da Fumaça;

Senhora Cacilda Smielvski, secretária de Finanças de Içara;

Senhor Walterney Ângelo Reus, procurador-geral do município de Içara;

Senhora Giovana dos Santos, gestora da secretaria de Educação e Cultura de Içara;

Senhora Simone Serafim, presidente da União das Associações Comunitárias de Içara;

Senhora Rosa Maria da Silva Santos, presidente da Éfias - Entidade Feminina Içarense de Assistência Social;

Professor Sandro Giassi Serafim, coordenador da Unisul, unidade de Içara;

Professora Maria Dal Farra Napolini, assessora especial da reitoria, neste ato representando a Unesc;

Senhora Marielza de Lagos Inácio da Luz, presidente da Fundação Assistencial Içarense;

Senhor Quintino Pavei, assessor parlamentar, neste ato representando o deputado federal Cláudio Vignatti;

Senhora Francieli Teixeira Fernandes, assessora parlamentar, neste ato representando o deputado estadual Ronaldo Benedet;

Senhora Marli de Faveri, gestora de projetos da prefeitura municipal de Içara;

Senhora Pedra Silvano, gestora de administração do município de Içara;

Senhor Geraldo Baldissera, presidente da Fundação do Meio Ambiente de Içara;

Padre Samiro Meurer, representando a Paróquia São Donato, de Içara;

Senhor Anildo Zanardi, pastor, neste ato representando Pedro Monteiro, presidente da Assembleia de Deus em Içara;

Senhor vereador Edison do Nascimento, presidente da Câmara Municipal de Criciúma.

Convido o deputado Décio Góes para assumir a condução dos trabalhos, a fim de que eu possa fazer uso da palavra, na qualidade de autora do requerimento que ensejou a presente sessão.

(Passa a ler.)

"Excelentíssimo sr. deputado Décio Góes; sr. Gentil da Luz, prefeito licenciado de Içara; sr. José Zanolli, prefeito em exercício, homenageados, familiares e convidados aqui presentes.

Este é um dia muito especial para mim e é com muita emoção que, como deputada, estou tendo a oportunidade de promover esta sessão solene para homenagear os içarenses que contribuíram para o crescimento e desenvolvimento da minha segunda terra natal, terra que adotei em razão do meu

enlace matrimonial com o ilustre içarense Walmor Paulo De Luca e onde foram geradas minhas filhas Fabiana e Giovana.

Além disso, meu avô, Addo Caldas Faraco, como prefeito de Criciúma, no período de 1956/1961, foi um dos grandes incentivadores da emancipação política de Içara, pois participava ativamente do então distrito de Içara, desde a fundação do Hospital São Donato e do Clube Caiçara, até a construção de rodovias e de escolas municipais.

Nesta sessão solene quero prestar minhas honras aos empresários, professores, médicos, agricultores, operários, mineiros, fumicultores, esportistas, trabalhadores e homens públicos que muito fizeram e colaboraram para termos hoje esta pujante cidade.

Trata-se de um ato solene para que todos que participaram dessa construção, até mesmo aquele que ajudou e lutou para na época abrir uma rua, sintam-se homenageados porque participaram do crescimento. Quero que todos se sintam inseridos, pois é impossível nominar todos que deram uma parte de si, da sua vida, parte do tempo que poderiam ficar com a família, para a consolidação da história do município. Todos se sintam, então, homenageados por esta deputada.

A história de Içara é marcada pela construção da ferrovia Dona Tereza Cristina, em 1924, que corta a cidade, atualmente ainda transportando carvão de Criciúma a Capivari de Baixo. A construção da ferrovia tinha por objetivo principal o transporte do carvão, mas também se prestava ao transporte de passageiros, de madeira e de farinha de mandioca.

O impulso dado à vila pela ferrovia fez com que outras famílias se estabelecessem no local, entre elas a família de Amaro Maurício Cardoso, responsável pela construção do primeiro sobrado, edificado às margens da ferrovia, junto à rua Coronel Marcos Rovaris.

A denominação da região, que até então era conhecida apenas como km-47, passou a ser Içara, devido à grande quantidade de palmeiras dessa espécie, também conhecida por *iuçara*, *ençaroba*, *jiçara*, *inçara*, encontrada na região pelos ferroviários da época.

Içara foi emancipada politicamente em 30 de dezembro de 1961 e no próximo ano completa 50 anos de emancipação, ou seja, meio século.

Atualmente, Içara possui população superior a 50 mil habitantes, recebendo na temporada de verão mais de 100 mil visitantes e turistas, atraídos pelas lagoas e a praia do Rincão, de mar aberto.

Com forte vocação industrial e privilegiada pela localização geográfica - cortada pela BR-101 -, a base da sua economia é a

agricultura, sendo o fumo a cultura predominante na região.

Içara, a Capital do Mel, tem economia forte na produção de descartáveis plásticos, na produção de frita (matéria-prima para cerâmicas) e na indústria de alimentos.

Içara também chama a atenção por seus sítios arqueológicos, com sambaquis dos índios *xoklengs*, tombados como patrimônio histórico nacional.

Na época da colonização do município, aqui chegaram espanhóis e portugueses. Este povo sobreviveu aprendendo a comer farinha de mandioca com os índios. Mas trouxeram técnicas de pesca com rede e estabeleceram os primeiros engenhos, industrializando a farinha. Em seguida apareceram os afrodescendentes, em sua maioria escravos alforriados, que vieram depois da Guerra do Paraguai e estabeleceram-se principalmente com a abertura das minas de carvão. Posteriormente, em 1880, chegaram os imigrantes italianos.

Como as terras do sul eram presente do dote de casamento da princesa Isabel com o príncipe de Orleans, aos poucos estas terras foram vendidas aos italianos, que dividiram a colônia em linhas, ou estradas com dois quilômetros de distância cada uma. Assim, a Içara dessa época ficou distribuída da segunda maneira:

- Primeira Linha - atual rua Sete de Setembro, passa em frente ao Hospital São Donato;
- Segunda Linha - morro Bonito, vila São Jorge, antiga rua da Palha;
- Terceira Linha - São Rafael;
- Quarta Linha - BR-101, perto do Poço 8;
- Linha Anta - ao norte, na divisa com Criciúma e Morro da Fumaça;
- Linha Três Ribeirões - conhecido como Liri;
- Linha Zilli - próximo à vila Nova.

Os italianos introduziram sua cultura, culinária, confecção de ferramentas, marcenaria, agricultura diversificada, entre outras coisas. Todo o trabalho era familiar, as propriedades eram pequenas, não havia mão de obra escrava. Entre outras características, a vinda dos italianos serviu para a democratização da sociedade brasileira, e em Içara não foi diferente.

Entre as primeiras famílias de descendentes italianos que se instalaram aqui destacamos as seguintes: Colenetti, Pagani, Carlessi, Lodotti, Guidi, Valvassori, Mangili, Dal Pont, Zanoli, Arigoni, Locatelli, Tassi, Giassi, Ducuini, Manganelli, Ubialli, Casagrande, De Luca, Darós, Pizzetti, Dalmolin, Netto, Vuollo, Bitencourt, Cardoso, Rizzieri, Rossi Fermo, Lima, Espíndola, Sartor, Cechella e Dagostim, entre outras famílias.

Os poloneses chegaram no início do século XX e estabeleceram-se na linha Anta e linha Três Ribeirões. Assim, são os descendentes dessas famílias e de outras que aqui se instalaram.

Desenvolveram e construíram a história desta cidade, aos quais rendo minha homenagem nesta sessão solene por mim proposta perante a Mesa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Destaco como homenageados os jovens que comandam hoje o município: sr. Gentil da Luz e José Zanolli, respectivamente prefeito e vice-prefeito, bem como o vereador Acirton Costa, presidente da Câmara Municipal, além de todos os vereadores que comandam o destino do município."

Destaco todos os homens que já foram os políticos que comandaram Içara até hoje e sempre estiveram nessa luta,

juntamente com toda a sociedade proporcionando o crescimento da nossa Içara.

(Continua lendo.)

"Quero falar umas 'palavrinhas' sobre cada um dos homenageados.

Giassi Supermercados, uma referência no estado; o Restaurante Pedro Luiz, um dos primeiros do balneário Rincão, servindo sempre aquele peixe fresquinho, gostoso, com arroz e um feijão maravilhoso; Mercado Lourdes; Mercadinho Marista e Padaria Santa Bárbara; Giassi Indústria e Comércio de Confeções Ltda., maior indústria de confeções; New Griff Indústria e Comércio de Confeções Ltda., exportando sua moda esportiva para outros países; Transportes Zanolli; Cartório Cabreira, quantos registros de nascimento, de casamento. É onde está todo o início da nossa história registrado; Pedro Piazza, um dos primeiros contadores; Djalma Marques Escaravaco, *in memoriam*, nosso primeiro dentista e delegado; Hotel Atlântico, do sr. Jacob Cruz, *in memoriam*; Valvassori Contabilidade, com precisão fazendo a contabilidade de todos; Daltoé Empreendimentos Imobiliários, quem não conhece, vendendo e alugando imóveis, sinal dos tempos e do crescimento; Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, onde depositamos nossa poupança e pagamos nossas contas; Fundação Social Hospitalar de Içara, conhecida por Hospital São Donato, é uma referência em saúde no sul do estado, com o qual esta deputada contribuiu muito, tendo o privilégio de, lá atrás, ter feito, juntamente com outros, o primeiro canteiro para a inauguração do hospital, quando meu marido, Walmor De Luca, administrava o hospital; Farmácia São Carlos; Laboratório Pasteur, os primeiros médicos do hospital, dr. Osmar Bonazza Júnior, dr. Geraldo da Silva e dr. Walmor Darós; Barbearia do Lila, ponto de encontro dos homens; Sociedade Esportiva e Recreativa Ipiranga - ao subir a escada, brincaram: 'Oh! Walmor, quanto tempo faz que você não aparece para jogar?' -, que hoje nos acolhe com muito carinho. Muito obrigada ao seu presidente, à sua diretoria, por abrigar esta sessão solene, palco que foi de muitos bailes e festas; Casa do Rock; Associação Esportiva e Recreativa Caiçara; Loja de Móveis De Luca, fundada pelo meu saudoso sogro Jorge De Luca; Bebidas Fernandes; Dagostin Calçados e Materiais Esportivos, onde encontramos sempre os últimos lançamentos; Tramontin Materiais de Construção, que de tijolo em tijolo se solidificou; Gráfica Otomar, com seus cartões e publicações; Ferrari Dal Pont & Filhos; Copaza Descartáveis Plásticos Ltda.; Igreja de São Donato, ponto de encontro de toda a comunidade católica e onde sempre acontecem os principais eventos, como casamento, primeira comunhão, batizados e a tão famosa Festa de São Donato; pároco Samiro Meurer, religioso dedicado ao seu rebanho.

Registro também o nome do saudoso Angelo Lodetti, Miro Ortolan, João Ramos Rousseno, nosso ex-prefeito batalhador e guerreiro; da professora Constância Lodetti, que ensinou o bê-a-bá, que hoje não está mais conosco, que está muito bem representada por seus familiares e que, tenho certeza, está muito alegre por ver enaltecidos seus discípulos; os meios de comunicação que mantêm todos os içarenses informados com notícias de toda região carbonífera: como o *Jornal Içarense*, o *Jornal Gazeta*, o *Jornal Agora*, além da tão bem conceituada Rádio Difusora.

Registro os educandários que ensinam as nossas crianças na busca de um futuro promissor, de novas profissões, como o Colégio Cristo Rei, a professora Maria Salete Scotti dos Santos, além de toda a rede municipal de ensino; a Apae, que faz a

educação de inclusão e atendimento às nossas crianças com deficiência; as nossas personalidades políticas. E aqui quero destacar, não é porque é o meu marido, mas Içara o elegeu prefeito, vereador e depois deputado por 16 anos, um filho ilustre, e tenho certeza de que todos os içarenses têm muito orgulho desse homem como parlamentar e como uma pessoa que assume os cargos que ocupa. Ele é um içarense que mata e morre pela Içara, e essa terra o elegeu por quatro mandatos deputado federal, que muito, tenho certeza, honrou Içara e o nosso estado.

Destaco ainda Derlei Catarina De Luca, essa mulher incansável, escritora, que hoje aqui está lançando um livro que cada um dos homenageados vai receber, com o título *Além da Lenda*, o qual conta histórias e lendas de Içara. Brava Derlei; Sandro Serafim, batalhador, guerreiro aguerrido, lutou para que Içara tivesse a Unisul. Parabéns, Sandro.

Estamos homenageando também a Entidade Feminina Içarense de Assistência Social - Efiass -, entidade que trabalha com voluntárias atendendo aproximadamente a 600 pessoas por mês; a Cooperalliança, que está iluminando a vida de quase 100 mil pessoas; o Movimento da Conscientização Negra Chico Rosa, o qual mantém vivo a história dos primeiros afro-descendentes que aqui aportaram; a família Mello, primeiros agricultores a cultivar o fumo; a família Dalmolin, de Morro Bonito, que se dedicou à plantação de banana; e a Minamel, que foi a maior exportadora de mel do Brasil em 2001. Içara leva, inclusive, o nome de Capital do Mel do Brasil por essa razão. Recebeu esse nome no ano de 2001 pelos produtos derivados do mel.

Com esta sessão eu quero homenagear todos. Espero que todos se sintam homenageados, como já falei no começo, todos os que ajudaram, e ainda ajudam, no crescimento e desenvolvimento desse município querido, amado e que muito orgulha os sulistas e todos nós.

Quero dizer uma frase que resume tudo o que eu falei até agora. Eu me achei no direito de falar e tomar tanto tempo de vocês: 'Mais importante do que receber a homenagem é merecê-la.'

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Quero anunciar e agradecer a presença do Edson do Nascimento, presidente da Câmara de Vereadores do município de Criciúma.

Antes de devolver a Presidência desta sessão à deputada proponente Ada De Luca, gostaria de pedir a sua permissão para usar, também, brevemente a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Esta Presidência concede a palavra ao deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Eu quero fazer a minha saudação à mesa, em nome da deputada Ada De Luca e em nome do prefeito em exercício, ao presidente da Câmara de Vereadores, a toda a mesa, a todas as senhoras e a todos os senhores.

Estou trazendo um abraço carinhoso da senadora Ideli Salvatti, que me pediu para representá-la neste ato. Fiz questão de vir, deputada Ada De Luca, para representar o conjunto dos deputados estaduais de Santa Catarina que aprovaram essa sua indicação de uma sessão solene, em que a Assembleia Legislativa se desloca até Içara para homenagear aqueles que ajudaram, participaram e construíram essa grande cidade do sul de Santa Catarina, da região carbonífera, nesses 50 anos de sua emancipação que serão

comemorados no ano que vem. Vamos entrar, então, no ano que vem comemorando a sua emancipação. E o maior legado que vocês, que participaram dessa construção, deixam não é só essa grande cidade, com essa imensa potencialidade, mas as imensas oportunidades que ela oferece aos seus jovens e aos seus habitantes. Temos certeza de que aqui teremos um grande futuro.

Eu penso que é justa essa homenagem, pois precisamos reverenciar as pessoas que ajudam a construir o bem, ajudam a construir bem a nossa comunidade. De tantos exemplos de coisas ruins que aparecem nos noticiários, acabamos esquecendo que a vida é feita de coisas boas, e aqui só temos coisas boas para comemorar. Cada um que está sendo homenageado está representando um setor que contribuiu, seja na agricultura, na indústria, no comércio, nos serviços, nas lideranças comunitárias, populares, sindicais, empresariais ou de trabalhadores. Enfim, todos contribuíram para fazer essa cidade que nos orgulha muito.

Eu tenho certeza de que cada um de nós aqui possui um imenso orgulho de dizer que é içarense e de sair mostrando toda essa pujança da grande cidade da região carbonífera.

Parabéns aos que estão sendo homenageados neste ato e que se sintam representantes de todos os segmentos que estão aqui representados.

Parabéns, deputada Ada De Luca, parabéns a todos os nossos homenageados e obrigado pela oportunidade de estar aqui representando todos os deputados de Santa Catarina.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Convido o mestre-de-cerimônias, sr. Washington Luis Mignoni, para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - O Poder Legislativo Catarinense presta homenagem a empresas, entidades e personalidades do município de Içara e faz o lançamento do livro "Além da Lenda", que discorre sobre lendas e causas do município, de autoria da içarense Derlei Catarina De Luca, sob o patrocínio da senhora deputada Ada Faraco De Luca, que será entregue a todos os homenageados e doados às bibliotecas e escolas de Içara.

Dando continuidade à sessão, o Poder Legislativo Catarinense presta homenagem ao município de Içara e ao seu povo valoroso e trabalhador, que não apenas construiu uma bela e próspera cidade, como fez dela motivo de orgulho para Santa Catarina.

Convido a sra. deputada Ada De Luca para fazer a entrega da homenagem ao sr. José Zanoni, prefeito em exercício de Içara, neste ato representando o município.

Convido para receber a homenagem o sr. Acirton Costa, presidente da Câmara dos Vereadores de Içara, neste ato representando a Câmara.

Em 1961, foi instalado o município de Içara. Em outubro de 1962, foi realizada a primeira eleição majoritária e proporcional em Içara, sendo eleito prefeito o sr. Ângelo Lodetti e os vereadores Antônio de Lima, Hercílio Satrio Pacheco, José João Rabello, Lauro Lima, Manoel Dias, Pedro Dal Pont e Zefiro Giassi.

A primeira sede do Legislativo foi em uma sala alugada na rua Coronel Marcos Rovaris, centro de Içara.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Na sequência, o Parlamento catarinense presta homenagem às empresas, às

entidades e às personalidades que contribuíram para o desenvolvimento de Içara.

Convido a sra. deputada Ada De Luca para fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o sr. Gentil da Luz, prefeito de Içara.

Gentil da Luz ingressou na vida política, venceu desafios à custa de sua obstinação incansável. Foi eleito vereador de Içara por três mandatos consecutivos. Esteve à frente da JPMDB, foi secretário de Obras e Meio Ambiente de Içara e integrou a equipe do governador Luiz Henrique da Silveira. Em 2008, Gentil foi eleito prefeito de Içara, inaugurando um novo modelo de governar o município.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Zefiro Giassi, neste ato representando Giassi Supermercados.

Um dos primeiros professores de Morro Bonito, incentivou seus alunos para a compra de materiais escolares através de uma cooperativa, com preços mais acessíveis.

Em 1960, fundou sua primeira loja de secos e molhados. A empresa só cresceu tornando-se hoje a Giassi & Cia. Ltda.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Miriam Fernandes Lima, filha de Pedro Luiz, neste ato representando o Restaurante Pedro Luiz.

Um dos primeiros do Balneário Rincão, mantém o comércio há 46 anos. Desde que o sr. Pedro Luiz adquiriu o restaurante de Vital Mariano Estácio e passou a fornecer tainha para a Festa Açoriana que acontece nesse balneário, a família continua à frente do restaurante até os dias de hoje.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Claudete Maria Pacheco, neste ato representando o Mercadinho Marista.

O Mercadinho Marista foi fundado em 1969 por Donato Gregório Pacheco, com artigos de secos e molhados. O estabelecimento passou a vender materiais de construção e tecidos. Em 1994, os gêneros alimentícios foram substituídos por móveis e eletrodomésticos. Atualmente, o Marista é administrado por Deobaldo Pacheco.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a Padaria Santa Bárbara, de Manoel João Cardoso, *in memoriam*, representado neste ato pelo sr. Nilton Manoel Cardoso e Tomaz Cardoso.

Em 1962, Manoel Joaquim Cardoso iniciou uma das maiores padarias da região carbonífera. No início, os pães e biscoitos eram entregues às bodegas de carroça. Em 1967, seu Neneco adquiriu uma Kombi para atender desde a Barra do Araranguá até Jaguaruna. A produção em larga escala gerou empregos e renda para o bairro Aurora, onde a padaria Santa Bárbara manufaturava 4.500 kg de trigo.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Higino Giassi, neste ato representando Giassi Indústria e Comércio de Confeccões Ltda.

A Giassi Confeccões foi fundada em 1978, em Içara, pelo casal Higino e Vanilda Giassi, que se aventurou no mercado faccionista.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem as sras. Eliana, Jane e Suzana Jucoski, neste

ato representando New Griff Indústria e Comércio de Confeccões Ltda.

Fundada em 1986 pelas irmãs Eliana, Jane e Suzana Jucoski, o desejo empreendedor das irmãs veio suprir a falta de confeccões de moda praia da região, sendo pioneira no segmento. A empresa vem se aperfeiçoando na busca de tecnologias e matérias-primas de ponta. A confecção produz peças para o mercado nacional, para a Europa e para as Américas.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Élvio Peruchi, neste ato representando o Expresso Coletivo Içarense Ltda.

A empresa iniciou suas atividades em 1969. Na época eram quatro proprietários. Em 1978, a empresa fez sua maior aquisição adquirindo oito ônibus da extinta Empresa Auto Viação São Cristovão. Atualmente, a empresa é propriedade de Américo Cadonin, possui 55 ônibus e transporta em média 300 mil passageiros por mês.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Virginia Cardoso, neste ato representando a Estrada de Ferro Tereza Cristina, de seu pai Manoel José Cardoso, *in memoriam*.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Arthur Zanolli, neste ato representando os Transportes Zanolli.

Iniciou aos 13 anos, em Serraria e Olaria, a produção de cerâmica vermelha. A vida política iniciou em 1978, sendo candidato a vereador. Arthur Zanolli foi eleito prefeito de Içara por duas vezes, em 1982 e em 1993. Como prefeito implantou a rede de água tratada, construiu o canal de esgoto da rede central, pavimentou com asfalto toda a parte central da cidade e participou da ampliação do Hospital São Donato.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Cenely Cabreira Batista, neste ato representando o Cartório Cabreira, de seu pai Celso Salustiano Cabreira, *in memoriam*.

Celso Salustiano Cabreira registrou todos os nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos em Içara durante décadas. O primeiro cartório de registro civil foi em Urussanga Velha. Com a construção da Estrada de Ferro Tereza Cristina, o comércio deslocou-se para Içara e o cartório também. É o primeiro e único cartório do município.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Pedro Piazza.

Pedro Piazza é natural de Criciúma, passou a morar na cidade de Içara a partir de seus cinco anos de idade. Formou-se em contabilidade em 1967, sendo um dos primeiros contadores do município de Içara. Iniciou seu trabalho em 1970 com seu escritório próprio, transformou-o em sociedade em 1991, permanecendo até hoje prestando serviços especializados em contabilidade e assessoria empresarial a seus clientes.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Arnaldo Escaravaco, neste ato representando Djalma Marques Escaravaco, *in memoriam*.

Djalma Marques Escaravaco nasceu em Urussanga em 1918. Formou-se em Odontologia na Universidade de Curitiba. Foi o primeiro dentista de Içara, exerceu a profissão

por 20 anos, sendo também o primeiro delegado da cidade. Por ter facilidade de transmitir os significados das palavras difíceis, quando alguém tinha necessidade de saber o significado de alguma palavra, diziam: "Pergunte ao seu Escaravaco".

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Irma Mayeer Cruz, neste ato representando o Hotel Atlântico de seu marido Jacob Cruz, *in memoriam*.

O sr. Jacob Cruz chegou ao Rincão em 46 e passou a atuar como inspetor de quarteirão. Durante anos foi responsável pela esteira que ligava a pedreira à orla, e também cuidava do gerador que fornecia energia elétrica à praia. Com o incentivo do seu filho Clóvis construiu o Hotel Atlântico, no centro de Rincão, na década de 40.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Neste momento, recebe a homenagem o sr. José Daltoé, neste ato representando Daltoé Empreendimentos Imobiliários.

José Daltoé dedica-se ao ramo imobiliário há mais de 30 anos. Nasceu em Urussanga, mas foi em Içara que viveu a infância e a adolescência. Tem forte participação no processo de desenvolvimento de Içara, tendo lutado arduamente pela sua emancipação política, há aproximadamente 50 anos. Foi prefeito de Içara de 1973 a 1977.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. João Carlos Garcia, gerente-geral de Içara, neste ato representando a Caixa Econômica Federal.

No último dia 1º de junho, a Caixa Econômica Federal completou 21 anos de presença no município de Içara. Desde sua criação, a Caixa estabeleceu estreitas relações com a população, através da poupança, empréstimos, FGTS, PIS, seguro-desemprego, crédito educativo, financiamento habitacional e transparência de benefícios sociais.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Olacir Restelato, gerente, neste ato representando o Banco do Brasil.

O Banco do Brasil foi o primeiro banco a operar no país e hoje é a maior instituição financeira do Brasil. Em seus mais de 200 anos de existência, acumulou experiência e pioneirismo. Com sólida função social e com competência para lidar com os negócios financeiros, o Banco do Brasil demonstrou que é possível ser uma empresa lucrativa sem perder o núcleo de valores.

(Procedes-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Acirton Costa, neste ato representando a Fundação Social Hospitalar de Içara.

A Fundação Social Hospitalar de Içara foi fundada em 1954. Desde então, todos os presidentes que passaram à frente da instituição não mediram esforços para que a população da região fosse bem atendida no Hospital São Donato. Atualmente, o hospital atende a cerca de seis mil pessoas no pronto-socorro e está prestes a implantar a unidade de tratamento intensivo.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Edilene Cardoso Joaquim, neste ato representando a Farmácia São Carlos, de seu pai José Cardoso, *in memoriam*.

José Cardoso abriu as portas da Farmácia São Carlos, única na região, em

1939. Era farmacêutico provisionado e foi, muitas vezes, médico dos moradores da região. Trabalhou durante toda a vida na farmácia. Faleceu aos 85 anos. A Farmácia São Carlos encerrou as suas atividades em 2009, ano em que completou 70 anos de funcionamento.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Eliete Modolon, neste ato representando o sr. Osmar Bonazza Júnior.

Doutor Osmar foi o primeiro pediatra de Içara. Lagunense, formou-se em Medicina pela Universidade Federal do Paraná. Em 1977, foi convidado a trabalhar em Içara. Foi um dos idealizadores da Fundação Social Hospital de Içara.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Eliete Modolon, neste ato representando o sr. Geraldo da Silva.

Geraldo Doneda da Silva nasceu no Distrito de Guatá, Lauro Müller. Em 1951, formou-se em Medicina, em 1977, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Está atuando no município de Içara há 33 anos.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Valmor Darós.

Formado em Medicina na Fundação Católica de Porto Alegre, com residência em Radiologia. Trabalhou em Urussanga e no Hospital São Donato de Içara onde iniciou a utilização do Raios X. Ele mesmo interpretava e fazia os laudos.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Bonifácio Espindola, neste ato representando a Barbearia do Lila.

Melquiades Bonifácio Espindola, o seu Lila, veio do Rio Grande do Sul para Içara, em 1933, para construir engenhos de farinha. A população, sabendo que também era barbeiro, começou a solicitar seus serviços. Aos sábados, seu Lila fazia a barba dos içarenses na barbearia do sr. Virgílio Colonet, de quem comprou o estabelecimento mais tarde. Foi barbeiro até 1950, quando se aposentou e deixou a barbearia para o filho Bonifácio, o Bona.

(Procede-se à entrega da

homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Paulo Brígido, presidente da entidade, neste ato representando a Sociedade Esportiva e Recreativa Ipiranga.

A Sociedade Esportiva e Recreativa Ipiranga foi fundada em 14 de setembro de 1940, tendo como primeiro presidente o sr. Angelo Lodetti. A princípio foi criado como time de futebol e depois se transformou em clube social. Foi declarada de utilidade pública pela Lei n. 17, de 1964. Atualmente o quadro social do clube é composto de 400 sócios beneméritos e 200 sócios patrimoniais e contribuintes.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Valmor José Silva, neste ato representando a Casa do Rock.

A Casa do Rock foi fundada em 1982 por dois amigos que venderam o estabelecimento para os irmãos Valmor e Santos. Com espírito empreendedor, os irmãos tornaram o lugar um sucesso absoluto no segmento de casas noturnas. Hoje a danceteria conta com uma estrutura de 2.700m² e uma equipe de 82 funcionários.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Ivan Isoppo da Rosa, presidente da Associação Esportiva e Recreativa Caiçara, neste ato representando a entidade.

A Associação Esportiva e Recreativa Caiçara foi fundada na década de 60 por um grupo de jovens que não tinha onde trocar roupa para os jogos de futebol. Centenas de jovens içarenses defenderam a camisa do Caiçara e fizeram parte de suas diretorias ao longo desses anos. Assim o Caiçara se expandiu, fez nome e participa dos campeonatos da Liga Atlético da Região Mineira.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Volney Elias De Luca, neste ato representando a Loja de Móveis De Luca, de Jorge Elias De Luca, *in memoriam*.

Jorge Elias De Luca iniciou as atividades da Loja De Luca em 1963, comercializando cereais e tecidos em geral. Em 1972 começou a vender móveis com os sócios Volney Elias De Luca e Wanderley Jorge De Luca, contando sempre com a ajuda da d. Gíllia Rizzieri. A Loja De Luca tem filiais em Içara, Criciúma e Tubarão.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Adilton Tramontin, neste ato representando a Tramontin Materiais de Construção.

Adilton Tramontin iniciou as atividades em agosto de 1990, com a loja de materiais de construção, em Içara, com apenas um funcionário. A partir daí o negócio prosperou e foram criadas novas empresas: de transportes, de extração de areia, de fabricação de argamassa e reboco e uma nova loja de materiais de construção no centro de Içara. Hoje são quatro empresas em três municípios, todas administradas pela família. Trata-se de uma história construída com muito empenho e determinação.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o padre Samiro Meurer, neste ato representando a Paróquia São Donato, que foi criada no dia 21 de dezembro de 1950, depois de muito diálogo sobre o local onde ela deveria ser construída. Em 1956 o padre Bernardo Junks assumiu a paróquia e motivou a construção e ampliação de capelas e salões de festas e lançou os fundamentos da nova igreja em dezembro de 1970. O trabalho pastoral é intenso em 24 comunidades de Içara.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Edite Lodetti, neste ato representando seu pai, Angelo Lodetti, *in memoriam*.

O criciumentense Angelo Lodetti se mudou para Içara nos anos 30, onde nasceram seus 12 filhos. Foi lavrador, balconista, gerente da Cooperativa Cocal e um dos fundadores da Sociedade Recreativa Esportiva Ipiranga. Foi vereador em Criciúma por duas legislaturas. Lutou pela emancipação de Içara e foi o primeiro prefeito eleito do município em 1962.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Walmor Paulo De Luca.

Filho da terra, homem público íntegro, competente. Formado em Bioquímica, foi vereador em Içara, deputado federal durante 16 anos, secretário da Saúde do estado de Santa Catarina, presidente da antiga Telesc, atualmente é presidente da Casan.

Representante nato de Içara junto ao poder público, busca sempre melhorias e obras para o desenvolvimento de sua cidade natal.

(Procede-se à entrega da placa.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Bruno Dal Pont, neste ato representando a Ferraria Dal Pont & Filhos.

Pedro Dal Pont começou a trabalhar como ferreiro aos 18 anos, na rua da Palha. Na época consertava-se tudo apenas com o martelo. Montou a ferraria com um sócio, João Miglioli. Seu Pedro foi vereador da primeira Câmara Municipal de Içara, em 1962, e atualmente seus filhos mantêm a ferraria em Içara.

(Procede-se à entrega da placa.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Diego Sartor Roussenq, neste ato representando seu avô, o sr. João Ramos Roussenq, *in memoriam*.

João Ramos Roussenq nasceu em Criciúma, mas foi em Içara que construiu sua história pessoal e profissional. Casou-se com d. Ozaide, destacou-se como jogador de futebol do Comerciarío de Criciúma, Mineravil de Urussanga e no Barão de Rio Branco do bairro Aurora. Trabalhou como torneiro mecânico nos duros tempos da ditadura, foi vice-prefeito de Içara por quatro anos e prefeito por mais seis anos.

(Procede-se à entrega da placa.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Augusto da Luz, neste ato representando o *Jornal Gazeta*, que completou sete anos no mês de abril.

A busca pela inovação e o compromisso com a verdade integram o lema da equipe do jornal. Porta-voz da sociedade, o jornal *Gazeta* tem contribuído para o fortalecimento de Içara e região com responsabilidade e informação de qualidade.

(Procede-se à entrega da placa.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. João Paulo De Luca Júnior, neste ato representando o jornal *Agora*.

Fundado há mais de três anos, o jornal *Agora* é fruto do trabalho de cinco jovens talentosos. Sob o comando dos jornalistas João Paulo De Luca Júnior, Lucas Lemos Serafim e Filipe Speck, o jornal literalmente mudou a forma da mídia impressa em Içara, com um planejamento gráfico inovador e matérias completas.

(Procede-se à entrega da placa.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Charles Carginin, neste ato representando a Rádio Difusora.

Em outubro de 1982, a Rádio Difusora 910 AM foi ao ar, com o *slogan* A Onda do Sul. Em 2001, depois do período de instalação e consolidação, assumem o comando da emissora os irmãos Rafael e Carolina Guidi, com importantes mudanças administrativas, tecnológicas e de profissionalização. Desde então a rádio passou a operar com a nova potência, cobrindo o sul catarinense desde Paulo Lopes até o norte do Rio Grande do Sul.

(Procede-se à entrega da placa.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Lilian Inácio da Silva Mendes, diretora-geral, neste ato representando a Escola de Educação Básica Professora Salete Scotti dos Santos.

O antigo Colégio Estadual Antônio João foi fundado em 1946, como uma pequena história destinada a alfabetizar, que funcionava

com três turmas em duas casas de madeira. A escola, que se chamava Grupo Escolar Antônio João de Vila de Içara, só ganhou prédio próprio em 52. Em 1995, nos preparativos para comemorar o cinquentenário da escola, surgiu a ideia da alteração do nome. Uma comissão foi formada e a comunidade escolar decidiram homenagear a saudosa professora Salete Scotti dos Santos.

(Procede-se à entrega da placa.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Lamir Lodetti, neste ato representando a professora Constância Lodetti, *in memoriam*.

(Procede-se à entrega da placa.)
(Palmas)

Agora recebe a homenagem a sra. Emília Valvassori, presidente, neste ato representando a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - de Içara.

A Apae de Içara foi fundada em outubro de 1979 e iniciou as suas atividades em março de 1980, com 13 alunos, tendo como finalidade atender as crianças, os adolescentes e os adultos com deficiência. A Apae constituiu-se como entidade filantrópica, sem fins lucrativos, atendendo gratuitamente os seus alunos em diversas áreas. A escola tem, hoje, 194 alunos de todas as idades.

(Procede-se à entrega da placa.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Derlei Catarina de Luca.

Nasceu em Içara, em 1946, estudou na UFSC e Universidade do Oriente, em Cuba; fundou, e coordena, o Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos; milita no Grupo Tortura Nunca Mais e ocupa a cadeira n. 1 da Academia Criciumense de Letras. É professora do Colégio São Bento e trabalha na Apae de Içara. Derlei é autora de diversos livros sobre a família De Luca e sobre Içara.

(Procede-se à entrega da placa.)
(Palmas)

Recebe a homenagem agora o sr. Sandro Serafim.

Nascido em 1975, no município de Içara, o professor Sandro Serafim dedicou-se ao desenvolvimento da cidade. Foi presidente fundador da Câmara Júnior de Içara, presidiu a Associação Empresarial, a comissão de implantação da Unisul e a comissão pró-construção do Corpo de Bombeiros de Içara. Atualmente dedica-se à docência e integra o conselho curador do Hospital São Donato.

(Procede-se à entrega da placa.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Maria Terezinha Canto Gastaldon, ex-presidente, neste ato representando a Entidade Feminina Içarense de Assistência Social.

Foi fundada em outubro de 75, com a ajuda de 18 voluntárias. Era vinculada à prefeitura de Içara. Vanilda Daltoé, esposa do ex-prefeito José Daltoé, foi a primeira presidente da entidade. Nos anos 80 a entidade foi desvinculada do poder público para facilitar o acesso a recursos. D. Maria Terezinha Canto Gastaldon foi eleita a primeira presidente desta nova fase. Atualmente, cerca de 600 pessoas são atendidas todos os meses.

(Procede-se à entrega da placa.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem a André Jucoski, neste ato representando a Cooperalliança.

A Cooperativa Aliança fornece energia com qualidade e serviços com total eficiência à população há mais de 40 anos. Constituída dois anos após o desmembramento de Içara de Criciúma, a cooperativa cresceu com a

comunidade com o passar dos anos. A Cooperalliança passou a atender os municípios de Sangão, Jaguaruna e Araranguá. Hoje são mais de 100 mil pessoas beneficiadas, sendo mais de 30 mil associados e 31 mil consumidores.

(Procede-se à entrega da placa.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Nadir Rosa dos Santos, presidente, neste ato representando o Movimento da Conscientização Negra Chico Rosa.

Em abril de 97, Nadir da Rosa Santos promoveu um encontro das famílias da Rosa e de Oliveira. Foi o primeiro encontro da etnia negra de Içara. No segundo encontro surgiu a Associação do Movimento de Conscientização Negra Chico Rosa, em homenagem a Francisco Bernardo da Rosa, içarense, muito conhecido por todos como nego Chico. Os encontros do grupo sucedem-se sempre no mês de maio até hoje.

(Procede-se à entrega da placa.)
(Palmas)

Agradeço à deputada Ada De Luca. A Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina sente-se honrada de estar hoje em Içara prestando estas homenagens.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Dando prosseguimento a esta solenidade, convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, a professora Maria Terezinha Canto Gastaldon.

A SRA. MARIA TEREZINHA CANTO GASTALDON -

(Passa a ler.)

"Há um tempo para pescar,
E um tempo para secar as redes.
Há um tempo para plantar,
E um tempo para colher."

Autoridades já nominadas, senhoras, senhores, convidados especiais, queridos familiares, na condição de cidadã honorária içarense, sinto-me muito à vontade para ocupar este espaço, como representante dos homenageados de hoje, embora reconheça que muitos outros cumpriram talvez com mais êxito a tarefa.

Preliminarmente, gostaria de agradecer a iniciativa da sra. deputada Ada De Luca em trazer um título outorgado pela Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina às pessoas que participaram cada qual em sua área, em maior ou menor escala, do desenvolvimento de Içara.

Entendemos que a triagem não foi fácil, porque muitos foram os destaques no respaldo ao crescimento do município. Porém, entendemos também que novos valores surgirão e que este é apenas o início de uma longa listagem no decorrer do tempo.

O momento que vivenciamos, hoje, no ciclo de nossas existências, não seja talvez o de secar as redes, mas, inegavelmente, é o tempo da colheita, porque todos aqui plantaram muito sem esmorecer e sem vacilar sob sol escaldante e também em clima ameno. Foi mais difícil do que fácil, porém gratificante para as pessoas que realizam o amor através do sonho, a obra através da fé e a meta através do rumo.

Assim, despojados de qualquer veleidade pessoal, aceitamos com justo orgulho e gratidão o que ora nos concedem. Mas afinal o que fez a singularidade dos homenageados de hoje? Analisando seus perfis, todos têm algo em comum: são pessoas apaixonadas pela causa que adotam, encaram os obstáculos colocando-se à altura deles, com senso de medida, sem perderem de vista a realidade; palavras como omissão, impossibilidade, incompetência, não fazem parte do seu

vocabulário. Em contrapartida, autoconfiança, ousadia e disposição para vencer os múltiplos e complexos desafios são uma constante no seu dia-a-dia.

Essas pessoas são capazes de se antepor às situações negativas, revertendo-as, através da superação dos obstáculos. Mas onde encontraram força e coragem, alguns ultrapassando os próprios limites, para chegarem tão alto e tão longe? Primeiro, na fé em Deus, o princípio de tudo. Depois, na família, com seu apoio incondicional em todas as horas, e, para os não nascidos aqui, neste chão de povo hospitaleiro, que generosamente os acolheu como filhos. E estes, pela lei da reciprocidade, adotaram Içara como terra mãe.

Para encerrar, faço um agradecimento aos que aqui se encontram, legitimando este ato solene, em especial à sra. deputada Ada De Luca, pelo empenho com que se dedica em prestigiar a terra da família de seu marido, Walmor De Luca, onde nasceram suas duas filhas, Giovana e Fabiana. Quero registrar, também, que somos muitos gratos à homenagem, a qual simbolicamente representa que o município reconhece nossa participação no seu processo de desenvolvimento catalogando-nos como parceiros na realização do sonho de viver uma Içara ainda melhor.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Convido para fazer uso da palavra o excelentíssimo sr. prefeito em exercício, José Zanolli.

O SR. JOSÉ ZANOLLI - Gostaria de cumprimentar a deputada Ada De Luca, o prefeito Gentil da Luz, e em seu nome estendo o cumprimento a todos os membros da mesa.

Quero cumprimentar os homenageados, em nome de meu pai Artur Zanolli, e estendo os meus cumprimentos às pessoas presentes neste evento.

Gostaria, primeiramente, de agradecer a Deus pela oportunidade de estarmos à frente da administração neste momento em que se está homenageando as pessoas que brigaram e que lutaram por Içara.

Em nome da minha família, quero agradecer a toda família içarense e, em especial, à deputada Ada De Luca pela Assembleia do estado de Santa Catarina estar no município de Içara homenageando os cidadãos içarense.

Enquanto ela usava a palavra, eu estava imaginando, nos meus quarenta e

poucos anos, a história que passava na cabeça de cada um de vocês. A cada colocação da deputada, eu tenho certeza de que vocês voltaram na história e que puderam lembrar todos os momentos que fizeram de suas vidas uma vitória.

Eu não poderia deixar de falar no amor que temos pela cidade de Içara, e cada um de nós aqui presente traz esse amor no coração, o amor por esta cidade que é a cidade mais doce do Brasil. É um amor de luta, de trabalho, que está fazendo com que este município cada vez mais possa ser falado, lembrado, em todo o estado e no país. O serviço prestado por cada um de vocês, aqui, aqueles que representam as empresas, as entidades, os meios de comunicação, os políticos, fez com que Içara, nestes 50 anos, se transformasse na cidade que hoje é.

Nós devemos muito a vocês, por terem dado a sua vida, o seu esforço, o seu suor, o seu trabalho, para que hoje nós possamos estar colhendo esses frutos. Mas não poderia deixar de falar do futuro que esta cidade tem como município.

Içara caminha rumo aos 50 anos e precisamos, como cidadãos içarense, planejar os próximos 100 anos desta cidade. E com planejamento, pela sua situação geográfica, com 24 quilômetros de BR-101, pelos empresários e as pessoas que aqui moram e que fazem deste município a sua casa, num futuro próximo, e bem próximo, Içara será, sem dúvida nenhuma, uma cidade polo da região sul, para o orgulho de cada um de nós.

Nós precisamos, sim, dar as mãos neste momento, fazendo um pacto pela cidade de Içara, para que possamos orgulhar-nos, no futuro, como vocês estão se orgulhando por aquilo que fizeram por esta cidade.

E para encerrar eu gostaria de destacar uma frase: Não importa os bens que acumulamos na vida, mas o bem que fizemos ao nosso próximo, o bem que fizemos à nossa cidade.

Parabéns!

(Palmas)

Gostaria também, em nome da administração de Gentil e de Zé Zanolli, de presentear a deputada Ada De Luca com produtos da cidade de Içara, como forma de agradecimento à deputada Ada De Luca pela homenagem prestada.

Em nome de toda administração, em nome do município de Içara, queremos agradecer à deputada Ada De Luca presenteando-a com uma cesta de produtos içarense.

(Palmas)

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Procede-se à entrega da cesta.)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Quase finalizando a sessão, gostaria de falar duas palavrinhas.

Gostaria de agradecer a toda a equipe da Assembleia, a essas mulheres maravilhosas da Taquigrafia, aos cinegrafistas da TVAL, à Rádio Alesc Digital, ao cerimonial, enfim, a todos que se deslocaram de Florianópolis para conseguirmos fazer esta sessão solene aqui em Içara. Não é fácil, sei que é tumultuado, mas são funcionários que trabalham com afinco e, principalmente, com garra, o que é importante.

Muito obrigada a vocês todos, do fundo do coração. Sei que vão pegar um ônibus agora e voltar ainda hoje para Florianópolis.

Agradeço também à Rádio Alesc Digital, à TVAL e à imprensa local.

Quero agradecer muito às secretárias da prefeitura de Içara, minhas amigas, porque sempre que há um probleminha para resolver elas são maravilhosas. Muito obrigada a vocês, guerreiras como sempre.

Quero fazer um agradecimento muito especial ao meu gabinete, que já está tratando da preparação desta sessão solene há quase dois meses. Quem chega aqui pensa que é fácil! Mas precisamos localizar as pessoas, recepcioná-las, explicar do que se trata a homenagem, mostrar, falar, receber confirmações. Enfim, isso leva tempo. Então, a vocês que trabalham no gabinete, pelas incansáveis idas e vindas a Içara e também ao interior deste município para localizar as pessoas, muito obrigada.

Também agradeço a presença de todos. Vocês merecem o meu agradecimento!

Esta Presidência agradece a presença de todas as autoridades com assento à mesa e de todos que nos honraram com o comparecimento, convidando-os para um coquetel neste mesmo local.

Passaremos à execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Antes de encerrar a presente sessão esta Presidência convoca outra sessão, especial, para o dia 21 deste mês, às 19h, em homenagem ao Movimento de Irmão da Igreja Católica.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 018ª SESSÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2010, ÀS 19H

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO
GELSON MERÍSIO**

**HOMENAGEM AO MOVIMENTO DE IRMÃOS DA
IGREJA CATÓLICA PELA PASSAGEM DOS SEUS
40 ANOS DE FUNDAÇÃO**

**PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO EDISON
ANDRINO**

SUMÁRIO

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Lembra o fundador do Movimento de Irmãos e o seu estabelecimento em Santa Catarina.

ARCEBISPO DOM MURILO KRIEGER - Agradece em nome dos homenageados e ressalta o exemplo de doação dos encontristas para fortalecer o sentimento cristão, a família e a igreja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edison Andrino) - *Shalom!*

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido as seguintes autoridades que serão nominadas para compor a mesa da nossa sessão solene:

Excelência reverendíssima dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, arcebispo da arquidiocese de Florianópolis;

(Palmas)

Casal Ozildo José e Celina Prazeres, do Conselho Nacional do Movimento de Irmãos;

(Palmas)

Casa Heitor e Margarete Campos, da

coordenação do Movimento de Irmãos na Arquidiocese de Florianópolis;

(Palmas)

Vossa reverendíssima monsenhor Agostinho Stahelin, introdutor do Movimento de Irmãos em Santa Catarina;

(Palmas)

Padre Francisco de Assis Wloch, pároco da Catedral Metropolitana de Florianópolis e secretário executivo da CNBB/Regional do Sul 4.

(Palmas)

Excelentíssimas senhoras autoridades, senhoras e senhores aqui presentes.

Quero fazer um cumprimento especial

a todos os irmãos na pessoa do sr. Osmar João da Cunha e da sra. Neida Cunha. Em nome dos dois - o Osmar trabalha no meu gabinete -, quero cumprimentar todos os irmãos aqui presentes. O Osmar é coordenador paroquial do Movimento de Irmãos da Paróquia Nossa Senhora da Lapa, do nosso querido Ribeirão da Ilha.

(Palmas)

A presente sessão foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares em homenagem ao Movimento de Irmãos pela passagem dos seus 40 anos.

Neste momento, teremos a apresentação do Hino Nacional interpretado pelo Coral da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à apresentação do hino.)

Eu queria também cumprimentar, com muito orgulho, o padre Pedro Koehler, que nos honra com a sua presença.

Na sequência de nossos trabalhos vamos apresentar o vídeo institucional dos nossos irmãos.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edison Andriano) - Cumprimentando o nosso arcebispo dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, cumprimento todas as autoridades religiosas nesta sessão especial.

Em nome do casal Heitor e Margarete Campos, quero cumprimentar todos os casais irmãos aqui presentes; os funcionários da Casa, a imprensa e dizer a todos que esta sessão está sendo transmitida para todo o estado de Santa Catarina pela TVAL, sendo repassada por várias vezes durante esta semana e na próxima.

Eu queria aproveitar a oportunidade para dizer que esta Casa presta uma homenagem a essa entidade religiosa pelos seus 40 anos, em reconhecimento aos relevantes serviços sociais prestados na comunidade através das suas paróquias.

Começo trazendo um pouco da história desse movimento de congregação e união, que é o Movimento de Irmãos. Essa história é conhecida por todos vocês, mas provavelmente não é conhecida pela maioria daqueles que nos ouvem e que nos vêem neste momento.

Sua fundação ocorreu em junho de 1970, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, por iniciativa do monsenhor Bernardo José Krasinski, então vigário-geral da paróquia Nossa Senhora de Guadalupe, em Curitiba.

Há muito tempo o monsenhor queria criar uma comunidade verdadeiramente cristã entre seus paroquianos, de forma que resolveu promover uma reunião na sua igreja para discutir o que poderia ser feito para ajudar na evangelização de seus paroquianos. Assim sendo, decidiram pela realização de um encontro.

Foi realizada, então, entre os dias 26 a 28 de junho de 1970, na Casa de Retiro Nossa Senhora, esse primeiro encontro em que se promoveria o convívio fraterno. Encontro esse que contou com a participação de casais do cursinho da Cristandade e do Movimento Familiar Cristão. Nascia aí o Movimento de Irmãos. A partir daí o monsenhor estendeu o movimento a outras paróquias e a outros estados da Federação.

Aqui em Santa Catarina o movimento ocorreu através do vigário da paróquia da Grande Florianópolis, do município de São João Batista, do monsenhor Agostinho Stahelim e do vigário da paróquia do Santíssimo Sacramento, padre Luiz Bertotti, ambos do município de Itajaí.

Esse primeiro encontro em terras catarinenses aconteceu entre os dias 14 e 16 de março de 1975, na Casa de Encontros da Imaculada Conceição, em Nova Trento, ou seja, cinco anos após o encontro de Curitiba.

Várias paróquias de Itajaí mandavam casais para os encontros e em março de 1981 aconteceu o primeiro encontro da Grande Florianópolis, com a participação de 11 paróquias da nossa região.

É realmente muito importante esse movimento, pois hoje vivemos tempos difíceis na sociedade, tempos em que os valores estão distorcidos, em que a família não é mais valorizada, a desagregação é cada vez mais comum e perdem-se os laços familiares.

Como resultado dessa realidade, temos um crescente número de jovens que não encontram no lar a estrutura suficiente para a construção de valores morais necessários para o desenvolvimento do caráter. São jovens que cedo vão para a rua, que cedo passam a usar drogas, a cometer pequenos delitos, e que não conhecem limites. Isso quando não são vítimas de abandono e de violência doméstica.

Desde sempre, sabe-se que a família é a unidade da sociedade, seja na religião, na política ou na natureza.

Na natureza a união entre os sexos cumpre a função de perpetuar as espécies, de dar continuidade à vida.

Na política, essa união é o gérmen da organização social, a origem das relações de poder, das normas, das leis comportamentais que desde cedo devem ser respeitadas para o bom convívio e para a preparação de uma sociedade justa, harmônica e de bem.

A concepção bíblica da família nasce do sentido intenso de solidariedade que liga entre si os membros do povo. Essa solidariedade tem suas raízes na origem comum: a família - transmissora da vida física e de todo o patrimônio religioso e cultural para as gerações futuras.

Na ordem da criação é Adão que dá início à humanidade como família, representando a unidade da origem. Como podemos ver em Gênesis, capítulo 5, versículos 1 a 2, onde a bíblia ensina: Este é o livro da genealogia de Adão. No dia em que Deus criou Adão, o fez semelhante a Deus, macho e fêmea os criou, os abençoou e os chamou com o nome de homens no dia em que foram criados.

E não foi com outro propósito que o monsenhor Bernardo José Krasinski iniciou esse Movimento. Os objetivos do Movimento são os de congregar cristãos preferencialmente casais, unidos em matrimônio e integrá-los numa comunidade paroquial; engajá-los nos objetivos gerais do Plano Pastoral da Arquidiocese e motivá-los a viver o Evangelho através da missão religiosa.

Atualmente na Arquidiocese de Florianópolis, o Movimento de Irmãos está presente na área de Itajaí, Grande Florianópolis e no vale do Rio Tijucas, contando, aproximadamente, com mais de 3 mil casais encontristas.

O Movimento de Irmãos se faz presente ainda na Diocese de Tubarão, Criciúma e Blumenau.

Quando propus essa homenagem pelos 40 anos do Movimento, eu o fiz pelo merecido reconhecimento devido aos trabalhos que são feitos junto às comunidades de Santa Catarina.

O trabalho de Irmãos está inserido em várias pastorais, dos quais podemos citar os realizados na pastoral catequética; o ministério da música; grupo bíblico; os realizados em apoio às gestantes, através do clube das gestantes que faz o trabalho de espiritualização pré-natal; os realizados junto aos idosos, junto às crianças através da Casa

Lar, e junto aos dependentes químicos; bem como jantares beneficentes, o casamento comunitário, entre outros trabalhos sociais prestados por vocês.

É, portanto, indiscutível, a relevância social desse Movimento, pelo que presto, em nome de todos os deputados da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, esta homenagem.

Venho também parabenizar todos os envolvidos nessa missão pelos 40 anos de trabalho que muito dignifica a nossa sociedade e que muito também pode ainda fazer em prol das comunidades do nosso estado.

Por isso quero aqui, em nome de todos os deputados desta Casa e dos seus funcionários, prestar essa homenagem pelos 40 anos deste Movimento.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Convido para fazer uso da palavra o casal Ozildo José e Celina Prazeres, em nome do Conselho Nacional do Movimento de Irmãos.

O SR. OZILDO JOSÉ - Excelentíssimo deputado Edison Andriano, presidente desta sessão especial e autor do requerimento de proposição desta sessão comemorativa em homenagem ao 40º aniversário de fundação do Movimento de Irmãos.

Vossa reverendíssima dom Murilo Sebastião Ramos Krüger, arcebispo metropolitano da Arquidiocese de Florianópolis;

Prezado casal Margareth e Heitor Campos, coordenador arquidiocesano do Movimento de Irmãos;

Reverendíssimo monsenhor Agostinho Stelin, nosso querido padre assistente espiritual de muitas coordenações e o maior responsável para trazer o Movimento de Irmãos para Santa Catarina;

Reverendíssimo padre Francisco de Assis, pároco da Paróquia Nossa Senhora do Desterro, secretário da Regional Sul da CNBB;

Reverendíssimos presbíteros, diáconos, párocos, vigários paroquiais, prezados assistentes espirituais do Movimento de Irmãos nas áreas e paróquias;

Prezados coordenadores e representantes de pastoral, associações e movimentos dessa arquidiocese;

Prezadas coordenações de áreas paroquiais e encontristas do Movimento de Irmãos;

Senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

"Na história da humanidade, na igreja, ou na nossa história pessoal, pode-se afirmar que nada acontece por acaso. Sempre um fato, uma ideia, uma pessoa, uma causa ou alguma circunstância é o fator determinante para um novo fato acontecer. Tudo a seu tempo.

Para as boas obras, a inspiração vem de Deus, mas o fator determinante pode surgir de um momento de intensa emoção, seja de alegria, de sofrimento, de uma experiência pessoal ou de outras mil formas de que Deus pode-se valer para despertar-nos para o agir.

Algo assim, muito importante aconteceu há 40 anos, quando da concretização do sonho e do ideal de monsenhor Bernardo José José Krasinski, um pároco piedoso e batalhador que incansavelmente pedia a inspiração divina para resolver um problema que o afligia. O problema era a dispersão, o descaço, a indiferença, o egoísmo, a falta de espírito de comunidade reinante na sua paróquia, na cidade de Curitiba.

Esse quadro se agravou sensivelmente quando da transferência das celebrações para a nova igreja matriz, bem

mais espaçosa que a humilde capela até então usada. Além de mais amplo, o novo templo tinha várias portas por onde, terminada a missa, em poucos instantes os fiéis dispersavam-se, cada um para o seu lado, sem um cumprimento, sem um sorriso para as outras pessoas, como é costume acontecer na antiga igreja apinhada, principalmente junto à única porta de saída.

Pensou monsenhor Bernardo: como formar uma comunidade? Como motivar aqueles fiéis a uma caminhada comunitária? Como engajá-los em atividades evangelizadoras ou pastorais, que é a missão de todos os discípulos de Jesus?

Horas e horas aos pés da virgem de Guadalupe, padroeira da sua paróquia, monsenhor Bernardo orava e pedia inspiração, pedia força e sabedoria para realizar um trabalho que seria a concretização de seu sonho, o sonho de criar uma verdadeira comunidade cristã em sua paróquia. Ideal ou sonho. Realidade ou utopia. Visão ou loucura. No conflito de tantos sentimentos não lhe faltava a alavanca que removia todos os obstáculos: muita fé e oração. Não lhe faltava, também, o apoio de um grupo de amigos integrantes de outros movimentos eclesiais.

No livro intitulado *Movimento de Irmãos*, escrito por Levy e Deolinda Lustosa, um desses casais da primeira hora e que conviveram com monsenhor Bernardo, lê-se o seguinte: 'Sabemos apenas que muitíssimos acontecimentos dentro da igreja [...] influenciaram na criação deste Movimento: o Concílio Vaticano II, com a abertura proporcionada à atuação do leigo na Igreja, o Movimento Familiar Cristão, os Cursinhos de Cristandade, o Movimento dos Focolarinos, a vocação especial, a vocação especial de um homem, sua devoção à Nossa Senhora, sua abnegação, seu desprendimento e sua vontade de que a Igreja Católica acompanhasse o grande desenvolvimento tecnológico do mundo, após a II Guerra Mundial, com suas consequências políticas, sociais e econômicas... foram esses os fatores que prepararam o ambiente propício ao seu surgimento. Aí sobreveio o referido fator determinante que, concretamente, foi a mudança de uma igreja de madeira para um grande templo, evidenciando os problemas já citados a tempo.'

A SRA. CELINA PRAZERES - Um dia, após quatro horas de oração, segundo ele mesmo sempre contava, teve a inspiração do que deveria ser feito e, ao mesmo tempo, a certeza da possibilidade de sua realização. Acabaram-se, então, as dúvidas, solucionaram-se os questionamentos; agora via claramente: seria uma comunidade, cujos laços a unir seus membros com seu amor e não interesses, ou ligações de famílias, religião, muito menos sociais, econômicos ou políticos. A esta comunidade, inspiradamente, deu o nome de Movimento de Irmãos. O termo irmão, de tão largo uso na linguagem cristã em todos os tempos, lembra-nos, em primeiro lugar, nossa comum filiação divina; faz-nos sentir o vigor da união gerada na fraternidade; o termo irmão, ainda, faz-nos sentir o peso da responsabilidade comunitariamente assumida; e, concluindo, faz despertar no coração humano os mais ternos sentimentos de amor pelo semelhante.

E assim materializou-se o seu sonho, o seu ideal, uma grande comunidade de amor e de serviço à igreja e aos irmãos.

O SR. OZILDO JOSÉ PRAZERES - o Movimento de Irmãos foi fundado em 1970 por ocasião do seu primeiro encontro de Neos, realizado dos dias 26 a 28 de junho na Casa de Retiros Nossa Senhora do Mossungüê, na

cidade de Curitiba, Paraná, tendo como seu primeiro diretor espiritual o fundador monsenhor Bernardo.

Em Santa Catarina, sacerdotes e casais de Itajaí, tomando conhecimento dos efeitos desses encontros na Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe, com esse novo apostolado, foram participar de encontros em Curitiba, voltando entusiasmados." Monsenhor Agostinho Staehelin aqui presente e o padre Luiz Bertotti, que infelizmente não pôde estar presente. Monsenhor Agostinho, com aquele mesmo entusiasmo que foi para lá. Hoje nós sentimos o mesmo entusiasmo junto ao Movimento de Irmãos, e ele merece de nós aqui uma grande salva de palmas.

(Palmas)

(Continua lendo.)

"E com esse mesmo entusiasmo decidiram trazê-la para este estado, para a arquidiocese de Florianópolis.

Em março de 1975, na cidade de Nova Trento, no centro de encontros Imaculada Conceição, realizou-se o 1º Encontro de Casais Neos em Santa Catarina, com casais e sacerdotes de quatro paróquias de Itajaí e da paróquia da cidade de São João Batista, expandindo-se nos anos seguintes para a região metropolitana da Grande Florianópolis e, gradativamente, para as dioceses de Criciúma, Tubarão, Blumenau. E no próximo mês de agosto estará ingressando na diocese de Rio do Sul.

O Movimento de Irmãos também teve a sua experiência na Arquidiocese de Porto Alegre, no estado do Mato Grosso, e expandiu-se no Paraná em diversas paróquias da Arquidiocese de Curitiba e nas Dioceses de Foz do Iguaçu, Paranaguá e São José dos Pinhais.

No ano de 2000 foi criado o Estatuto único, instalado o Conselho Nacional e estabelecida estatutariamente a realização do Congresso Nacional do Movimento de Irmãos a cada três anos.

A SRA. CELINA PRAZERES - O Movimento de Irmãos é um verdadeiro instrumento de evangelização que veio, nesses 40 anos, suscitar forças vivas em mais de 160 paróquias pertencentes a uma dezena de dioceses, somando energias com tantos outros movimentos e associações existentes em nossa igreja.

É um movimento de leigos engajados em atividades, ministérios e pastorais existentes nas paróquias.

Eventuais e normais dificuldades são superadas com a determinação de seguir com firmeza o balizamento sonhado e idealizado por seu fundador: viver de acordo com o Evangelho, com os ensinamentos e a doutrina da igreja, e caminhar com a Igreja Particular, sob a orientação e assistência dos bispos, presbíteros e diáconos.

É um movimento orientado basicamente para o casal, para a família e para a paróquia. Para o casal porque o Movimento de Irmãos possibilita ao casal estreitar os laços matrimoniais. Oferece a oportunidade de os cônjuges assumirem atividades paroquiais de acordo com os seus dons e talentos. Estimula a convivência com outros casais, reforçando salutar amizade na vida de casados e o relacionamento na vida a dois.

Para a família, porque o casal envolve os filhos e todo o ambiente da família para o diálogo, a harmonia conjugal, o cultivo dos valores humanos e do evangelho e o crescimento da fé. E para a paróquia, porque, nos 40 anos de história, o Movimento de Irmãos mantém, em sua estrutura e organização, o estilo próprio de ser e expressar de uma comunidade paroquial. Pode-se até afirmar que o encontro, o retiro inicial e as demais

atividades do Movimento de Irmãos constituem uma verdadeira escola de paroquianos.

O SR. OZILDO JOSÉ PRAZERES - No VIII Congresso Nacional do Movimento de Irmãos realizado em outubro e 2009, na cidade de Itajaí, nosso arcebispo metropolitano, dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, em sua mensagem inaugural motivou o Movimento de Irmãos a assumir e guiar-se ao longo de suas atividades por quatro perguntas, duas de Jesus e duas do apóstolo Paulo.

Das duas perguntas de Jesus, uma foi dirigida ao apóstolo Pedro: "Simão, filho de João, tu me amas?" Cada integrante do Movimento de Irmãos deverá substituir o nome Simão pelo seu próprio nome e dar sua resposta pessoal.

A outra pergunta foi dirigida ao apóstolo Paulo: "Paulo, Paulo, porque me persegues?" Se dirigida a cada um de nós, aprenderemos que será a Cristo que estaremos fazendo aquilo que fizermos a quem estiver ao nosso lado.

As perguntas de Paulo: "Quem és Tu, Senhor?" Se este Movimento conseguir ajudá-lo a responder a essa pergunta, terá alcançado seus objetivos.

Para ajudar-nos em nossa caminhada, lembrava-nos ainda Dom Murilo a preciosa afirmação do Documento de Aparecida: "Conhecer a Jesus Cristo pela fé é nossa alegria, segui-lo é uma graça, e transmitir este tesouro aos demais Irmãos é uma tarefa que o Senhor nos confiou ao nos chamar e nos escolher. (Documento de Aparecida, 18)

A segunda pergunta de Paulo deve ser dirigida a nós, cristãos, e aos integrantes do Movimento de Irmãos a Cristo: "Que queres que eu faça?" Escutemos o Senhor, em qualquer tempo, mas de modo especial neste período de reflexão pelos 40 anos de existência do Movimento de Irmãos, lembrando o seu carisma voltado para a paroquialidade.

O Senhor vai nos falar de muitas maneiras. Estejamos, pois, atentos, muito atentos às palavras e também ao olhar carinhoso e de apoio de Nossa Senhora de Guadalupe, nossa padroeira, a nos sussurrar: "Faça a sua parte! Fazer tudo o que ele vos disser!"

Que Deus Trindade nos abençoe e ilumine nesta caminhada de ação evangelizadora, como discípulos missionários de Jesus Cristo.

Finalizando, na qualidade de casal coordenador do Conselho Nacional do Movimento de Irmãos, em nosso nome e em nome dos conselheiros do Conselho Nacional, queremos agradecer às autoridades que compõem a mesa e às demais autoridades presentes. Em especial, queremos que o deputado Edison Andrino, autor do projeto em proposição desta significativa homenagem, leve ao presidente desta Casa Legislativa, deputado Gelson Merísio, o nosso agradecimento.

Agradecemos a honrosa presença de sua eminência reverendíssima dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, arcebispo metropolitano da Arquidiocese de Florianópolis, dos presbíteros e dos diáconos.

Queremos agradecer também à Coordenação Arquidiocesana do Movimento de Irmãos, que teve a iniciativa da realização deste evento, aos representantes das pastorais, associações e movimentos desta arquidiocese, às coordenações paroquiais, às coordenações diárias e a todos os irmãos integrantes do Movimento e seus familiares, por suas presenças e participação. Enfim, muito obrigado a todos.

Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo. Para sempre seja louvado, *Shalom*.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO -

Queríamos agradecer as palavras do casal Ozildo José Prazeres e Celina e vamos chamar para entrega das homenagens o mestre de cerimônias da Casa, sr. Washington Luis Mignoni, que fará a chamada dos homenageados.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - Convido os casais membros da Coordenação Arquidiocesana para conduzirem a imagem de Nossa Senhora de Guadalupe e do monsenhor Bernardo José Krasinsky, acompanhados pelo coral Vozes do Movimento de Irmãos, entoando o hino de Nossa Senhora.

(Procede-se à apresentação do hino de Nossa Senhora.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Edison Andrino para fazer a entrega da homenagem a sua excelência reverendíssima dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, arcebispo metropolitano de Florianópolis.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem sua reverendíssima monsenhor Agostinho Stahelin, introdutor do Movimento de Irmãos em Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o padre Francisco de Assis Wloch, que neste ato representa o padre Luiz Pertoti, introdutor do Movimento de Irmãos em Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o casal Celina e Ozildo José Prazeres, neste ato representando o Conselho Nacional do Movimento de Irmãos pela passagem dos seus 40 anos.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Neste momento o Parlamento catariense presta homenagem à Coordenação Arquidiocesana de Florianópolis do Movimento de Irmãos pela passagem dos 40 anos do Movimento de Irmãos, pela implantação de seus objetivos e carisma, congregando casais para viverem o cristianismo, o evangelho, o amor a Deus e aos irmãos, motivando-os aos trabalhos pastorais e promovendo a união da família.

Convido para receber a homenagem, em nome da Coordenação Arquidiocesana do Movimento de Irmãos, o casal Margarete e Heitor Campos.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Agradecemos ao deputado Edison Andrino e convido sua excelência reverendíssima dom Murilo Sebastião Ramos Krieger para fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem os irmãos da paróquia São João Batista e Santa Luzia, de Capoeiras.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem os representantes da paróquia São João Evangelista, de Biguaçu.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem os representantes da paróquia Senhor Bom Jesus de Nazaré, de Palhoça.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem os representantes da paróquia Sagrados Corações, de Barreiros.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem os representantes da paróquia Nossa Senhora do Carmo, de Coqueiros.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Agradeço a dom Murilo e convido o casal Celina e Ozildo José Prazeres para fazerem a entrega da homenagem em nome da Assembleia Legislativa.

Convido para receber a homenagem os representantes da paróquia Sagrado Coração de Jesus, de Antônio Carlos.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Agora, convido para receber a homenagem os representantes da paróquia Nossa Senhora do Desterro e Santa Catarina, catedral de Florianópolis.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Neste momento, convido para receber a homenagem os representantes da paróquia Nossa Senhora da Lapa, do Ribeirão da Ilha.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem os representantes da paróquia São José e Santa Rita de Cássia, do Jardim Atlântico.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem, agora, os representantes da paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem, do Saco dos Limões.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Agradeço ao casal Celina e Ozildo José Prazeres, e convido sua reverendíssima monsenhor Agostinho Stahelin para fazer a entrega da homenagem em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Convido para receber a homenagem os representantes da paróquia Santo Antônio e Santa Maria Goretti, da Colônia.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem os representantes da Capela Santa Rita de Cássia, do bairro Carianos.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem os representantes da Paróquia Santo Antônio, de Campinas.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem os representantes da Paróquia São Judas Tadeu, de Barreiros.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem os representantes da Capela Nossa Senhora Aparecida, de Areias de Baixo, do município de Governador Celso Ramos.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Agradeço ao monsenhor Agostinho Stahelin e convido para fazer a entrega das próximas placas, em nome da Assembleia Legislativa, o padre Francisco de Assis Wloch.

Convido para receber a homenagem os representantes da Paróquia São Francisco de Assis, de Forquilha.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem os representantes da Paróquia Santíssimo Sacramento, de Itajaí.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem os representantes da Paróquia São João, de Dom Bosco, de Itajaí.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem os representantes da Paróquia São João Batista, de Itajaí.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem os representantes da Paróquia São Cristovão, de Cordeiros, de Itajaí.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Agradeço ao padre Francisco de Assis Wloch.

Convido o casal Heitor e Margareth Campos para fazerem a entrega das próximas placas, em nome da Assembleia Legislativa.

Convido para receber a homenagem os representantes da Paróquia São Vicente de Paulo, de São Vicente, Itajaí.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem os representantes da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes, Fazenda, Itajaí.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem os representantes da Paróquia Santuário Nossa Senhora dos Navegantes, de Navegantes.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem os representantes da Paróquia São João Batista, de São João Batista.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao casal Heitor e Margarete Campos, e convido para fazer entrega das próximas placas, em nome da Assembleia Legislativa, o padre Pedro Koeller.

Convido para receber a homenagem os representantes da Paróquia São Sebastião, de Tijucas.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem os representantes da Paróquia São Virgílio, de Nova Trento.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem os representantes da Paróquia Santana, de Canelinha.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem os representantes da Paróquia São José, do município de São José.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao Padre Pedro Koeller. A seguir teremos a apresentação do coral Vozes, do Movimento de Irmãos, com a execução do hino do Movimento de Irmãos.

(Procede-se à apresentação do coral.)

Neste momento o coral da Assembleia Legislativa brindará a todos com a música *Deus de um Deus maior*.

Os representantes do Parlamento catarinense sentem-se honrados em prestar essas homenagens nesta noite.

Boa-noite!

(Procede-se à apresentação do coral.)
(Palmas)

Agora fará uso da palavra dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, nosso arcebispo metropolitano.

DOM MURILO SEBASTIÃO RAMOS KRIEGER - Excelentíssimo deputado Edison Andrino, parabenoize-o pela feliz iniciativa desta sessão especial.

Quero saudar as pessoas já nominadas, o público aqui presente e quem participa da nossa sessão em qualquer parte de Santa Catarina, com aquela palavra de Cristo na tarde do domingo da ressurreição: *shalom*.

(Passa a ler.)

"O Movimento de Irmãos celebra os 40 anos de sua criação. Diante desse fato, faço as seguintes considerações:

1º - Trata-se de um grupo de pessoas que está a caminho, em direção a um objetivo. Isso significa que esse grupo de pessoas não aceita acomodar-se, mas também não espera que o mundo melhore automaticamente: reconhece que é preciso fazer alguma coisa, e seus membros se dispõem a fazê-lo.

2º - É um movimento que tem propostas ousadas, pois quer ajudar seus membros a crescer na santidade, unir as famílias em torno de Jesus Cristo, participar da vida da Igreja, especialmente no ambiente em que vivem as famílias, isto é, nas paróquias, e trabalhar em favor das famílias, especialmente as que mais estiverem necessitando de ajuda e de apoio.

3º - É um Movimento de Irmãos, isto é: seus membros têm consciência de que, como filhos do mesmo Pai, devem ser sempre unidos; guia-se pela preocupação de fazer com que todos - todos, mesmo os que não pertencem a esse Movimento, também os que não compartilham a mesma fé, os homens e mulheres que não têm fé - sejam irmãos e irmãs entre si e devem viver como tal. O Movimento de Irmãos luta, pois, contra a discriminação, quer seja de ordem religiosa, racial, econômica ou social e quer que a fraternidade se traduza em gestos de solidariedade, de amor e de paz.

4º - A celebração dos 40 anos do Movimento de Irmãos não é, pois, um ponto de chegada. É, sim, um momento de reflexão para a tomada de um novo impulso em sua caminhada, já que a vida continua e os desafios à sua frente se renovam, esperando uma resposta adequada.

5º - Por tudo isso, na celebração desses 40 anos, faço minha e dirijo ao Movimento de Irmãos as observações do apóstolo Paulo, no final de sua carta aos romanos:

"Glória seja dada àquele que tem o poder de vos confirmar na fidelidade ao meu evangelho e à pregação de Jesus Cristo, de acordo com a revelação do mistério mantido em sigilo desde sempre. Agora este mistério foi manifestado e, mediante as Escrituras proféticas, conforme determinação do Deus eterno, foi levado ao conhecimento de todas as nações, para trazê-las à obediência da fé. A Deus, o único sábio, por meio de Jesus Cristo, a glória, pelos séculos dos séculos. Amém' (Rm 16,25-27)."

Shalom!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Convido para fazer uso da palavra o casal Heitor e Margarete Campos, que vão falar em nome da coordenação de Florianópolis.

O SR. HEITOR CAMPOS - Cumprimos o sr. deputado Edison Andrino e em seu nome cumprimos as autoridades presentes.

Cumprimos o reverendíssimo dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, arcebispo metropolitano, e em seu nome cumprimos todos os presentes.

Saúdo, de modo carinhoso, o monsenhor Agostinho, que está ausente por motivo de saúde, que trouxe o movimento para o nosso município.

Saúdo também, com satisfação, o padre Chico, que é nosso assistente espiritual, e cumprimentando o casal coordenador nacional do Movimento de Irmãos, Ozildo e Celina, cumprimento o pessoal do movimento.

Deputado Edison Andrino, meu colega de faculdade e meu amigo, muito obrigado por haver atendido de pronto ao nosso pedido, pois esta homenagem que a Assembleia Legislativa presta ao Movimento de Irmãos deixa-nos muito emocionado.

Que Nossa Senhora de Guadalupe, padroeira do Movimento de Irmãos, proteja toda a sua família.

A SRA. MARGARETH CAMPOS - Dom Murilo, muito obrigada por estar presente nesta noite de gala do Movimento de Irmãos. O seu apoio é muito importante e leva-nos cada vez mais a servir à igreja e a nos tornar mais igreja.

Padre Francisco, conhecido como Chico, nosso muito amado assistente espiritual, nosso amigo e orientador, obrigada por sempre nos lembrar do objetivo primeiro do Movimento de Irmãos. Agradecemos a todos os assistentes espirituais.

Coordenadores nacionais do Movimento de Irmãos, Celina e Ozildo, parabéns pelos 40 anos de fundação. Pelo amor e dedicação que vocês têm pelo mesmo, temos certeza de que tudo farão pelo seu fortalecimento e crescimento.

Agora, meus irmãos, de um modo bem nosso, vamos fazer a nossa saudação.

Shalom!

O SR. HEITOR CAMPOS - *Shalom!*

Obrigado pela presença de todos vocês nesta sessão especial da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em que homenageia o Movimento de Irmãos pela passagem dos seus 40 anos.

A SRA. MARGARETH CAMPOS - Queremos dar uma saudação especial ao monsenhor Agostinho Stahelin, ao padre Luiz Bertotti, mesmo ausente. Vocês, que tiveram a graça e a luz de trazerem o Movimento de Irmãos para a nossa arquidiocese, muito obrigada!

Que bom que vocês entenderam o sonho do monsenhor Bernardo e ajudaram a concretizá-lo, a tornar realidade o que ele falou de como visualizava o movimento: Gostaria de ver surgir uma comunidade de pessoas simples, iguais, sem título, que se tratassem como irmãos e que tivessem como base os ensinamentos do Evangelho, para poder viver mais concretamente suas vidas, que só tem sentido quando se ama.

Gostaria que essa comunidade se assemelhasse aos primeiros cristãos que se reuniam nas catacumbas junto aos túmulos de seus mártires, para estabelecer em seu meio o reino de Deus, louvando e manifestando o seu amor através de atos de fé junto aos semelhantes, e os outros, quando viessem, diriam: vede como eles se amam.

Gostaria que fosse escolhida uma linha de obediência à prática do Evangelho - Amai a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a ti mesmo, frase que contém em sua essência todo o programa de salvação.

O Movimento de Irmãos tem uma dívida de gratidão para com o senhor.

O SR. HEITOR CAMPOS - O nosso movimento tem a graça de ter como madrinha Nossa Senhora de Guadalupe, que também é invocada como protetora das Américas, das vocações, das famílias e dos nascituros.

Peçamos sempre à Maria, mãe e mestra dos primeiros apóstolos e dos apóstolos de todos os tempos, que acompanhe e ilumine os seguidores de Jesus hoje. Que tenhamos sempre Maria como exemplo, pois foi seguidora e discípula fiel de Deus, acolhendo a sua proposta e traduzindo sua fé em gestos de serviço. Que façamos igual à Maria, que nos aponta Jesus e convida-nos a fazer tudo o que Ele disser. Tenhamos confiança.

Como membros do movimento, não podemos esquecer, então, que somos uma ferramenta, como sempre nos lembra nosso assistente espiritual padre Chico, a serviço da paróquia. Temos que estar atentos às suas necessidades e prioridades. Só assim estaremos cumprindo nosso papel de encontristas e de cristãos.

A SRA. MARGARETH CAMPOS - O nosso movimento tem como objetivo: congregar cristãos, preferencialmente casais unidos em matrimônio, integrá-los numa comunidade paroquial e engajá-los nos objetivos gerais do plano de pastoral da diocese, motivando-os a viver o Evangelho através da missão profética, sacerdotal e régia.

Para concretizar seus objetivos, o Movimento de Irmãos tem como metas: promover o fortalecimento da família, com o testemunho dos membros do Movimento de Irmãos e na formação da comunidade.

Temos como movimento a convicção de que precisamos da formação de uma comunidade cristã orientada para as transformações sociais. Nossa ação se desenvolve quando servimos a igreja ao lado do nosso pároco, ajudando-o nas atividades da paróquia e no cumprimento das linhas pastorais ditadas pela nossa arquidiocese.

É nossa preocupação permanente estar sempre congregando os casais para que numa comunidade de leigos engajados em sua paróquia estejam dispostos a viver como Cristo viveu: amando a Deus Pai e ao próximo. Quem ama o Senhor guarda a sua Palavra no coração e a torna vida.

Com nossa vida sedimentada em Deus, vamos estimular a unidade e o convívio fraterno de nossos irmãos com a família do Movimento e com a sua própria família e com a sua comunidade paroquial.

Para isso devemos aprofundar nossa fé em seus diversos aspectos, contribuindo assim para que cada casal vivencie melhor a sua igreja doméstica.

Isso acontecendo vamos, de maneira natural, promover o fortalecimento do sacramento do matrimônio, do casal encontrista e dos membros de sua família.

Nos temos, meus irmãos, que ser homens da igreja no coração do mundo e homens do mundo no coração da igreja, conforme definido pelo Concílio Vaticano II.

Essa definição do papel dos leigos é acompanhada pelo Documento de Aparecida, que dedica um longo e importante capítulo aos fiéis leigos e leigos missionários de Jesus, luz do mundo. Imbuídos desse espírito, assim definiu a Coordenação Arquidiocesana 2010/2011 o seu lema: Como Discípulos Missionários, Amar e Servir.

Como cristão devemos aprofundar nossa fé em seus diversos aspectos, pois só se ama aquilo que se conhece, e assim podemos, com a ajuda de Deus, evangelizar nossa família, nosso ambiente social e profissional.

Lembrem-se, meus irmãos, que Jesus veio revelar, ao mesmo tempo, Deus ao homem e o homem ao homem. Ele é, em pessoa, Deus e homem. Nele vemos o rosto humano de Deus e o rosto divino do homem.

Que possamos, vivendo o Evangelho no dia a dia, dizer como São Paulo: Combati o bom combate, terminei a minha carreira, aguardei a fé (2Tm 4,6-7).

Que Nossa Senhora de Guadalupe, padroeira do Movimento de irmãos, interceda junto a Deus por todos nós. Tenho dito.

Shalom!

(Palmas)

Nós vamos quebrar o protocolo e pedir ao deputado Edison Andrino para vir até aqui à frente.

Em nome de toda a diocese, queremos fazer a entrega ao amigo desse presente.

(Procede-se à entrega do presente.)

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Olha, eu gosto muito de ganhar presentes. Vou fazer mais vezes sessões como esta.

(Palmas)

Mas eu quero agradecer a todos, às autoridades religiosas que compõem a mesa. Foi uma honra muito grande participar e dirigir esta sessão na Assembleia Legislativa de Santa Catarina e rever alguns amigos.

Fiquei surpreso aqui quando, ao olhar a plateia, vi que estavam aqui presentes alguns casais da Lagoa da Conceição, que são meus vizinhos, que eu nem sabia que participavam dos Grupos de Irmãos.

É uma honra muito grande, e se há uma coisa bonita na Assembleia Legislativa é o nosso coral. É uma alegria escutá-lo.

(Palmas)

Ainda acompanhados pelo Coral de Irmãos, temos o coral *Shalom*, que também nos honrou com sua beleza e música.

Quero fazer um agradecimento especial ao nosso presidente, deputado Gelson Merisio, que cedeu a estrutura da Assembleia, aos funcionários, à imprensa, a todos que contribuíram para que esta sessão pudesse ser realizada.

Quero também fazer um cumprimento muito especial a uma pessoa que é importante nessas sessões. Ela sempre me diz: "Andrino, tu não obedeces muito às regras que nós estabelecemos para fazer as sessões especiais. Tu saís do padrão que é

estabelecido". É ela quem nos assessora, a filha do ex-governador Ivo Silveira, a Elizabeth Silveira Brandalise, a nossa Bete, que foi uma das coordenadoras desta sessão, e eu aproveitei a oportunidade para fazer um agradecimento a ela. Da mesma forma, quero agradecer a todos. Esta é uma Casa democrática, e que bom se o espírito cristão desta sessão alegre e criativa se incorpore às paredes desta Casa para que nós, legisladores, possamos daqui para frente legislar e decidir com mais sabedoria pela influência de Deus e pela influência cristã. Acho que o espírito desta sessão provavelmente vai ficar um pouco incorporado ao ambiente do Poder Legislativo de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas)

Convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino de Santa Catarina, interpretado pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação no hino.)

Antes de encerrar a presente sessão convoco outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 343, de 24 de junho de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e com o objetivo de propiciar condições para que os servidores possam assistir aos jogos da Seleção Brasileira de Futebol,

RESOLVE:

Art. 1º Nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol, o expediente da Assembleia Legislativa será o seguinte:

I - nos jogos a serem realizados às 11 horas, o expediente será das 14:00 horas às 19:00 horas; e

II - nos jogos a serem realizados às 15:30 horas, o expediente será das 7:00 horas às 13:00 horas.

Art. 2º Ficam excluídos do horário estabelecido por este Ato, os serviços considerados essenciais ao interesse público e aqueles que, por sua natureza, já obedecem a turno especial de trabalho.

Art. 3º Fica o Diretor Geral autorizado a proceder, mediante Portaria, modificações nos horários dispostos neste Ato a fim de assegurar a adequada prestação dos serviços públicos.

Art. 4º Este Ato entrará em vigor na data da sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 344, de 24 de junho de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0979/10,

RESOLVE: com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

ATRIBUIR a servidora **MARLY COSTA DOS SANTOS**, matrícula nº 1028, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 janeiro de 2006, com efeitos a contar de 27 de maio de 2010.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE PARA DISCUTIR SOBRE O BALANÇO DA TEMPORADA DE VERÃO 2010 NO LITORAL DE SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 27 DE MAIO DE 2010, ÀS 14H, NO PLENARINHO DA ALESC

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e dez, às quatorze horas, realizou-se no Plenarinho Deputado Paulo Stuart. Wright, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, audiência pública da Comissão de Turismo e Meio Ambiente para discutir o Balanço do

verão 2010. Dando início à audiência pública, o **mestre de cerimônias, Newton Ladislau Zomkowski**, deu boas-vindas a todos e convidou para tomarem assento à mesa as seguintes autoridades: Deputado Estadual Edison Andrino, membro da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da ALESC; senhor Valdir Rubens Walendowsky, Secretário de Estado de Turismo, Cultura e Esportes e presidente da Santur; senhor Tarcísio Schmitt, presidente do Sindicato de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares; Coronel PM Nazareno Marcineiro, chefe do Estado Maior, representando a Polícia Militar de Santa Catarina; senhor Capitão de Corveta José Antônio Gomes da Silva, representando a Capitania dos Portos de Santa Catarina; e senhor Homero Gomes, Secretário Executivo da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte (Setur), representando o Prefeito de Florianópolis, senhor Dário Berger. Ato

continuo, o mestre de cerimônias passou a condução dos trabalhos ao senhor **Deputado Edison Andriano**, que, após cumprimentar os presentes, registrou a presença das seguintes autoridades: senhor Pedro Joaquim Cardoso, Secretário Municipal de Integração Regional, representando o Prefeito do Município de Biguaçu; senhor Gilberto dos Passos Aguiar, representando a Celesc; senhora Raquel Ribeiro Bittencourt, diretora de Vigilância Sanitária de Santa Catarina; senhor Osny Souza Filho, diretor de Orçamento, Planejamento e Informação da Casan; senhor Ralf Mensak, representando o Prefeito de Garopaba; senhor Célio Santos, representando o Deputado Federal Edinho Bez; senhor Renato Gomes Laus, Secretário de Esportes, representando a Prefeitura de São Francisco do Sul; senhora Irma Remor Silva, representando o Secretário Municipal de Assistência Social e Juventude de Florianópolis; e senhor Hélio da Silva Leite Júnior, gestor de negócios da CDL de Florianópolis. Na sequência, o senhor presidente registrou que a Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc, em conversa com todos os segmentos envolvidos no turismo, decidiu fazer a presente audiência pública para ter uma radiografia da última temporada de verão, as dificuldades nas áreas de saúde, educação, segurança, saneamento básico, mobilidade urbana, enfim, todas as dificuldades por que passam o setor hoteleiro, o comércio, os turistas e a população local. Explicou que a melhor maneira de planejar a próxima temporada é corrigindo os erros da temporada passada. Isso posto, passou a palavra ao senhor **Valdir Rubens Walendowsky**, que cumprimentou todos os participantes da audiência pública e registrou que desistiu de compromisso em São Paulo para poder participar do debate, em função de o assunto ser de extrema relevância para Santa Catarina, qual seja, a temporada de verão. Prosseguindo, disse que a questão sol e mar representa cinquenta por cento do turismo no mundo, o que não é diferente em Santa Catarina. Informou que desde 2003 o Estado vem adotando uma política de promover o turismo no litoral e no interior durante o ano inteiro, não só na temporada. Na continuidade, contou que esteve presente à abertura da quinta edição do Salão Brasileiro do Turismo, maior evento relacionado ao turismo do Brasil, quicá, da América do Sul, ocorrido em São Paulo, maior centro emissor de turismo da América Latina; que do referido evento participaram municípios das dez regiões turísticas de Santa Catarina. Destacou que até o final deste Governo a questão sol e mar será tratada como prioritária, assim como acontece no Brasil e no mundo. Ressaltou que estão trabalhando num plano de *marketing* para até 2020 que deverá ficar pronto até final deste ano, um plano global para Santa Catarina e dez planos regionais. Deixou claro que *marketing* não é só propaganda, como muitos pensam; que o plano ao qual se referiu tem o intuito de trazer resultados consistentes para o Governo e para a iniciativa privada; que através de pesquisas presenciais no Brasil e em outros países será traçado o perfil do turista; que foi contratada para a elaboração desse plano a Chias Marketing, empresa espanhola que tem como um de seus donos o senhor Josep Chias, que ajudou a elaborar o plano de desenvolvimento do turismo da Espanha, nas Olimpíadas de Barcelona de 1982, e a criar o Sol de Miró, a marca mais expressiva do turismo mundial. Contou, ainda, que a Espanha é hoje o país que mais recebe turista - são 75 milhões por ano. Ainda sobre o plano, contou que tem como objetivo fazer com que o Estado possa cada vez mais satisfazer o turista, bem como aumentar a participação do turista de melhor poder aquisitivo, e para tanto é preciso saber como fazer para atraí-lo, saber o que gosta e o que não gosta. Na sequência, disse que na temporada de verão foi implantado atendimento nos aeroportos de Florianópolis e Navegantes, bem como para os navios, visto que é importante também esse atendimento, independentemente de ser bom ou não para Santa Catarina; que o material informativo está em doze línguas, destacando que Santa Catarina é o Estado da Federação com a maior gama de material informativo, isso dito pelo próprio Ministro do Turismo. Falou, ainda, da participação da Polícia Rodoviária Estadual e da Polícia Rodoviária Federal, principalmente nas entradas do Estado. Prosseguindo, mencionou que na Secretaria sua função é tratar de políticas e infraestrutura, juntamente com os parceiros do Governo, e que na Santur trata da questão promocional e do relacionamento com o mercado. Voltando à questão do Salão Brasileiro de Turismo, destacou que nas reuniões do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, que delibera sobre os temas relevantes do turismo nacional, os principais itens de pauta são infraestrutura, BRs, portos, aeroportos e, agora, uma grande preocupação com os Estados que vão participar da Copa do Mundo de 2014; que das doze cidades selecionadas provavelmente umas três ou quatro ficarão de fora, visto que não têm a infraestrutura necessária que a Fifa exige. Em relação aos aeroportos, disse que espera que agora a Infraero cumpra realmente o que prometeu há quinze dias, ou seja, que em 2014 o aeroporto de Florianópolis estará pronto. Finalizou dizendo que está à disposição na Secretaria e na Santur para trabalhar cada vez mais pelo Estado na questão do turismo, principalmente, fazendo com que a economia seja cada vez melhor. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Edison Andriano**, agradeceu as palavras do

Secretário e comentou que pela manhã teve a oportunidade de participar em Imbituba de uma reunião na qual foi discutido o plano de gerenciamento costeiro de Laguna, de Imbituba, de Paulo Lopes e de Garopaba. Opinou que a discussão do plano de gerenciamento costeiro está atropelando a discussão dos planos diretores e não está levando muito em consideração a questão do desenvolvimento econômico do Estado. Expôs que considera muito importante a questão ambiental, mas que tem que ser dentro de um projeto que envolva o desenvolvimento sustentável. Informou que no dia 2 de junho será discutido o gerencialmente costeiro da Grande Florianópolis, o que avalia de suma importância para a população, sobretudo para o setor de turismo. Em seguida, passou a palavra ao **senhor Tarcísio Schmitt** que, após cumprimentar os presentes, manifestou concordância com o Secretário Valdir Rubens Walendowsky no que concerne às medidas que o Governo do Estado vem tomando: são verdadeiras e necessárias. Destacou que todos do setor sentem que este Governo, pelo menos até agora, foi quem mais deu importância e apoio ao turismo. Em relação à infraestrutura, comentou que tem sido um batalhador nesse aspecto, visto que muito se fala e pouco se faz. Destacou que existem problemas seriíssimos na questão do aeroporto, do acesso às pontes, à BR-101, à SC-401 e à sinalização turística, projeto de doze ou treze anos que ainda não saiu do papel. Evidenciou que essa questão não cabe só ao setor público, mas que ele deveria ser o moderador e o facilitador nesse aspecto. Sobre o aeroporto Hercílio Luz, explanou que especialmente em dias de jogos de futebol o turista é preterido em favor dos torcedores. Citou, ainda, outro problema enfrentado pelos turistas, qual seja, o número de táxis em Florianópolis (hoje são apenas 258). Lembrou que recentemente foi dito que seriam colocados cerca de duzentos táxis a mais na cidade, mas para lugares específicos, as praias do sul e do norte, onde na baixa temporada não há movimento. Considerou um absurdo uma cidade que se diz turística não ter táxi em número suficiente. Discorreu, também, sobre a falta de água na temporada, o que, na sua avaliação, era compreensível no tempo em que os argentinos vinham em massa para Florianópolis, visto que alugavam uma casa para dez, quinze pessoas, o que hoje não acontece tanto, em função da desvalorização do peso. Quanto à segurança pública, explicou que não é que ela deixe a desejar, mas que a Polícia Militar passa por dificuldades, em função do número insuficiente de policiais e do aumento da criminalidade. Prosseguindo, relatou que em maio do ano passado aconteceu no Costão do Santinho o WTT, maior evento turístico do mundo, ocasião em que especialistas que conhecem o turismo a fundo falaram sobre o que falta no Estado para ser realmente um destino turístico de qualidade superior. Comentou que na semana anterior o jornal Diário Catarinense trouxe os pontos frágeis citados por esses especialistas e questionou o que havia sido feito desde então em relação à questão. Esclareceu que o que foi citado por esses especialistas para trazer para o Estado turistas de alto poder aquisitivo não se faz em seis meses, em um ano ou em dois anos, mas que as coisas têm que caminhar. Voltando à questão do aeroporto, disse que esteve presente na assinatura do convênio e em quatro ou cinco reuniões. Disse que antes era taxado de pessimista por dizer que o aeroporto só ficaria pronto em 2015, mas agora, que anunciaram que ficaria pronto em 2014, está achando que só ficará pronto em 2017, 2018. Indagou o padrão dos turistas que se dirigem para o Estado e dizem que querer voltar. Deixou claro que não tem nada contra argentino, uruguaio ou qualquer povo do Mercosul, mas que o turista que vem para cá na alta temporada é de baixo poder aquisitivo. Informou que a Grande Florianópolis conta hoje com 44 mil leitos e em 1994, 1995 contava com cerca de 18 mil leitos; que o ano passado foi o mais fraco da história de Florianópolis em termos de ocupação hoteleira, mas que isso não quer dizer que tenha diminuído o número de turistas; que hoje Florianópolis tem mais de quatrocentas pousadas e Pálhoça cerca de 230, de acordo com cadastro levantado *in loco*, que está sendo atualizado agora. Na sequência, comentou que o Poder Público pensa que hoje os hotéis estão nadando em dinheiro e estão sempre lotados, mas explicou que isso não acontece, diferentemente de outra época, aquela em que os argentinos vinham em massa, chegando a representar 85%, 90% da ocupação, que hoje não passa de 20%. Comentou, também, que anteriormente os hotéis chegaram a ter quatro meses de ocupação mas hoje são apenas 40, 45 dias, quando muito. Lembrou que nos anos de 1990 a ocupação em Florianópolis era acima de 95% na alta temporada e hoje está abaixo de 70%, conforme pesquisa; que em janeiro foi de 67%, ficando 8% superior a do ano passado, que foi pior em função da crise mundial, da gripe suína e das chuvas. Na continuidade, falou que o número de turistas cresceu, mas a infraestrutura não saiu do lugar, o que pode ser comprovado com o congestionamento no trânsito. (*Taquígrafa-revisora: Dulcinéia Maria Goulart.*) Deixou clara sua preocupação em relação a esse fato, porque aquele turista de alto poder aquisitivo, ao invés de voltar a Florianópolis, vai procurar outros destinos porque ele não virá para se incomodar em filas e levar horas em dia de chuva até o centro da cidade. A respeito, acrescentou que é só dar um acidente na SC-401 que ninguém mais sai da praia. Segundo ele, o problema principal é a

infraestrutura e é preciso que o poder público e o poder privado se unam e que se acabe com a história de se marcar datas, pois aqui nada é realizado até o prazo determinado, sendo anos de projetos. Como exemplo, citou a Ponte Hercílio Luz que está há anos em reforma e continua na mesma situação. Em seguida, pediu perdão ao Deputado Estadual Edison Andrino após afirmar que há cabeça de burro emperrado nesta cidade. Falou ao Secretário Valdir que sabe do seu esforço, bem como do governo, mas acha que alguém tem que resolver o problema da infraestrutura. Mencionou quanto a isso o acesso ao sul da Ilha, considerando-o como uma vergonha, pois é um trecho de apenas 3,6 quilômetros que teria que ser duplicado, mas o Estado não tem dinheiro para fazê-lo. Também teceu comentários sobre o problema do saneamento básico do Estado, para o qual virá uma verba do Japão para resolvê-lo, e sobre o Produtor Sul, para o qual teria que vir uma verba destinada para o Estado de Santa Catarina que era inicialmente de US\$ 142,00 milhões, mas que hoje está reduzida a US\$ 30 milhões. Desse modo, considerou como triste o fato de o turista vir para cá todo ano e ver tudo igual ou pior, como as estradas, as quais, por causa das chuvas, ficam com buracos que são apenas emendados e ficam por isso mesmo. Ainda referiu-se ao projeto das ciclovias que está *sub judice*, mas por ser um problema político tem que ser resolvido pelos Deputados. Encerrou dizendo que foi eleitor muitas vezes do Deputado Estadual Edison Andrino, mas que é preciso falar a verdade sobre o que não está funcionando. Na sequência dos trabalhos, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Edison Andrino**, disse que passaria a palavra para um dos segmentos mais importantes, não apenas para o turista e para o turismo, mas para a vida das pessoas de Santa Catarina, especificamente da região da Grande Florianópolis no que tange à segurança pública. Antes, porém, contou que quando era menino e alguém era assassinado na cidade, o assunto era notícia do jornal da semana inteira e, hoje ninguém mais lê a respeito por estarem todos anestesiados com a questão da violência e dos assassinatos. Ainda falou que concorda com o Tarcísio que o Estado tem uma brilhante Polícia Militar e que o problema da segurança pública não é só dela, pois é uma questão mais profunda. Fazendo uso da palavra, o **senhor Coronel da Polícia Militar, Nazareno Marcineiro**, após cumprimentar todos, disse que dividiria a sua fala em duas partes distintas. Na primeira apresentaria os detalhes da situação; na segunda pretenderia somar um encaminhamento. De início, enalteceu a Operação Veraneio como a maior operação policial executada no Estado de Santa Catarina, sendo que a última (2009-2010) foi a trigésima executada pela Polícia Militar, o que proporciona um acúmulo de experiência ao Estado. Ainda sobre a Operação, falou que tradicionalmente ela é desencadeada em meados de dezembro, para a qual são mobilizados em torno de 8 mil policiais para trabalhar em todo o litoral catarinense e nas estâncias hidrominerais que há no interior; em torno de 2.500 viaturas 4 aeronaves e 50 embarcações em rios, nos lagos e na costa que *a priori* é de responsabilidade da Marinha, mas que também recebe patrulhamento da Polícia Militar intermediado por um convênio. Ainda mencionou outros dados, tais como: 11 regiões policiais, 24 batalhões, 3 guarnições especiais, 6 órgãos de execução de atividade especializada (Polícia Ambiental, Polícia Rodoviária e Batalhão Aerotransportado). Segundo ele, as ações se desdobram em 43 Municípios do Estado mais especificamente, sem abandonar os demais 250 Municípios do Estado, sendo que ao longo do período da Operação, foram registradas 30.670 ocorrências policiais, o que ele considera um número bastante expressivo. Complementou falando que como fruto desse trabalho, pelo terceiro ano consecutivo, o Estado é o melhor destino turístico do País, pois a segurança pública é um fator decisivo para a atribuição desse título. Em seguida, falou que para fazer um enfrentamento de todo crime, de toda violência, de toda desordem que resulta de um aglomerado, como é o período da Operação Veraneio, é feito um estudo da situação e são eleitos os fatos infracionais considerados mais significativos, quais sejam: os homicídios, o porte de arma de fogo, a tentativa de homicídio, furtos ou roubos (tanto em residências, em estabelecimentos comerciais, como de veículos ou contra pessoas), o comércio de tóxicos ou entorpecentes e o disparo de arma de fogo. Explicou que é analisada a evolução histórica desses acontecimentos sendo mapeados, todos os anos, os horários, os dias da semana, os logradouros em que eles mais acontecem e em quais circunstâncias. Em cima disso, disse que é feito um planejamento de segurança, sendo o quadro modificado quase todos os anos. Contudo, falou que não é possível ter policiais militares em todos os lugares o tempo todo, não obstante seja a Polícia Militar uma organização encontrada de imediato, vinte e quatro horas por dia, ao longo dos setenta e seis dias da Operação, seja por encontro físico, seja por ligação às nossas centrais de emergências que são respondidas o mais rápido possível. Ademais, afirmou que infelizmente a população de Florianópolis aumenta em mais de oitocentas mil pessoas num mesmo período e nessa concentração acabam aumentando os crimes, a violência e a desordem, pois há oportunistas que vêm com essa massa de pessoas. Além dos oportunistas, afirmou que há aqueles que vêm para se divertir, mas não reconhecem que a

sua liberdade se limita à liberdade dos outros, o que os impede de extrapolar, citando como exemplo as mil, cento e setenta ocorrências por perturbação do sossego alheio atendidas na Operação do ano passado. Falou que o trabalho da Polícia Militar é planejado, sendo que nessa última Operação houve um aumento de 20% no número de ocorrências, o que pode significar que houve um aumento nos números do crime, da violência e da desordem ou pode significar que a Polícia atuou mais ativamente na sociedade. Mas, segundo ele, o que aumentou significativamente foram os contatos que eles tiveram com as pessoas, com os turistas que vieram para o Estado. A seguir, disse que entraria na segunda parte da sua fala na qual ele iria deixar uma proposta. Falou que oito mil policiais militares estão diuturnamente, vinte e quatro horas por dia, nas ruas executando estratégias que podem servir para gerar uma parceria muito importante com a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esportes. Fez menção ao que disse o Secretário Valdir em relação ao foco da Secretaria, que é o *marketing*, mas não só quanto à propaganda, pois o *marketing mix* traz consigo seu produto, o preço, a praça em que é colocado e a propaganda decorrente disso. Explicou que a parceria seria no sentido de que o produto buscado pelos turistas em Santa Catarina, que é a felicidade, a sensação de bem-estar, de usufruir o seu tempo vago, também englobe os oito mil policiais militares dispostos a recebê-los para promover essa felicidade; que talvez o preço que os turistas teriam que pagar por eventuais incidentes possa ser um preço baixo; e talvez a praça onde o produto da Polícia Militar é ofertado tenha uma quantidade de recursos que lhes permita receber os turistas da melhor forma possível. Referiu-se, então, a um projeto da Polícia Militar, o qual eles não conseguiram colocar em prática em 2009/2010, que propunha a mudança da imagem da recepção que as pessoas têm quando chegam ao Estado através da distribuição de contêineres, barracas, toldos, *banners* e placas em todo o litoral e nas principais estâncias hidrominerais, sendo que os policiais receberiam os turistas com o *slogan* "Tem Dúvida? Pergunte à Polícia" e com uma marca melhorada para tornar mais acessível, mais agradável o recebimento dos turistas. Acrescentou que infelizmente esse projeto esbarrou no final do ano passado num repasse de R\$1,2 milhão, o que, para ele, é quase nada se comparado ao quanto se ganharia. Encerrou sua fala sugerindo que se coloque esse projeto em prática este ano, reatando diálogos, colocando-se os policiais militares nas entradas das cidades com uma cara amistosa, fazendo a segurança e ainda contribuindo com a Secretaria. Ato contínuo, o senhor Presidente, Deputado Estadual Edison Andrino, passou a palavra ao **Capitão de Corveta José Antônio Gomes da Silva**, que, após saudar os presentes, disse que o foco principal da Marinha, principalmente das capitânicas, suas delegacias e agências, é a salvaguarda da vida humana no mar, a segurança à navegação e a poluição proveniente de embarcações. Explicou que, como no verão é necessário dar ênfase maior a esse foco, tendo em vista o aumento do número de pessoas que vêm para a região, a Marinha implementa a Operação Verão que vai desde 19 de dezembro a 7 de março, quando são intensificadas a fiscalização visando a segurança da navegação. Para isso, esclareceu que contam com a parceria da Prefeitura Municipal de Florianópolis que repassa parte da verba do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, a qual a Marinha utiliza para fazer a campanha de divulgação e o balizamento das praias com boias amarelas para delimitar áreas de banhistas e de embarcações. Também falou que aumentam a fiscalização de atividades de turismo que envolvem as embarcações de scunas, de transportes de passageiros, e de dispositivos rebocados, como *banana boat* e *disco boat*, sendo que com estes últimos a Marinha teve problemas com um acidente na região de Bombinhas e, em Florianópolis, teve que proibir manobras radicais, como as que jogam as pessoas na água. Além da fiscalização, afirmou que a Marinha fez divulgações na mídia, em *outdoor*, em *busdoor*, em panfletos e em *folders*. Enfatizou ainda os conflitos que há entre os banhistas e as pessoas que vão às praias para navegar com lanchas ultrapassando a marcação de 200 metros e colocando em risco a vida das pessoas, o que gerou várias denúncias apuradas constantemente. Esclareceu que a Operação Verão envolve a Capitania dos Portos, que é o órgão maior, e as delegacias subordinadas (de São Francisco do Sul, de Itajaí, de Camboriú, e de Laguna que vai até Passo de Torres, limite com o Estado). Considerou a última Operação um sucesso e informou que no Estado houve em média quatro mil abordagens e trezentas e poucas notificações, do que se conclui, segundo ele, que foram poucas as infrações. Ainda informou que no início da Operação, das abordagens de embarcações realizadas aqui na área, em média, 80% estavam com irregularidades e até o final da Operação esse índice caiu para 18%. Observou como aspecto positivo o fato de ter ocorrido apenas um caso de acidente fatal que foi um rapaz que morreu na praia de Fora e outro acidente grave ocorreu com uma menina, na praia do Campeche, que teve um corte profundo na perna. Ao final, falou que a Marinha pretende dar continuidade ao trabalho e procurar aumentar a meta de abordagens, diminuir as notificações e infrações, regularizar as embarcações e seus condutores, e diminuir ao máximo o número de

acidentes. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Edison Andrino**, afirmou que esses dados apresentados, os quais alguns ele desconhecia, serão encaminhados para o setor hoteleiro e empresarial de maneira geral. A seguir enalteceu o trabalho de duas instituições, segundo ele, fundamental para o turismo: a Casan, no que diz respeito ao saneamento básico e à água; e a Celesc. Falou que considera preocupante quando na véspera da temporada de verão se começa a colocar placas da Fatma determinando as praias impróprias para banho, sendo que isso não é feito durante o ano todo. Ainda afirmou que sabe das dificuldades do saneamento básico de Santa Catarina, pois no Brasil inteiro considera-se o Estado como a Suíça brasileira, mas é o Estado que mais peca em saneamento, estando atrás dos piores Estados da Federação, apesar de ser o mais desenvolvido em muitas coisas. Julgou o problema sério e, acima de tudo, de saúde pública, não apenas um problema turístico. Em seguida, falou que gostaria de ouvir algum representante da Casan, uma vez que esse segmento está com dificuldades, e, como relataram recentemente os jornais, apresenta estatísticas alarmantes e deploráveis com relação ao saneamento básico do Estado, especialmente do litoral e de Florianópolis, mesmo tendo apresentado melhoras a respeito. Desse modo, passou a palavra ao **senhor Osny Souza Filho**, que cumprimentou os presentes e pediu permissão ao senhor Presidente para fazer uma apresentação de um vídeo sobre o balanço da água durante a temporada no litoral do Estado, de aproximadamente vinte minutos. No entanto, o senhor Presidente lhe respondeu que tinha receios quanto à demora da apresentação e, por isso, solicitou ao representante da Casan que fizesse um resumo dos pontos principais. Dando início à sua manifestação, o senhor Osny disse que houve alguns problemas com relação à falta de água em todo o Estado e em Florianópolis, mencionando os problemas na virada do dia 31 de dezembro, no dia 1º de janeiro e no carnaval. Informou que foi realizado um levantamento em todas as praias de Santa Catarina e o número de reclamações não chegou a 0,5% na maioria dos Municípios. Considerou o índice bastante baixo e disse que há locais em que a média de consumo no dia 31 de dezembro, no dia 1º de janeiro e no carnaval teve um incremento de quase 100%, sendo que em Florianópolis esse incremento foi de quase 40%. Também informou que a Casan vem investindo intensamente não só em água como em esgoto. Informou que de 2005 a 2009 foram investidos mais de R\$ 20 milhões só na parte da água e que para este ano e para o ano que vem a Casan prevê um investimento em água e esgoto de mais de R\$1 bilhão, incluindo aí o PAC e o projeto Jica. Além disso, contou que foram aprovados os projetos que receberão investimentos de mais R\$ 250 milhões oriundos de um empréstimo de um banco francês. Então, somando este ano e ano que vem, falou que serão investidos mais de R\$1bilhão. Outro grande levantamento que mencionou é em relação à realidade de cada Município do litoral catarinense, no que afirmou que tiveram alguns problemas, mas que a Casan está se preparando para que esses problemas não ocorram este ano. [*Taquigrafia-revisora Sibelli D'Agostini*] Contudo, disse que se o fluxo de turistas aumentar em mais de 40% ou 50% em alguns pontos vai faltar pressão, mas que são problemas pontuais, acreditando que não vai inviabilizar porque Santa Catarina tem sido um dos Estados escolhidos não só pelo turista brasileiro, mas escolhido em nível mundial também. Falou que as praias na alta temporada estão lotadas e que a Casan está trabalhando para estender o sistema de esgotamento sanitário e a água tratada para todos os municípios do Estado de Santa Catarina. Afirmou que a Casan está presente em 203 municípios do Estado de Santa Catarina, porque em alguns municípios os Prefeitos optaram por administrar o sistema de águas, informando que em Florianópolis, na região metropolitana, têm 18 municípios que são administrados pela Casan. Informou que a diretoria tem se reunido semanalmente e estão chegando ao final para tentar resolver esses problemas pontuais que aconteceram na virada do ano e no Carnaval, não só em Florianópolis mas em todo o litoral catarinense. Agradeceu e encerrou sua participação. Prosseguindo, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Edison Andrino**, comentou que em Florianópolis há um problema muito sério com grandes empreendimentos que surgem da iniciativa privada, na área de hotelaria e outros tipos, que esbarram na questão da autorização da Casan em função de não ter uma dimensão para atender esses empreendimentos, informando que existem alguns tipos de empreendimentos esperando autorização da Casan para serem construídos e que a água não atende todos eles. Perguntou sobre qual é o critério que a Casan usa para licenciar, para autorizar, o que foi respondido pelo senhor Osny Souza Filho, diretor de Orçamento, Planejamento e Informação da Casan, que disse que a Casan tem sido criteriosa com relação a esses empreendimentos. Avaliou que em quinze dias foram autorizados pela Casan aproximadamente vinte novos projetos só em Florianópolis, registrando que o empresário entra com o projeto e a Casan faz uma análise para ver se realmente têm condições de atender toda essa demanda. Afirmou que há critérios e que a Casan tem estudado todos esses projetos, argumentando que aquele órgão tem uma diretoria técnica que estuda todos esses projetos antes de sair a autorização. O **senhor**

Presidente, Deputado Estadual Edison Andrino, perguntou se tem algum empreendimento parado dependendo de autorização da Casan para que seja viabilizado. O **senhor Osny Souza Filho**, respondeu que há vários empreendimentos esperando pela aprovação da Casan. Em seguida, o **senhor Valdir Rubens Walendowsky**, falou que gostaria de esclarecer quais os empreendimentos que foram contemplados na Grande Florianópolis - e em quais praias - com o último financiamento que foi feito no Japão, quando o Governador Leonel Pavan assumiu. O **senhor Osny Souza Filho**, passou a fazer os esclarecimentos que o Secretário solicitou, informando que esse investimento é o Projeto Jica, que prevê R\$ 395 milhões de investimento no Estado de Santa Catarina. Citou que em Florianópolis vão ser beneficiados a Lagoa da Conceição, o Ribeirão da Ilha, o Pântano do Sul, o bairro Saco Grande, o bairro Monte Verde, o bairro João Paulo e as Bacias Insulares D e F com investimentos de R\$ 215 milhões; em Bombinhas o investimento vai ser de R\$ 22 milhões e 681 mil; em Piçarras R\$ 37 milhões e 928 mil; e em Balneário Barra do Sul R\$ 48 milhões e 552 mil. Informou que estão contratando uma consultoria que vai fiscalizar todo esse investimento e a pretensão é de ainda esse ano começar alguns desses projetos que já estão prontos. Anunciou que na sexta-feira anterior ficaram sabendo que os projetos do financiamento do banco francês, que são de cem milhões de euros, já foram aprovados, esclarecendo que esse dinheiro vai ser aplicado em Braço do Norte, Capivari, Laguna, Imbituba, Garopaba, Caçador, Videira, Ipira e Piratuba. Informou que o total de investimento que a Casan vai fazer neste ano e no ano que vem é de R\$ 1,4 bilhão. Disse que a Casan estava vivendo um momento de credibilidade, informando que o banco francês estava aventando a possibilidade de esse financiamento, com os projetos já aprovados, não ter aval do Governo do Estado e nem do Governo Federal, que o aval seria simplesmente da Casan. Esclareceu que levou um material para apresentar com uma noção do que ocorreu em todo o litoral, com a cobertura que a Casan faz em todo o Estado, mas como não havia disponibilidade de tempo deixaria cópia para o Presidente da Comissão, para o Presidente do Sindicato e para o Secretário de Estado. Informou que as pessoas que se interessassem poderiam ir até o gabinete do Deputado Edison Andrino, ou mesmo na Casan, que o documento estaria à disposição. O **senhor Secretário de Estado Valdir Rubens Walendowsky**, falou que Florianópolis, Balneário Camboriú e Itapema são os municípios que, na temporada de verão, detêm o maior número de turistas, esclarecendo que não foram citados os municípios de Balneário Camboriú e Itapema, porque nessas cidades a competência é da Prefeitura. O **senhor Osny Souza Filho**, acrescentou que os municípios de Balneário Camboriú e de Itapema não pertencem à Casan, explicando que a maior parte dos investimentos do Projeto Jica e do grupo francês vai para o litoral para fazer o esgotamento sanitário nas praias. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Edison Andrino**, comentou que o maior aglomerado urbano dos balneários da Ilha de Santa Catarina é a comunidade dos Ingleses que atualmente é muito maior do que a grande maioria dos municípios de Santa Catarina e perguntou por que a praia dos Ingleses não foi contemplada no Projeto Jica. Segundo o **senhor Osny Souza Filho**, os que não foram incluídos no Projeto Jica e no financiamento francês é porque estão no PAC, esclarecendo que tem R\$ 400 milhões que é do PAC, que algumas obras já estão construídas, outras estão em andamento e o cronograma está bastante rápido. Agradeceu e parabenizou o Deputado Edison Andrino pela brilhante ideia, argumentando que quando termina a temporada já tem que ver os problemas que ocorreram para poder se programar a fim de que não ocorram novamente. Esclareceu que, em termos de Casan, foram detectados esses problemas e que estão se organizando para que os mesmos problemas que ocorreram na virada do ano e no Carnaval não ocorram no ano que vem. O **senhor Presidente** passou a palavra ao **engenheiro Gilberto dos Passos Aguiar**, que cumprimentou todos e falou que a Celesc tem todo um sistema nacional integrado, que são das redes básicas, como a Eletrosul, salientando que a Celesc é regulada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); tem índices indicadores como tem nos outros órgãos. Expôs que a Celesc atende 92% do Estado de Santa Catarina diretamente e o restante acontece via cooperativa, isso quer dizer que a Celesc tem a capilaridade de todo o Estado e não falta energia elétrica para nenhum cidadão catarinense. Comentou que a função dos engenheiros da Celesc é planejar, então todos os anos são realizadas reuniões e analisados quais os problemas que aconteceram para poderem sanar. Relatou que a Celesc investe, por ano, aproximadamente R\$ 300 milhões e fatura R\$ 5 bilhões, mas com esse dinheiro são pagos os encargos, a geração da Itaipu e Tractebel, a transmissão da Eletrosul e o sistema integrado e sobram uns 25% para administrar Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO). Argumentou que tudo é planejado para todo o Estado de Santa Catarina e eles têm um plano que é a Operação Verão, ressaltando que se hoje o IBGE for pesquisar a população de Balneário Camboriú vai verificar que a população de 120 mil habitantes no verão chega a 1,2 milhões e, às vezes, até 1,5 milhões de pessoas; em Itapema de 80 mil chega a 300 mil pessoas;

em Florianópolis de 300 mil passa para 1,2 milhões, então é claro que muda o hábito. Analisando o mapa de Santa Catarina a maior extensão que se tem é da Costa Leste, que é a região litorânea, então é ali que está o problema da Celesc e igualmente a solução, porque é ali que é ganho dinheiro também. Ressaltou que o problema é a disponibilidade de colocar o número suficiente de equipes em ruas estreitas, como é o caso de Florianópolis e de São Francisco do Sul. Chamou a atenção para o tamanho do problema que têm que resolver quando alguém joga uma fita em cima da rede e desliga tudo em Balneário Camboriú na virada do ano, salientando que é o que ocorre. Citou que em Florianópolis, no Centro, a rede é subterrânea, mas em Balneário Camboriú a população não vai pagar para fazer uma rede subterrânea, porque os 6 quilômetros da avenida central com 300 metros de largura, perfazendo um total de 1,8 quilômetros quadrados, que terá um custo de R\$ 150 milhões e isso irá para a tarifa que é regulada. Referindo-se a Florianópolis, mencionou que todos sabem que levar energia para uma ilha é complicado, pode ser levada por cima ou por baixo; que por cima não dá porque tem que colocar duas torres e isso vai prejudicar o aeroporto, então tem que passar pela ponte ou pode ser submarino, citando que a Eletrosul fez submarino no sul da Ilha e também vai ser preciso fazer para o norte. Justificou que primeiro foi feito no sul da Ilha porque era mais barato, ressaltando que a Eletrosul fez uma subestação de 500 mil volts. Parabenizou a Eletrosul por essa nova linha que veio de Palhoça, passou pela Ponta do Cedro, desceu o submarino, continuou até a Caiacanga, chegando na subestação Desterro. Registrou que foi conquistado um importante reforço do sistema elétrico, através do PAC/Eletrosul, afirmando que tem ali disponíveis mais uns 300 MVAs, o equivalente à carga que Florianópolis tem hoje, passando pela ponte dois alimentadores, e que aquele incidente em 2003, quando houve o apagão na Ilha, para acontecer novamente só se der uma intempérie. Esclareceu que tem pelo sul da Ilha a garantia dessa interligação entre a subestação Ilha/sul e o norte da Ilha. Explicou através de *PowerPoint* que há uma linha que sai da subestação Trindade; que essa rede da Eletrosul saiu do Desterro e foi até o norte da Ilha; que agora tem que interligar o norte da Ilha até debaixo da ponte, em sistema em anel, com a nova subestação que está sendo feita na Agrônômica. Neste ponto informou que a linha que sai da subestação Trindade e vai até a subestação Ingleses está limitada em 310 ampères, mas que é um problema que já foi detectado. Relatou que quando chega o verão aumenta o consumo e tem que trabalhar com o banco capacitor e pedir para aumentar a tensão a fim de liberar mais dados técnicos. Explicou que foi construída outra linha, que a rede está pronta e eles estão presos em sete estruturas próximo ao Centro Administrativo do Governo do Estado, em Rationes, que não estão podendo ser ligadas. Intervindo, o que o **Senhor Presidente, Deputado Estadual Edison Andrino**, afirmou que isso está acontecendo por problemas de interferências do Ministério Público, por questão ambiental, e questionou ainda se poderá faltar energia elétrica no norte da Ilha durante a temporada de verão esse problema não for resolvido. O **engenheiro Gilberto dos Passos Aguiar**, respondeu que não deverá faltar, mas poderá haver corte de energia. Por sua vez, o **senhor Jânio Búrigo**, acrescentou que a Celesc tem tomado todas as providências legais e que estão tentando solucionar esse problema junto ao Ministério Público, porque quando foi licitada essa linha já tinha todas as licenças e não teve nenhum problema de licença ambiental até o momento. Explicou que, na realidade, é a comunidade de Rationes que se sente no direito de achar que a linha não pode passar por ali, mas garantiu que essa linha é moderna, que tem uma das estruturas mais altas e aquele é o local que ela tem que passar e não em outro diferente. O **Senhor Presidente, Deputado Estadual Edison Andrino**, perguntou se tem alguma proibição determinada, obtendo como resposta que não podem continuar porque têm ações de moradores sendo julgadas para que não possa continuar, por isso está parada. Continuando, o **Senhor Presidente**, falou que eles tinham um impasse no morro semelhante, mas foi resolvido e o **senhor Jânio Búrigo**, respondeu que todos os impasses estão sendo resolvidos, só que esse de Rationes está preocupando um pouco mais porque o tempo está passando e o verão é bastante promissor, mas que a Celesc tomará todas as providências técnicas para que não haja nenhum corte de energia, afirmando que a possibilidade existe, não de faltar energia para o norte da Ilha, mas de haver racionamento em algum local. Finalizando, o **engenheiro Gilberto dos Passos Aguiar**, registrou que a Celesc tem cento e oitenta e um pontos de atendimentos presenciais e tem o 0800 à disposição para os que necessitarem de atendimento e colocou a Celesc à disposição de todos. O **Senhor Presidente, Deputado Estadual Edison Andrino**, comunicou que foi aprovada uma emenda constitucional na Assembleia Legislativa que para privatizar a Casan e a Celesc é necessário que haja plebiscito. Argumentou ainda que a Vigilância Sanitária tem um papel importantíssimo, pois que fiscaliza a qualidade dos restaurantes, bares e similares beneficiando a saúde de quem lá se alimenta. Na sequência convidou a senhora **Raquel Ribeiro Bittencourt**, para que fizesse uso da palavra, que cumprimentou todos e anunciou que a

Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina está estruturada de maneira organizada e também que também tem a Vigilância descentralizada para os duzentos e noventa e três municípios do Estado, informando que a descentralização foi fechada em 100% no dia 21 de maio deste ano. Registrou que 25% do Produto Interno Bruto do País (PIB) passa pela Vigilância Sanitária, afirmando que teve a oportunidade de, há dois anos, falar isso para o Governador Luiz Henrique que ficou muito interessado e falou que deveria ser feito mais contato com as outras áreas fora da saúde, porque a Vigilância Sanitária trabalha com o controle de tudo o que possa provocar risco à saúde, seja pelo consumo direto ou indireto de produtos. Falou que nessa questão do turismo a Vigilância Sanitária tem tudo a ver, principalmente no segmento de bares, restaurantes, hotéis e similares, registrando que tem um trabalho bastante intenso das Vigilâncias dos municípios do litoral do Estado que começa a se organizar por volta do mês de agosto, licenciando os ambulantes e também o comércio de alimentos que ficam abertos na temporada, fazendo licenciamento e trabalhando para evitar que produtos sem procedências conhecidas e pessoas que não estão preparadas para trabalhar com alimentos se instalem, mas que sempre acontecem situações que só são vistas quando acontecem as denúncias. Citou como exemplo a proibição da venda do queijo coalho nas praias por não saber a procedência e a conservação e que comprar aquele queijo é ser um forte candidato a ter dor de barriga. (*Taquigrafo-Revisor: Ione Terezinha Reis de Melo*) Relatou que pelos dados coletados de 2006 até o momento, verificou-se uma queda do número de doenças transmitidas por alimentos em restaurantes, lanchonetes e bares no Estado, e que isso se deve ao trabalho intensivo desenvolvido pelas Vigilâncias, estadual ou municipais, e em contrapartida se verificou um aumento nas residências, devendo a Vigilância mudar um pouco seu foco e trabalhar mais com a comunidade. afirmou que no último verão a Vigilância do Estado disponibilizou na sua página na Internet um *hotsite* destinado a orientar sobre a conservação de alimentos em casa, e ressaltou que a Vigilância Sanitária pode contribuir muito para melhorar a qualificação dos serviços dos quais o turista e o cidadão comum se valem. Disse que na última segunda-feira esteve em Nova Trento para dar uma palestra ao comércio de alimentos da cidade no sentido de prepará-los para o período de maior afluxo de turistas, qualificando-os em boas práticas do comércio de alimentos. Salientou que a Vigilância recebeu muitas denúncias em relação ao comércio temporário de alimentos no litoral quanto ao lançamento inadequado de resíduos, tanto sólidos como líquidos, mesmo o qualificado pela própria Vigilância, afirmando que o fato de receber o treinamento e o alvará não garante a permanência da qualidade do serviço. O **senhor Presidente, Deputado Edison Andrino**, interrompe afirmando que a Prefeitura de Florianópolis, há muito tempo, faz um processo seletivo de exploração do comércio temporário de praia, e pergunta se as pessoas que ganham a exploração do comércio de barracas nas praias passam por algum curso na Vigilância Sanitária antes de iniciar a exploração, sendo respondido pela **senhora Raquel Ribeiro Bittencourt** que o processo é descentralizado, tendo em vista que atualmente 100% (cem por cento) dos municípios têm a Vigilância estruturada, mas que são feitas palestras com distribuição de material e são feitos treinamentos curtos com o intuito de orientar sobre o que pode ser comercializado e os cuidados que se tem que ter. Dito isso, reiterou que a vocação turística do Estado passa pela qualificação dentro da Vigilância e citou algumas ações que são empreendidas: discussão com uma Comissão da Assembleia a respeito do turismo rural, buscando orientação e qualificação das pessoas que oferecem seus produtos e serviços; atuação com municípios que recebem turistas em grandes festas/eventos; atuação na fiscalização dos veículos que trazem um grande número de turistas, além do auxílio à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), quando solicitado, na fiscalização de portos, aeroportos e fronteiras, e informou que há um projeto em andamento de adequação do Aeroporto Hercílio Luz no sentido de atender o turista em relação a pandemias ou à necessidade de isolamento. Concluiu dizendo que é intenso o trabalho desenvolvido pela Vigilância Sanitária, mas que se coloca à disposição para aprofundar o debate de como a Vigilância pode colaborar na melhoria das condições do Estado de Santa Catarina. O **senhor Presidente, Deputado Edison Andrino**, na sequência, passou a palavra ao **senhor Homero Gomes**, que saudou os presentes e disse ser importante a iniciativa da audiência pública por provocar avaliações conjuntas da temporada de verão entre os diversos órgãos do Poder Público e do *trade* turístico, podendo assim se fazer um planejamento melhor para a próxima temporada, e sugeriu que o Deputado Edison Andrino liderasse a ideia de discutir com o Governo do Estado a antecipação da organização da Operação Verão 2010/2011, a fim de se estabelecer as prioridades e tentar minimizar os problemas existentes. Registrou que se por um lado existe uma eventual diminuição na taxa de ocupação hoteleira, por outro existe um aumento permanente do fluxo turístico, que é sazonal, fazendo com que os problemas tenham uma complexidade maior no caso de Florianópolis, especificamente em

relação a seus acessos, porque além de ser a Capital, é o principal destino turístico do Estado e um dos principais do País. Referindo-se à notícia veiculada no jornal de que o Ministro do Turismo, Luiz Eduardo Barretto, havia dito que o módulo construído para ampliar a área de embarque e desembarque de passageiros no Aeroporto Hercílio Luz era modelo, considerou ser uma brincadeira de mau gosto, tendo em vista que não se pode considerar um "puxadinho" como referência para um destino turístico como Florianópolis, principalmente em função de que o novo projeto prevê 2.7000.000 (dois milhões e setecentos mil) desembarques em Florianópolis e atualmente já se está com 2.200.000 (dois milhões e duzentos mil), concluindo-se que o novo projeto não irá resolver a situação de desembarque em Florianópolis, sendo necessário, portanto, que o Governo Federal reveja a questão do sistema aeroportuário do País e que as autoridades políticas de Santa Catarina cobrem com mais veemência de acordo com a realidade do Estado. Concluiu dizendo que a solução para a situação de Florianópolis passa pelo comprometimento e compartilhamento de responsabilidades entre as esferas de poder. O **senhor Presidente, Deputado Edison Andrino**, agradeceu a participação do senhor Homero e colocou livre a palavra à plenária. O **senhor Ralf Mensak**, manifestou-se dizendo que também participa do Gerco da região sul e gostaria de saber se em função das dificuldades na aérea rodoviária, está-se pensando em outras soluções marítimas para o transporte entre a Ilha e a região sul do Estado. O **senhor Presidente** respondeu o questionamento sobre o transporte marítimo afirmando que é um assunto muito discutido atualmente e externou, na sua opinião, os três grandes problemas de Florianópolis: saneamento básico, segurança pública e mobilidade urbana. Citou que em relação aoanel viário, quando a empresa ganhou o direito de cobrar pedágio, ganhou também a obrigação de fazer oanel viário, num trecho que entra em Tijuquinhas e sai depois de Palhoça, mas que há um ano e meio está cobrando pedágio de um trecho que não está nem duplicado ainda, ação essa com a qual não concorda, e somente em 2011, segundo informações, começará a obra doanel viário. Informou que a Agência Nacional de Transportes Terrestres está em discussão com a empresa que ganhou tendo em vista que esta quer começar o trecho dentro de Biguaçu, quando deveria ser em Tijuquinhas. Sobre a questão do transporte marítimo, disse que quando foi prefeito de Florianópolis já se discutia o assunto e que lamentavelmente não se avançou muito, mesmo com um aglomerado urbano atual de mais de 1.000.000 (um milhão) de habitantes na Grande Florianópolis. Afirmou que enquanto o Governo Federal não estabelecer políticas públicas de transporte coletivo que envolvam Estados e Municípios, não se terá uma solução, registrando que o metrô de superfície é uma realidade, usando a ponte que está sendo recuperada, mas que depende de políticas públicas coordenadas pelo Governo Federal, que tem como grande programa de desenvolvimento do País o PAC, que infelizmente não trata de transporte coletivo. Feitas as considerações, o **senhor Presidente** disse que lamentava a ausência de outras entidades e outros prefeitos, mas que entendia que em função da realização do Salão Brasileiro de Turismo, em São Paulo, muitos para lá haviam se deslocado, e registrou que havia recebido a justificativa de ausência de representantes do Município de Piratuba, do prefeito Carlito Meres, de Joinville, e de outros prefeitos. Fez um agradecimento especial ao Secretário Valdir pela importante participação, e passou a palavra ao mesmo para as suas considerações finais. O **senhor Valdir Rubens Walendowsky**, reafirmou o que disse o Deputado Edison Andrino sobre o transporte marítimo, ou seja, que para que seja feito algo é preciso uma política pública nacional. Sobre a Infraero, anunciou que vai procurar mobilizar o maior número de pessoas, entidades e políticos de Santa Catarina para que em todas as reuniões, independentemente da agenda mensal do fórum de discussão nacional do setor, seja tocado o assunto Infraero. Em relação à questão Casan, disse que no início do ano a Casan apresentou ao Conselho Estadual de Turismo o planejamento em função dos investimentos que serão feitos no Estado de Santa Catarina, esclarecendo que por isso havia feito as perguntas, até no intuito de elucidar aqueles que nada sabiam, mas que tinha que se esquecer o que ficou para trás e ver o que se podia fazer daqui em diante, afirmando que se terá um avanço grande na infraestrutura do saneamento básico, principalmente na questão balnearia. Em relação à sinalização, afirmou existir um projeto moderno de sinalização turística para todas as dez regiões turísticas de Santa Catarina, e não sinalização viária, que estava há seis anos parado com o Ministério do Turismo e a Caixa Econômica, mas que na próxima semana deverá estar totalmente liberado para que se possa passar à sua execução. Na questão da segurança, afirmou que a sugestão do coronel é interessante e que vai envidar todos os esforços para a sua execução, mesmo porque depois o *container* passará a fazer parte do ativo da Polícia Militar, podendo ser utilizado em qualquer evento e não somente na temporada. Referindo-se às informações sobre os desembarques no Aeroporto Internacional Hercílio Luz, registrou que este ano fechará com um crescimento de 15%, totalizando 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil) passageiros, e comparou a estrutura do aeroporto de

Maceió, que recebe 1.000.000 (um milhão) por ano, com o de Florianópolis, que este ano receberá 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil) passageiros, afirmando que continuará pressionando para que essa questão saia do papel e seja executada. Encerrou afirmando que, em nome da Secretaria e da Santur, faria todo o possível para continuar mantendo o Estado entre os quatro maiores e melhores destinos do Brasil, ressaltando que é um Estado pequeno em território, mas grande em potencial, e agradeceu a presença de todos. Retomando a palavra, o **senhor Presidente**, antes de encerrar a audiência pública, agradeceu mais uma vez a presença de todos e informou que o resultado do debate realizado seria encaminhado aos Prefeitos do litoral de Santa Catarina, aos órgãos que compõem o turismo e às entidades participantes, na esperança de que se possa tirar alguma lição para o bem do turismo de Santa Catarina.

**DEPUTADO ESTADUAL EDISON ANDRINO
PRESIDENTE**

*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL SOBRE OS PROBLEMAS CONSEQUENTES DA BRINCAGEM DO GADO, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE SOMBRIO, EM 31 DE MAIO DE 2010, ÀS 10H.

Aos 31 dias do mês de maio de 2010, às 10h, no CTG Espora de Prata, localizado no Município de Sombrio, realizou-se a audiência pública, promovida pela Comissão de Agricultura e Política Rural, com o objetivo de debater os problemas consequentes da brincagem do gado. Dando início à audiência, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Joares Ponticelli**, abriu os trabalhos e chamou para compor a mesa as seguintes autoridades: senhor José Antônio Tiscoski da Silva (professor Jusa), Prefeito do Município de Sombrio; Deputado Federal Jorge Boeira; senhor Flávio Pereira Veloso, gerente estadual de Defesa Sanitária Animal da Cidasc; senhor Wilmar Warmling, gerente regional da Cidasc; senhor Vilmar Colares Eufrásio (Marzinho), neste ato representando os pecuaristas; senhor Alex Bianchini, Prefeito do Município de São João do Sul; senhor José Antônio da Silva, Secretário da Agricultura, Pesca e Meio Ambiente do Município de Sombrio, neste ato representando o Conselho de Secretários de Agricultura de Santa Catarina (Consasc); senhor André Barbosa da Silva, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; senhor Carlos Alberto Zapelini Mendes, da Epagri; senhor Jorge Rosenfeld Kroeff, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em seguida, explicou a metodologia dos trabalhos e informou que a audiência pública foi requerida pelas lideranças dos pecuaristas do Sul, do Marzinho, do Daminelli e outras lideranças, que procuraram o gabinete do Deputado Estadual Rogério Peninha Mendonça, Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural, e marcaram a audiência. Informou que não fazia parte da Comissão mas estava substituindo oficialmente o Deputado Estadual Reno Caramori, acrescentando que havia conversado sobre o assunto com o Deputado Federal Jorge Boeira e que ele estava muito preocupado com a questão. De imediato, passou a palavra ao **Deputado Federal Jorge Boeira (SC)**, que sugeriu que se ouvisse inicialmente a manifestação da plenária, como as lideranças ligadas à pequena agricultura, os produtores, os criadores de gado, para entender o sentimento deles, e, a partir daí, fazerem-se as propostas de encaminhamento. Contou que na semana passada esteve com o Ministro da Agricultura e com o Secretário Nacional da Agricultura tratando sobre esse assunto, lembrando que agora estavam ali representantes do órgão para conversar com todos e encontrar soluções. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Joares Ponticelli**, aceitou a sugestão do Deputado Federal Jorge Boeira e concedeu a palavra ao **senhor Vilmar Colares Eufrásio (Marzinho)**, neste ato representando os pecuaristas, que inicialmente agradeceu todos por confiarem na palavra dele e assinarem o documento. Manifestou o seu desejo de saírem da audiência pública com o problema da brincagem definido e disse ser inacreditável que o gado estivesse morrendo, lembrando que mais tarde essa carne poderia estar na mesa do consumidor porque gado sem orelha não iria ser levado para fora do Estado. Em seguida, passou às mãos do Deputado Estadual Joares Ponticelli o documento com as assinaturas. Tendo recebido o documento, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Joares Ponticelli**, disse que iriam dar o encaminhamento devido a partir da Comissão de Agricultura e Política Rural e abriu a palavra à plenária. Fazendo uso da palavra, o **senhor João César dos Santos Luchina, Vereador de Sombrio e pecuarista**, lembrou que já vem sofrendo há dois anos com o prejuízo causado pelos brincos e manifestou a sua satisfação pelo fato de as autoridades estarem se acordando e vendo a situação por que estão passando. Contou que no ano passado tiveram uma reunião com técnicos e lamentou que estes não tivessem experiência no campo como têm os criadores. Disse não saber se a causa do problema é advinda da péssima qualidade do material, ou se é para proteger o interesse do governo, e perguntou onde estava o lucro, afirmando que até agora só tiveram prejuízo. Afirmou que há pecuarista abandonando a pecuária por causa do problema da brincagem e que os veterinários já estão a par disso. Disse que estão pagando um preço alto para

manter o certificado, conquistado com o manejo, com o trabalho desenvolvido na pecuária, e informou que para manter a venda do porco e do frango hoje os pecuaristas têm que sacrificar o rebanho, visto que não vendem um quilo de carne para fora, mas trazem carne do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Lembrou que hoje estão pagando por um erro do governo, que queria valorizar a carne, salientando que essa valorização não existe. Pediu encarecidamente que os técnicos responsáveis pela área dessem uma solução, afirmou que já estavam cansados de passar trabalho e lembrou que antigamente não se via uma rês sem orelhas, embora isso hoje seja normal. Perguntou onde iriam colocar os brincos se essa situação persistisse por mais dois anos, já que mais da metade do gado não vai ter orelhas. Advertiu que se não houver uma solução, mandarão o vídeo que mostra a situação do gado com o problema da brincagem para a Comunidade Europeia, que exige qualidade do gado. Em seguida, foi apresentado um vídeo mostrando o gado com a orelha brincada inflamada, com bicheira, com mosca-varejeira. Durante a exibição do vídeo, o senhor João César dos Santos Luchina salientou ao Deputado Estadual Joares Ponticelli que aquele manejo era, segundo os técnicos, o mais apropriado. Agradecendo a todos os pecuaristas dos Municípios de Santa Catarina que se fizeram presentes, principalmente os da região Sul, reiterou o seu prejuízo com o gado é muito grande e que tinha que haver mais interesse em relação ao problema que os pecuaristas estão passando. Finalizando sua fala, disse que gostaria de ouvir os técnicos para saber o que eles pensam a respeito do problema e comentou que havia começado um trabalho com o professor Jusa para ajudar os pecuaristas. Ato contínuo, fez uso da palavra o **senhor André Fontana Acordi**, que inicialmente disse que tem dificuldade em manter o gado sem bicheira, livre de coró, de mosca-varejeira. Contou que aumentou o custo de produção do boi, da vaca e do terneiro porque cada vez que ocorre o nascimento e a morte de um animal, os criadores têm que fazer o registro e dar baixa, respectivamente. Disse que na troca de uma vaca leiteira com o vizinho, porque a sua secou, sempre tem que ir à cidade e isso demanda muito tempo, lembrando que o agricultor produz quando está na roça e deixa de produzir quando tem que correr atrás de documento. Comentou que os produtores escutam que o governo tem interesse em ajudar a pequena propriedade mas que está ocorrendo o contrário, porque obrigações estão sendo impostas para fazer eles trabalharem mais e ganharem igual ou até menos, pois o preço do boi caiu. Retomando a palavra, o senhor Presidente informou que iria intercalar as falas da plenária com as autoridades da mesa e passou a palavra ao **senhor José Antônio Tiscoski da Silva (professor Jusa), Prefeito do Município de Sombrio**, que lembrou que esse assunto começou em 2008, quando teve início a brincagem dos animais. Contou que há um mês ocorreu uma reunião e que dali em diante começou uma série de reuniões - uma delas em Sombrio - com a Cidasc, a Epagri e os representantes do governo do Estado para se buscar uma solução para o problema. Prosseguindo, disse que o Secretário Heriberto Afonso Schmidt foi informado, na Secretaria Regional, sobre a situação do gado, tendo visto fotografias e um relatório dos produtores de Sombrio, Balneário Gaivotas, Jacinto Machado, acrescentando que o assunto começou a tomar uma proporção tal que outros Municípios também se envolveram, entre eles São João do Sul, Santa Rosa, Turvo, Araranguá e outros que estavam ali representados. Prosseguindo, salientou que na semana passada estiveram na Cidasc, em Florianópolis, juntamente com uma comitiva, representando todos os Municípios, ocasião em que solicitaram uma solução para a dificuldade que os criadores estavam passando. Disse que era importante saber a procedência do animal e que os produtores, principalmente os donos de pequenas propriedades, não podiam ter prejuízo, pois tendo aproximadamente quinze animais para brincar, têm que correr atrás da Guia de Trânsito Animal (GTA) e curar a bicheira desses animais. Lembrou que as grandes propriedades também têm prejuízo, citando a Fazenda Caverá, que produz 1,4 mil animais, sendo que aproximadamente 30% dos bezerros estão com incidência de bicheira. Enfatizando que tem que ser encaminhada à Assembleia Legislativa a busca de uma solução para o problema, reiterou que os pequenos produtores precisam de uma solução que facilite o manejo e faça com que a produção aconteça, destacando que a soma de esforços e a busca de soluções têm que ser imediatas. [Taquígrafa-revisora: Ana Rita Moriconi de Souza.] Concluiu agradecendo ao Deputado Joares Ponticelli e disse que aquela reunião demonstrava a verdadeira expressão do que acontece na propriedade porque ali estavam todos os produtores, enquanto que nas outras reuniões estavam apenas um representante. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Joares Ponticelli**, registrou a presença das seguintes autoridades: Nicanor da Rosa Nicheli, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sombrio; Valmir Daminelli, engenheiro agrônomo da Prefeitura de Sombrio; Vilmar José da Silva, da Secretaria Municipal de Agricultura de Turvo; José Milton Scheffer, ex-Prefeito de Sombrio; Vereador Dorizete dos Santos Porto, de Passo de Torres; Vereador Nivaldo Silveira Machado, de Balneário Gaivota; Vereador Paulo Schardosim de Matos, de São João do Sul; Vereador

José Francisco Possamai, de Sombrio; Vereador José Paulo Custódio, de Sombrio; Vereadora Ana Maria Back Machado, de Jacinto Machado; Vereador Lucas Tadeu Coelho, de Sombrio, neste ato representando o Deputado Estadual Ronaldo Benedet; Vereador Jorival Hendz, presidente da Câmara Municipal de Praia Grande; Luiz Gonzaga da Silva Roque, presidente do Sindicato de Produtores Rurais de Araranguá; Vereador Agenor Colares Gomes, de Sombrio; Paulo Sérgio Alves (Tarzan), neste ato representando o Deputado Estadual Manoel Mota; Vereador Ademir Bendo, de Jacinto Machado; Manoel Margenat Antonio, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Sul; Vitor Luiz Schmidt Martins, Vice-Prefeito de Sombrio, neste ato representando o Deputado Estadual Onofre Santo Agostini; Alfredo Reis Júnior, da Cidasc de Criciúma; e Valdir Barbosa, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacinto Machado. Em seguida passou a palavra ao **senhor José Milton Scheffer, ex-Prefeito de Sombrio**, que cumprimentou todos, em especial as pessoas que promoveram a audiência, haja vista a importância do assunto. Em relação à questão burocrática, explicou que se nascerem três bezerros, o agricultor perde três dias de trabalho para poder legalizá-los, e se cair um brinco do animal, o trabalho é duplicado, acrescentando que em alguns lugares teria que ser feito o boletim de ocorrência (BO) para poder conseguir outro brinco. Disse que os pequenos agricultores, os pequenos produtores não se beneficiam com essa medida sanitária imposta e ainda pagam a conta, ressaltando a importância de se encontrar soluções para o problema. Em seguida, solicitou que a questão burocrática fosse revista, que o nascimento do animal fosse legalizado e que a perda do brinco fosse justificada, tendo pedido a suspensão temporária do sistema de brincagem dos animais até que outro método fosse encontrado no Estado de Santa Catarina. O **senhor Presidente, Deputado Joares Ponticelli**, respondeu ao senhor José Milton que os técnicos falaria depois sobre as suas reivindicações e passou a palavra ao **senhor Valtamir Luís Rodrigues, de São Joaquim**, que disse que foi ali para dar apoio ao pessoal e lembrou que o Deputado Joares Ponticelli já sabia do movimento há dois anos, quando começou a brincagem. Afirmou que há quinze anos aprendeu muito com um livrinho, disse que a aftosa prejudica os animais que têm rachaduras no casco e perguntou por que o Projeto de Identificação de Bovinos e Bubalinos em Santa Catarina abrangia somente os bovinos. Comentou que a brincagem foi feita através de uma portaria e alegou não entender por que a portaria tem mais valor do que os quarenta Deputados, que poderiam fazer uma lei. Informou que seus filhos pesquisaram na Internet e encontraram lá que o Mercado Mundial não aceitava mais, por descrédito, o Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov), acrescentando que dentro do programa havia uma parte que dizia que o Sisbov foi feito para quem quisesse exportar mas que foi retirada essa parte em Santa Catarina. Informou que a Organização Internacional de Epizootias (OIE) conferiu a Santa Catarina o selo internacional **selo** de qualidade sanitária pelo *status* de zona livre de febre aftosa sem vacinação e que foi criado um programa para conservar esse selo, pelo qual cada produtor pagaria um valor de R\$ 5,00, R\$ 10,00, adiantando que não era contra pagar esse imposto mas que queria retorno. Prosseguindo, leu o esclarecimento da Cidasc em relação ao processo de identificação dos bovinos e disse que antigamente nos frigoríficos de Santa Catarina tinha caminhões boiadeiros mas que hoje só têm metade dos funcionários e metade dos caminhões porque, como no Paraná e no Rio Grande do Sul não tem tanta burocracia, são trazidos de lá. Comentou que a Guia de Trânsito Animal (GTA), que incorpora a obrigatoriedade de consignação do número da nota fiscal utilizada nessa GTA, foi aprovada em 7 de dezembro e que a Ordem de Serviço da Cidasc nº 119 saiu no dia 1º de fevereiro. Perguntou se realmente todo o sistema de brincagem vai melhorar a saúde do animal, se vão exportar terneiros e finalizou lendo o artigo 5º da Constituição Federal, que diz que "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade." Depois de ler o artigo, pediu respeito à propriedade e disse que o Estado não precisa administrar o que é deles. O **senhor Presidente, Deputado Joares Ponticelli**, em nome da Comissão, reconheceu o esforço do Miro (Valtamir) e salientou que desde o início, desde a primeira reunião, o processo estava equivocado, não era o melhor sistema, lembrando que os resultados confirmaram isso. Em seguida concedeu a palavra ao **senhor Nereu Lumertz da Silva, representante dos pecuaristas de São João do Sul**, que afirmou que o brinco deixa o gado estressado. Contou que trabalha com arroz, que também tem dez, doze cabeças de gado, que é necessário ter vaca para o leite e que isso dá muita incomodação. Disse que só ficou sabendo que o sistema existia em Santa Catarina há um mês, opinou que não poderiam aceitar esse sistema, que deveriam ter se manifestado antes, advertindo que se não encontrarem uma solução para o problema na audiência pública, levariam a questão a Brasília, pois não poderia estar acontecendo. Explicou que por ser ano de eleição, deveriam aproveitar para derrubar a burocracia, pois só pagavam imposto. Agradeceu todos

pela participação e pediu para continuarem a luta. Dando sequência à reunião, o senhor Presidente passou a palavra ao **senhor Aldair Polaco Kozuchowski, ex-Prefeito de Sombrio**, que iniciou dizendo ser difícil para ele falar por ser funcionário da Cidasc mas que admitia, depois de ouvir o clamor dos pecuaristas, que era necessário pensar e repensar a atividade da brincagem em Santa Catarina. Salientou que isso é uma condição nacional, que a Cidasc é apenas a executora das políticas que o Ministério da Agricultura impõe no Brasil e que se é imposta uma coisa errada para Santa Catarina, que isso seja revisto. Observou que a lei que cobra para a transferência do animal, citada pelo senhor Valtamir, foi aprovada pela Assembleia Legislativa e disse que os representantes da Assembleia ali presentes poderiam levar as reivindicações retiradas da audiência para acabar com isso, porque o pecuarista não pode pagar. Em relação ao brinco, sugeriu que trabalhassem com os técnicos da empresa para solucionar o problema. Prosseguindo, salientou a importância da manifestação, parabenizou todos que foram ali reivindicar e aventou a possibilidade de se brincar o animal mais tarde, bem como fazer um estudo e aprimorar a empresa. Ressaltou que a Cidasc não faz nem impõe leis, pois é apenas um órgão executor de políticas ditadas pelo Ministério e pela Secretaria da Agricultura, e afirmou que a Assembleia deveria sair dali com posições. O senhor Presidente encerrou as inscrições e passou a palavra ao **senhor Valdir Paulino, de Jacinto Machado**, que confirmou que a questão do brinco só traz problemas e incomodação. Relatou que visitou os quatro continentes e que encontrou a brincagem apenas nos países comunistas, como em Cuba, onde o Fidel faz o que quer. Afirmou que isso é contra a lei, que estão sendo discriminados em relação a outros Estados brasileiros e solicitou que a proposta da queda do brinco fosse para a Assembleia Legislativa antes das eleições, pedindo que marcassem os Deputados que forem a favor do brinco para estes serem derrubados na próxima eleição. O **senhor Presidente, Deputado Joares Ponticelli**, agradeceu e disse ao Valdir que por fazer oposição ao governo, não desejava que a lei entrasse amanhã, acrescentando que sempre votou contra, até em relação à cobrança de taxas. Esclareceu que a brincagem não é autorizada pela Assembleia e sim por portaria da Secretaria da Agricultura, ressaltando que se houvesse uma forma de ser feito via Assembleia, o momento seria bom, porque até os Deputados do governo votariam pela derrubada, uma vez que o sistema não funciona. Dito isso, passou a palavra ao **senhor José Antônio da Silva, Secretário de Agricultura de Sombrio, neste ato representando o Conselho dos Secretários de Agricultura de Santa Catarina (Consasc)**, que depois de cumprimentar todos citou como parceiros na caminhada os senhores Vilmar Colares Eufrásio, Luiz Alberto Vargas e Heriberto Afonso Schmidt. Avaliou que brincagem é muito bom para aquele que cria terneiro para depois vendê-lo para corte, afirmando que pensar que a brincagem após oito meses vai passar o problema para frente não é verdadeiro. Informou que uma pesquisa realizada entre 2006 e 2007 mostrava que o Estado de Santa Catarina tinha aproximadamente 3,5 milhões de cabeças de gado, o que corresponde no Brasil 1,6% de produção de carne; que as regiões da Amarel, Amrec e Amesc têm de 180 mil a 200 mil cabeças, o que corresponde a 6% do Estado de Santa Catarina, acrescentando que o Estado com 3,5 milhões de cabeças de gado teria que produzir mais 1 milhão para chegar a 5 mil cabeças só para suprir o que se come. *[Taquígrafa-revisora: Jacqueline de O. V. Bitencourt.]* Falou que a brincagem vai acabar com a criação de gado, seja de corte ou de boi carreiro, porque não há incentivo, e perguntou como fica o documento existente na América Latina de proteção animal. Considerou que o Sisbov é para quem quer importar carne e concluiu indagando se aquela situação vivida será mais uma herança deixada aos agricultores e pecuaristas. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** considerou muito boa a manifestação do senhor Zezinho (José Antônio da Silva) e informou que movimentos de proteção aos animais já está se articulando em função do problema causado aos animais com o processo de brincagem. Na sequência, passou a palavra ao **senhor Alex Bianchini, Prefeito de São João do Sul**, que cumprimentou os presentes e parabenizou a Assembleia Legislativa pela realização da audiência pública, afirmando ser esta a forma mais democrática e justa de se discutir um problema. Disse que os depoimentos dados espelham a realidade, sendo correto que agora se busque, através da audiência e com os órgãos que criaram o processo de brincagem, a solução para essa questão que está mexendo no bolso de quem menos tem lucro, perguntando quem arcaria com o prejuízo sofrido pelos agricultores e pecuaristas. Encerrou sugerindo como encaminhamento a suspensão temporária dos brincos até que se ache a solução definitiva para o problema e a constituição de uma comissão para estudar uma solução para o processo de brincagem. Em seguida fez uso da palavra o **senhor Cacaí Amorim, diretor da Rede de Comunicações Amorim**, que saudou os presentes e disse que a Rede Amorim, através dos seus veículos de comunicação, que tem a missão social de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento sustentável da região, colocava à disposição de todos a sua estrutura no sentido de ajudar a resolver o problema. Observou que já existem muitas leis e

normas no País e que era necessário apenas que os representantes do povo fizessem com que fossem cumpridas citando várias áreas que possuem legislação que não é cumprida, como educação, saúde, segurança e meio ambiente, e pedindo, em nome da população, que o País fosse desburocratizado. Concluiu afirmando que qualquer agressão física pode causar morte, que o animal é um ser irracional e não tem como se defender e que o ser humano deve usar a sua racionalidade para não ser vítima dessa imposição. O **senhor Presidente** passou a palavra ao **Deputado Federal Jorge Boeira**, que dela declinou informando que gostaria de se manifestar após a ouvida dos técnicos do Estado e do Governo Federal. Dando seguimento à audiência, o **senhor Presidente** passou a palavra ao **senhor Flávio Pereira Veloso, gerente estadual de Defesa Sanitária Animal da Cidasc**, que cumprimentou os presentes e esclareceu que a identificação dos bovinos em Santa Catarina surgiu como uma exigência de outros mercados, tendo em vista que o bovino catarinense não é vacinado contra a febre aftosa e que, em função disso, outros produtos catarinenses também alcançavam esses mercados, beneficiando todo o Estado com a entrada de recursos que são investidos em infraestrutura, educação, segurança etc. Informou que o sistema de brincos não era para prejudicar ninguém e que já existe uma proposta de aumentar o prazo para se identificar os terneiros nascidos, bem como para diminuir a burocracia, acrescentando que tudo está sendo exaustivamente discutido. Sugeriu a formação de um grupo de estudos para identificar as possíveis causas dos problemas e avaliar as medidas que poderiam sanar a questão e, ao ser vaiado pela plenária, afirmou que não se pode desenvolver ações que impliquem um prejuízo de milhões de reais em função do investimento feito quando da implantação do projeto. Colocou a Cidasc e os seus técnicos à disposição, informou que trouxe um questionário para aplicar no intuito de identificar as causas do problema para se chegar a um diagnóstico correto e, a partir daí, tomar medidas eficazes, e considerou que o processo de identificação dos bovinos está consolidado a ponto de estarem estudando a possibilidade de implementar um sistema de rastreabilidade para suínos e outras espécies. Reiterou que essa é uma exigência de alguns mercados internacionais e que também se traduz numa forma de garantir a segurança alimentar. O **senhor Vereador João César dos Santos Luchina, de Sombrio**, interrompeu a manifestação do **senhor Flávio Veloso** dizendo que não estavam ali para receber explicação e sim para ouvir uma solução quanto ao problema que estavam vivendo, tendo em vista que o assunto já era do conhecimento da Cidasc há um ano, recebendo palmas da plenária. Relembrou que a primeira campanha sobre o processo de brincagem havia começado neste CTG onde estavam realizando a audiência e que na época acreditavam na proposta de valorização do rebanho, propondo aos pecuaristas que não coloquem mais brinco até que a Cidasc encontre uma solução. O **senhor Flávio Pereira Veloso** retomou a palavra e disse que mantinha a proposta de constituição de um grupo de estudo, sendo novamente vaiado pelos participantes. Encerrou agradecendo as manifestações e expressando seu desejo de que se chegasse a uma conclusão satisfatória. Prosseguindo, o **senhor Presidente, Deputado Joares Ponticelli**, afirmou que o objetivo da audiência era encontrar uma solução para o problema mas que nenhum dos presentes tinha o poder de decidir algo no momento, complementando que era importante montar um grupo de trabalho com prazo para se construir uma solução, mesmo que a disposição dos pecuaristas seja no sentido de não brincar. Reiterou por diversas vezes que ninguém tinha o poder de decidir algo no momento e concluiu afirmando que era importante extrair da audiência um encaminhamento com responsabilidade e que desse uma solução definitiva à questão. Na sequência, passou a palavra ao **senhor Jorge Rosenfeld Kroeff, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, que cumprimentou os presentes e disse que tinha sido convidado para participar de uma reunião pública sobre brincagem tendo em vista que na região estaria havendo um problema de perda de brincos, salientando que depois de ouvir vários pecuaristas e autoridades, percebeu que o problema era um pouco maior. Registrou que por percorrer o Brasil inteiro fazendo auditoria, pôde perceber que nos outros Estados não existe essa incidência de 30% de perda de brincos, acreditando ser necessária a montagem de um grupo para estudar o problema, porque era uma questão local, ou seja, não acontecia nas outras Unidades da Federação. Reportando-se ao comentário feito de que a obrigação da brincagem era determinação do Ministério da Agricultura, afirmou que isso era uma inverdade, e mencionando o comentário de que a Cidasc seria um mero cumpridor de ordens do Governo Federal e do Ministério da Agricultura, disse que isso era diminuir um grande órgão estadual que muito já fez pelos pecuaristas. Enalteceu o trabalho desenvolvido pelo Flávio Veloso, técnico da Cidasc, considerando-o uma pessoa muito responsável, e afirmou que se a Cidasc havia optado pela brincagem obrigatória de 100% do rebanho, devia ter tido as suas razões, as quais deveriam ser levantadas no grupo de trabalho, bem como as razões dos pecuaristas para não mais brincar. Afirmou que o Ministério da Agricultura tem um programa chamado Sisbov, em nível federal, com adesão voluntária,

que visa atender às exigências de países importadores que colocam o sistema de rastreabilidade como uma das normas para os países que exportam carne, diferente do programa catarinense chamado PIB (Projeto de Identificação de Bovinos e Bubalinos), que tem a adesão compulsória. Concluiu colocando-se à disposição de todos e dizendo que a solução que se buscava não podia ser tomada de imediato, que era necessário haver um estudo sério sobre a questão. O **senhor Presidente** agradeceu a manifestação do técnico do Ministério e passou a palavra ao senhor Wilmar Warmling, gerente regional da Cidasc, reconhecendo o esforço dele para seguir, de um lado, a orientação estadual, e de outro, os agricultores, afirmando ser este o momento importante para se construir uma solução. O **senhor Wilmar Warmling, gerente regional da Cidasc**, cumprimentou os presentes e parabenizou o deputado Joares Ponticelli pela iniciativa, que vem ao encontro do anseio popular. Afirmando que ficou indignado pelo comportamento dos presentes em relação ao técnico Flávio Veloso, considerando-o competente e lembrando que ele vai fazer parte dos encaminhamentos necessários, e advertiu que não podem ser irresponsáveis e dizer que o PIB será suspenso, tendo em vista que é uma atividade que envolve uma série de componentes técnicos, sanitários e comerciais. Registrou que a agroindústria catarinense era responsável por algo em torno de 35% do PIB catarinense e tinha, juntamente com a Secretaria de Estado da Agricultura e com o Ministério da Agricultura, a responsabilidade de conservar o *status* sanitário do Estado, alcançado com muito sacrifício. Afirmando que o sistema de defesa sanitária fazia parte de uma cadeia e que se o Estado era incapaz de controlar uma das espécies, automaticamente seria incapaz de ter um padrão sanitário nas demais espécies, registrando que é assim que o Ministério da Agricultura, a União Europeia, a Organização Mundial de Sanidade Animal (OIE) e as demais organizações mundiais analisam a questão. Disse acreditar que aquelas pessoas estavam pagando um preço pelo que estava acontecendo e que era preciso buscar um encaminhamento que amenizasse a situação, observando que não seria correto dizer que a culpa pelo que estava acontecendo era de um ou de outro. Enalteceu a iniciativa do gerente estadual de Defesa Sanitária Animal da Cidasc, senhor Flávio Veloso, de se constituir um grupo para estudar a questão, composto por integrantes da Cidasc, do Ministério da Agricultura, da Secretaria da Agricultura e dos produtores, e lembrou que teria que haver fundamentação técnica, caso contrário, se estaria incorrendo em sérios erros que poderiam comprometer toda a cadeia de defesa sanitária animal e toda a cadeia econômica do Estado de Santa Catarina. Lembrando que é a Secretaria da Agricultura quem normatiza, disse que como técnicos precisariam fazer a gestão e a execução dessas normas com responsabilidade, pois seria um problema muito sério o Estado perder seu *status* sanitário, advertindo que três municípios do sul do Estado - Forquilha, Morro Grande e Nova Veneza - sucumbiriam na mesma hora tendo em vista que cada um era sede de agroindústria, fora os municípios integrados, tanto de aves como de suínos. *Taquígrafa-revisora: Siomara G. Videira.*) Dito isso, opinou ser necessário buscar uma forma e uma metodologia para amenizar a situação. Em relação à Lei 14.967, de 7 de dezembro, disse que ela pegou todos de surpresa e que está causando problema porque quando o Projeto de Identificação de Bovinos e Bubalinos (PIB) foi implantado, garantiu-se que não se iria casar a nota fiscal com a Guia de Trânsito Animal (GTA). Informou, entretanto, que a lei foi aprovada e que estava sendo encaminhada a revogação de um de seus artigos, complementando que até o momento não houve resposta positiva nesse sentido. Ponderando que a audiência em curso talvez fosse um marco na busca de solução para o problema, ratificou o que falou na reunião que ocorreu na SDR de Araranguá no sentido de se sentir satisfeito por se estar buscando uma solução cordial, com argumentações de ambas as partes, opinando ser necessário montar um grupo para verificar as argumentações e as flexibilizações que a legislação poderá proporcionar, ou então para que a Cidasc possa buscar melhor adequação. Avaliou que hostilidade só causaria resistência entre as partes e disse ser necessário haver parceria entre os envolvidos. Encerrou seu pronunciamento saudando os técnicos e as autoridades presentes à audiência e dizendo que foram todos corajosos por terem comparecido ao evento. Pediu que todos tivessem compreensão para buscar um entendimento de forma madura e responsável e disse que a regional da Cidasc de Criciúma estava à disposição para o diálogo e para os encaminhamentos. Em seguida, a palavra foi passada ao senhor **Deputado Federal Jorge Boeira**, que saudou os presentes e disse que, apesar de ter escutado atentamente todas as manifestações, não ouviu nenhuma proposta efetiva de encaminhamento. Disse que existia uma proposta de se continuar estudando a situação e que isso era interessante porque havia toda uma burocracia envolvida na questão da rastreabilidade. Contou ter observado o sentimento de todos os que se manifestaram e disse estar claro que as pessoas presentes à audiência eram pequenos proprietários rurais, agricultores familiares. Levando em conta que quando assumiu como Deputado Federal havia trinta milhões de

miseráveis no Brasil e que, na outra ponta, estava a pequena propriedade rural, que produzia e não tinha para quem vender, lembrou que na época o Presidente da República disse, emocionado, que só estaria satisfeito ao final de seu governo se cada brasileiro tivesse, pelo menos, três pratos de comida por dia. Anunciou ter sido criado o Programa de Aquisição de Alimentos, em que o cidadão vende até R\$ 4,5 mil por mês para a Conab diretamente, a qual repassa os alimentos para entidades filantrópicas, informando que o Programa tirou mais de onze milhões de pessoas das favelas, também tirando das classes D e E mais de trinta milhões de pessoas. Mencionou que haviam criado vários programas de aquisição de máquinas agrícolas para a agricultura familiar, com pagamento em dez anos e juros de 2% ao ano, questionando por que um governo que pensa tanto na pequena agricultura teria algum interesse em prejudicar o pequeno agricultor. Reiterou que o governo não tem nenhum interesse em prejudicar a pequena propriedade, complementando que o pequeno agricultor não pode pagar a conta das grandes empresas exportadoras, que são as que têm o maior interesse no sistema de rastreabilidade. Sugeriu como encaminhamento que a Assembleia Legislativa propusesse que o sistema de brincagem fosse trocado por outra forma de rastreabilidade que usasse tecnologias que não agredissem fisicamente o animal, lembrando que isso teria um custo maior e opinando que quem deveria pagar a conta não eram os pequenos agricultores. Observou que o Deputado não poderia propor projetos de lei que criassem despesas ao Executivo, a não ser que apontasse a fonte de receita, complementando que, no caso, a fonte de receita seria em função daqueles que exportam e que são beneficiados pela rastreabilidade. Afirmando que para o pequeno produtor o tratamento precisava ser diferenciado para que a igualdade constitucional fosse alcançada, dizendo entender claramente que o alimento que vai para a sua mesa sai de dentro da pequena propriedade. Despedindo-se, reiterou seu pedido de encaminhamento no sentido de troca do sistema de rastreabilidade, com a garantia de que o pequeno produtor não tenha qualquer custo com isso. Fazendo uso da palavra, o senhor **Presidente, Deputado Estadual Joares Ponticelli**, informou que a Secretaria da Agricultura havia sido convidada para o evento e não tinha justificativa a sua ausência nem mandado um representante oficial à audiência, complementando que é ela o órgão que toma decisões. Considerando tal ato uma atitude desrespeitosa com a Assembleia Legislativa e com a Comissão de Agricultura, disse que era preciso tratar a questão de forma racional. Salientou ser necessário saber o que o novo Secretário da Agricultura pensava sobre a questão da brincagem e perguntou às autoridades se alguma delas já tinha ouvido qualquer pronunciamento do Secretário nesse sentido, não obtendo resposta. Sugeriu a constituição de uma comissão com não mais de cinco pessoas que representasse o pensamento dos produtores, pediu que os produtores elegessem seus representantes e comunicou que a Cidasc e a Defesa Animal já haviam se colocado à disposição. O senhor **Valtair Luiz Rodrigues**, nesse momento, sugeriu que a comissão não fosse composta somente por cinco pessoas, pois na última reunião havia trinta membros do governo para argumentar contra apenas cinco representantes dos produtores. O senhor **Presidente, Deputado Estadual Joares Ponticelli** rebateu ser necessário haver responsabilidade no encaminhamento, pois existiam muito mais produtores do que membros do governo, avisando que se era para tumultuar, ele também saberia como fazê-lo. Sugeriu, assim, que fosse feito um encontro equilibrado e sério, para que o governo trate a questão com responsabilidade. O senhor **João César dos Santos Luchina, Vereador de Sombrio**, propôs o agendamento de uma audiência com os membros do governo, obtendo como resposta do **senhor Presidente** que a audiência seria marcada pela Comissão de Agricultura e que a Secretaria havia desrespeitado a Assembleia e a própria Comissão de Agricultura. Retomando a palavra, o senhor **João César dos Santos Luchina, Vereador de Sombrio**, disse que os pecuaristas queriam se fortalecer porque em sua classe, geralmente, as bombas vinham de cima e caíam em seus colos, pois eram eles que pagavam a conta. Observou que a proposta do técnico do Sisbov poderia ser incluída no pacote para ser analisada, já que era ele que estava fazendo o acompanhamento nas grandes propriedades. Sugeriu que a campanha de rastreabilidade começasse nas grandes propriedades e que quem quisesse aderir ao sistema para valorizar seu rebanho, que o fizesse de forma opcional, ponderando que essa seria uma forma gradual de, devagar, implantar-se o sistema. Protestando, falou que implantar um sistema e depois jogá-lo aos pecuaristas para que eles se adequassem a esse sistema era algo impossível. Pediu desculpas ao senhor Wilmar no caso de em algum momento ter sido rude ou grosseiro com os técnicos e contou que tinha chegado a um ponto em que sentiu necessidade de desabafar, dizendo-se feliz por poder discutir o problema dos pecuaristas e prevendo que em pouco tempo tudo poderá ser resolvido. O senhor **Presidente, Deputado Estadual Joares Ponticelli**, falou que os nervos daqueles que pagavam a conta estavam à flor da pele e que o problema havia sido transferido para o produtor, observando que embora há muito tempo venha se discutindo isso, não se vislumbrava

uma solução apropriada. Prosseguindo o encaminhamento, disse que interviria na Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa para que ela agendasse uma audiência com a comissão a ser formada pelos representantes dos pecuaristas e com o Secretário da Agricultura, a fim de que o assunto fosse discutido com a devida responsabilidade. O senhor **Deputado Federal Jorge Boeira**, por sua vez, tomou a palavra para dizer que a grande preocupação de todos era que não se fizesse mais uma reunião apenas para se propor outra reunião, avaliando que se a Secretaria de Estado da Agricultura não se fez presente foi porque não teve interesse algum em resolver o problema, independentemente do número de pessoas interessadas. Dito isso, argumentou que o encaminhamento correto não seria formar uma comissão de pecuaristas para uma nova reunião com a Secretaria e sim o Legislativo encaminhar uma alteração da forma de rastreabilidade sem custo para o produtor, tendo sido aplaudido por essa argumentação. O senhor **Presidente, Deputado Estadual Joares Ponticelli**, ponderou que a proposta do Deputado Federal Jorge Boeira poderia caminhar em paralelo e observou que para uma lei ser aprovada era necessário haver Deputados suficientes, lembrando que a Oposição não os tem e salientando que o governo tem maioria e pode engavetar projetos de lei. Sugeriu, assim, dois encaminhamentos em paralelo: que se encaminhasse um projeto de lei alterando a forma de rastreabilidade, para o qual se buscaria a assinatura de todas as bancadas, advertindo que o processo legislativo é demorado; e que fosse feita uma reunião com os representantes dos pecuaristas e com o Secretário da Agricultura, até para que os pecuaristas saibam o que ele pensa e digam que ou ele resolve o problema ou o Estado irá mudar o sistema por via legislativa. Manifestando-se, o senhor **José Antônio Tiscoski da Silva, Prefeito de Sombrio (SC)**, pediu que essa reunião fosse feita na regional de Araranguá para que os pecuaristas não precisem deslocar-se até Florianópolis, sugerindo que o Secretário da Agricultura dirija-se até lá para o encontro. O senhor **Deputado Federal Jorge Boeira** concordou com a fala do Presidente no sentido de que um Deputado sozinho não resolve toda a questão, mas salientou que quem resolvia era a sociedade organizada por intermédio de seus representantes. Disse não discordar que os dois encaminhamentos seguissem em paralelo, pois um não elimina o outro, mas reiterou que o instrumento de encaminhamento que possuíam ainda era o Legislativo, com o apoio de todos os pecuaristas, e que encheriam a Assembleia Legislativa se necessário fosse. Comentou que na Câmara Federal os projetos tinham prosseguimento quando todas as regiões do País se mobilizavam e disse que na Assembleia Legislativa isso não seria diferente. Em seguida, usou da palavra o senhor **João César dos Santos Luchina, Vereador de Sombrio**, que abordou a quantidade de reses mortas e mencionou que o governo não iria pagar o prejuízo, contando que havia consultado um advogado para levantar os danos causados. Pediu, como forma de pressão, que a partir daquele dia nenhum pecuarista colocasse brincos em seus animais antes que uma solução fosse dada, pedido este aplaudido pela plenária. Retomando a palavra, o senhor **Presidente, Deputado Estadual Joares Ponticelli**, solicitou que fosse registrado em ata e em letras garrafais, para efeito de encaminhamento, que a deliberação da audiência pública era não colocar mais brincos nos animais a partir deste dia, até que o encaminhamento ali proposto fosse efetivado. Observou tratar-se de uma forma de pressão para que o Secretário da Agricultura e o Governo do Estado se reunissem com os pecuaristas e lhes dissessem o que iriam fazer, complementando que a Assembleia Legislativa também iria estudar um caminho para fazer pressão na busca de solução. Frisou ser esse um encaminhamento com consequências muito sérias e que era importante que fosse registrado, alertando para o fato de que o Governo precisava, a partir daquele momento, tratar com mais respeito e responsabilidade os pecuaristas. O senhor **Wilmar Warmling, gerente regional da Cidasc**, afirmou não concordar com o encaminhamento porque, na condição de gestor da legislação, jamais poderia deixar de acompanhá-la, alertando que todo e qualquer animal não identificado no Estado de Santa Catarina era considerado clandestino. Frisou que os pecuaristas precisavam ter consciência das consequências que poderiam advir de um encaminhamento como o sugerido, pois as propriedades poderiam ser interditadas e os animais sacrificados. Anunciou não estar falando isso tudo em tom de ameaça e reiterou ser gestor de uma legislação que precisa ser cumprida. Ponderou sobre a necessidade de se tomar cuidado e pediu que todos tivessem muita consciência ao tomar uma decisão nesse sentido. Prosseguindo, o senhor **Presidente, Deputado Estadual Joares Ponticelli**, disse que o senhor Wilmar tinha feito seu alerta com toda a razão, já que esse era o seu papel, e explicou que esse encaminhamento havia sido a forma que a audiência pública encontrou para fazer com que o Secretário agendasse urgentemente um encontro. Fazendo uso da palavra, o senhor **Valtimir Luiz Rodrigues** avaliou que havia sido imposta aos pecuaristas a colocação de brinco em seus animais no prazo de sessenta dias e disse que apesar de o senhor Wilmar não ter falado em tom de ameaça, aquilo era uma ameaça porque na hora em que a Cidasc aparecesse, iria sacrificar os animais sem brinco para cumprir a

legislação. Alertou os pecuaristas a reivindicar seu direito de propriedade na hora em que quiserem sacrificar seus animais e sugeriu que o mesmo prazo de sessenta dias para os pecuaristas colocarem os brincos fosse dado para eles os arrancarem e devolverem à Cidasc. Nesse momento, o senhor **Presidente, Deputado Estadual Joares Ponticelli**, disse que os encaminhamentos já haviam sido extraídos e pediu que o Vereador João César dos Santos Luchina relacionasse os representantes dos pecuaristas para a reunião, informando que iria solicitar, via Secretaria da Agricultura, um pedido de audiência com o Secretário para que ele se dirigisse à regional de Araranguá. Em seguida, o senhor **Antônio Lima da Silva** tomou a palavra para convidar os presentes a participar da Feagro, em Braço do Norte, de 2 a 6 de junho. Retomando a palavra, o senhor **Presidente, Deputado Estadual Joares Ponticelli**, agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a audiência pública.

**PRESIDENTE
DEPUTADO JOARES PONTICELLI**

*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE, PARA DEBATER SOBRE OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO PORTO MAR AZUL, REALIZADA NO DIA 31 DE MAIO DE 2010, ÀS 19H, NO SALÃO PAROQUIAL DA IGREJA MATRIZ, NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Aos 31 dias do mês de maio de 2010, às 19h, realizou-se no Salão Paroquial da Igreja Matriz de São Francisco do Sul audiência pública promovida pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pela Deputada Estadual Ana Paula Lima, com o objetivo de discutir sobre os impactos socioambientais do Porto Mar Azul. A senhora Presidente, Deputada Estadual Ana Paula Lima, deu início à audiência pública cumprimentando os presentes e convidando para tomarem assento à mesa as seguintes autoridades: Deputado Federal Décio Lima; Vereador Wilson Reichert, Presidente da Câmara Municipal de São Francisco do Sul; senhor Arnaldo S'Thiago, Secretário Municipal da Indústria, Comércio e Porto, representando o Prefeito de São Francisco do Sul; senhor Marcos Werneck Regina, Capitão de Corveta e Delegado da Capitania dos Portos em São Francisco do Sul; senhor Herbert Markenson, diretor do Terminal Marítimo Mar Azul; senhor Maurício Medeiros de Souza, chefe da unidade regional da Antaq/Florianópolis; senhor Pedro Paulo Varela, da Associação dos Moradores do Bairro Rocio Grande e delegado do Sindicato Estadual dos Pescadores de São Francisco do Sul; e padre Edson Viana, da Paróquia de São Francisco do Sul. Em seguida, registrou a presença do senhor Maurino Silva, vice-presidente da CUT e diretor financeiro do Sintespe; do senhor Gert Fischer, diretor de Comunicação da Federação das Entidades Ecológicas Catarinenses; do senhor Juliano Ribeiro Mendes, da Associação dos Maricultores Comunitários do Bairro de Paulas; da senhora Ana Echevengá, do Instituto Ecoação; do senhor Luiz Hamilton, Aprema/SC; do senhor Orlando Schneider, Aprema/SC; do senhor Arlindo Bagnara, do Instituto Ecociente; do senhor Carlos Roberto Matheus dos Santos, presidente do Conselho da Associação dos Moradores de São Francisco do Sul (Conam); do senhor Godofredo Gomes Moreira Filho, assessor de Engenharia e Meio Ambiente do Porto de São Francisco do Sul; do senhor Getúlio Aprígio da Silva, da Federação Nacional dos Portuários; do senhor Marino Breis Braga, analista de Gestão Portuária do Porto de São Francisco do Sul; do senhor Olavo José Reale, da Associação dos Pecadores, Moradores e Simpatizantes do Porto Caieira, do bairro Laranjeiras de São Francisco do Sul; do senhor Luiz Antônio Marques, presidente da Simetasc; do Vereador Ismael dos Santos, de São Francisco do Sul, e presidente da Colônia de Pesca; do Vereador Jorge Luiz Macedo, de São Francisco do Sul; do senhor Dionei Walter as Silva, representando a Senadora Ideli Salvatti; do Vereador Adilson Mariano, de Joinville; do senhor Geraldo Bernardo Aquilino, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro de Paulas; do senhor Carlos Roberto Matheus dos Santos, Presidente do Conselho da Associação dos Moradores de São Francisco do Sul (Conam); do senhor Jair Cesar Apolinário, representando o Deputado Federal Cláudio Vignatti; do Vereador Salvador Luiz Gomes (Dodô), de São Francisco do Sul; do senhor Leonardo Aguiar Morelli, secretário-geral da Defensoria Social de Brasília/DF; da senhora Ana Paula Cortez, presidente da Associação do Movimento Ecológico Carijós (Ameca); da senhora Eliane Grankow, da Associação do Movimento Ecológico Carijós (Ameca); e do senhor Sérgio Roberto da Silveira, presidente da Associação Empresarial de São Francisco do Sul (Acisfs). Ato contínuo, a senhora Presidente justificou a ausência do Deputado Estadual Dirceu Dresch e comunicou que estavam ali presentes para ouvir a comunidade sobre os impactos socioambientais do Porto Mar Azul. Disse que a audiência foi solicitada pela intervenção de diversas entidades e organizações, como a Associação Movimento Ecológico Carijós (Ameca), o Sindicato dos Arrumadores Portuários, o Sindicato dos Estivadores, o Sindicato dos Conferentes, o Instituto Ecoturístico, a Associação de Maricultores da Babitonga e Bairro de Paulas, as associações de moradores, a Cooperativa de Transportes e Cargas, o Sindicato dos Transportadores Autônomos, e pelos partidos políticos

PT, PV e PSB de São Francisco do Sul. Registrou que, segundo as entidades, a Baía da Babitonga está sofrendo sérias ameaças que incluem a poluição por efluentes domésticos, industriais e agrícolas, assoreamento causado pelo mau uso do solo, pesca predatória, caça, ocupação ilegal de áreas públicas, supressão de manguezais, atividade portuária, entre outros motivos. Falou que é consenso entre diversas instituições, incluindo o Estado, a necessidade de mecanismos que disciplinem os diversos usos da Baía da Babitonga e que esta Baía está inserida no documento "Áreas e Ações Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira" como área onde a prioridade de ação é extremamente alta, para as quais se recomenda o manejo e a criação de unidades de conservação, conforme Portaria MMA nº 09, de 23 de janeiro de 2007. Disse que a Baía abriga cerca de 75% dos bosques de manguezais do Estado de Santa Catarina e foi identificada como área importante para a conservação de aves, citando duas espécies residentes de pequenos cetáceos que coexistem na Baía da Babitonga, o boto-cinza (*Sotalia guianensis*) e a toninha (*Pontoporia blainvillei*), este último incluído na Lista Oficial da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção (INMMA nº 03/2003), sendo a única espécie de golfinho ameaçada no Brasil e considerada uma das espécies de cetáceos mais ameaçada no mundo. afirmou que, também, segundo as entidades, o Porto Mar Azul está em processo de licenciamento no Ibama e representa extrema ameaça à integridade socioambiental da Baía da Babitonga, caso seja construído no local previsto no Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Ressaltou a existência do Porto de São Francisco do Sul, instituição federal com concessão ao Governo do Estado de Santa Catarina, que já foi responsável pela sexta maior movimentação de contêineres do País e que atualmente encontra-se em processo de ampliação e de reforma, salientando que tais iniciativas, financiadas pelo Governo Federal, devem ser concluídas ainda no ano de 2010 e que será ampliado o potencial logístico para o transporte de bobinas, principal carga movimentada pela Norsul. Falou que esse Porto mereceu do Governo Federal grande atenção com a liberação de verbas do PAC, em valores que ultrapassam os R\$ 140 milhões. Disse, ainda, que a instalação desse terminal portuário privado Mar Azul representará um profundo impacto social para a cidade de São Francisco do Sul, retirando do trabalhador portuário importante renda e gerando grave crise portuária com grandes perdas para os trabalhadores portuários, cujos reflexos terão repercussão direta em 50% da economia local. Acrescentou, por outro lado, que a empresa Norsul afirmou que fará um grande investimento na cidade de São Francisco do Sul, trazendo empregos, renda e respeitando o meio ambiente. [Vaia em relação à afirmação feita pela Norsul.] Registrou que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina foi até São Francisco do Sul para ouvir as entidades, os órgãos públicos representados na audiência e os empresários, a fim de mediar essa problemática e buscar ações que possibilitem os interesses da comunidade em comum ação com o meio ambiente. Prosseguindo, a senhora Presidente, Deputada Estadual Ana Paula Lima, passou a palavra às representantes da Associação do Movimento Ecológico Carijós (Ameca), senhoras Ana Paula Cortez, presidente, e Eliane Grankow. Iniciando a fala, a senhora Ana Paula Cortez, presidente da Associação do Movimento Ecológico Carijós (Ameca), cumprimentou os presentes e registrou que quando a Vega Sul foi para São Francisco do Sul a propaganda era de um porto público, que era o chamariz para essa empresa. Disse que foi feito no ano 2000 um protocolo para o Governo do Estado, assinado por várias entidades, salientando que toda a população só acreditou nos benefícios que viriam, apesar de serem alertados que poderia faltar água pelo impacto causado. Informou que os benefícios prometidos seriam empregos, manutenção do porto público, geração de mais renda, quase triplicando ou quadruplicando o salário do trabalhador, e realmente vieram os incentivos, paralelamente, como investimentos no porto, na ferrovia, acesso a empresas, com a intenção de que a Norsul permanecesse no porto público, e que em 2004 apareceu nos documentos da Norsul o projeto pronto para ir para outra área. Prosseguindo, a senhora Eliane Grankow, da Associação do Movimento Ecológico Carijós (Ameca), cumprimentou todos; lembrou que no ano 2002 uma audiência pública da Assembleia Legislativa conseguiu garantir o porto público em São Francisco do Sul, oportunidade em que existia um projeto de privatização do porto, que era a criação da SC Portos; e ressaltou que foi demitida do porto por insubordinação, que não tem emprego na cidade, mas continua na luta. Falou que o Governo do Estado, os sindicatos, o Município de São Francisco do Sul conseguiram fazer esse protocolo de intenções que foi assinado no dia 16 de junho de 2000 e que a Assembleia, no mesmo ano, votou essa lei para que a Vega do Sul viesse para Santa Catarina. Registrou, valendo-se de apresentação em PowerPoint, que nesse protocolo de intenções estava escrito que o Município de São Francisco do Sul, a Celesc, a SCGás, a Casan, a Samae e a administração dos portos de São Francisco do Sul estavam engajados, todos, no processo de criação das condições necessárias para que o projeto da Vega fosse viabilizado. Argumentou que a intenção desse protocolo é dar incentivos financeiros, compromissos

de empréstimos, linhas de crédito muito vantajosas, salientando que existem taxas de juros que chegam a ser zero, na maioria dos empréstimos, e outras que são subsidiadas; que o ressarcimento do frete também foi garantido; e que a Celesc se obrigou a fornecer energia elétrica, por isso foi feita uma linha de transmissão de 42 quilômetros que custou aproximadamente R\$ 11 milhões, independentemente da comunidade. Comentou que no bairro onde mora a luz treme sempre que alguém liga uma câmara fria e que quase não é possível tomar banho nem ligar a televisão ao mesmo tempo, ressaltando que eles têm uma [linha] independente que funciona e que é só isso o que [a comunidade] quer. Falou que, quanto ao fornecimento de gás, eles se comprometeram e veio o gasoduto de Guarimirim até São Francisco do Sul; que constava no protocolo que a Casan deveria fornecer água para a Vega do Sul, e que, se for analisada a quantidade de consumo de 115 m³/h, de 220 m³/h, chegando a ter picos de 370 m³/h, é um exagero; que, hoje, a Vega do Sul tem uma Estação de Tratamento de Água (ETA) da Casan, pública, que teve um investimento de R\$ 13 milhões e que a captação é feita num manancial que estava reservado para o crescimento do município, registrando que todos os anos tem racionamento de água, em todos os verões falta água, e que nessa temporada foi um horror. Comentou que tem vários outros ribeirões/ezinhos com pouca água e que o maior volume de água que tinha concentrado era esse que foi dado para a Vega, mas que hoje tem uma ação civil pública da promotora e a Vega reduziu o consumo, explicando que são dez anos de luta nessa história, desde que a Vega estava se instalando. Referindo-se à ação civil pública, disse que o Juiz já decretou que a Casan não poderia estar na cidade, porque já tem a Samae; quanto à infraestrutura portuária, de acordo com o protocolo, seria garantida a prioridade de atracação para as operações do Berço 201; e que no momento o Porto diz não poder dar prioridade, ressaltando que isso estava acordado e que tem que se tentar fazer cumprir alguns acordos. Destacou a mão de obra portuária, expondo que esse contrato foi feito e na época a Ameca não conseguia ter acesso aos trabalhadores porque prometeram para eles que iriam ganhar muito; que eles não se aliaram à Ameca porque todos estavam convencidos de que iria ter muito trabalho e muita renda; e que hoje é visto que tem trabalho e renda e que é isso que sustenta o Município de São Francisco do Sul, pois para os trabalhos que a Vega gerou vêm trabalhadores de Joinville e de outras regiões e que os da Petrobras também vêm de Joinville, alegando que quem movimenta a cidade são os trabalhadores [de São Francisco do Sul] e que é por isso que estavam presentes na audiência pública. Expôs que foi feito um contrato com todos os sindicatos e também com os consertadores, mas que hoje esses últimos já não trabalham. Disse que o Município deu quinze anos de isenção de todos os tributos municipais para a Vega e para todas as empresas que ajudariam a montar a Vega do Sul, mas que [a população] não recebe isso tão facilmente; explicou que essa subconcessão do fornecimento de água é importante e que poderia até ser passada para uma empresa privada, pois na época existia a possibilidade de a Casan até ser privatizada ou dissolvida, e que não fizeram um trato com o Samae porque seria mais difícil de enganar a todos os franciscenses; e acrescentou que se deseja essa água para São Francisco do Sul e que não volte para a Vega, porque [a comunidade] não pode comprar a água bruta que já era sua. Concluiu dizendo que o Estado, o Município e a Fecam reconhecem os incentivos e benefícios previstos no protocolo, o que constitui motivo determinante para que a Vega celebre o presente protocolo, assinado por todas as entidades do Estado e do Município, e desejando que esse protocolo que foi assinado seja cumprido, porque, se não for, tem que duvidar do que foi prometido agora. Agradecendo pela oportunidade, encerrou a sua participação. Retomando a palavra, a senhora Ana Paula Cortez, presidente da Associação do Movimento Ecológico Carijós (Ameca), que se valeu de apresentação em PowerPoint para tecer considerações, relatou que no ano 2000 a Vega foi para São Francisco do Sul - porto público; em 2004 foi feito o projeto em Laranjeiras; e em 2007 foi alterado o zoneamento portuário, o PDZ, e paralelamente foi alterada uma lei municipal que permitia que fosse feita a instalação portuária em Laranjeiras, onde antigamente era uma área de preservação e ainda é, apesar de ser de outra forma. Em seguida, relatou que o projeto apareceu em uma audiência pública e foi imediatamente questionado pela Ameca, sendo que os Ministérios Públicos Estadual e Federal ingressaram com uma ação civil pública e todo o empreendimento foi embargado, ficando a parte terrestre do empreendimento com a Fatma, que é o centro de distribuição, e a parte marítima com o Ibama. Avaliou que se, em 2007, os Ministérios Públicos Estadual e Federal conseguiram embargos na Justiça, ficando tudo paralisado, e considerando que anteriormente o Ibama tinha dado parecer contrário ao porto nas Laranjeiras, todos ficaram realmente tranquilos, porque acreditavam que não iria acontecer nada. Continuando, informou que, no entanto, em fevereiro de 2009, um funcionário do Ibama avisou que estava em fase final de licenciamento, em Brasília, o projeto Mar Azul, quando todos os sindicatos e as entidades apoiadoras se mobilizaram e foram para lá tomar conheci-

mento do processo, contando que a primeira reunião foi marcada para 27 de fevereiro e outra para 17 de março, com o Ministério do Meio Ambiente, tendo todo o apoio da Senadora Ideli Salvatti, do Deputado Federal Décio Lima e de outros deputados estaduais e federais, e que ficou constatado nesse documento de Brasília, que tem o EIA/RIMA, que é o relatório, modificado, a expressão "atualizado". Saliu que, quando foram ler o documento atualizado, lá tinha os dados de 2007, não tinha dos investimentos do PAC do porto público, tinha dados sobre a alternativa organizacional do porto público totalmente desvirtuados, tinha dados imprecisos, e percebeu-se que a população estava desinformada sobre os fatos; e declarou que o Ibama não tem uma imagem real da situação e que ela está fundamentada em fatos que não são verdadeiros, por esse motivo estão solicitando uma nova audiência pública e estão reclamando por não concordarem com essa obra, com esse empreendimento. Contou, ainda, que nesta semana, na Associação de Moradores do Rocio Grande e na rádio, o empreendedor dessa obra, novamente, tentou fugir para não mostrar que esse pier tem 1km451m (ele falou que tinha 800m ou 880m) e que são quatro pieres, não apenas dois pieres, como o empreendedor disse. Finalizando, falou que a Constituição garante que o mar territorial é bem da União, de todos, não somente de uma empresa privada, ressaltando que o Governo Federal, autorizando ou não, tem que entender que um bem público não pode ser tomado a qualquer preço; e perguntou como será permitido que um porto seja instalado numa área importantíssima de preservação permanente, de manguezais. [Taqui-grafa-Revisora: Ione Terezinha Reis de Melo] Dando sequência à reunião, a senhora Presidente, Deputada Estadual Ana Paula Lima, agradeceu a manifestação das senhoras Eliane e Ana Paula e passou a palavra ao senhor Fabiano Grecco, representando a Associação de Estudos Costeiros e Marinhos (Ecomar), que se valeu de apresentação em PowerPoint para tecer considerações sobre o valor da biodiversidade encontrada na Babitonga, baía de grande importância ecológica e social de Santa Catarina, registrada no documento elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente que define as áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, indicando, na imagem de um gráfico, as áreas prioritárias da Babitonga para conservação e prioridade de ação. Em seguida, mostrou a área com maior ocorrência de espécies na Baía, destacando a toninha, único mamífero marinho ameaçado no Brasil, e o mero. Revelou que a área em que habitam esses animais, que são sensíveis a ruídos, é a mesma destinada ao trapiche da Norsul, observando que há uma informação equivocada no EIA de que os trapiches favoreceriam a criação de meros, o que é uma grande inverdade, visto que não conseguiram capturar nenhum mero nos pilares do Porto. Contou que o boto-cinza é outro mamífero marinho que habita a área, assim como algumas espécies de grande importância para a comunidade pesqueira do entorno, como pescada-amarela, caranguejo, camarão, siri, miraguia, robalo, linguado e tainha. Prosseguindo, divulgou estudo feito pelo Ibama em parceria com a Univali que mostra a quantidade de ovos de peixe e de larvas; esclareceu que quanto mais escuro o ambiente maior a quantidade de ovos e de larvas, o que mostra que a Babitonga é um berçário da vida marinha; e, com relação à pesca, informou que são 33 comunidades pesqueiras espalhadas no entorno da Babitonga, mas que o EIA só considerou a área do entorno direto, ilustrando que 70% das espécies relacionadas à pesca costeira comercial e recreativa dependem do manguezal em alguma fase do seu ciclo de vida, daí a importância da conservação da Baía. Dito isso, explanou que foram entrevistados 34 pescadores em três dias de campo, questionando se esses dias seriam suficientes para caracterizar todo o sistema pesqueiro da Babitonga, que conta com 1.089 pescadores, sem contar a mão de obra feminina envolvida na manipulação e no processamento do pescado; e relatou que 85% dos entrevistados não querem abandonar a pesca e que nenhum deles apontou a construção do porto como prioridade, sendo as questões mais indicadas por eles as relacionadas à logística para a melhoria da atividade pesqueira. Em seguida, dando sequência à apresentação iniciada pelo senhor Fabiano Grecco, fez uso da palavra a senhora Marta Cremer, bióloga da Univille, que registrou que o empreendedor vem se esquivando de declarar à comunidade que tipo de exclusão será feita na área, questionando se será exclusão de pescadores, de atividades de lazer, da biodiversidade da Baía. Na sequência, mostrou imagem [através de PowerPoint] de estudo do empreendedor indicando o canal em que as barcas e os navios irão trafegar, bem como a área de manobra e o pier, frisando que o estudo não mostra que o centro histórico de São Francisco do Sul está justamente ao lado do canal. Disse que através de informações contidas no documento do empreendedor foi feito um cálculo aproximado do tamanho da área de exclusão, sendo 31.680m² da área da Baía da Babitonga usada para instalação da estrutura, mas, segundo informações do empreendedor, são 290.625m² como área da bacia de evolução, e revelou que calcularam, também de forma aproximada, devido à falta de informações, porque o estudo é deficiente, 775m² como área do canal de acesso, totalizando

1.097.305m² a área de exclusão que será gerada com esse empreendimento. Continuando sua explanação, falou que o documento fornecido pela Capitania dos Portos (as Normas de Autoridade Marítima), que no seu entendimento é para todo o Brasil, diz que não é permitido tráfego e fundeio de embarcações em áreas consideradas de segurança, incluindo-se fundeadores de navios mercantes, canais de acesso ao porto e proximidade das instalações do porto. Observou que não será mais possível trafegar pela área que passa em frente ao centro histórico de São Francisco do Sul, envolvendo toda uma bacia de evolução e toda a região de Laranjeiras, considerada área tradicional de atividade pesqueira; e contou que no documento o empreendedor afirma que para solucionar esse problema será aumentada a altura da ponte, permitindo assim o tráfego de embarcações embaixo do pier, o que lhe parece uma informação bastante contraditória. Revelou que há receio em relação à confiabilidade dos dados apresentados no documento e que, pela falta de informações e coordenadas detalhadas, tentaram projetar o canal de acesso à bacia de evolução na área do pier em relação à cidade de São Francisco do Sul, mostrando a configuração para que as pessoas presentes à audiência pública tivessem ideia do que representa essa área de exclusão. Explanou que de forma irônica o empreendedor diz que a área de exclusão vai se tornar uma reserva para a reprodução dos peixes, o que qualquer pescador sabe que não é verdade, discorrendo que na visão do empreendedor a restrição de uso da área por barcos de pesca vai melhorar a qualidade ambiental da região, já que reduz a perturbação da biota. Prosseguindo, observou que a atividade portuária é de baixa qualidade ambiental em virtude da contaminação da água pelo tráfego dos navios; deixou claro que esse problema também existe no Porto de São Francisco do Sul, mas que não querem que seja estendido para as regiões mais importantes da Baía, onde há reprodução da fauna e atividade pesqueira; e clareou que não podem aceitar que a área escolhida pela Mar Azul deixe de ser uma área de produção pesqueira, de lazer e de ocorrência de espécies ameaçadas. Na sequência, citou outra questão que deixa todos muito apreensivos em relação a esse canal de acesso, qual seja, o empreendedor insiste em dizer que vai movimentar apenas barcas, mas há documento que mostra que vai movimentar navios com calado muito maior que das barcas; e que nesse canal de acesso, que eles dizem que tem profundidade média de dez metros, há sérias dúvidas se não vai haver necessidade de derrocagem de laje, o que representa um risco muito grande para a região. Concluiu dizendo que, pelo que se pode observar, a batimetria que a empresa apresenta no documento não confere com a Carta Náutica da Marinha, o que causa muita preocupação. A senhora Presidente, Deputada Estadual Ana Paula Lima, agradeceu ao senhor Fabiano e à senhora Marta e convidou para fazer parte da mesa o senhor Procurador Tiago Gutierrez, Procurador da República do Ministério Público Federal. Ato contínuo, passou a palavra ao senhor Celso Santos, representando a Intersindical, que, ilustrando a sua manifestação com imagens sobre o protocolo da Vega com o Porto de São Francisco do Sul, informou que hoje já existem alguns investimentos onde se previa o porto; contou que são recursos do PAC, ou seja, dinheiro parte estadual e parte federal, com a intenção de melhorar o Porto para atender a Vega e outras cargas; e registrou que a Norsul deixa de mencionar algumas partes de mangue na área do empreendimento. Em seguida, mostrou o PDZ [Plano de Desenvolvimento e Zoneamento] do Porto, dizendo que estavam previstos dois berços para atendimento preferencial da veja; e opinou que existe um grande contraponto, porque quando foi apresentada a mudança do PDZ em reunião do CAP [Conselho de Autoridade Portuária] estava presente o diretor da Norsul na ocasião, o senhor Luiz Philippe Figueiredo, contando que em momento algum da reunião houve manifestação contrária da Norsul para que houvesse alteração, que simplesmente houve a intenção de se fazer um berço para granel, qual seja, que a informação que a Norsul passa é que há quarenta anos espera uma solução em relação à embarcação; registrou que o ideal apresentado para taxa de ocupação é de 50%, mas que não chega a esse percentual em momento algum, o que poderia ser confirmado pela representação da Antaq presente à reunião; e expôs que há no Porto um berço preferencial para as barcas, o que demonstra que o discurso de que as barcas ficam esperando para atracar não é verdadeiro. Comentou que em 2009, por conta da crise mundial e de investimentos do terminal privado de Navegantes, muita carga saiu de São Francisco do Sul, o que foi sentido pelo trabalhador, pelo comércio e pela população em geral; e que em 2007 o ISS representava 48,13%, mas que este ano baixou. Mostrou, em seguida, o que seria o impacto da carga Vega e da carga geral. Disse que o projeto que eles apresentaram no EIA primeiramente falava em contêineres e carga geral, mas no segundo momento deixaram essa parte de fora, citando somente carga geral, que hoje representa 54% da renda do trabalhador, que não é só trabalhador avulso, é estivador, conferente, arrumador, comissários de despacho, transportadores. Em relação à prioridade da atracação, deixou claro que o Regulamento de Exploração

da Administração do Porto de São Francisco do Sul diz que o Berço 201 é preferencial para contêineres e Ro-ro (Roll-on/roll-off), o que mostra que já existe um berço para a Vega e para a Norsul no Porto, não havendo necessidade de outro. Para que os presentes tivessem ideia do quanto o Porto tem ligação direta com a sociedade, contou que foram apurados alguns números que, embora talvez não sejam exatos, apontam o seguinte: serviço de logística, 350; terminal da Cidasc, 90; agência marítima, 350; operadores portuários, 600; despachante aduaneiro, 200, opinando que o número é maior em virtude de muitos não fazerem parte do sindicato; serviço de navegação, 250; caminhoneiros, 1.500, comentando aqui que o relatório de estatística do Estado de Santa Catarina aponta para 15 mil o número veículos registrados em São Francisco do Sul. Retomando a palavra, a senhora Presidente, Deputada Estadual Ana Paula Lima, registrou a presença da Promotora de Justiça Simone Schultz, do Ministério Público Estadual. Em relação às vaias por parte da plenária ao empreendimento, lembrou que a vinda da Alesc ao município foi no sentido de buscar uma solução para a luta travada pela comunidade e pediu que a plenária respeitasse todas as pessoas que fizeram uso da palavra. Em seguida, passou a palavra ao senhor Herbert Markenson, diretor do Terminal Marítimo Mar Azul, que disse que apesar de a introdução só mencionar três linhas a respeito do empreendimento ele nasceu em 2005, não em 2000, como dito anteriormente. Disse que a Norsul nunca se omitiu de expor os dados, que são transparentes, mas que o problema é que são interpretados de várias maneiras. Explanou que o Porto é um empreendimento privado e que todo mundo sabe que a Norsul desenvolveu um projeto que já é utilizando com sucesso em Aracruz, numa área ambientalmente protegida, que é Abrolhos. Explicou que são dois os projetos, um de celulose e outro de madeira, e que as embarcações são construídas no Brasil, gerando assim muitos empregos. Contou que o Brasil já foi um dos grandes produtores navais e que hoje está ressurgindo na área, mas que os armadores brasileiros têm o chamado custo Brasil, que até hoje não conseguiram resolver - isso cabe ao governo, à política. Na continuidade, mencionou que o empreendimento, depois da construção das barcas, que na realidade são quatro armazéns flutuantes, não pode ter quebra de fluxo. Acrescentou que já existe um terminal em Vitória, dentro da antiga CST, hoje Arcelor, e que em São Francisco do Sul, quando foi feito o protocolo, falou-se na questão de exclusividade. [Taquígrafa-Revisora: Dulcinéia Maria Goulart] Discorreu que prioridade acontece quando há um navio de contêineres atracado no porto e a barcaça precisa esperar. Questionou o motivo de a barcaça operar no 201 e já ter operado no 101 e no 103, respondendo que isso é uma dança que ocorre porque ela não é prioritária. Nesse momento houve forte manifestação do público, e o senhor Herbert confirmou o que disse argumentando que a própria representante da Ameca falou que, no início, os sindicalistas eram contra a Vega e que hoje são a favor. Houve nova manifestação do público e a senhora Presidente, Deputada Estadual Ana Paula Lima, pediu calma a todos e solicitou que deixassem o orador terminar sua manifestação, informando que após seria aberto espaço para pronunciamentos da plenária. Dando segmento à sua explanação, o senhor Herbert Markenson, diretor do Terminal Marítimo Mar Azul, ponderou que o sistema só funciona se houver atracação direta, complementando que no mês de abril, por exemplo, a barcaça fez somente três viagens, sendo que estão programados para dez viagens. Dessa forma, justificou a necessidade de se estar colocando um navio a mais, avisando que isso tudo teve um custo extra para o empresário, pois foram construídas quatro embarcações que não são utilizadas em seu total desempenho. Houve novas manifestações, e o senhor Herbert continuou expondo que a Norsul instalou-se há cinco anos e que, atualmente, gera empregos que outras companhias mais antigas não geram. Explicou que entre os mais de quarenta tripulantes nos empurradores, vinte e quatro são residentes em São Francisco do Sul; que no escritório há oito funcionários, sendo que seis são residentes em São Francisco do Sul; que há uma infinidade de prestadores de serviços de São Francisco do Sul; e que a empresa gera impostos e empregos indiretos. Frisou que o problema é justamente não conseguirem usar plenamente a embarcação. Observou que a empresa é transparente e que todas as questões ambientais são tratadas com os órgãos competentes, sendo que nada está sendo omitido. Avisou já terem iniciado o processo com a Fatma; informou que houve ação civil e que também já passaram o processo para o Ibama, sendo que em novembro de 2009 foi licenciado o centro de distribuição; e complementou que o Terminal Marítimo está em processo final de licenciamento no Ibama. Houve outra interferência da plenária, e o senhor Herbert observou que as questões levantadas na audiência eram as mesmas desde 2005 e talvez fossem as mesmas da época da implantação da Vega. Após nova interferência massiva do público, a senhora Presidente, Deputada Estadual Ana Paula Lima, recordou já haver sido acordado com todas as entidades o tempo para cada uma falar e lembrou que precisa haver respeito, sob pena de se ouvir apenas um lado. Justificou que a Assembleia queria ouvir os dois lados para que pudesse promover o debate com o público, avisando que se

isso não ocorresse, infelizmente, a audiência precisaria ser encerrada, e expôs, em seguida, que as pessoas podiam ser contra a empresa mas precisavam também ter respeito pelo ser humano e deixar que o orador se manifestasse. Continuando a fazer uso da palavra, o senhor Herbert Markenson, diretor do Terminal Marítimo Mar Azul, reiterou que a empresa é transparente e que tiveram três audiências oficiais antes da audiência pública de licenciamento, avisando que na semana anterior estiveram presentes em uma associação de moradores para explicar novamente o empreendimento. Relatou que os fatos são sempre os mesmos, repetitivos, e que não há novidade alguma, os documentos foram entregues aos órgãos competentes; e que na semana anterior estiveram na Assembleia Legislativa para expor seu ponto de vista, pois até o momento somente o outro lado estava sendo exposto. Disse não ter mais nada a afirmar e falou que o Terminal é um empreendimento que tem por objetivo atender o cliente Vega do Sul e, principalmente, dar continuidade à concepção do projeto, que foi dimensionado para transportar 1,1 milhão de toneladas de carga por ano e que hoje transporta, nas barcas, cerca de 500 mil toneladas. Concluiu estarem muito longe do que foi proposto e informou que isso não acontece nos outros dois modelos, que têm sucesso total, havendo vaias ao final. Ato contínuo, a senhora Presidente, Deputada Estadual Ana Paula Lima, passou palavra ao senhor Vereador Wilson Reichert, Presidente da Câmara Municipal de São Francisco do Sul, que cumprimentou especialmente a Deputada Ana Paula por dar sempre atenção aos eventos que envolvem a questão ambiental de São Francisco do Sul. Saudou os demais presentes e disse que quando foi Vereador, em 2007, teve contato com um projeto ambiental polêmico, mas que por haver fatura eram outros tempos, e que agora tudo está complicado porque não há sequer contêineres no Porto. Sugeriu que a Mar Azul entrasse em acordo com o Governo do Estado e com o Governo Federal e construísse suas instalações junto ao Porto, pois isso contemplaria as necessidades dos pescadores, dos sindicalistas e dos trabalhadores portuários de São Francisco do Sul, e foi aplaudido pela plenária. Prosseguindo, a senhora Presidente, Deputada Estadual Ana Paula Lima, passou palavra ao senhor Marcos Werner Regina, Capitão de Corveta e Delegado da Capitania dos Portos em São Francisco do Sul, cumprimentou os presentes e esclareceu que a senhora Marta levantou um questionamento sobre a Marinha do Brasil utilizando-se de informações que ele próprio passou para a Associação do Movimento Ecológico Carijós, mas que houve um problema de interpretação. Avisou que áreas de fundeio de embarcações são perfeitamente navegáveis e que se houvesse proibições não chegaria nenhum navio ao Porto de São Francisco, pois dentro da Baía existem quatro áreas de fundeio. Dirigindo-se à senhora Marta, afirmou que se ela tivesse falado com ele mais a fundo saberia que a carta por ela mencionada está cancelada há muito tempo pela Marinha do Brasil, complementando que no final de 2010 a mesma será revisada e colocada em atividade novamente. Observou que a Norma 11 exige que seja entregue, junto com o projeto, um estudo de batimetria feito por empresa credenciada pelo Centro de Hidrografia da Marinha, e que a empresa fez isso, expondo que a Marinha analisou isso tudo e considerou a navegação viável no local. Finalizando, lembrou que, historicamente, durante a 2ª Guerra Mundial já passavam navios para a Ilha da Rita e que, num passado mais remoto ainda, passavam navios pelo Canal do Linguado. Em seguida, a senhora Presidente, Deputada Estadual Ana Paula Lima, passou palavra ao senhor Tiago Gutierrez, Procurador da República do Ministério Público Federal, saudou a todos, parabenizou a Assembleia Legislativa pela organização do evento e externou estar muito feliz pelo fato de a comunidade estar consciente e atenta ao que está sendo feito. Disse acreditar que os impactos negativos sobre a economia, citados pelo senhor Celso, e os impactos negativos sobre o meio ambiente, citados pela senhora Marta e pela senhora Eliane, se farão sentir. Analisou que o estudo tem, realmente, uma série de deficiências, principalmente na avaliação dos impactos positivos e negativos do empreendimento, noticiando que o acompanhamento está sendo feito pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Concluindo, observou que no processo de licenciamento conduzido pelo Ibama houve uma manifestação do ICMBio, órgão responsável pela criação das Unidades de Conservação, no sentido de que o Porto inviabiliza a criação da Unidade, comentando que isso, com certeza, tem reflexo para quem depende dos recursos naturais. Fazendo uso da palavra, concedida pela senhora Presidente, Deputada Estadual Ana Paula Lima, o senhor Pedro Paulo Varela, da Associação dos Moradores do Bairro Rocio Grande e delegado do Sindicato Estadual dos Pescadores de São Francisco do Sul, agradeceu a presença de todos, especialmente dos pescadores, e deixou claro que vive na região do cais há aproximadamente 25 anos e que depende da pesca para viver. Explicou que, apesar de haver muita sardinha, ele e outros pescadores dependem da pesca do camarão, que existe em abundância na região. Informou que naquele dia estavam trabalhando trinta embarcações na área e que, por ser inverno, os camarões são pescados mais no fundo do mar, justamente no local por onde passarão as balsas, complementando que

estas não são pequenas como estão mostrando, mas são enormes. Disse que, apesar de falarem que não vão explodir as lajes, isso não é verdade porque quando a embarcação bater nas pedras será mais fácil explodir-las do que explodir o trapiche. Avisou que no inverno deixava de pescar camarão para pescar robalo, guaivíra e sororoca à noite, com rede, ponderando que as balsas irão operar 24 horas por dia e questionando para onde irão as redes deixadas no canal. Perguntou se teria que sair de seu local de pesca e se os seus amigos pescadores também teriam de ir embora, indagando o que fariam de suas vidas dali em diante. Pediu à empresa que desse uma posição sobre o destino dos pescadores da região e frisou tratar-se de uma perda irreparável para o pescador, pois a Baía não tem outro lugar como aquele, abundante para a pesca o ano todo. Comentou que a empresa fará seu pier para as balsas em local realmente fundo e que não será preciso fazer dragagem, mas que mais para frente há um lugar chamado cemitério onde, com a maré baixa, não há sequer quatro metros de profundidade. Finalizando, falou da batimetria feita pela empresa e questionou como uma balsa com oito metros vai passar por um local com quatro metros de profundidade, deduzindo que será necessário explodir as pedras. Em seguida, a senhora Presidente, Deputada Estadual Ana Paula Lima, passou palavra ao senhor Arnaldo Diógenes Lopes de S'Thiago, Secretário Municipal da Indústria, Comércio e Porto, representando o senhor Luiz Roberto de Oliveira, Prefeito de São Francisco do Sul, que saudou as autoridades e os demais presentes e disse estar satisfeito por ver que os municípios estão, finalmente, começando a se preocupar com os problemas da cidade. Informou que o Projeto Mar Azul está sendo visto pela Prefeitura Municipal com bastante carinho e que estão acompanhando todas as tratativas e reuniões, complementando que estão aguardando o EIA/RIMA. Houve vaias da plenária e o orador pediu que aguardassem suas explicações. Continuando, explicou que estão acompanhando o projeto e ouvindo o que a comunidade deseja para si. Falou que a Prefeitura está investindo maciçamente na saúde e na educação, e foi vaiado novamente. A senhora Presidente precisou intervir para pedir que a comunidade deixasse o palestrante se pronunciar. Retomando a palavra, o senhor Arnaldo avisou que a Prefeitura está buscando gerar empregos para que os filhos dos municípios não precisem sair da cidade à procura de trabalho e que, para tanto, estão tentando atrair pequenas e médias empresas não poluentes, favorecendo a preservação do meio ambiente. Reiterou a meta de preservação do meio ambiente e disse que a Prefeitura vê o Porto de São Francisco do Sul como a principal atividade geradora de emprego e de renda, mas que o grande potencial ainda adormecido da cidade é a indústria do turismo, prevendo que ela certamente irá se desenvolver com a aplicação de recursos nessa área. Após várias manifestações da plenária, agradeceu novamente a presença de todos e despediu-se. A senhora Presidente, Deputada Estadual Ana Paula Lima, em meio a certo tumulto, avisou que levará em consideração a manifestação de todos e passou a palavra ao senhor Deputado Federal Décio Lima, que disse não haver nenhuma hipótese de não se reconhecer aquela audiência pública como amplamente representativa do povo de São Francisco do Sul, e foi fervorosamente aplaudido. Falou, igualmente, que não podia passar pela cabeça de alguém que pessoas como o senhor Elias, ligado à maricultura, como o senhor Pedro Paulo, ligado à pesca, ou como as lideranças sindicais, Vereadores e tantas outras pessoas, tenham se dirigido até ali para qualquer outra coisa senão para defender os interesses da sua cidade. Observou estarem ali, sob o olhar zeloso do Ministério Público do Estado e da União, produzindo um documento de natureza pública para as etapas seguintes, até o fim daquela contenda social, jurídica e política. Pediu que todos tivessem muito cuidado, pois estavam ali produzindo um documento e que era necessário existir responsabilidade com a democracia, complementando que assim como a comunidade chegou até ali organizada deveria sair da mesma forma para permanecer unida até o dia seguinte. Colocou ser necessário que a comunidade tenha aliados, tais como instituições, entidades ecológicas, sindicatos, Câmara de Vereadores e Prefeitura, independentemente divergências pessoais, por ser essa uma luta da cidade. [Taquiografa-Revisora: Carla Greco Granato] O Deputado Federal Décio Lima disse ao senhor Herbert que tem consideração por ele, mas não por sua empresa, porque durante seus vinte anos de vida pública nunca viu uma situação com tantas irregularidades: que não é só uma questão ambiental, que em nome da moralidade e da probidade pública tinham que tomar uma atitude porque esse empreendimento tem uma renúncia fiscal de quinze anos sem pagar IPTU e que isso não existe mais na vida pública brasileira, pois quem faz isso vai para a cadeia. Afirmou que era preciso anular a audiência pública ambiental que houve com coquetel e que a Câmara de Vereadores tem que rever a regalia fiscal que foi dada à empresa. Solicitou que a Assembleia Legislativa leve o debate para todo o Estado de Santa Catarina, para que os catarinenses tomem conhecimento e defendam a Baía da Babilonga, que é um patrimônio da humanidade, falando que não se faz política de desenvolvimento sustentável se não se preserva um santuário da nossa natureza como a Baía da Babilonga.

Registrou que era um momento histórico para São Francisco e que tinham de buscar aliados porque estão travando uma luta contra o poder econômico do capital internacional que quer subjugar o povo de São Francisco do Sul. Concluiu desejando que do debate saíssem encaminhamentos fortes e firmes, para que seja um divisor na história da cidade. Na sequência, a senhora Presidente, Deputada Estadual Ana Paula Lima, agradeceu pela manifestação ao Deputado Federal Décio Lima; deu início aos debates dizendo que vinte pessoas estavam inscritas e que daria o tempo de dois minutos para cada uma se manifestar; e a seguir concedeu a palavra aos inscritos. O senhor Jair Cesar Apolinário, representando o Deputado Federal Cláudio Vignatti, que cumprimentou os presentes e disse que a sua proposta era na linha do que disse o Vereador Wilson Reichert, para que a Assembleia volte a discutir o projeto de ampliação do porto de 2007, que oferece condições para a Vega operar com dois berços de atracação dentro dessa área que já está degradada. Por sua vez, o senhor Claudionor Marcelino, lamentou que o senhor Herbert houvesse se retirado, porque gostaria de falar na sua presença, pois ele disse que tudo é repetitivo, e, em sua opinião, repetitivo é o senhor Herbert, que não trouxe nada de novo e teve a ousadia de falar em repetição; e registrou que ouviu dizer que aquilo ali não era uma audiência pública, e, se a presença das autoridades e do povo de São Francisco não significa audiência, ele não sabe o que é audiência pública. Prosseguindo, o senhor Carlos Roberto Matheus dos Santos, presidente do Conselho da Associação dos Moradores de São Francisco do Sul (Conam), fez um depoimento emocionado dizendo que se considera um homem feliz e realizado, porque sempre sonhou em morar em São Francisco do Sul e conseguiu comprar sua casa ali; que era um caso de amor por São Francisco e, por isso, não poderia se furtar de contribuir com a comunidade. Falou que participou da criação do Conselho das Associações de Moradores, do qual foi eleito presidente; disse que estava ali para confraternizar com as pessoas que estão contra o porto; e questionou o que dá direito a uma empresa particular de fazer um porto numa área que é um santuário ecológico - a Baía da Babilonga será descaracterizada. Encerrando, frisou que se considera mais franciscuense do que muita gente e registrou que vai mobilizar a comunidade de São Francisco do Sul e fazer um abaixo-assinado contra esse empreendimento que, taxativamente, não querem. Fazendo uso da palavra, o senhor Olavo José Reale, da Associação dos Pecadores, Moradores e Simpatizantes do Porto Caieira do bairro Laranjeiras de São Francisco do Sul, registrou que dia 31 de maio é o Dia do Pescador; desejou que a data fosse marcada como a do primeiro passo para que a obra não saia em São Francisco do Sul; e parabenizou os pescadores pelo seu dia. Disse que são muitos os fatores que contribuem para a degradação do meio ambiente; que são necessárias soluções rápidas para resolver os problemas e que é preciso dizer não ao lucro pelo lucro, ao desenvolvimento industrial e também portuário que destrói o meio ambiente com o comprometimento da flora e da fauna da Baía da Babilonga. Ressaltou que quem afirma isso são os especialistas dotados do mais alto conhecimento e integrantes de instituições de incontestável credibilidade. Registrou que são a favor do desenvolvimento sustentável e da ampliação das fronteiras econômicas que oportunizem o investimento de capital nacional inclusive internacional, mas não a qualquer custo, acrescentando que são a favor da geração de emprego e renda através do incentivo ao turismo e da pesca artesanal, que é a verdadeira vocação da cidade. Falou que, em relação ao poder público, vive-se em um País onde os investimentos na recuperação e preservação da natureza são quase inexistentes, e concluiu dizendo não ao porto e sim à vida. Na sequência, o senhor Airton Sudbrack, advogado, desejou boa noite a todos e disse que estava ali na condição de assessor jurídico do Centro de Direitos Humanos de Jaraguá do Sul. Registrou que já encontrou o senhor Herbert Markenson em algumas tertúlias, quando tiveram algumas discussões sérias, e a última foi na Associação de Moradores do Bairro Rocío Grande, onde eles serviram uma mesa abastada de doces e sanduíches querendo comprar os trabalhadores e os pescadores, sendo aplaudido pela plenária; e falou que na oportunidade se manifestou no sentido de que os trabalhadores não querem migalhas, mas sim preservar a Baía da Babilonga. Para encerrar, comentou o artigo "Responsabilidade Ambiental", escrito pelo senhor Herbert Markenson, sobre a fantástica responsabilidade ambiental da Norsul, e que por ter isso ela deseja colocar no Município mais um porto para gerar mais empregos; e a seguir leu o seu texto-resposta, que diz, entre outras coisas: "(...)o desenvolvimento econômico é fundamental, mas jamais pelo caminho pretendido pela empresa Norsul, que deseja construir um porto privado na Baía da Babilonga, por cima do manguezal e ao lado de três ilhas."; "Se este projeto ganhar concretude material teremos o cometimento de um crime sócio-econômico-ambiental."; "Além de a empresa Norsul albergar em seu curriculum o cometimento de danos ambientais graves (Rio Trombetas em 28/09/07 e São Francisco do Sul, em 30/01/08), está sendo interpelada judicialmente por este malfadado propósito abortivo da vida e do desenvolvimento sustentável e responsável (...)."; "E o fato de que a Norsul eventualmente respeite o meio ambiente do

litoral nordeste e sudeste do Brasil, se é que realmente o respeita, não está fazendo mais que sua obrigação constitucional(...): "(...)já temos um porto público em São Francisco do Sul, para o qual, além de atender a demanda do escoamento da importação e exportação, o governo Lula acabou de investir mais de 280 milhões de reais em seu melhoramento. Assim, não pode prosperar esse malsinado projeto que, em nome do lucro a qualquer custo, visa esterilizar a vida na Babitonga, exterminar os pescadores e acabar com a categoria dos trabalhadores portuários."; "(...)temos hoje os direitos de terceira geração tendo, dentre eles, o reivindicado pelos movimentos ecológicos de vivermos num ambiente não poluído."; "E por isso vamos lutar sempre, pois crimes contra o meio ambiente são crimes contra a humanidade.". [O senhor Airton Sudbrack entregou à mesa cópia do seu documento, para constar dos anais.] Ato contínuo, o senhor Vereador Adilson Mariano, do Município de Joinville, cumprimentou os presentes e disse que qualquer intervenção que prejudique o meio ambiente da Baía da Babitonga também é de responsabilidade dos Vereadores de Joinville. Parabenizou todos pela luta e pela organização e falou que era necessário continuarem organizados, pois aquele era o primeiro combate de muitos que virão, ressaltando que é fundamental a união de todos, porque quando o povo trabalhador reivindica alguma coisa, não dá, mas para um endinheirado que quer destruir o meio ambiente, mudam as leis e as regras. Por fim, disse que vai levar o combate para Joinville e que estão juntos na questão. A seguir, a senhora Derci Moreira da Silva Gonçalves disse que em primeiro lugar tem de se agradecer a Deus, porque no mundo inteiro está havendo desastres ecológicos por não se cuidar daquilo que Deus deu; e que como mãe criou os filhos dependendo daquele trabalho e que não estão tendo respeito, porque tem espaço onde eles estão e querem estragar o lugar [da população]. Registrou que há mão de obra e um porto que tem espaço e que não se precisa destruir a natureza, mas sim olhar com mais carinho para os trabalhadores do porto. Conclui falando que o povo tem que se unir, porque a natureza se vinga, e que se não pensarem no hoje, não existirá amanhã, pois todos vão sofrer as consequências. Em seguida, o senhor Leonardo Aguiar Morelli, secretário-geral da Defensoria Social de Brasília/DF, disse que a Defensoria foi criada na Campanha da Fraternidade de 2004; informou que atua em todo o Brasil com mais de trinta mil comunidades; e registrou que sua luta em defesa da água começou em Imarui, no Movimento Grito das Águas, que está completando dez anos. Afirmou que é importante saber quem é a Mittal e quem está por trás desse projeto que é a continuidade do esquema neoliberal, que faz com que o Brasil concorra com a siderurgia internacional, com baixo custo, com mão de obra barata e com subsídio público. Contou que a Mittal é de um indiano que apareceu há poucos anos; que representa o capital inglês, porque as empresas siderúrgicas inglesas não podem mais produzir devido às leis socioambientais do mercado europeu; que eles transferiram o controle da empresa para a Índia. Sugeriu que se acessasse a Comissão de Relações Internacionais para verificar os crimes que a Mittal tem feito no mundo inteiro, que são milhares de trabalhadores doentes e com violação aos seus direitos. Prosseguindo, denunciou a falta de respeito do representante da Norsul, testa de ferro da estrutura produtiva, que deu as costas ao Poder Legislativo e à comunidade saindo às escondidas, porque para ele audiência pública não tem poder de decisão, e comentou que estão negociando por causa do mercado internacional. Sugeriu ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual que façam uma recomendação ao Ibama para a imediata suspensão do processo de licenciamento, considerando o impacto que vai haver na questão das águas de lastro devido a esses navios, já que o CNBio já deu parecer - foi informado, paralelamente, que tal providência já havia sido tomada. Revelou que a Defensoria tem uma vaga no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e propôs que a Assembleia Legislativa e a Câmara dos Deputados enviem uma moção ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas denunciando a Mittal, por violação de direitos humanos em função dos danos à biodiversidade, e também um comunicado à Organização Mundial do Comércio, para caracterizar por prática de concorrência desleal, o que vai mexer com a questão internacional. Encerrou dizendo que a luta não pode ficar somente em São Francisco do Sul nem somente no Brasil, tem que ser uma denúncia internacional contra o verdadeiro titã que é a Mittal. Por sua vez, a senhora Magdalena Hoch Costa cumprimentou todos, parabenizou os presentes [pela mobilização] e disse ser apenas uma agricultora, em São Francisco do Sul, que em 1984 conseguiu comprar seu terreno pelo Banco da Terra. [Taquígrafa-revisora: Almerinda Lemos Thomé] Afirmou que as terras mais produtivas do Município são as do Morro da Cruz, em frente à Vega do Sul, mas informou que hoje essas terras, sobre as quais está a sua propriedade, geram problemas na fertilidade dos animais e na plantação de frutas e verduras, indagando quem vai ressarcir-la do prejuízo. Comentou que a comunidade de São Francisco do Sul é como uma engrenagem, um depende do outro, porque vendem entre si o que produzem. [Para comprovar o crime, mostrou aos presentes uma planta doente que é da sua propriedade.] Expôs que a

sua maior preocupação é o fato de a Fatma e o Ibama não terem feito levantamento do processo de produção, de como era e como é hoje, e nem a análise do solo nas propriedades locais antes de colocar a Norsul lá, frisando que isso é responsabilidade da Fatma e que órgão ambiental para cabide de emprego a comunidade não precisa. Saliu que a natureza é a maior prejudicada e chamou atenção para qual herança será deixada para os filhos e netos. Disse que não admite que um engenheiro agrônomo entre na propriedade e diga que o problema do solo provém da urina da vaca ou do esterco, enaltecendo que é mentira. Como agricultora, disse não à Vega e não à Norsul; considerou que existem na região mais de trezentas famílias que vivem diretamente da pesca e da agricultura, produzindo, há dois anos, três anos, quarenta caixas de banana por semana, mas que hoje produzem apenas três caixas; e acusou o Secretário da Agricultura de São Francisco do Sul de não ir à rádio falar isso. Finalizou comentando que desde 2007 denuncia essa situação ao Ministério Público Federal em Joinville, ponderando que está perdendo o direito de cidadã, assim como a comunidade perdeu o seu direito de cidadã, e agradeceu pela oportunidade. Prosseguindo, o senhor Sandro Augusto de Oliveira, funcionário da Cidasc, cumprimentou todos e disse que quem criou esse fantasma não foi a Vega do Sul nem a Norsul, mas as autoridades locais. Leu texto publicado no jornal A Notícia, do dia 25 de maio, que diz: "TJ derruba lei de São Chico. O Tribunal de Justiça derrubou ontem a ampliação da área portuária de São Francisco do Sul. A lei aprovada no final de 2007, na Câmara, a pedido da Prefeitura, e alvo de ação de inconstitucionalidade apresentada pelo Ministério Público de Santa Catarina, permitia a construção de portos em boa parte da orla da cidade, entre outros empreendimentos. A decisão do TJ, por unanimidade, é retroativa: se alguma construção for feita com base na lei, poderá ser alvo de questionamento judicial. A ação apresentada pelo Ministério Público alegou que a mudança na lei atendia empreendedores interessados em investir em São Chico. A mudança no zoneamento adotada na cidade seria menos restritiva na proteção ambiental do que as leis federal ou estadual. A zona costeira seria a principal atingida, conforme o Ministério Público, e esse foi justamente o risco ambiental que levou o Tribunal a declarar a lei inconstitucional". Por fim, informou que na realidade a votação não encerrou, que foi pedido vistas, complementando que se fosse julgado estaria solucionado o problema, e agradeceu pela manifestação concedida. Fazendo uso da palavra, o senhor Marino Breis Braga, funcionário do Porto, saudou a todos, falou do seu repúdio mostrando uma foto na qual ilustrava um projeto feito no mandato do então prefeito Godofredo Gomes Moreira Filho e questionou, se uma âncora das barcas, empurradas por um rebocador, arrancar o aqueduto (vem do continente trazendo água para o local), se o senhor Herbert vai se responsabilizar por arrumar, como se responsabilizou por aquelas bobinas que ainda estão no fundo do mar. Na sequência, o senhor Carlos Castro saudou a todos e disse que a Vega do Sul é enxotada no mundo inteiro pelo cortejo poluidor que permeia no meio ambiente por onde passa. Nesse cortejo destruidor, concordou com o Deputado Federal Décio Lima dizendo que é uma renúncia fiscal da mais absurda e que é vergonhosa a visão que o poder econômico tem dos pescadores artesanais, o que se pode constatar na apresentação feita. Quando se fala de 2.000 famílias, acusou que o projeto trata com hostilidade os pescadores artesanais; enalteceu os 170 empregos que virão com esse projeto e que destina os quase 2.000 pescadores a morrerem de fome; e afirmou que essa situação não será aceita. Quanto à lei aprovada em São Francisco do Sul, disse que a considera um absurdo porque a lei ignora a Área de Proteção Permanente existente na região de Laranjeiras; sugeriu como encaminhamento que a Prefeitura revogue a lei e que a Alec apresente uma moção para o Tribunal de Justiça (TJ), bem como faça uma audiência com o relator desse processo para que atenda o pedido do Ministério Público de revogação da lei; e salientou que o TJ tem que atender o povo de São Francisco do Sul, o que dará adeus ao projeto Norsul. Encerrando, agradeceu pela oportunidade. Ato contínuo, a senhora Promotora Simone Schultz, do Ministério Público Estadual, deu explicações quanto à lei que está sendo contestada judicialmente dizendo que atualmente houve o voto do relator pela inconstitucionalidade dessa lei, que outro desembargador pediu vistas e que está marcado para a próxima quarta-feira o julgamento definitivo, que será realizado no Tribunal de Justiça em Florianópolis, aproveitando a oportunidade para convidar a comunidade franciscense para comparecer ao julgamento. Explicou que, se essa lei for derrubada, só pelo simples fato de voltar a vigorar a lei antiga, isso impediria que o terminal portuário fosse implantado em São Francisco do Sul, porque a área de Laranjeiras é ambientalmente frágil e a legislação original diz que nenhum empreendimento poderia ser feito naquele local. Também falou que a Lei nº 587, aprovada pela Câmara de Vereadores do Município, que prevê a expansão portuária para várias áreas impossíveis de receberem empreendimento pela fragilidade social e ambiental que têm, está sendo combatida através dessa ação do Ministério Público, mas que é preciso o acompanhamento do Ministério Público e da comunidade franciscense. Manifestou sua alegria em ver

os moradores engajados em prol da comunidade, em prol do meio ambiente, frisando que muito mais forte que o Ministério Público são os organismos organizados na comunidade. Finalizando, pediu que o povo acompanhe de perto o que acontece no Judiciário, destacando que há necessidade da pressão popular também no Judiciário. A seguir, o senhor Deputado Federal Décio Lima comentou que o que a senhora Simone explanou resolve tudo, e que está para acontecer, explicando que se a lei cair, resolve, ou seja, não poderá ter porto naquele local. Perguntou à doutora Simone quem é o desembargador-relator, obtendo como resposta que inicialmente era o Desembargador João Henrique Blasi, mas que agora é o Desembargador Sérgio Izidoro Heil. Então, como grande encaminhamento desta audiência pública, sugeriu que no dia posterior se pedisse uma audiência com o relator e com as entidades representativas no Tribunal de Justiça, na Capital. Feitas essas considerações, a senhora Presidente, Deputada Ana Paula Lima, frisou, como um dos encaminhamentos, o pedido de uma audiência com o Desembargador Sérgio Izidoro Heil. Em seguida, concedeu a palavra ao senhor Juliano Ribeiro Mendes, da Associação dos Maricultores Comunitários do Bairro de Paulas, que cumprimentou todos e enalteceu que as autoridades políticas do Município estão omitindo as informações à comunidade, o que é um péssimo exemplo, e que é ano eleitoral e estão fazendo trampolim político em cima dessa situação. Disse que os laudos feitos pelas autoridades da região estão sendo desmentidos pela comunidade, que está buscando a realidade dos fatos. Acusou que o representante da empresa, que já tinha ido embora, pediu respeito mas não teve respeito com a comunidade por ter se ausentado antes do término da audiência pública. Denunciando que a empresa está vendendo a imagem de que os pescadores são favoráveis a esse empreendimento, protestou dizendo que é mentira e que as autoridades estão mostrando mentiras nos laudos. Concluindo, frisou que, em nome dos pescadores do Palma, é contra o empreendimento e que não é mais aceito que os políticos favoráveis a essa empreendimento falem pelas costas e digam o que a comunidade não quer falar. Por sua vez, o senhor Éderson Alves de Lima disse que infelizmente algumas pessoas indicadas pela Norsul ficaram falando muito tempo nas duas rádios, mas que na audiência ficaram pouco tempo. Questionou como uma empresa que ano passado teve 250 milhões de lucro não tem dinheiro para pagar a indenização dos 400 pescadores que ainda não receberam sua indenização, pedindo que a Prefeitura ajude a cobrar o que foi prometido no passado e não foi cumprido. Prosseguindo, o senhor Artur Alves de Carvalho cumprimentou todos, disse que foi representante da colônia de pescadores de São Francisco do Sul por oito anos e acusou o atual representante da colônia de pescadores de safado, lembrando que a colônia foi erguida com muita luta. Questionou o Ministério Público Federal sobre a situação das áreas dentro da Baía da Babitonga que não podem ser degradadas e sobre como hoje elas estão sendo julgadas. Falou que as pessoas querem saber por que a SPU (Secretaria do Patrimônio da União) não libera a licença para os proprietários de rancho; lembrou que quando da vinda da Vega para a região [falou-se que] não haveria falta de água, tampouco poluição, mas que na realidade não é o que se constata; e pediu ao representante do Ministério Público que tomasse providências com relação ao Ibama e à Fatma, porque alguma coisa está errada. Por fim, destacou que se deve brigar por uma causa justa e lembrou que já se tem uma área degradada e não se precisa de outra. Retomando a palavra, a senhora Presidente, Deputada Estadual Ana Paula Lima, registrou a presença do Vice-Prefeito Dorlei João Antunes, de São Francisco do Sul, e dos Vereadores Clóvis Matias de Souza e Jackson Portella Lima, do mesmo Município, e, logo após, passou a palavra ao Vereador Salvador Luiz Gomes (Dodô), de São Francisco do Sul, que saudou a todos e falou da sua indignação quanto à posição de que todos os investimentos provenientes do PAC estão sendo desconsiderados pela empresa, que até o breve momento usou o porto, a cidade, acabou com a BR e hoje tenta rasgar um protocolo. Denunciou que essa empresa desconhece a lei municipal, não cumpre com suas obrigações, usou a Câmara Municipal para se instalar no Município, depois a usou para aprovar o projeto, para instalar um projeto, e hoje a ignora, porque não encaminhou à Câmara de Vereadores a mudança do EIA-RIMA. Frisou que isso é motivo de calote, dizendo que é muito fácil colocar lixo no terreno dos outros e depois ir embora. Diante do que a senhora Madalena colocou, revelou que esteve no Ministério do Meio Ambiente (MMA), em Brasília, e denunciou que até o momento não fizeram análise do solo, lamentando a atitude do MMA para com a comunidade, também denunciando que a Prefeitura nega análise do solo naquela comunidade. Como Vereador, considerou que não pode defender especialmente a classe a qual pertence, pois tem que defender a sociedade francisqueense, pela qual foi eleito. Referindo-se aos presidentes das entidades, da colônia, protestou que dizer que a pesca está em extinção é discurso demagógico, empresarial. Parabenizou o doutor Tiago e a doutora Simone, falando que a sua inicial preocupação era o Ibama e a Fatma não estarem presentes na audiência, porque a efetiva participação dessas entidades proporcionaria a discussão de

alternativas; realçou que essas alternativas devem ser pensadas em conjunto, como propôs o Deputado Federal Décio Lima, com a sociedade e o Ministério Público; e pediu que o Prefeito revogue essa lei, porque ele está vendo a vontade popular de São Francisco do Sul, que não a quer. [Taquígrafa-Revisora: Sabrina Roberta Schmitz] Lembrou que não se tem nada a ver com o discurso do passado, mas com o futuro, que o presente é agora e que o passado ficou para trás, pedindo a todos que pensem no presente e defendam São Francisco do Sul de maneira correta e coerente, não dizendo que esta ou aquela entidade está extinta. Ao final, agradeceu a todos pela presença e falou que a luta é de todos, da economia e do povo do Município e da região. Fazendo uso da palavra, o senhor Vander Luiz da Silva, presidente do Sindicato da Estiva, cumprimentou todos e afirmou que é um prazer imenso receber o Deputado Federal Décio Lima em São Francisco do Sul, parlamentar que o recebeu em Brasília muito bem, assim como os seus companheiros nessa luta. Disse que a audiência pública era de suma importância, lembrando que foram poucas as vezes em que a comunidade esteve tão presente para discutir seus assuntos, contando com sindicatos e pescadores da região, que estão vendo a situação e as consequências [do projeto] para o Município. Comentou que todos estão preocupados e que dentro disso puderam ser feitas algumas ações, como a organização dos trabalhadores portuários em um manifesto na cidade, paralisando o Porto de São Francisco do Sul; e destacou que não é retaliação ao patronato, mas sim necessidade e obrigação de os trabalhadores saberem o que está ocorrendo no Município, dizendo que geralmente os líderes sindicais, de associações, são recriminados por não passarem os problemas aos demais associados, e que eles também são comprometidos com as consequências que podem ocorrer com qualquer empreendimento realizado em São Francisco do Sul. Afirmou esperar que da audiência pública saiam resoluções que supram os anseios da população; e lamentou a saída do representante da Norsul, que, segundo ele, falou uma verdade quando citou que no Berço 201 uma barcaça atracou várias vezes e rodou durante muito tempo, dizendo que é estivador e que tal fato não ocorreu. Finalizando, conclamou a todos para que se desloquem até Florianópolis a fim de acompanharem a audiência pública que será realizada, pois é necessária a união e a luta de todos. Na sequência, o senhor Josiel Silvério saudou a todos e retratou que tudo era verdade. Disse que a área vai ser restrita ao pescador, pois é uma área de grande criadouro, e explanou que os pescadores vêm sendo desrespeitados pela empresa por crimes ambientais causados à região, como a matança de baleias na Baía. Ressaltou que não quer a empresa em São Francisco do Sul, pois quer a área exatamente do jeito que está atualmente, no sistema atual, sem a criação do porto. Encerrando, falou que os pescadores estão sendo desmoralizados pela empresa, colocando-os no bando dos réus. Ato contínuo, o senhor Dionei Walter da Silva, representando a Senadora Ideli Salvatti, cumprimentou todos e deixou transparente a preocupação da Senadora Ideli Salvatti com esta questão. Afirmou que a Senadora esteve em São Francisco do Sul conversando pessoalmente com a Ameca, com a senhora Ana Paula Cortez, e que o deliberou como assessor para acompanhar esse processo, confessando que tem participado de todas as audiências públicas realizadas sobre esse tema. Parabenizou as entidades que participam do movimento, porque este precisa ser forte e precisa mostrar a unidade que está sendo demonstrada no momento. Disse que o Governo Federal vai investir aproximadamente R\$ 200 milhões neste porto público, com fortalecimento, dragagem e melhoria dos berços, citando que além disso serão realizados o contorno ferroviário e a duplicação da BR-280. Afirmou que a Senadora Ideli Salvatti exigiu do Instituto Federal de Educação que abrisse uma unidade em São Francisco do Sul, proporcionando à população a oportunidade de fazer cursos técnicos e superiores gratuitos, ressaltando que as categorias devem se organizar e participar, e explanando quais cursos devem ser implantados no Município. Registrou que deve haver luta para que seja implantado dentro do porto público o terminal de regaseificação da Petrobras, investimento que gerará emprego e desenvolvimento ao porto e aos trabalhadores do Porto de São Francisco do Sul. Por fim, propôs que, como encaminhamento, seja enviado o documento extraído da audiência pública a todas as entidades, assim como a proposta de revogação daquela lei, conclamando que no dia seguinte todos estivessem em Florianópolis pressionando o TJ, para que este sinta a pressão do povo nesse sentido. A seguir, a senhora Presidente, Deputada Estadual Ana Paula Lima, registrou a presença do senhor Sérgio Roberto da Silveira, presidente da Associação Comercial e Industrial de São Francisco do Sul. Em seguida, a senhora Ana Cândida Echevengá, do Instituto Ecoação, que cumprimentou todos e reafirmou as palavras da doutora Simone Schultz, dizendo que a força que o povo de São Francisco do Sul possui deve ser exercida todos os dias. Afirmou que os políticos vêm apenas pedir votos e não tomam as providências necessárias; que a Fatma não cuida de São Francisco do Sul e deveria ser extinta, pois está destruindo o Estado de Santa Catarina; e que o IBAMA não quer trabalhar na região e a população

está à mercê dos crimes ambientais que ocorrem no entorno daquela área. Lembrou que, quando o Deputado falou que houve renúncia fiscal, o grande problema enfrentado não foi este, mas o roubo da água, dizendo ter acompanhado o trabalho da Veja do Sul e que a água foi entregue a essa empresa, que é bandida, criminoso. Relatou que as coisas não estariam deste jeito se o Ministério Público tivesse sido ouvido em 2007, quando colocaram o projeto no papel, afirmando não haver dúvida de que é proibida a ocupação dos terrenos da Marinha localizados na área em que está projetada a construção do terminal marítimo. Finalizando, disse que a ação que está no Poder Judiciário de Joinville tem que ir adiante, pois isso [que está ocorrendo] é proibido. Por sua vez, Daniel Polaris, representante dos estudantes de Biologia da Univille, posicionou-se contrariamente à construção proposta pela Vega do Sul, principalmente no que toca a problemas ambientais relacionados ao projeto, citando que já ocorrem problemas ambientais na Baía e afirmando que, como o Ministério do Meio Ambiente propôs, todos têm que ajudar na conservação, para a manutenção da qualidade de vida existente no momento, preservando-a às gerações futuras. Prosseguindo, o senhor Getúlio Aprígio da Silva, da Federação Nacional dos Portuários, saudou a todos e manifestou o seu descontentamento com o projeto, entendendo que não há necessidade do mesmo neste momento. afirmou que os servidores públicos também estão nesta luta, explanando que a Federação Nacional dos Portuários fará este ano um congresso sobre porto público. Fazendo uso da palavra, o senhor Erlédio Pering registrou, a pedido do jornalista franciscuense Sared Buéri, a falta de ética da Norsul ao passar indevidamente ao jornalismo da Tribuna de Santa Catarina uma entrevista, exclusiva e inédita, e que não autorizou o jornalista Helio Vaz a publicar a matéria; parabenizou a aliança entre pescadores, trabalhadores, portuários e ambientalistas nesta luta, pedindo que continuem a lutar contra os empresários e políticos capitalistas que estão do lado do sistema econômico e entranhados na máquina estatal; e, por fim, questionou à Capitania dos Portos a respeito do tombamento da barcaça da Norsul, porque as causas do suposto acidente ainda não foram esclarecidas. Retomando a palavra, a senhora Presidente, Deputada Estadual Ana Paula Lima, passou aos encaminhamentos da audiência pública: enviar a ata e a filmagem desta audiência feitas pela Alesc e os documentos que foram entregues à mesa aos órgãos e às autoridades competentes, como o Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria Nacional de Portos, o Ministério da Pesca, o Governador do Estado de Santa Catarina, o Presidente da República e os Ministérios Públicos Federal e Estadual; e marcar audiência com o Desembargador Sérgio Izidoro Heil, que é o relator, já que o julgamento estaria marcado para [a próxima] quarta-feira. afirmou que a Alesc iria marcar na manhã do dia seguinte essa reunião com o relator, pedindo que fosse formada uma comissão com as entidades interessadas - Sindicato dos Trabalhadores, Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul, pescadores de São Francisco do Sul e entidades ambientais representativas. Pediu os telefones dos participantes da audiência para que os mesmos fossem avisados da data e do horário da reunião, solicitando ao doutor Tiago e à doutora Simone que estivessem presentes na audiência, já que o assunto é de muito interesse, e avisando que a Defensoria Social irá disponibilizar um ônibus para a comunidade se deslocar até o Tribunal de Justiça, a fim de acompanhar o julgamento. Dando seguimento à audiência pública, a senhora Presidente passou a palavra ao Vereador Salvador Luiz Gomes (Dodô), de São Francisco do Sul, que disse que o jornalista Sared Buéri fez uma pergunta ao Delegado da Capitania dos Portos, pedindo que este respondesse ao questionamento sobre a responsabilidade da Norsul em relação à perfuração do solo. O senhor Marcos Werneck Regina, Capitão de Corveta e Delegado da Capitania dos Portos em São Francisco do Sul respondeu que foi falado sobre água de lastro, citando que é um crime previsto na lei e que se alguém tivesse alguma denúncia que encaminhasse à Delegacia, pois lá esta denúncia viraria um inquérito e, posteriormente, multa. Em relação à Norsul, disse que o inquérito virou processo e está tramitando no Tribunal Marítimo, explicando que geralmente o processo demora dois anos, e falou que se alguém tivesse alguma dúvida que procurasse o site do Tribunal Marítimo ou buscasse as informações na sua Delegacia, onde ele estaria à disposição. Na sequência, a senhora Presidente passou a palavra à senhora Marta Cremer, bióloga da Univille, que fez um encaminhamento. Disse que o processo de licenciamento está em fase final de análise, lembrando que a qualquer momento o Ibama pode se manifestar em relação a esse empreendimento. Sendo assim, pediu que os documentos retirados da audiência fossem encaminhados à Diretoria de Licenciamento Ambiental do Ibama, em Brasília, numa moção por parte da Comissão manifestando a posição da comunidade de São Francisco do Sul, para que os técnicos do Ibama tenham essas informações. Confessou que procurou o Ibama antes da audiência e os técnicos daquele órgão não tinham conhecimento de tal reunião, lembrando que é de suma importância que esses técnicos tenham conhecimento pleno da situação antes de emitirem um parecer. Por sua vez, a senhora Presidente, Deputada Estadual Ana Paula Lima, lembrou que todos os órgãos envolvidos

foram convidados a participarem da audiência, como a Fatma, o Ibama, reafirmando que a documentação pertinente à reunião será encaminhada a esses órgãos; e passou a palavra ao senhor Carlos Castro, que propôs que, se a questão não for resolvida na reunião de quarta-feira, a Alesc realize uma audiência com o Ibama, em Brasília, para lá resolverem essa questão. Continuando, a senhora Presidente passou a palavra ao Deputado Federal Décio Lima, que afirmou que esta luta não é só jurídica. Disse que poderá haver sucesso na reunião de quarta-feira, mas recurso no STJ e ainda efeito suspensivo, citando que a liminar não foi sequer apreciada. Falou que a anulação dessa lei é um campo de vitória, porém, alertou a todos que não se iludissem pensando que essa luta não seria política, registrando que essa luta é política, que aliados são necessários, e pedindo ao Prefeito que se junte à luta enviando pedido à Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul para que anule essa lei, que está sendo atacada através do Ministério Público. Sobre a questão de ir até Brasília, pediu que isso fosse levado em termos de denúncia, para que não seja expedida nenhuma licença autorizando esse porto sem que se leve em conta a audiência pública realizada naquele momento. Continuando, a senhora Presidente passou a palavra ao Vice-Prefeito Dorlei João Antunes, do Município de São Francisco do Sul, que disse que ouviu as manifestações e todos falaram com propriedade. Registrou que, quando a Promotora falou sobre a lei que foi aprovada em 2007, na época havia nove Vereadores e três foram contra, sendo ele um deles. afirmou tratar-se de uma lei que alterava o plano diretor de São Francisco do Sul, esclarecendo que o ex-Prefeito e os Vereadores queriam alterar a lei, mudando o plano diretor criado em 1981. Ainda, trouxe à tona que isso ocorreu em 2007, lembrando que pela lei os planos diretores de todo o País deveriam ser alterados até 2006 - para municípios com mais de 20.000 habitantes; e observou que, quando perceberam esta falha, eles retiraram o projeto e vieram com outra lei, alterando o plano diretor de 2006 e maquiando o plano diretor criado em 1981, sendo que nada de concreto foi realizado no Município em relação ao plano diretor, o que se espera que seja feito. Segundo o Vice-Prefeito, os três Vereadores que foram contrários, naquela época, juntaram-se aos estivadotes, às associações de moradores, pois eram contra o projeto. Registrou que a falha começou com uma ex-administração que não ouviu o povo, afirmando que o atual Prefeito, naquela época, estava na luta contra esse projeto e disse que esperava que ele criasse um projeto específico que alterasse essa situação e o enviasse à Câmara de Vereadores, mostrando respeito ao povo de São Francisco do Sul. Encerrando, agradeceu à Promotora Simone pelo apoio que tem dado e pediu que todos formem a caravana e pressionem no Tribunal, além de irem ao Prefeito. Por fim, a senhora Presidente, Deputada Estadual Ana Paula Lima, agradeceu aos funcionários da Alesc pelo trabalho realizado e ao público presente, afirmando que tudo depende da política, que estão aí as soluções e as pessoas responsáveis e que, com a união das pessoas interessadas, irá se conseguir combater e resolver esse problema. Não havendo mais nada a tratar, encerrou a audiência pública.

DEPUTADA ANA PAULA DE LIMA
PRESIDENTE
*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER PARA DEBATER O USO DA DROGA CRACK, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2010, ÀS 19H, NA CÂMARA DE VEREADORES DE JARAGUÁ DO SUL

Aos quatorze dias do mês de junho de 2010, às 19h, realizou-se na Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul, audiência pública com o objetivo de discutir o Uso da Droga Crack. A senhora **Vereadora Natália Lúcia Petry, Presidente da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul**, abriu a audiência pública agradecendo a presença de todos e passou a palavra à senhora Deputada Estadual Ana Paula Lima, Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, para presidir os trabalhos. A **senhora Presidente, Deputada Estadual Ana Paula Lima**, iniciou a audiência pública desejando boa-noite a todos e convidou para compor a mesa as seguintes autoridades: Deputado Estadual Dieter Janssen, Autor do requerimento para realização dessa audiência pública; senhora Vereadora Natália Lúcia Petry, Presidente da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul; o senhor Tenente-Coronel PM Rogério Luiz Kumlehn, comandante do 14º Batalhão de Polícia Militar; o senhor Raphael Rocha Lopes, presidente da OAB/SC, Subseção de Jaraguá do Sul, neste ato representando o senhor presidente da OAB/SC, Paulo Roberto de Borba; o senhor Uriel Ribeiro, Delegado Regional da Polícia Civil de Jaraguá do Sul; o senhor Arsanjo Paul Colaço, neste ato representando o Conselho Municipal de Entorpecentes (Comen); o policial civil Adilson Macário de Oliveira Junior, coordenador regional dos Conselhos Comunitários de Segurança; e o ex-Deputado Estadual Dionei Walter da Silva, neste ato representando a Senadora Ideli Salvatti. Na sequência, registrou a presença dos senhores Vereadores Jaime Negherbon, Justino Pereira da Luz e Francisco Alves, de Jaraguá do Sul; senhor Rudi Sano, vice-

presidente do Conselho Municipal da Juventude de Jaraguá do Sul e coordenador da ONG CristosCross; senhor Amandos Klabunde, presidente de Segurança do Centro, de Jaraguá do Sul; senhor Almir Alexandre, diretor de Secretaria Geral do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Joinville e Região, neste ato representando o presidente, senhor Lourival Pissetta; senhor Mauro de Paula, presidente do Conselho Municipal de Juventude, de Jaraguá do Sul; senhor Josué Campos, neste ato representando a Clínica de Psicoterapia e Desintoxicação Encontro com a Vida, de Jaraguá do Sul; senhor José Elio Sebastiana, coordenador do Centro de Resgate Social, da Prefeitura de Jaraguá do Sul; senhora Dirce Fruet Robl, coordenadora da Pastoral da Sobriedade da Paróquia São Sebastião; senhora Janice H. Breithaupt, presidente da Casa de Apoio Padre Aloisio Boing; senhora Waltraut Nunes, neste ato representando a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, Família e Habitação; senhor Leone Silva, presidente da Federação Catarinense de Teatro (Fecatê); senhora Tatiana Uber, coordenadora do Desenvolvimento da Criança e do Adolescente, da Prefeitura de Jaraguá do Sul; senhora Sibeli Cristina Weber Reichow, assistente social da Subgerência de Saúde Mental, de Jaraguá do Sul; senhora Eliane Pires, neste ato representando a senhora Janine Bylaardt, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social de Habitação de Guarimirim; senhor Valdecir Titon, presidente da Associação Jaraguense de Deficientes Físicos (Ajadefi); senhor Evaldo João Junckes (Pupo), ex-Prefeito de Guarimirim, neste ato representando o Deputado Estadual Jailson Lima; senhora Vera Lúcia Caon, assistente social do Centro de Atendimento Psicossocial - Álcool e Drogas (Caps-AD), de Jaraguá do Sul; senhora Maria Gladis Spezia, artesã do Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas (Caps-AD); senhor Clóvis Lemos de Andrade; e professor Daniel Budal Arins. Prosseguindo, registrou que a realização dessa audiência pública é uma atitude de coragem, salientando que esses temas desencadeiam uma série de sentimentos e expõem a vulnerabilidade da sociedade e das famílias frente a um inimigo que se infiltra na vida das pessoas de forma avassaladora, que é o crack. Parabenizou os organizadores do evento, dizendo que somente debatendo o assunto, derrubando mitos e preconceitos haverá condições de combater essa droga que é o flagelo de milhares de adolescentes e de jovens. Comentou que, na condição de Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e Mulher da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, como mãe, como enfermeira de profissão, tem feito alerta à questão relativa à drogadição e também da necessidade de políticas públicas, inclusive do Governo do Estado de Santa Catarina, voltadas à prevenção e ao tratamento dos usuários de drogas. Falou que esse é um dos instrumentos voltados ao Plano Integrado do Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas que foi lançado no dia 20 de maio pelo Presidente Lula, que destinará R\$ 410 milhões este ano para tratamento e prevenção da drogadição. Informou que já está comprovado que as drogas são responsáveis pelos altos índices de criminalidade e 70% dos que cumprem pena em presídios e penitenciárias em Santa Catarina são jovens usuários de droga ou traficantes. afirmou que a drogadição também é uma questão de segurança pública. Contou que naquele dia pela manhã estavam no gabinete do Governador do Estado de Santa Catarina junto com a Senadora Ideli Salvatti, o Deputado Federal Cláudio Vignatti e o Ministro da Justiça Luiz Paulo Barreto e Santa Catarina foi o penúltimo Estado a assinar o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), registrando que os recursos de R\$ 20 milhões que virão para o Estado também deverão ser usados no combate à criminalidade. Assegurou que o Estado acordou para a importância do Pronasci e a adesão vai resultar do recebimento desses recursos. Falou que o crack é uma droga que mata milhares de adolescentes e jovens e coloca as famílias num martírio constante. Falou que, segundo o Ministério da Saúde, existem uns 600 mil usuários de crack no País, frisando que essa droga deixou de ser comercializada apenas nos grandes centros e que de cinco anos para cá se espalhou para os Municípios pequenos, a exemplo de Jaraguá do Sul e de todas as outras regiões. Alertou que há dias leu uma reportagem sobre outra droga mais avassaladora do que o crack, chamada merla, que infelizmente já está entrando na região. Reiterou o seu apoio a toda e qualquer iniciativa desse debate e parabenizou o Deputado Estadual Dieter Janssen, que fez esse pedido à Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher para que pudessem ser ouvidas as autoridades do Município de Jaraguá do Sul, a população em geral, as clínicas terapêuticas, os centros de atendimento terapêuticos para dar um salto inicial. Mencionou que é preciso ter conhecimento de quantos leitos o Município de Jaraguá do Sul irá disponibilizar para fazer o tratamento de desintoxicação de jovens e adolescentes da região. Passou, então, a palavra ao **senhor Deputado Estadual Dieter Janssen** que cumprimentou todos os presentes e manifestou-se contente em ver a comunidade bem representada na audiência pública. Expôs que o objetivo da audiência pública é chegar a um denominar comum, com ações concretas para contribuir com algo positivo para toda a região. Disse que presenciou

na região pessoas jovens usando o crack à luz do dia, sem falar da noite. Registrou que estiveram na Polícia Militar e no alto comando da Segurança Pública de Florianópolis para tratar do aumento do efetivo na região. Enalteceu o trabalho das Polícias de Jaraguá do Sul que fazem o que podem pela segurança. Falou que outra situação a tratar é a questão da relação dos poderes públicos, ou seja, a Prefeitura Municipal, a Secretaria Social e a Secretaria da Saúde, que foram convidadas, com as casas de apoio que estão representadas. Informou que foram procurados por uma família carente, há um ano, que estava precisando de ajuda para um filho fazer tratamento porque precisaria sair das drogas e colocou em discussão se há esse suporte. Perguntou se como Estado, como Governo, como Poder Público pode ser dada resposta para essa família que precisa de ajuda; o que poderá ser melhorado na questão do policiamento, na questão social; e também na questão da relação das casas de apoio com a Prefeitura, pois as casas de apoio precisam de recursos para tocar os seus trabalhos. Reiterou que há necessidade de mais recursos para a Segurança Pública e que o Governo do Estado amplie o quadro da Polícia Militar na região. Disse que trouxe um vídeo preparado pelo Deputado Estadual Lício Mauro da Silveira para apresentar. (*Procede-se à apresentação de vídeo.*) Prosseguindo, a **senhora Presidente, Deputada Estadual Ana Paula Lima**, passou a palavra à **Vereadora Natália Lúcia Petry, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul**, que cumprimentou os membros da mesa, demais lideranças, a comunidade e os que acompanham pela TV Câmara. Parabenizou o Deputado Dieter pela importante iniciativa. Salientou a importância dessa discussão, uma vez que estão vivenciando um grande problema nacional, estadual e local, que é o consumo do crack, ressaltando que a coisa se alastra de tal forma que não sabem o que fazer para coibir que mais crianças, jovens, adolescentes e adultos entrem nesse mundo sem volta. Frisou que é um problema social que se apresenta, trazendo graves danos à saúde pública, mencionando que todos sabem que as pessoas que se envolvem com essa questão da droga tornam-se improdutivos para a sociedade, são pessoas que terão a capacidade de trabalho limitada, aumentando cada vez mais os problemas de saúde pública - que já são grandes e difíceis de serem solucionados pelos problemas patológicos que o ser humano é acometido - e aí a droga se apresenta como problema social e de saúde. Comentou que o momento é propício para discutir a forma pela qual a comunidade jaraguense vai tratar o assunto a partir desse momento para fazer um tratamento de choque. Sugeriu uma força-tarefa, com a convocação das autoridades que representam a Segurança Pública, frisando que 70% das pessoas que estão nos presídios são oriundas do uso ou tráfico de drogas superlotando o sistema presidiário, penitenciário e onerando os cofres públicos. Falou que esses recursos poderiam estar sendo investidos em educação, em saúde e estão sendo investidos em penitenciárias e em presídios, ressaltando que é uma situação grave, mas acredita que a partir da audiência pública sairá alguma medida eficiente ou eficaz para o combate às drogas na região. Em seguida, a **senhora Presidente, Deputada Estadual Ana Paula Lima**, agradeceu a presença da Tatiana Uber, coordenadora do Desenvolvimento da Criança e do Adolescente, da Prefeitura de Jaraguá do Sul e passou a palavra ao **senhor Uriel Ribeiro, Delegado Regional da Polícia Civil de Jaraguá do Sul**, que cumprimentou todos os presentes e falou que o crack é tudo aquilo que foi visto nas imagens e que essa é a realidade de todo o País. Frisou que o crack é uma droga extremamente perigosa, que veio da cocaína misturada, que é avassaladora, que a dependência acontece nos primeiros contatos com a droga e que o indivíduo dependente se torna um trapo humano, um zumbi, arruinando sua própria vida e a de sua família. Falou que o crack traz uma obsessão muito forte para o consumo, por isso os usuários passam a praticar furtos, roubos, assaltos e até homicídios. (*Taquigrafa-Revisora: Ione Terezinha Reis de Melo*) Destacou que há dificuldade em combater o tráfico da droga crack, pois são pedrinhas de fácil manejo e transporte, fácil de importar e de consumir, pois não precisa de equipamento especial para o seu uso; que pode ser usado em um pequeno cachimbo, em latas de refrigerante para aspirá-la. Falou que o crack é uma droga barata, que a pedrinha custa em torno de cinco a dez reais e que em segundos seu efeito chega ao cérebro, mas que passa muito rápido e o indivíduo sente necessidade de usar constantemente; que como não consegue sustentar o vício, rouba, furta e assalta. Esclareceu que o uso do crack é uma epidemia, que está tanto em cidades grandes - os famosos "cracódomos" que é muito divulgado nos meios de comunicação -, nas cidades de médio porte e que chegou com força nas pequenas cidades. Explicou que apesar de o álcool causar dano à sociedade, causando mortes por conta de acidentes no trânsito, assim como a violência doméstica, também se faz necessário combater o uso do crack em todos os flancos, principalmente na prevenção porque está avançando rapidamente. Sugeriu, então, a criação de um centro de tratamento para os usuários do crack com o apoio do Ministério Público e do Judiciário. Comunicou que crack não é produzido no Brasil, por isso deve se feito uma repressão maior nas fronteiras, nos aeroportos e nos portos. Informou que as polícias de Jaraguá do Sul, no ano de 2009,

efetou 56 prisões em flagrantes por tráfico de drogas, sendo 6 por tráfico de cocaína, 8 por tráfico de maconha e 42 por tráfico de crack; e que no de 2010 já teve 42 prisões em flagrante, sendo duas por tráfico de maconha e as demais por tráfico de crack. Acrescentou que por falta de efetivo a Polícia Civil de Jaraguá do Sul não pode combater mais o uso e o tráfico das drogas e sugeriu a criação - pelo menos onde há delegacias regionais, com uma estrutura mínima: um delegado, um escrivão e seis policiais - de uma delegacia de combate a entorpecentes no Município, abrangendo Guarimir, Massaranduba, Corupá, Shoereder, e toda a região, na questão das drogas. Observou que a prevenção e o tratamento aos usuários da droga ficariam a cargo dos Municípios e do Estado, e a repressão (a ação das polícias) a cargo do Estado e da União. Agradeceu a todos. **A Presidente Deputada Ana Paula Lima**, registrou as seguintes presenças: Sibeli Cristina Weber Reichow, assistente social da Subgerência de Saúde Mental, de Jaraguá do Sul da senhora Eliane Pires, neste ato representando a senhora Janine Bylaardt, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social de Habitação de Guarimir; o senhor Valdecir Titon, presidente da Associação Jaraguense de Deficientes Físicos (Ajadefi); Vera Lúcia Caon, assistente social do Centro de Atendimento Psicossocial - Álcool e Drogas (Caps-AD), de Jaraguá do Sul - Maria Gladis Spezia, artesã do Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas (Caps-AD). Em seguida passou a palavra ao **senhor Raphael Rocha Lopes, presidente da OAB - Subseção de Jaraguá do Sul**, que saudou e cumprimentou todos. Comentou que ao se falar em drogas se fala em responsabilidade social, que é responsabilidade de todos e que todos deveriam arregaçar as mangas para buscar alternativas e soluções para o problema. Parabenizando todos por realizarem o debate em Jaraguá do Sul, citou uma frase do filósofo Arthur Schopenhauer: "nós somos máquinas que não podemos ser desligadas". Explicou que o ser humano não pode ser desligado como pessoa e tem que trabalhar sempre com a intenção de melhorar e buscar alternativas para seus problemas. Citou o crack como o grande problema das drogas porque supera todas as outras drogas juntas, comentando que já é uma realidade social e que os jovens (cada vez mais jovens) estão se destruindo e morrendo por causa do crack. Comunicou que o Estado está ausente; que não existem políticas governamentais eficientes, mas explicou que existe tentativa, porque se as medidas fossem eficientes o número da criminalidade envolvendo a droga no País inteiro não aumentaria tão rapidamente. Disse que além dos dependentes sofrerem, os familiares, os amigos e a sociedade também sofrem. Ressaltou a fala da Vereadora ao mencionar o não-investimento à repressão do tráfico e no tratamento das pessoas dependentes das drogas. Comentou que numa conversa com o senhor Uriel Ribeiro, Delegado Regional da Polícia Civil, e com o comandante da polícia, constatou que há falta de efetivos nas polícias Militar e Civil. afirmou que não basta colocar apenas policiais atrás das pessoas envolvidas com drogas porque esse assunto deixou de ser somente da polícia e passou a ser também de saúde pública, e que é, então, um problema social. afirmou que Estado, em decorrência dessa preocupação, está disponibilizando mais policiais em detrimento de um Estado mais social. Disse que pensa o inverso, que pensa em um Estado fornecendo estudos, perspectivas, saúde, lazer e condições dignas de vida aos adultos, aos idosos, aos jovens e às crianças, e que, se for diferente, irão ser pessoas sem educação, jovens sem perspectivas e que irão recorrer às drogas. Registrou ainda que sem educação e sem perspectiva não existe programa de combate às drogas que persista, afirmando que não existe milagres para essa questão. Valorizou a iniciativa e o empenho da Deputada de não só trabalhar em cima desses problemas, como se dispôs a sair de sua cidade, deixar seu trabalho e ir para o interior debater esse sério assunto, levando esperança às pessoas, principalmente para as que têm amigos ou parentes envolvidos com drogas. Continuando, disse que antes o problema era da classe pobre, que as pessoas começaram a se preocupar quando perceberam que o problema estava ao lado, na vizinhança, na própria família e nos amigos e que os dependentes da droga estavam morrendo. afirmou que o crack mata. Frisou ser importante o apoio e a colaboração de todos, agradeceu o Deputado Dieter e a todos, mas ressaltou que nada vai adiantar se o problema for esquecido ao término da audiência, então sugeriu que cobrassem mais a participação do Estado. Falou que há solução e que não depende apenas da vontade política, mas de todos que querem mudar alguma coisa. Comentou que a OAB está atenta, mas que outras entidades precisam também se unir nesta questão. Salientou novamente que não podem combater o problema do crack apenas com a repressão, apesar de ser necessário pelo momento crítico, mas que não vai ser a solução. Explicou que a única forma de ver um horizonte menos sombrio é com a união do Legislativo, do Executivo em todas as esferas, das entidades e da comunidade; que é cobrando dos Senadores, dos Vereadores, dos Deputados, dos Prefeitos, dos Governadores, do Presidente e de todos os representantes nas esferas políticas que se tem acesso. Finalizando citou uma frase de Shakespeare: "Nós somos feitos da mesma matéria dos nossos

sonhos". Solicitou que todos sonhem forte, com vontade de mudar as coisas, pois é a única maneira de alcançar resultados e um mundo melhor. Agradeceu a todos. **A senhora Presidente Deputada Ana Paula Lima**, registrou a presença do senhor Evaldo Junckes (Pupo), ex-Prefeito de Guarimir, representante do Deputado Estadual Jailson Lima, e passou a palavra ao senhor **Arsanjo Paul Colaço, representante do Conselho Municipal de Entorpecentes (Comen)**, que disse que a realização de audiência pública não é o suficiente e nem vai resolver todos os problemas, mas que é um início. Falou que o Comen apoia e sempre apoiará todas as iniciativas e toda e qualquer ação que seja em prol da vida e contra às drogas, não contra os "drogaditos". Comentou que a realidade de Jaraguá do Sul [é triste], pois os jovens se escondem em cemitérios e em becos para usar a droga, pelo prazer de alguns minutos; que compartilha da tristeza que estão vivendo várias famílias, porque pai, mãe, parentes e amigos não sabem mais o que fazer para ajudar os viciados em crack. Esclareceu que o crack causa rápida dependência, mas não é o maior problema, é um dos problemas; que o álcool e o tabaco, que são drogas lícitas, são as mais consumidas pelos jovens, seguida da maconha e da cocaína. Citou que uma estatística revelou que de 10% a 15% dos usuários de álcool tornam-se dependentes. Em seguida leu dados de pesquisadores da Universidade Federal de São Paulo que fizeram o mapeamento entre estudantes de 37 escolas privadas paulistana, com mais de 5.200 alunos do ensino médio e fundamental. Informou que o álcool é a principal porta de entrada de outras drogas e que seu consumo inicia aos 12 anos, e, para a maior parte dos entrevistados, o consumo começa em casa; que a segunda droga é o tabaco; que 10% de meninas e meninos abusam da substância. afirmou que é preciso investir em medidas preventivas em ambiente escolar e ressaltou ser favorável alertar a sociedade dos malefícios do crack, mas que é importante não esquecer que o álcool, o tabaco, a maconha e a cocaína são as portas de entrada ao consumo do crack. Comunicou que o Comen fez parceria com o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicótropas (Cebrid) para desenvolver uma pesquisa entre alunos de quinta a oitava séries, bem como do segundo grau nas escolas públicas e privadas de Jaraguá do Sul, com o objetivo de dimensionar a realidade naquele Município para saber onde trabalhar. Ressaltou a necessidade de lutar pelo apoio do Governo aos tratamentos terapêuticos e sugeriu que o SUS pague tratamento para dependência química. afirmou que há um tratamento com qualidade, mas esbarram na questão financeira. Disse que, como Conselheiro do Comen, como voluntário no grupo de apoio e conhecendo um pouco o assunto, é procurado pelas famílias dos usuários solicitando ajuda; que é um problema quando falam do custo do tratamento porque a família não tem dinheiro, porque o dependente da droga já gastou tudo; que é necessário criar políticas públicas para o tratamento dos viciados. Concluindo, falou do III Seminário do Comen, com o foco na prevenção ao uso de droga, a realizar-se no dia 22 de junho de 2010, com abertura às 13h, com o objetivo de discutir as relações familiares da causa e dos prejuízos biopsicossociais causado pelo uso de drogas. *(Entregou o convite aos Deputados Ana Paula Lima e Dieter Janssen.)* Parabenizou, agradeceu e colocou o Comen à disposição. Continuando, fez uso da palavra o policial civil **Adilson Macário de Oliveira Junior, coordenador regional dos Conselhos Comunitários de Segurança**, que cumprimentou todos e contou que, ao retornar da Comunidade Novo Amanhã, conversava com dois amigos e falavam sobre os direitos e garantias fundamentais e que salientou a educação, a saúde e a segurança como itens principais da discussão. *[Taquígrafa-revisora: Jacqueline de O.V. Bitencourt]* afirmou que desde 2001 são discutidas basicamente as questões relacionadas a drogas, a trânsito e à perturbação do sossego, essas duas últimas permeando quase sempre os meandros da questão drogas lícitas e ilícitas, e que por isso era importante que a partir daquele debate fossem traçadas ações afirmativas para se trabalhar a questão da droga como doença social. Avaliou que é problema de polícia enquanto repressão, mas que como prevenção todos têm que dar a sua contribuição, e exemplificou dizendo que o seminário realizado no ano anterior sobre o assunto pelo Conseg Ovídeo Nunes foi muito importante e que ações desse tipo devem ser feitas por todos os segmentos da sociedade. Concluiu agradecendo a oportunidade e afirmando que a Polícia Civil, assim como a Polícia Militar, estará sempre junto para prevenir qualquer tipo de violência que abale a segurança de Jaraguá do Sul. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor Dionei Walter da Silva, ex-Deputado Estadual e representando a Senadora da República Ideli Salvatti**, que cumprimentou os presentes e disse que era necessário discutir a questão da droga amplamente, tendo em vista que se é crime vender, traficar, também é crime consumir, e deu como exemplo o roubo de um toca-fitas, que é crime, mas que a compra desse toca-fitas roubado também é crime, pois o indivíduo estará recebendo. Reportou-se à declaração do Governador do Rio de Janeiro feita há pouco tempo de que o efetivo controle das drogas passa pela discussão sobre a sua liberação, afirmando que concordava com essa tese. Disse que o álcool e o cigarro são drogas, mas que nem toda a população faz uso, sendo

necessário trabalhar com programas sérios que estimulem a educação, a saúde pública e a consciência da pessoa. Afirmou que foi professor em Jaraguá do Sul por seis anos e presenciou muitos casos de crianças com nove anos, onze anos saindo quase todas as noites, circulando pela madrugada, indo a festas, e como ainda não têm preparo psicológico para diferenciar o que é bom e o que é ruim, acabam por entrar no mundo das drogas. Referindo-se ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), disse que com ele o Governo Federal tem os mecanismos para desenvolver ações de cidadania a fim de coibir a entrada das pessoas no mundo das drogas, preparando-as melhor para a vida; e registrou que Santa Catarina foi o penúltimo Estado a assinar o termo de adesão ao Pronasci, podendo a partir disso buscar recursos do Governo Federal para desenvolver projetos na área da segurança pública, acabando com a inação existente do Governo do Estado nessa área. Em relação às clínicas, afirmou que no período em que era Deputado Estadual conheceu muitas delas e pôde observar que além de ser necessária a injeção de recursos para um melhor atendimento ao usuário de droga, era necessário regular o tratamento, tornando-o mais técnico e científico, tendo em vista que muitas clínicas não tinham as mínimas condições de receber um paciente, apesar da boa intenção, pois viviam de doações e muitas vezes da experiência de ex-viciados. Concluiu dizendo que transmitia a todos o abraço da Senadora Ideli Salvatti, afirmando que desde o início ela havia tido um papel importante na criação e implementação do Pronasci, bem como na entrada de Santa Catarina ao programa. Em seguida, a senhora Presidente passou a palavra ao **Tenente-Coronel PM Rogério Luiz Kumlehn, comandante do 14º Batalhão de Polícia Militar**, que saudou os presentes e afirmou que o problema das drogas não podia deixar de ser analisado, mas que o trânsito ainda era o maior problema da região, que envolvia aproximadamente 215 mil habitantes, porque ceifava muito mais vidas que o tráfico de drogas. Registrou que o índice de crime e contravenção na região tem tido um número insignificante de acréscimo, quando não de decréscimo, e que isso é extremamente positivo para uma região economicamente forte e onde dificilmente se vê criança fora da escola ou se tem regiões de grande concentração de pobreza ou de usuários de drogas. Disse que a região central é o ponto mais crítico, na qual recentemente foram investidos recursos para a implementação de um sistema de monitoramento, e que a Polícia Militar tem trabalhado incisivamente com operações em cima dos pequenos usuários de droga. Acreditando que o Proerd seja o único trabalho efetivo de prevenção com as crianças, afirmou ser defensor da escola em período integral, tendo em vista que os pais não assumem mais o cuidado de orientar os filhos, recaindo sobre o Estado essa responsabilidade. Saliu então que atendem na região 45 mil pessoas com o Proerd e que no ano de 2010 foi iniciado o Projeto Kids, que já atendeu 119 crianças de 5 a 9 anos de idade, e atualmente estão trabalhando com o Projeto Pais, com o qual pretendem trabalhar mais fortemente, mas que um dos problemas existentes é recurso financeiro. Reportando-se ao que diz o artigo 28 da Lei 11.343, sobre admoestar verbalmente o usuário, afirmou ser necessário mudar se se quiser ter resultados, tendo em vista que cansam de prender a mesma pessoa várias vezes e nada acontece. Avaliou que o usuário de droga precisa ser punido mais severamente na primeira vez, porque com isso a Polícia Militar terá condições, numa segunda vez, de dizer que o cidadão é reincidente, e com a punição em dobro na reincidência talvez o resultado seja mais efetivo no combate às drogas. Encerrou dizendo que a Polícia Militar tem plena convicção que o tráfico de drogas é o responsável por uma série de crimes e contravenções e citou duas medidas que considera salutares para resolver a questão: o trabalho desenvolvido nas escolas e o trabalho com quem é usuário de drogas. A **senhora Presidente, Deputada Ana Paula Lima**, retomando a palavra, manifestou-se afirmando que não existe somente um culpado pela situação, mas, sim, toda a sociedade, sendo necessária a união de esforços para lidar com a prevenção e com o tratamento. Registrou que, num primeiro momento, os pais sentem vergonha e não querem que ninguém saiba da situação, mas quando ultrapassa os limites querem saber onde internar seu filho, e perguntou quantos centros de atendimento existem, quantos leitos nos hospitais de Jaraguá do Sul existem para desintoxicação e por quanto tempo o paciente pode ficar internado. Lembrando o que falou o senhor Arsanjo Paul Colaço, de que tudo começa com as drogas lícitas, disse que muitos pais oferecem bebidas a seus filhos no intuito de provarem a masculinidade, e perguntou quantos daquela plenária fumavam, afirmando que atualmente o número de fumantes diminuiu em função da campanha feita em nível nacional contra o tabagismo. Observou que para surtir efeito a luta contra as drogas, o tema tem que contar com a união de vários setores da sociedade (Legislativos, Prefeituras, sociedade civil organizada, Polícia Militar, Polícia Civil, escolas, etc.), falando a mesma linguagem, e afirmou que praticamente todos têm próximo de si uma pessoa usuária de droga, tendo em vista que a questão se alastrou de tal forma que está se transformando num desastre. Concluiu afirmando existirem recursos do Governo Federal na ordem de R\$ 410 milhões,

mas que gostaria de saber quantos leitos poderiam identificar para tratamento dos dependentes químicos em Jaraguá do Sul, tendo em vista que não adiantava ficarem discursando se não soubessem onde internar o dependente. A senhora Presidente passou a palavra aos inscritos, falando primeiramente o **senhor Leone Silva, presidente da Federação Catarinense de Teatro (Fecate)**, que parabenizou o Deputado Dieter Janssen pela realização da audiência e cumprimentou todos os presentes. Fez uma reflexão sobre o Estado brasileiro afirmando que nos últimos oito anos todos os segmentos estavam em revisão, mas que a questão das drogas o preocupava muito, principalmente pelo fato de ter filhos e não poder acompanhá-los nas 24 horas do dia, ressaltando que por isso era necessário preparar principalmente o adolescente para não entrar no caminho das drogas, que por serem jovens eram ávidos de informação e queriam experimentar de tudo. Sobre o Proerd, disse que quando entra em uma escola e vê um policial fardado tocando violão e cantando com as crianças, acredita que realmente algo novo está sendo feito, afirmando que se não for esse o caminho, só resta coibir e tratar aqueles que entraram no mundo das drogas. Acreditando ser necessário trabalhar na prevenção para se chegar antes que o mal se instale, disse que o Estado brasileiro não está preparado para essa prevenção, e mostrou alguns dados levantados pelo Ministério da Cultura sobre o Brasil que espelha uma estatística cruel: somente 14% dos brasileiros vão ao cinema pelo menos uma vez por mês; 92% nunca foram ao museu; 93% nunca foram a uma exposição de artes; 78% nunca foram a um espetáculo de dança; 92% dos Municípios não têm cinema, teatro ou museu, contrariando o que é falado sobre a necessidade de promover uma atividade lúdica e saudável como forma de barrar a entrada nas drogas. Registrando que Jaraguá do Sul havia aprovado uma lei proibindo reunião de pessoas em postos de combustíveis com o intuito de coibir a questão das drogas e bebidas, afirmou ser necessário encarar a situação, porque atualmente os adolescentes estavam se reunindo em outros lugares e o problema continuava. Disse que a situação das drogas só seria resolvida a partir da educação, de atividades lúdicas, e que Santa Catarina possuía 190 grupos de teatro, que ajudavam nesse encaminhamento, e encerrou relatando um fato que reforça essa tese: tinha ido a Barra Velha reinaugar a Escola de Circo daquela cidade - que atende duzentas crianças gratuitamente e no vendaval havia perdido a sua lona, que custava R\$ 30 mil e levaram nove meses para comprá-la - quando um dos professores falou que foi só a escola não ter atividade nesse período para um dos jovens morrer, pois havia entrado no tráfico e amanhecido morto com um tiro. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor Rudi Sano, vice-presidente do Conselho Municipal da Juventude de Jaraguá do Sul e coordenador da ONG CristosCross**, que disse que as pessoas preferem o anonimato e a invisibilidade quando se trata da droga, mas que ele não tinha dificuldade em dizer que já havia sido interno de uma casa de recuperação paulista na década de 1990. Como vice-presidente do Conselho Municipal da Juventude de Jaraguá do Sul e como coordenador da CristosCross, uma ONG que trabalha em Jaraguá do Sul desde 2004 na recuperação de pessoas com esse problema, afirmou que considerava importante aquela discussão, tendo em vista ter sido recuperado com a ajuda de programas como o Proerd, de instituições que lidam com a questão e da sociedade civil. (*Taquigrafa-revisora: Siomara G. Videira.*) Disse ser formado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tendo feito outra faculdade teológica no Paraná, e complementou que estava se preparando para um curso de pós-graduação na área de Antropologia. Avisou que a discussão era importante por ser ela o resultado de pessoas que se preocuparam e que entenderam que a sociedade estava doente. Observou que o crack não existia no Brasil na década de 1990 e que um amigo seu lhe trouxe a droga de Nova Iorque, justificando que na época não tinha ideia de que isso teria uma proporção tão grande e que causaria discussões como a que se estava tendo na audiência pública. Informou ser preocupação do Conselho Municipal de Juventude ir às escolas e interagir com os estudantes, e propôs a criação de um fórum permanente de debate sobre o tema, com encontros mensais, trazendo a sociedade civil e entidades como as Polícias Civil e Militar, a OAB e demais instituições para auxiliarem na discussão. Mencionou que o Tenente-Coronel falou muito bem ao colocar que o crack ainda não era um problema tão grande como em Joinville e em outros municípios, e pediu que providências fossem tomadas para que a situação não chegasse tão longe em Jaraguá. Contou que o Conselho fazia abordagens no centro da cidade e que lá encontrava menores que vinham de outros municípios, inclusive em busca de trabalho, pois existia a divulgação de que em Jaraguá havia grande oferta de emprego. Avisou estarem discutindo no Conselho a possibilidade de fazerem uma orientação nas escolas para que crianças e adolescentes não pensassem apenas na produção, mas também em sua formação ideológica e profissional, na condição de indivíduos. Despedindo-se, reiterou a necessidade de criação de fóruns com informação permanente, proporcionando uma maior aproximação entre os entes públicos e a sociedade civil na tentativa de influenciar as próximas

gerações, acrescentando ser interessante ter um retorno da população a respeito do trabalho que pretendem realizar. Em seguida, a palavra foi passada ao senhor **Justino Pereira da Luz, Vereador de Jaraguá do Sul**, que saudou todos e sugeriu que um dos encaminhamentos da audiência pública fosse que os representantes de entidades e de ONGs presentes à reunião se identificassem na saída e deixassem seus telefones, para que pudesse ser criada uma comissão que mantivesse um fórum de combate ao *crack*. Lembrou que a primeira audiência realizada na Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul, no ano anterior, discutiu a reconstrução do município, contando que algumas pessoas disseram que havia sido montado um circo e acrescentando que isso, no entanto, não ocorreu. Salientou que não se podia, simplesmente, encher o plenário da Câmara de Vereadores para depois não se assumir os compromissos com a população. Contou ser filho de pai alcoólatra e irmão de usuário de drogas, dizendo que a família conseguiu recuperá-los. Finalizando, pediu que a comissão a ser criada pudesse atuar com a Câmara de Vereadores, com hospitais e com casas de recuperação para que fossem aproveitados os R\$ 410 milhões do Governo Federal na recuperação de crianças e de famílias. Fazendo uso da palavra, o senhor **Francisco Alves, Vereador de Jaraguá do Sul**, cumprimentou os presentes e lembrou que quando promoveram um dia de combate ao cigarro, infelizmente, a sociedade local não participou. Falou que tanto o cigarro como o álcool são pontes para o *crack* e perguntou quando será iniciada uma campanha de combate à droga. Disse não bastar fazerem somente o fórum proposto e pediu que ele também fosse comprometido com o Poder Público. Acrescentou que o problema passou a ser de saúde pública e sugeriu que se incluísse na grade curricular das escolas uma disciplina que realmente educasse as crianças com relação ao trânsito, à segurança e às drogas, justificando que as crianças são as multiplicadoras das boas ações para a sociedade. Na sequência, a palavra foi passada à senhora **Janice Hafermann Breithaupt, presidente da Casa de Apoio Padre Aloisio Boeing**, que agradeceu a presença de todos e, dirigindo-se à Deputada Ana Paula Lima, disse pensar que primeiro a família adoece para depois a criança adoecer, ao contrário da avaliação da Deputada, segundo a qual primeiro a criança adoecia e depois a família. Com relação à verba, pediu que ela fosse destinada às pessoas certas e que viesse pelos caminhos corretos, sem muitos trâmites, acrescentando que estão com verbas retidas porque os trâmites não correram da forma como o Governo quis e que, dessa forma, não puderam construir uma casa de apoio. Mencionou não gostar de esconder as coisas e esclareceu que tinham uma verba de R\$ 200 mil a receber para a construção de uma nova sede, sendo que o dinheiro ficou preso porque 2010 é ano eleitoral. Criticando o fato de sempre ser ano político e dizendo-se cansada disso tudo, avisou que a casa de apoio será construída de qualquer jeito, com ou sem o dinheiro do Governo. Contou que em Jaraguá do Sul não se depende muito dos políticos, mas dos empresários, complementando que se dependessem dos políticos não construiriam nada na cidade. Finalizou seu pronunciamento dizendo que seu genro, o Deputado Estadual Dieter Janssen, era político e que esperava, dessa forma, conseguir alguma coisa. A senhora **Presidente, Deputada Estadual Ana Paula Lima**, disse não saber que a senhora Janice era sogra do Deputado Dieter e falou ser necessário cobrar dos políticos, pois tudo na vida dependia da política, inclusive os empresários de Jaraguá do Sul, observando que a política precisava ser algo sério e não mera politicagem. Mencionou que, em nível nacional, os recursos existiam e que era necessário fazer o diagnóstico da cidade, pois o Presidente Lula não sabia quantos dependentes, leitos, centros de atendimento psicossocial e comunidades terapêuticas existiam em Jaraguá do Sul. Avisou ser necessário unir forças para poderem trabalhar e adicionou que iria cobrar do Deputado Estadual Antônio Aguiar, que foi quem fez a promessa à senhora Janice e ao povo de Jaraguá do Sul. Comprometeu-se, igualmente, a resolver a questão e passou a palavra ao senhor **Evaldo João Juncques (Pupo), ex-Prefeito de Guaramirim, representando o Deputado Estadual Jailson Lima**, que cumprimentou os presentes e parabenizou a Polícia Militar de Santa Catarina pelo fato de o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) já estar dando certo. Parabenizou, da mesma forma, o senhor Rudi Sano por ter falado com humildade e sinceridade de seus problemas com drogas, relatando ter enfrentado o mesmo problema em sua família. afirmou que a culpa pelo que está acontecendo não é do Estado ou da Nação, mas de todas as pessoas, pois muitas vezes elas vão atrás do que querem para si, individualmente, e deixam a cargo do Estado a criação de seus filhos. Sugeriu como encaminhamento que o Governo passasse de fazer festas e *shows* para o povo e começasse a investir mais em ações para diminuir o consumo de drogas. Avisou que em cada colégio e em cada esquina existia um traficante, muitas vezes obrigado a estar lá pelo fato de ter algum parente detido no presídio, acrescentando que em diversos casos o presidiário era morto porque a família não cumpria o estipulado pelo traficante de dentro do presídio. Concluindo, previu que se cada um dos brasileiros fizer seu dever de casa, com certeza, o tráfico de drogas irá diminuir. Na sequência, fez uso da palavra a

senhora **Vera Lúcia Caon, assistente social do Centro de Atenção Psicossocial/Álcool e Drogas (Caps-AD) de Jaraguá do Sul**, que disse ser importante registrar a existência do Caps AD em Jaraguá por ser um serviço muito recente no município, tendo sido credenciado junto ao Ministério da Saúde em dezembro de 2009. Contou que o atendimento seguia as diretrizes da Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas e que o Caps AD estava localizado no centro da cidade, na rua João Picolli, 488. Despedindo-se, falou que o Centro estava de portas abertas para receber tanto as pessoas que necessitavam de atendimento quanto a população em geral que quisesse somente conhecer o trabalho lá realizado. Prosseguindo, o senhor **José Élio Sebastiana, coordenador do Centro de Resgate Social da Prefeitura de Jaraguá do Sul**, saudou todos e informou que o Centro de Resgate Social é um programa que lida com moradores de rua. Falou que se sentia como um escudo na defesa de adolescentes que já estavam usando drogas, mencionando ter sido candidato a Vereador e que, na época, tinha um projeto para que fossem criados nas escolas programas para formação de bombeiros e também uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), isto é, projetos que envolvessem os jovens para que se afastassem das drogas, com a previsão de atingir cerca de cinco mil crianças. Sugeriu, ainda, a construção de uma sala para que psicólogos, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais lidassem com as crianças, para que os próprios jovens se defendessem contra as drogas, justificando que, dessa forma, não se precisaria investir em tratamento, em presídios ou no aumento do efetivo da polícia. Concluindo seu pronunciamento, frisou ser fundamental o trabalho de prevenção nas escolas. Fazendo uso da palavra, o senhor **Clóvis Lemos de Andrade** avisou que estava se manifestando na audiência pública tanto como cidadão quanto como pai de ex-dependente de drogas. Dirigindo-se à senhora Janice Breithaupt, disse que o dependente de drogas adoecia primeiro e que depois sua família começava a adoecer, no momento em que descobria. Testemunhou já haver feito o Proerd para Pais e observou que a imprensa precisava abrir um espaço para divulgar o Proerd, um espaço que fosse ao menos igual ao que abria para todas as barbaridades que aconteciam devido ao consumo de drogas. Parabenizou os Deputados pela iniciativa e disse saber ser difícil pressionar a imprensa, mas reiterou, ainda assim, que as entidades poderiam criar um movimento que fosse divulgado da mesma forma que a imprensa divulgava a criminalidade. Sugeriu que fossem destinadas cestas básicas às entidades que atendem os usuários de drogas, citando que uma das clínicas especializadas em Florianópolis custava R\$ 500,00 por dia e questionando quem poderia pagar essa quantia. Levou em conta que a sociedade precisava parar de ser hipócrita e que a discussão sobre o uso do *crack* precisava ultrapassar os limites da sala onde estava sendo realizada a audiência pública. Colocou-se à disposição para ajudar no que fosse necessário e despediu-se. Continuando, o senhor **Daniel Budal Arins** saudou os presentes e informou que nos últimos dois anos atuou como professor na rede estadual de ensino e que, conversando com sua irmã também professora, ela mencionou que sua escola tinha certa deficiência, mas que o mais preocupante era que a maior parte dos alunos não tinha estrutura familiar. Contou que a irmã tentou levar adiante projetos sociais, tanto esportivos como culturais, mas que a dificuldade foi muito grande devido à inércia dos empresários e dos órgãos públicos. Continuando, avaliou que como a comunidade da qual provinham os alunos era carente, muitos deles iam para a escola na condição de "aviõesinhos", isto é, para atuarem como traficantes, levando drogas às demais crianças e lucrando quantias irrisórias para auxiliar nas despesas de casa. Frisou que o investimento na base educacional era fundamental, sugerindo atividades extracurriculares como teatro, esportes, e até mesmo o ensino médio profissionalizante para o 2º grau, reconhecendo que, dessa forma, o aluno poderia se apegar a algo que tivesse futuro, apesar da falta da estrutura familiar. Concluindo, falou da necessidade de as pessoas deixarem de lado o individualismo e começarem a pensar no global para que as soluções possam ser encontradas. Por fim, a palavra foi passada de imediato ao **Deputado Estadual Dieter Janssen**, que disse ter sido uma noite bastante produtiva, com grandes depoimentos e contribuições. A seguir, a pedido de um morador de Jaraguá do Sul, solicitou que a Polícia Militar pudesse colocar nas ruas rondas a pé, em regiões mais problemáticas da cidade, e aproveitou a oportunidade para citar a presença de representantes dos Narcóticos Anônimos. Dando continuidade, passou a elencar os oito encaminhamentos da audiência pública: ampliação do efetivo da Polícia Civil e da Polícia Militar em Jaraguá do Sul; ampliação dos leitos para a desintoxicação; apoio às entidades não governamentais que atuam na recuperação de dependentes químicos; instalação de delegacias de combate ao *crack* nas regionais; investimento do Estado nas políticas de inclusão social; fortalecimento de organizações como, por exemplo, o Conselho Municipal de Entorpecentes (Comen), os Consegs, os Conselhos de Saúde, os Conselhos da Juventude etc.; criação de um fórum permanente de combate ao uso de drogas; e apoio na divulgação de programas

existentes, como, por exemplo, o Proerd. Agradeceu aos funcionários da Assembleia Legislativa o acompanhamento dos trabalhos, à Câmara de Vereadores o espaço cedido, e a todos os presentes, desejando sucesso nos encaminhamentos e lançando o desafio de se fazer uma próxima reunião na Casa de Apoio Padre Aloísio Boeing, para que todos pudessem conhecê-la. Avisou ser testemunha da angústia das pessoas que estavam nas casas de apoio e mencionou que a imprensa sempre ofereceu ajuda na divulgação de eventos como aquele que estava acontecendo. Observou que a situação das eleições relatada pela senhora Janice Breithaupt, realmente, era um puxão de orelhas e que estavam discutindo a unificação das eleições, pois o Brasil parava a cada dois anos e as entidades precisavam aguardar o período eleitoral para que não houvesse conotação política em qualquer atividade. Frisando a necessidade de a Prefeitura Municipal ofertar ajudar às casas de apoio, agradeceu novamente a presença de todos e deu por encerrada a audiência pública.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

PRESIDENTE

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às onze horas e trinta minutos do dia dois de junho do ano de dois mil e dez, sob a presidência do senhor Deputado Silvio Dreveck, amparado no Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da segunda reunião ordinária da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, que contou com a presença dos senhores Deputados Renato Hinnig, Giancarlo Tomelin, Pedro Uczai e Elizeu Mattos. O senhor Presidente cumprimentou os presentes e colocou em votação a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, por ordem de chegada, passou a palavra ao Deputado Pedro Uczai, que relatou o PL.0019.1/2008, de autoria do Deputado Cesar Souza Júnior, que reconhece o Município de Vidal Ramos como Capital Catarinense do Cimento, e manteve o parecer pelo arquivamento. O senhor Presidente, Deputado Silvio Dreveck, lembrou que a Comissão fez um projeto de lei regulamentando a denominação de municípios como Capital e colocou em votação o parecer do Deputado Pedro Uczai, o qual foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o senhor Presidente, Deputado Silvio Dreveck passou a palavra ao senhor Deputado Renato Hinnig, que não tinha nenhum projeto a relatar. Pela ordem, o senhor Deputado Elizeu Mattos relatou o PL.0116.1/2010, de autoria do senhor Deputado Renato Hinnig, que "Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 14.993, de 2009. (Exibição do preço dos produtos por unidade de medida)", dando parecer pela aprovação, com emenda substitutiva global, acatando a emenda do senhor Deputado Antônio Aguiar. O senhor Deputado Renato Hinnig, autor do projeto, esclareceu que ele é meritório, mas pelo pouco tempo estabelecido para a lei entrar em vigor não há possibilidade física de que todos os mercados se adequem à legislação, e pediu a extensão do prazo para que este entre em vigor. O senhor Presidente colocou o parecer do senhor Deputado Elizeu Mattos em discussão, o qual foi aprovado por unanimidade. Na ordem, passou a palavra ao senhor Deputado Giancarlo Tomelin que disse não ter nada a relatar. Na sequência o senhor Presidente relatou o PL.0064.6/2010, de autoria do Governador do Estado, que "Autoriza a SC Parcerias a implementar o Projeto Complexo Intermodal Catarinense e estabelece outras providências", dando parecer com voto favorável ao mesmo. Em votação o parecer, foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o senhor Presidente fez a leitura do requerimento do senhor Deputado Joares Ponticelli que solicita a realização de uma audiência pública para "ampliar a discussão sobre as proposições em encaminhamento pelo Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro instituído pela Lei 13.553, de 16 de novembro de 2005, e regulamentado pelo Decreto Estadual 5.010, de 22 de novembro de 2006". O senhor deputado Renato Hinnig colocou que o assunto também envolve a Comissão de Turismo e Meio Ambiente e propôs que a audiência pública seja conjunta. O senhor Presidente Silvio Dreveck disse ser favorável a audiência pública e os demais deputados também se manifestaram a favor da proposição. Dando sequência, o senhor Presidente leu requerimento de sua autoria, assim como do senhor Deputado Renato Hinnig, que "solicita a esta Comissão que convide o Secretário de Estado da Fazenda para comparecer na próxima reunião ordinária desta Comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre as providências que estão sendo tomadas para atender as sugestões e os encaminhamentos elencados na audiência pública realizada nesta Casa tendo como tema Substituição Tributária". Colocado em discussão, o senhor Deputado Pedro Uczai defendeu o requerimento, o qual foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião, da qual

eu, Elenice Martins Ferreira Ramos, chefe de secretaria, lavrei a presente ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia Legislativa.

Deputado Silvio Dreveck

Presidente

*** X X X ***

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2010

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA BIBLIOTECA DA ALESC.

DATA: 08/07/2010 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 08 de julho de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 24 de junho de 2010.

Lonarte Sperling Veloso

Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2010

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E SUPORTE TÉCNICO COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS, EM EQUIPAMENTOS MARCA CISCO - SWITCHES E ASA520-AIP10 - POR INTERMÉDIO DE EMPRESA ESPECIALIZADA.

DATA: 07/07/2010 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 07 de julho de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 24 de junho de 2010.

Lonarte Sperling Veloso

Coordenador de Licitações

*** X X X ***

EXTRATOS

Extrato Nº 110/2010

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação CL nº 015/2010, celebrado em 20/05/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Associação dos Agricultores Familiares de Santa Helena.

OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço físico com 30 m² para construção de stand no 5º Seminário Estadual de Agroecologia que acontecerá no município de Santa Helena SC., nos dias 20 e 21 de maio de 2010.

- cessão de espaço físico para instalação de estande;

- espaço para utilização de símbolo/logomarca institucional da ALESC

- divulgação e distribuição de material institucional.

VALOR: R\$20.000,00 (vinte mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0041/2010.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

Florianópolis, 20 de maio de 2010.

Deputado Gelson Merísio - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 111/2010

REFERENTE: Contrato CI n.º 034/2010, celebrado em 07/06/2010, oriundo da Inexigibilidade de Licitação nº 015/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Associação dos Agricultores Familiares de Santa Helena.

OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço físico com 30 m² para construção de stand no 5º Seminário Estadual de Agroecologia que acontecerá no município de Santa Helena SC., nos dias 20 e 21 de

maio de 2010.

- cessão de espaço físico para instalação de estande;
 - espaço para utilização de símbolo/logomarca institucional da ALESC
 - divulgação e distribuição de material institucional.
- VIGÊNCIA: Entre a sua assinatura e a data do término do evento (21 de maio de 2010).

VALOR GLOBAL: R\$20.000,00 (vinte mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93; Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0041/2010; Inexigibilidade de Licitação nº 015/2010; Florianópolis, 07 de junho de 2010.

Deputado Gelson Merisio - ALESC.

Associação dos Agricultores Familiares de Santa Helena- Luiza Merlo

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 210/10 ASSOCIAÇÃO JARDINS DE INFÂNCIA VOVÓ BELINHA DECLARAÇÃO

A entidade ASSOCIAÇÃO JARDINS DE INFÂNCIA VOVÓ BELINHA, entidade beneficente de assistência social, estabelecida na Rua São João, 180 Bairro: Centro em Rio do Sul/SC, CEP: 89160.000, inscrita no CNPJ sob nº 83.782.177/0001-14, declarada de Utilidade Pública Estadual através da Lei 6.317 de 11/12/1983, em cumprimento com a LEI 14.182 DE 01/11/2007, declara que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública.

E por ser verdade, assume integral responsabilidade pelos termos desta declaração.

Rio do Sul, 01 de Junho de 2010

AVAIR TEREZINHA GRAH

Presidente

Documentos Anexos:

- 1) Relatório Anual de Atividades
- 2) Balanço Patrimonial ref. 2009
- 3) Demonstração do Resultado do Exercício ref. 2009
- 4) Notas Explicativas

Lido no Expediente

Sessão de 23/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 211/10 DECLARAÇÃO

A entidade CLUBE DAS MÃES - LAR DA MENINA, entidade beneficente de assistência social, estabelecida na Rua João Ledra, 2027 - Bairro Taboão - Rio do Sul/SC, CEP89160-000, inscrita no CNPJ 85.787.463/0001-06, declarada da Utilidade Pública Estadual através da Lei. 723 de 11/09/1957, em cumprimento com a LEI 14.182 de 01/11/2007, declara que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública.

E por ser verdade, assume integral responsabilidade pelos termos desta declaração.

Rio do sul, 01 de junho de 2010

JAIRA NOLLI

Presidente

Documentos Anexos:

1. Relatório Anual de Atividades
2. Balanço Patrimonial 2009
3. Demonstração do Resultado do Exercício de 2009
4. Notas Explicativas

Lido no Expediente

Sessão de 23/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 212/10

EDUCANDÁRIO NOSSA SENHORA DE LOURDES

Brusque, 08 de junho de 2010

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Referente: Prestação de contas da Utilidade Pública Estadual

O Educandário Nossa Senhora de Lourdes, sediado à rua Azambuja, nº 1076, em Brusque, SC, vem respeitosamente, apresentar a V.Sa. o Relatório de Atividades e demais documentos comprobatórios de cumprimento de seus objetivos sociais, relativo ao ano de 2.009, face a exigência da lei nº 13.663 de 28 de dezembro de 2.005, tendo em vista esta Entidade ser declarada de Utilidade Pública Estadual.

Relação de documentos:

- 1) Relatório anual de atividades;
- 2) Balancete contábil;
- 3) Declaração da diretoria.

Na expectativa de que estes documentos produzam seus efeitos, reiteramos nosso protesto de consideração e apreço.

Antenciosamente,

Pe. Pedro Shiliching

Lido no Expediente

Sessão de 22/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 213/10 IDEIA

Instituto de Desenvolvimento e Integração Ambiental

Balneário Camboriú, 22 de junho de 2010.

Exmo. Senhor

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA SANTA CATARINA

Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos, por meio desta, encaminhar a documentação exigida anualmente da entidade concedida a declaração de utilidade pública estadual.

Em cumprimento do Art 3º da Lei nº 14.551 de 20 de novembro de 2008 segue os seguintes documentos:

- 1 - Relatório anual de atividades;
- 2 - Declaração que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- 3 - Balancete Contábil.

Colocamos a disposição para maiores esclarecimentos, caso houver necessidade.

Respeitosamente,

CRISTIANO VOITINA

Presidente do IDEIA

Lido no Expediente

Sessão de 22/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 214/10 HOSPITALAR SANTA OTÍLIA

Ofício nº 027/2010

Orleans/SC, 16 de Junho de 2010.

Excelentíssimo Senhor:

Cumprimentando-o cordialmente, vimos através deste enviar documentação da Fundação Hospitalar Santa Otília conforme preconiza o artigo 3º da Lei 15.125 de 19 de Janeiro de 2010 sobre a Utilidade Pública Estadual.

Sendo o que se apresentava para o momento, nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Rosineide

Respeitosamente

Lido no Expediente

Sessão de 22/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 215/10

UNESC Universidade do Extremo Sul Catarinense

Of. n 112/10

Criciúma, 14 de junho de 2010.

Ilmo Sr.

Dep. Gelson Merisio

Presidente da ALESC

FLORIANÓPOLIS - SC

Senhor Presidente,

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA - FUCRI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF, sob n. 83.661.074/0001-04, com sede na Av. Universitária n. 1.105, no Município de Criciúma, neste ato representa por seu Diretor Presidente Prof. Dr. Gildo Volpato, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria apresentar o Relatório Anual de atividades (Exercício 2009), acompanhado dos demais documentos previstos no Art. 3º da Lei n. 14.182, de 01 de novembro de 2007.

Senhor o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

PROF Dr. GILDO VOLPATO

Diretor Presidente da FUCRI

Lido no Expediente

Sessão de 22/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 216/10

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

ESCOLA "FLOR DA ESPERANÇA"

Of. nº 041/10

Presidente Getúlio, 16 de junho de 2010.

Ilmo. sr.

Gelson Merisio

DD: Presidente da Assembleia Legislativa

Prezado Senhor,

Estamos encaminhando em anexo a relação de documentos para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 1º, LEI ESTADUAL N.

14.182/2007 que mantém o status de Utilidade Pública Estadual.

- Seguem os seguintes documentos:
- Relatório anual de atividades;
- Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública.
- Cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto;
- Balancete contábil.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,
Ivo Poffo
Presidente - APAE - PG

Lido no Expediente
Sessão de 22/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 217/10

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DOM JOAQUIM

OF. Nº 40/2010 Sombrio (SC), 15 de junho de 2010.

Ilustríssimos Senhores,

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DOM JOAQUIM, organização beneficente, com personalidade jurídica de direito privado e de interesse público, fundada em 14/10/2004, sediada na Rua Dr. Antonio Bottini, nº 46, em Sombrio - SC e cadastrada no CNPJ sob o nº 07.051.643/0001-03, vem por meio deste, requerer a Vossas senhorias a manutenção do título de Utilidade Pública Estadual por se tratar de entidade dedicada à atividades de atendimento hospitalar e ambulatorial, para a que apresenta a documentação anexa.

Atenciosamente,
Alexandre Bereta Daros
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 22/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 218/10

ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE BOMBEIRO COMUNITÁRIO DE GUARACIABA E BARRA BONITA

Ofício nº 019/AIBCBG/2010 Guaraciaba, 14 de Junho de 2010.

Ao Exmo. Sr.
GELSON MERÍSIO
DD. Deputado Estadual e Presidente da ALESC
Florianópolis - SC

Excelentíssimo Senhor Deputado,
Cumprimentando-a cordialmente, venha através do presente encaminhar documentos da Associação Intermunicipal de Bombeiro Comunitário de Guaraciaba e Barra Bonita, visando a continuidade da concessão de utilidade pública da entidade.

Sendo o que havia para o momento, renovamos nossos protestos de elevada consideração e distinto apreço.

Respeitosamente,

LAUREDIR LUIZ BRUSTOLIN

Presidente da Associação Intermunicipal de Bombeiro Comunitário da Guaraciaba e Barra Bonita

Lido no Expediente
Sessão de 22/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO 219/10

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina

Florianópolis, 19 de maio de 2010.

Ofício 017/2010

Exmo. Senhor.

GELSON MERÍSIO

Presidente da Assembléia Legislativa de SC

NESTA

Senhor Presidente,

Em atenção ao que estabelece a Lei Estadual nº. 14.517, de 21 de outubro de 2008, encaminhamos à Assembléia Legislativa os documentos abaixo relacionados, tidos como necessários para manutenção do caráter de Utilidade Pública desta Entidade:

? Relatório de Atividades 2009;

? Declaração de que a entidade permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

? Balancete Contábil 2009.

Sem mais, subcrevemo-nos.

Atenciosamente,
Celso Luiz Dellagiustina

PRESIDENTE

Lido no Expediente
Sessão de 22/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 220/10
CENTRO HOLÍSTICO LUZES DA ESPERANÇA
CNPJ: 07.254.765/0001-05

Fpolis - Santa Catarina

Ofício Nº 009/2010 Florianópolis, 15 de junho de 2010

Ao Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual

Gelson Luiz Merisio

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Excelentíssimo Presidente da ALESC

Na qualidade de Presidente do CENTRO HOLÍSTICO LUZES DA ESPERANÇA, associação civil, sem fins econômicos, **Declarado de Utilidade Pública Municipal pela Lei 7090 de 26 de junho, declarado de Utilidade Pública Estadual pela Lei 14.416 de 28 de abril de 2008 e registrado no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis**, situado a Servidão Netuno 153, Ingleses, Florianópolis - SC, encaminho em anexo a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, conforme art. 3º da Lei Estadual: 14.416 que declarou o Centro Holístico de Utilidade Pública Estadual:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; (não houve alteração estatutária desde de a última alteração apresentada a ALESC).

IV - balancete contábil.

Atenciosamente.

Ricardo Moreira Peixoto

Presidente - Centro Holístico Luzes da Esperança

Lido no Expediente
Sessão de 22/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 221/10

Banco de Olhos de Joinville

Av. Getúlio Vargas, 238 - Bairro Anita Garibaldi

Lei Municipal 1887 de 04/10/82

Cep: 89202-000 - Joinville - SC

Lei Estadual 6226 de 09/05/83

Fones: 3433-3431/9188-3244/9188-3767/9188-6278

Lei Federal 710 de 25/06/02

e-mail: bolhosjoinville@ig.com.br CNPJ 83.791.848/0001-03

Ofício: 08/2010

Joinville, 15 de Junho de 2010.

Para

Assembléia Legislativa

Palácio Barriga Verde

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - Centro

Cep 88020-900 - Florianópolis - SC

At. Sr. Vinicius Hamagushi

Prezado Senhor,

O Banco de Olhos de Joinville, CNPJ 83.791.848/0001-03, entidade sem fins lucrativos, situada a Av. Getúlio Vargas, 238 - Bairro Anita Garibaldi - Cep 89202-000 - Joinville - SC, objetivando a manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual, esta enviando os seguintes documentos referente o exercício de 2009:

1. Ata da reunião que elegeu a diretoria para o biênio de 2008/2010;

2. Balanço Anual;

3. Estatuto da Entidade;

4. Relatório de Atividades do Banco de Olhos de Joinville no exercício de 2009;

5. Cópia da Certidão de Utilidade Pública Municipal expedida em 13.05.2010.

Ficamos a seu inteiro dispor para quaisquer informações adicionais que se fizerem necessárias.

Atenciosamente.

Reinaldo Schubert

Gestor Administrativo

Banco de Olhos de Joinville

Lido no Expediente

Sessão de 22/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 222/10

ACIN

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE NAVEGANTES

Unindo para servir!

Navegantes/SC, 11 de junho de 2010.

Ofício nº 007/2010

Ao Senhor

MOACIR SOPELSA

Deputado Estadual

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos em anexo conforme estabelece a Lei Nº 14.905, documentos para a devida verificação e controle da declaração de Utilidade Pública, declarada a esta entidade em 23 de outubro de 2009.

? Resumo de atividades

? Declaração

? Cópia do balancete contábil

Certos de sua atenção renovamos votos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,
José Gonzaga dos Santos
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 22/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 223/10

REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE IMARUÍ

OFÍCIO Nº 03/10

Imaruí, 10 de junho de 2009.

Exmo. Sr.

Gelson Merisio

D.D. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Florianópolis - SC.

Senhor Presidente,

Vimos através deste encaminhar o Relatório das Atividades Desenvolvidas nos últimos doze meses da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imaruí, e os documentos solicitados pela Lei nº 14.182 em seu Art. 3º.

Antecipadamente agradecemos a atenção dispensada, firmano-nos cordialmente.

Atenciosamente,

Roberta de Oliveira Claudino de Souza
PRESIDENTE

Lido no Expediente

Sessão de 22/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 224/10

CENTRO COMUNITÁRIO DIVINO ESPÍRITO SANTO DECLARAÇÃO

A entidade CENTRO COMUNITÁRIO DIVINO ESPÍRITO SANTO, entidade beneficente da assistência social, estabelecida na Rua Dom Pedro II, 325 - Bairro Canoas em Rio do Sul / SC, CEP 89160.000, inscrita no CNPJ sob nº 83.499.087/0001-10, declarada de Utilidade Pública Estadual através da Lei 5.360 de 16/11/1977, em cumprimento com a LEI 14.182 de 01/11/2007, declara que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública.

E por ser verdade, assume integral responsabilidade pelos termos desta declaração.

Rio do Sul, 01 de junho de 2010.

SIONARA APARECIDA DALFOVO MARQUEZ

Presidente

Documentos Anexos:

- 1) Relatório Anual de Atividades
- 2) Balanço Patrimonial ref.2009
- 3) Demonstração do Resultado do Exercício ref.2009
- 4) Notas Explicativas

Lido no Expediente

Sessão de 23/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 225/10

ASSOCIAÇÃO RONDON BRASIL

Ofício Nº 304/2010

Florianópolis, 16 de junho de 2010.

Exmo Senhor Deputado

Dr. Gelson Merisio

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Cumprimentando-o cordialmente, e de acordo com a determinação normativa advinda da Lei Nº 14182 de 2007, que dispõe sobre o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual, encaminhamos a V. Excia os documentos:

1. Balanço Patrimonial em 31.12.2009;

2. Demonstração do Resultado do Exercício em 31.12.2009

3. Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 29.04.2010 com o Relatório das Atividades do ano de 2009.

Sendo o que se nos oferece para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

Adm. Roberto Mário Schramm
Presidente

Aneo: O mencionado

Lido no Expediente

Sessão de 23/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 226/10

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 01/01/2009 à 31/12/2009

DADOS DA ENTIDADE:

Nome completo da Entidade: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Taió - APAE

CNPJ: 83.148.42910001-58

Endereço: Rodovia Bruno Heidrich SC 422 - Km 02 Nº. 1.588

Bairro: Padre Eduardo **Cidade:** Taió **UF:** SC

CEP: 89.190-000 **Telefone:** (47)3562-0269 **Fax:** (47)3562-0269

Caixa Postal: 130

Número do Registro na Federação Nacional das APAEs: 364

Data de fundação da Entidade: 08/11/1975

Utilidade Pública Federal: 5.450/89-14

Utilidade Pública Estadual: Lei 5.213 de 03/06/1976

Utilidade Pública Municipal: Lei 863 de 17/01/1976

Registro no CNAS: 23002.007167/84-9

DADOS DA DIRETORIA:

Nome completo do Presidente (atual da época): Nerlize Stern

Endereço: Rua Cel. Feddersen. Nº 1.255

Bairro: Centro **Cidade:** Taió **UF:** SC

CEP: 89190-000 **Telefone:** (47)3562-0321 **Fax:** (47)3562-1081

Profissão: Empresária

Nome completo do Vice-Presidente (atual da época): Mercedes M.

Heidrich Endereço: Rua José Schweitzer Nº. S/N.

Bairro: Seminário **Cidade:** Taió **UF:** SC

CEP: 89.190-000 **Telefone:** (47)3591-9006 **Fax:**

Profissão: Professora

Nome completo do 1º Secretário da Entidade: Maria Eble

Endereço: Rua Francisco Tomazoni Nº: 185

Bairro: Centro **Cidade:** Taió **UF:** SC

CEP: 89190-000 **Telefone:** (47)3562- 2878 **Fax:**

Profissão: Aposentada

Nome completo do 2º Secretário da Entidade: Nadir M. Pianezzer

Endereço: Rua Cel Feddersen Nº. 47

Bairro: Centro **Cidade:** Taió **UF:** SC

CEP: 89.190-000 **Telefone:** (47)3562- 1527 **Fax:**

Profissão: Comerciante

Nome completo do 1º Tesoureiro da Entidade: Gilberto Berri

Endereço: Rua Expedicionário Rafael Busarello Nº. 484

Bairro: Centro **Cidade:** Taió **UF:** SC

CEP: 89.190-000 **Telefone:** (47)9907-3269 **Fax:**

Profissão: Técnico Judiciário

Nome completo do 2º Tesoureiro da Entidade: Roseli Sevegnani Jahn

Endereço: Rua Antonio Mario Pianezzer Nº. 112

Bairro: Victor Konder **Cidade:** Taió **UF:** SC

CEP: 89.190-000 **Telefone:** (47)3562-1501 **Fax:**

Profissão: Funcionária Pública Estadual

Nome completo do Contador responsável: Simone Sehnem

Registro do Contador: 027.644/0-4

Endereço: Rua Cel. Feddersen, 2.259 2º Andar.

Telefone: (47)3562-1362

Profissão: Contadora

FINALIDADES ESTADUARIAS:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Taió - APAE é uma entidade civil. Fundada em novembro de 1975, que nasceu com a finalidade principal de promover o bem estar e o ajustamento social de pessoas excepcionais, a qualquer nível de idade. Visa, ainda, cooperar com instituições públicas e particulares que tenham os mesmos objetivos, preparar e adequar pessoal especializado a um perfeito atendimento aos excepcionais e incentivar a criação de entidades congêneres em toda a região, prestando-lhes a devida assistência.

DADOS DA CLIENTELA ATENDIDA:

Número de pessoas atendidas: 63

Pessoas atendidas por sexo: Masculino: 34

Feminino: 29

Faixa etária: 0 à 03 anos: 02

03 à 06 anos: 03

07 à 14anos: 15

14 à 18 anos:03

Acima de 18 anos: 40

Tipo de deficiência:

Deficiência Mental: 59

Deficiência Auditiva:

Deficiência Física:

Deficiência Múltipla: 04

FORMA DE ATENDIMENTO:

Número de alunos em escolarização: 07

Número de alunos para atendimento clínico:

Número de alunos em programas de profissionalização:01

Número de alunos em semi-internato (8 horas/dia): 08

Número de alunos em regime de menos de 4 horas/dia:

Turmas:

Educação Essencial - 0 à 03 anos - 01 turma matutino com 03 alunos
 Serviço Pedagógico Específico 04 à 06 anos matutino com 05 alunos
 Oficina Pedagógica I - 01 turma vespertino com 10 alunos
 Ocupacional - 01 turma matutino com 10 alunos
 01 turma vespertino com 10 alunos
 Serviço Pedagógico Específico 07 à 14 anos - 07 alunos
 Oficina Pedagógica II - 01 turma (matutino 03 alunos, vespertino 04 alunos, integral 08 alunos)
 SAESP:01 Turma com 03 alunos

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS:

Nº Profissionais de nível superior:		Atendimentos:	
	Assistente Social		
01	X Psicólogo	Atendimento 4H. semanais	
01	X Fisioterapeuta	Atendimento 12H. semanais	
01	X Fonoaudiólogo	Atendimento 4H. semanais .	
07	X Pedagoga	03 professores de 40H. semanais	02 professores de 20H. semanais
	Médico (especialidade)		
	Enfermeiro		
	Dentista		
07	X Professores	01 professores de 40h. semanais	
	Outros (especificar):	Atendimento	Grau de Instrução:
01	X Prof. de Artes	Atendimento 20H. semanais	Cursando Artes
01	X Prof. Educação Física	Atendimento 20H. semanais	Formado em Educação Física
	Administração:		
01	X Diretora	40H. semanais	Superior
	Auxiliar de Escritório	40H. semanais	Superior
	Motorista	40H. semanais	Primário
	Merendeira	40H. semanais	Primário
	Servente	40H. semanais	Primário

Oferecem alimentação aos alunos: Sim 02 refeições ao dia
 Oferecem transporte aos alunos: Sim - Transporte da APAE e Transporte Escolar Municipal Total nº. atendimento: 70
 Ônibus escolar da APAE: 35
 Ônibus escolar Municipal: 19
 Carro particular: 09

Oferecem programa de atendimento as famílias:

1. Reuniões/palestras: 02 (nº. proferidas / ano)
2. Grupos terapêuticos: (nº. de sessões / ano)
3. Atendimento individual: 50 (nº. atendimento / ano)
4. Oficinas: (nº. atendimento / ano)
5. Outros: (especificar)

Fazem algum trabalho com a comunidade fora da entidade: Sim

Qual tipo de trabalho: Através de apresentações artísticas,

PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA ANGARIAR RECURSOS:

Data:		Nome do Evento:	
31/10/2009		Tradicional Festa da APAE	
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2009			
DATA	Atividades por Mês	Público Alvo	Nº de Pessoas
	JANEIRO		
-x-x	-x-x-x-x	-x-x-x-x	-x-x
	FEVEREIRO	Funcionários	
04	Início com os funcionários	Funcionários e alunos	
13	Início das atividades com os alunos Funcionários e alunos	Diretora Magali Zomer Funcionários	01
25	Reunião de Diretores na SDR		
28	Reunião Pedagógica e planejamento anual		
	MARÇO		
04	Reunião do CMDCA e CMAS	Diretora Magali Zomer	01
09 à 11	Reunião - Balneário Camboriú	Diretora Magali Zomer	01
12	Reunião na SDR de Taió	Diretora Magali Zomer	01
	Educacenso		
14	Culto na APAE	Alunos e funcionários	
18	Reunião em Salete: Joravi	Diretora Magali Zomer Professor Alexandre José e Tenfen	02
19	Páscoa na APAE	Alunos e funcionários	
26 à 28	Joravi em Salete	Alunos e funcionários	
	ABRIL		

passeatas e distribuição de panfletos informativos.

Se oferecer programa profissionalizante, relatar quantos alunos: 01.

Quantos foram inseridos no mercado de trabalho:

Quantos estão em oficinas protegidas:

Se oferecer programas educacionais, relatar o número de alunos inseridos (integrados ou incluídos) na escola comum: 05.

Número de alunos admitidos por ano: 04

Número de alunos que abandonaram: 03

Número de alunos transferidos para outra entidade: 01

Número de alunos falecidos:

Número de alunos que receberam alta ou foram encaminhados aos outros serviços: 01

CONVÊNIO:

Orgãos:	Recurso Financeiro (R\$):
1. F.M.A.S	R\$ 18.973,44
2. Sec. Estadual da Educação	R\$ 28.320,00
3. Combustível	R\$ 14.400,00
4. Celesc	R\$ 13.440,00
5. Fundo Social	R\$ 51.547,93
6. PDDE	R\$ 3.882,00
7. Promoções (Jantar)	R\$ 17.489,11

CONQUISTAS DURANTE O ANO:

Contratação de 01 Merendeira

Brita para o pátio

Conserto das placas de luz solar

01 Veículo Micro ônibus zero km, com elevador 28 lugares.

Reforma da garagem

Instalação de alarme

Aquisições:

- 01 tv LCD 42"
- 03 conjuntos para cadeiras sala de espera
- SuporteTV
- DVD
- Prancha de ion
- Secador profissional
- Guilhotina
- tripé
- 06 quadros brancos em fórmica
- 02 cadeiras de rodas adaptadas adulto
- 01 cadeiras de rodas adaptadas infantil
- 01 impressora multifuncional a laser
- 02 micro computadores
- 01 porta de correr em alumínio
- Barra paralela com piso de madeira anti derrapante.
- 02 esteiras estofada
- 01 escada de canto com rampa
- 01 armário MDF com 04 portas
- 01 maleiro MDF com 04 portas
- 01 balcão para lavação

01	Reunião do CMDCA e CMAS	Diretora Magali Zomer	01
09/10	Culto na APAE	Alunos e funcionários	
18	Reunião Diretoria	Diretoria	
20	Reunião Pedagógica	Professores	
21	Feriado Tiradentes		
MAIO			
01	Feriado dia Trabalho		
07	Reunião CMAS e CMDCA	Diretora Magali	
08	Homenagem dia das Mães		
18	Vacinação contra gripe na APAE	Alunos	
19	Reunião Promotora 14 h	Diretora Magali Zomer	
20	Reavaliação de pensão, 15 h na APAE	Alunos e funcionários	
27	Avaliação fono, dois alunos Marcos e Marciano	Fonoaudióloga e alunos	03
29	Avaliação Psicológica, Terezinha, Roselene e Laertes	Psicóloga e alunos	04
JUNHO			
03	Encontro CONAE Rio do Sul	Magali Zomer e Isolete Possamai	
08	Reunião fórum	Magali Zomer	
11	Corpus Christi		
12	Reunião da Pedagógica Festa Junina	Funcionários	
23	Reunião professores Após 17h.	Professores Alunos e	50
30	Festa Junina	Funcionários	
JULHO			
07	Reunião SDR	Magali Zomer	
07	Reunião CMDCA e WAS	Magali Zomer	
21-31	Recesso Escolar	Alunos e Funcionários	80
AGOSTO			
01-04	Recesso Escolar	Alunos e funcionários	80
18	Noite dos Aniversariantes	Alunos e Funcionários	80
21-28	Semana Nacional do Excepcional	Alunos e Funcionários	75
	Programação Especial		
25	Visita da OASE	Alunos e Funcionários	
31	Visita da Presidente da FEAPAEs	Alunos e Funcionários	
31	Reunião SDR Taió	Magali Zomer	
SETEMBRO			
03	Reunião pedagógica	Professores	
04	Aquisição do Onibus		
07	Desfile Cívico	Alunos e Professores	
08	Ponto Facultativo	Alunos e Funcionários	
09	Reunião CMAS e CMDCA	Magali Zomer	
23	Reunião Extraordinária CMAS, Implantação do SUAS	Magali Zomer	
24	Apresentação alunos na abertura da Festa do Arroz em Mirim Doce	Professores e alunos	
OUTUBRO			
05	Reunião Diretoria	Diretoria	
06	Reunião PMT com CMAS	Magali Zomer	
07	Reunião CMDCA e CMAS	Magali Zomer	
26	Reunião	Diretoria	
	Diretoria, Jantar APAE		
26	Visita Câmara de Vereadores de Taió		80
28	Reunião SDR	Diretora Magali Zomer	
31	Jantar da APAE	Alunos e funcionários	
NOVEMBRO			
04 e 05	Feira Regional de Maternática	Alunos e Professores	04
25	Encerramento turma Oficina	Alunos e Funcionários	
25	Encerramento	Clube das Mães	
DEZEMBRO			

03	3º Noite de Gala	Alunos e Funcionários	
08	Reunião de encerramento do CMDCA e CMAS	Diretora Magali Zomer	
14	Confraternização de Encerramento dos Funcionários	Funcionários	18
11	Encerramento com alunos	Encerramento com alunos	150

Uma vez por mês acontecem missa e culto na instituição para os alunos e funcionários.

A Diretora Magali Zomer participou das Reuniões do CMDCA (Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) e do CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social)

O Clube das Mães APAEonadas se reúne todas as quintas-feiras na sede da APAE, confeccionando trabalhos manuais.

Toda primeira segunda-feira do mês a diretoria da APAE se reúne para tratar de assuntos referentes à entidade.

Taió, 31 de dezembro de 2009.

Nerlize Stern

Presidente da APAE de Taió

Lido no Expediente

Sessão de 23/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 227/10

Sociedade Beneficente Hospital Guarujá

Rua Presidente Kennedy-270 (049) 3642.0111

89940-000 - Guarujá do Sul - Santa Catarina

CNPJ:83.835.736/0001-07 Insc.Est. 250287579

Ofício nº 08/10

Em, 14 de Junho de 2010.

Exmo .Sr.

Gelson Merisio

D.D. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Palácio Barriga Verde

Florianópolis -SC

Em cumprimento á Lei nº 15.125, estamos encaminhando em anexo, documentação para fins de manutenção do Reconhecimento de Utilidade Pública Estadual da Sociedade Beneficente Hospital Guarujá.

Atenciosamente,

DARCI MARIA LINK ZIMMER

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 23/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 228/10

SAVC - SOCIEDADE ASSISTENCIAL VALE DO CANOINHAS

SAVC C. nº 20/2010 Canoinhas SC 16 de junho de 2010

Exmo. Sr. Gelson Merisio

Deputado Estadual

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310, Centro, Gabinete da Presidência, sala 106

88.020-90 - Florianópolis - SC

Excelentíssimo Senhor

Atendendo as exigências previstas na Lei Estadual 15.125/2010 seguem documentos para o fim de manter o reconhecimento da Utilidade Pública Estadual da Sociedade Assistencial Vale do Canoinhas (SAVC), CNPJ 07.559.387/0001-60, com endereço para correspondência na Rua Três de Maio, 248 - Centro Empresarial, entidade esta já declarada de Utilidade Pública pela Lei Estadual de nº 14.404 de abril de 2008.

Pede deferiemnto

Hilton Ritzmann

Representante Legal SAVC

Lido no Expediente

Sessão de 23/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 229/10

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA IRMÃ URSULA HEIDEMANN DE TURVO - SC

Turvo, 22 de junho de 2010

Para Serafin Venzon

Deputado Estadual

Florianópolis SC

Senhor Deputado,

Agradecemos pelos serviços à associação comunitária Irmã Ursula Heidemann de Turvo.

Pedimos o favor de encaminhar à Assembléia Legislativa os

documentos exigidos pela Lei Vigente para permanência de concessão da Declaração de Utilidade Pública Estadual.

Cordialmente

José Luiz Bez Batti

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 24/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 230/10

CC PONTAL

Avenida das Palmeiras, 556 Daniela

88053-010 Florianópolis SC

Declarado de utilidade publica:Lei Estadual nº 12.413/02 e Lei Municipal nº 6.039/02

Ofício nº 040/2010 Florianópolis (SC), 15 de fevereiro de 2010.

Ao

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Nesta

Assunto: **Lei nº 14.182/2007**

De acordo com a Lei nº 14.182/2007 art. 3º, encaminhamos:

I- Relatório anual de atividades;

II-Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III-Cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV-Balancete contábil.

HELOISA HELENA WAGNER DA SILVA

Presidente do Conselho Comunitário Pontal do Jurerê

Lido no Expediente

Sessão de 24/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 231/10

APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Of. Nº 051/2010 Santo Amaro da Imperatriz, 22 de junho de 2010

Exmo. Sr.

GELSON MERISIO

Presidente da Assembléia Legislativa de SC

Florianópolis - SC

Vimos através deste encaminhar a Vossa Senhoria conforme solicitação documentação necessária para a Manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual.

Um abraço Apaeano.

Maria Aparecida Coelho Silva

Presidente.

Lido no Expediente

Sessão de 24/06/10

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 905, de 24 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **CARMELITA LUZIA BACK**, matrícula nº 6043, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 22 de junho de 2010 (Deputado Jean Kuhlmann).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 906, de 24 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0860/10,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento do servidor **DANILO INACIO ADAM**, matrícula nº 4530, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de

3% (três por cento), totalizando 3% (três por cento), a contar de 12 de maio de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 907, de 24 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
1363	Miriam Alice de Athayde Furtado Krieger	26/05/05	25/05/10	1257/10
2107	Odicelia Henrique Nascimento Moura	03/04/05	02/04/10	1263/10
1942	Ronedey de Bonna Piva	17/06/05	16/06/10	1289/10
2020	Rosana Brasca Cajuella	02/06/05	01/06/10	1260/10
1546	Vania Maria Carrico de Oliveira	30/05/05	29/05/10	1259/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 908, de 24 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
1796	Ademir Gasstmann	12/05/05	11/06/10	1262/10
1990	Dirce Lucia Piano	29/04/05	28/04/10	1264/10
1678	Ivens Antonio Scherer	03/05/03	02/05/08	1265/10
1477	Magda Bianchini Mattos	02/06/05	01/06/10	1261/10
1573	Marcia Otília Sasso	28/05/05	27/05/10	1258/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 909, de 24 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Neiva Maria Lunardi Prade	2200	3%	27%	10/06/10	1270/10
Maria Natel Scheffer Lorenz	2415	3%	21%	12/06/10	1266/10
Silvia Ribas de Miranda Ramos	2213	3%	27%	11/06/10	1273/10

Sinara Lucia Valar Dal Grande	2169	3%	27%	01/06/10	1280/10
Vilson Jose Floriano	2159	3%	27%	10/06/10	1271/10
Wellington Jose Zomkowski	2172	3%	27%	10/06/10	1272/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 910, de 24 de junho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Ana Maria Fadel Neves	2177	3%	27%	10/06/10	1278/10
Guilherme Lima Barreto	2136	3%	21%	05/06/10	1279/10
Jorge Blank	2202	3%	27%	10/06/10	1277/10
Jorge Roberto Krieger	2189	3%	27%	10/06/10	1276/10
Luciane Dutra Meurer	2201	3%	27%	10/06/10	1275/10
Luiz Carlos Paiva Junior	2162	3%	27%	10/06/10	1274/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE EMENDA CONSTITUCIONAL

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 007/10.

Altera a redação do § 2º, e inclui os § 3º e § 4º do art. 109, ao Capítulo IV, no Título V, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º O § 2º, do art. 109 da Constituição do Estado de Santa Catarina passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 109....."

§ 2º - O estado estimulará e apoiará, técnica e financeiramente, a atuação de entidades privadas na defesa civil, particularmente os corpos de bombeiros Civis Voluntários."

Art. 2º ficam incluídos os § 3º e § 4º, com as seguintes redações:

"Art. 109....."

"§ 3º - Estende-se ao corpo de bombeiros civis voluntários às competências estabelecidas nos incisos I, II, III, IV, V, VII, VIII do art. 108 da Constituição do Estado de Santa Catarina, além de outras a serem estabelecidas por Lei;

§ 4º - Ressalve-se que às competências previstas no § 3º deste artigo, somente poderão ser exercidas por profissionais habilitados para tanto."

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Valdir Cobalchini - PMDB
Deputado Darci de Matos - DEM
Deputado Antônio Ceron
Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Manoel Mota
Deputado Décio Góes
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Sargento Amauri Soares
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Pedro Uczai
Deputada Odete de Jesus
Deputado Silvío Dreveck
Lido no Expediente
Sessão de 23/06/10

JUSTIFICATIVA

Trata-se de Proposta de Emenda Constitucional, a qual tem por escopo denominar corretamente os corpos de bombeiros civis voluntários, bem como delimitar suas atribuições funcionais.

Destaca-se que a Proposta de Emenda à Constituição Estadual em tela, em síntese, pretende alterar o art. 109 da Constituição, mais precisamente em seu parágrafo 2º, porquanto a redação original deste artigo merece reparo. Cabe esclarecer, que os corpos de bombeiros civis voluntários é entidade civil, sem fins lucrativos, já reconhecida pelo Estado de Santa Catarina. Isso resta comprovado, pois conforme Lei Complementar Estadual n. 253/2003, o Estado de Santa Catarina reserva parte de seu Orçamento para o custeio das entidades aqui tratadas.

Mostra-se necessário, outrossim, delimitar a competência funcional dos corpos de bombeiros civis voluntários, uma vez que através da delimitação expressa da competência funcional da presente entidade, facilitará quando do controle dos atos exercidos pelos servidores pertencentes a seus quadros. Fundamental salientar, que os atos praticados pelos bombeiros civis voluntários deverão ser precedidos de habilitação profissional para tanto, expressamente tratado no § 4º desta Proposta.

Ressalta-se, por derradeiro, que o corpo de bombeiros civis voluntários vem prestando relevantes serviços à sociedade Catarinense, portanto de extrema importância a discussão da presente Proposta e, por conseguinte, sua aprovação.

Deputado Valdir Cobalchini - PMDB Deputado Darci de Matos - DEM

*** X X X ***

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº: 008/10

Dá nova redação ao art. 133 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º O art. 133 da Constituição do Estado de Santa Catarina passa a vigorar acrescido do §5º, com a seguinte redação:

"Art.13....."

§ 5º - É vedada a desvinculação de receita de impostos dos municípios através de fundos e programas estaduais de incentivos financeiros e fiscais;"

Art. 2º Esta Proposta de Emenda Constitucional entra em vigor no ato de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde,
BANCADA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Deputada Ana Paula Lima
Deputado Silvio Dreveck
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Sargento Amauri Soares
Deputada Ângela Albino
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Valmir Comin
Deputado Pedro Uczai
Deputado Reno Caramori
Deputado Ozair Coelho de Souza
Deputado Lício Mauro da Silveira
Deputado Décio Góes
Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente
Sessão de 23/06/10

JUSTIFICATIVA

Com a política de renúncia fiscal, estimada em R\$ 4 bilhões, através de vários programas de incentivos, exemplo: Prodec (postergação), Seitec, Fundo Social, Pró-Emprego, Pró-Náutica, Pró-Cargas dentre outros programas, tais como crédito presumido, redução de base de cálculo, conforme prevê Anexo II (benefícios fiscais) da lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, os municípios catarinenses acabam perdendo receitas, uma vez que tais programas desvinculam receitas previstos em dispositivos constitucionais.

Nesta linha, exemplificamos um caso: instituído pela Lei Estadual nº 13.336, de 08 de março de 2005 e regulamentado atualmente pelo Decreto Estadual nº 1.291, de 18 de abril de 2008, o SEITEC - Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte no quadriênio 2005/2008 recebem recursos provenientes da receita tributária do ICMS que são recolhidos diretamente aos respectivos fundos. Ocorre que tais valores não são contabilizados como receita tributária, mas como "Transferências Correntes".

Ao deixar de registrar como receita tributária de ICMS, o Poder Executivo diminui a base de cálculo na partilha dos recursos dos municípios, uma vez que vincula 0,5% da Receita Tributária ao Sistema. E na medida em que se vincula uma parte da receita ao fundo, ou a algum programa de incentivo fiscal, automaticamente esta desvinculando repasses constitucionais.

No quadriênio 2005/2008, o SEITEC teve uma arrecadação de R\$ 486.184.019,17 milhões. Em decorrência da desvinculação das receitas arrecadadas pelos fundos do SEITEC, desde a criação o Estado deixou de repassar aos municípios o montante de R\$ 121.546.004,76 milhões.

Para preservar os recursos dos municípios, a Bancada do Partido dos Trabalhadores apresenta tal Proposta de Emenda Constitucional (PEC), vedando a desvinculação de receita de receita de impostos que acabam diminuindo a base de cálculo dos municípios, que se dão através de fundos e programas estaduais de incentivos financeiros e fiscais.

*** X X X ***

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 009/10

Altera redação do § 2º e inclui § 3º ao artigo 109, ao Capítulo IV, no Título V, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º O § 2º, do artigo 109 da Constituição do Estado de Santa Catarina passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.109....."

§ 2º - O Estado estimulará e apoiará, técnica e financeiramente, a atuação de entidades privadas na defesa civil, particularmente os corpos de bombeiros Civis Voluntários."

Art. 2º Fica incluído o § 3º, com a seguinte redação:

"Art.109....."

"§ 3º - O Corpo de Bombeiros Civil Voluntário, entidade privada, de atuação na defesa civil, cabe, nos limites de sua competência, além de outras atribuições estabelecidas em Lei:

I - realizar os serviços de prevenção de sinistros ou catástrofes, de combate a incêndio e de busca e salvamento de pessoas e bens e o atendimento pré-hospitalar;

II - estabelecer normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndio, catástrofe ou produtos perigosos;

III - analisar, previamente, os projetos de segurança contra incêndio em edificações, contra sinistros em áreas de risco e de armazenagem, manipulação e transporte de produtos perigosos, acompanhar e fiscalizar sua execução, e impor sanções administrativas estabelecidas em Lei;

IV - realizar perícias de incêndio e de áreas sinistradas no limite de sua competência;

V - colaborar com os órgãos da defesa civil;

VI - estabelecer a prevenção balneária por salva-vidas; e

VII - prevenir acidentes e incêndios na orla marítima e fluvial."

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis,

Deputada Odete de Jesus
Deputado Dagomar Carneiro
Deputada Ângela Albino
Deputado Genésio Goulart
Deputado Silvio Dreveck
Deputado Décio Góes
Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Valmir Comin
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Pedro Uczai
Deputado Reno Caramori
Deputado Ozair Coelho de Souza

Lido no Expediente
Sessão de 24/06/10

JUSTIFICATIVA

A presente Proposta de Emenda à Constituição visa alterar, o artigo 109 da Carta Estadual, que versa sobre as entidades privadas na defesa civil, particularmente os corpos de bombeiros voluntários:

"Art.109....."

§ 2º - O Estado estimulará e apoiará, técnica e financeiramente, a atuação de entidades privadas na defesa civil, particularmente os corpos de bombeiros Voluntários."

A proposta que ora apresentamos propõe alterar o disposto no § 2º, do artigo 109, de corpos de bombeiros voluntários para corpos de bombeiros CIVIS voluntários. (grifo nosso).

Quanto as competências e atribuições, propõe-se a inclusão de parágrafo novo (§ 3º) ao citado artigo, mantendo às organizações de Corpos de Bombeiros Civis Voluntários, similaridade aos Corpos de Bombeiros Militares, conforme previsto no Art. 108, Capítulo III-A, Título V.

Dentre as competências e atribuições, além de outras a serem estabelecidas por Lei, aos Corpo de Bombeiros Civil Voluntários, entidades privadas, de atuação na defesa civil, cabe:

I - realizar os serviços de prevenção de sinistros ou catástrofes, de combate a incêndio e de busca e salvamento de pessoas e bens e o atendimento pré-hospitalar;

II - estabelecer normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndio, catástrofe ou produtos perigosos;

III - analisar, previamente, os projetos de segurança contra incêndio em edificações, contra sinistros em áreas de risco e de

armazenagem, manipulação e transporte de produtos perigosos, acompanhar e fiscalizar sua execução, e impor sanções administrativas estabelecidas em Lei;

IV - realizar perícias de incêndio e de áreas sinistradas no limite de sua competência;

V - colaborar com os órgãos da defesa civil;

VI - estabelecer a prevenção balneária por salva-vidas; e

VII - prevenir acidentes e incêndios na orla marítima e fluvial."

Sabemos da complexidade da matéria, inclusive diante dos diversos interesses que envolve, e portanto esta Casa de Leis deverá realizar um amplo debate junto as organizações da sociedade civil e da comunidade, a fim de chegarmos num bom termo em defesa de toda a sociedade catarinense.

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 187/10

Denomina de "Joaquim Chiquetti" o Ginásio de Esportes, contíguo à Escola de Educação Básica Dr. Frederico Rolla, no município de Atalanta.

Art. 1º Fica denominado de "Joaquim Chiquetti" o Ginásio de Esportes, contíguo à Escola de Educação Básica Dr. Frederico Rolla, no município de Atalanta.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

Rogério Mendonça
Deputado

Lido no Expediente
Sessão de 23/06/10

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresentamos à consideração dos Pares deste parlamento visa atribuir a denominação de "Joaquim Chiquetti" ao Ginásio de Esportes, contíguo à Escola de Educação Básica Dr. Frederico Rolla, no município de Atalanta.

O homenageado, sem sombra de dúvida, foi um dos catarinenses que muito contribuiu ao desenvolvimento da região. Notadamente, dentre as suas inúmeras realizações, empreendeu decisivas ações no sentido de serem viabilizadas conquistas à comunidade.

Trata-se de pessoa nascida no município de Orleans que com 10 anos mudou-se com sua família para a cidade de "Catuira", hoje município de Alfredo Wagner. Nesta comunidade conheceu e casou-se com Claudina. Neste período, a fim de proporcionar maior estabilidade à sua família, adquiriu da Colonizadora de terras um terreno de 10 hectares na comunidade que estava sendo colonizada e que era então conhecida como "Serra do Pitoco", sendo um dos primeiros colonizadores do município de Atalanta.

A economia da família provinha da agricultura e seus filhos desde muito jovens já eram seguidores de seus pais nos trabalhos da lavoura e na criação de porcos. Sempre participativo das ações comunitárias, Joaquim atuava como líder, fazendo frente na defesa de opiniões e sugestões que vinham de encontro às necessidades da época. Membro ativo da na política, deixou de herança para os filhos sua persistência e determinação.

A população e as autoridades constituídas do município e da região reconhecem os desafios enfrentados por Joaquim Chiquetti, restando devidamente demonstrados, por suas sacrificadas e laboriosas realizações, os requisitos essenciais ao incremento de seu destaque local, fato que justifica plenamente a denominação ora protocolizada.

Assim, solicitamos aos Pares desta Casa a aprovação do Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 188/10

Autoriza o Poder Executivo a criar Programa de Oportunidades de Emprego a egressos do sistema prisional do Estado de Santa Catarina com benefícios de subvenção econômica às empresas que os contratarem.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar Programa de Oportunidades de Emprego a egressos do Sistema Prisional do estado, bem como de conceder subvenção econômica às empresas que os contratarem, na forma do regulamento.

Art. 2º - A concessão da subvenção econômica de que trata esta lei será feita no âmbito de Projeto elaborado, gerido e executado em conjunto pela Secretaria Executiva da Justiça e Cidadania e Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 3º - Serão beneficiárias da subvenção econômica as pessoas Jurídicas que satisfaçam os requisitos estabelecidos em regulamento.

Parágrafo único - Para beneficiar-se da subvenção econômica a que se refere o "caput", as empresas deverão comprovar

regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e a Fazenda Estadual.

Art. 4º - O Poder Executivo especificará em regulamento:

I - as condições operacionais para a implementação e execução do projeto e para o pagamento, o controle e a fiscalização da subvenção econômica autorizada por esta lei;

II - as condições para o credenciamento das empresas interessadas em participar do projeto;

III - as condições para o acesso do egresso do sistema prisional do Estado ao benefício previsto nesta lei, incluindo as exigências técnicas pertinentes; e

IV - os percentuais e os montantes máximos de subvenção econômica, de forma compatível com a Lei Orçamentária Anual.

Art. 5º - Os recursos destinados à subvenção econômica autorizada por esta lei são provenientes de dotações orçamentárias, observado o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único - Os dispêndios anuais com a subvenção a que se refere o "caput" são limitados ao montante da dotação orçamentária anual da LOA, em rubrica específica para esse fim, a ser definida pelo executivo.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de cento e oitenta dias contados da sua publicação.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em
Deputado Darci de Matos
Lido no Expediente
Sessão de 23/06/10

JUSTIFICATIVA

Tenho refletido muito ultimamente sobre as soluções para a melhoria efetiva da segurança em nosso estado. É claro que investir em educação é, sem dúvida, a melhor maneira para acabar com a violência, disso ninguém discorda. No entanto, no caso das grandes cidades, acredito ser extremamente necessário investir em medidas de efeito rápido. Uma delas, em minha opinião, diz respeito a reinserção de ex-presidiários no mercado de trabalho.

Sei que esse é um tema muito polêmico, admito, mas nem por isso deve deixar de ser discutido, pois só por meio do debate é que chegaremos a uma conscientização de toda sociedade.

Acredito que criar oportunidades de trabalho para o ex-presidiário sempre foi um desafio a ser superado, tanto pelas empresas quanto pelo Governo. E isso é até compreensível, já que muitos contratantes têm receio de confiar um cargo a alguém que até pouco tempo vivia em regime de detenção.

É evidente que ter cumprido pena faz com que muitas vezes o ex-detento não chegue sequer a passar por uma entrevista de emprego, ficando para trás na fase da análise dos antecedentes dos candidatos à vaga, um processo de triagem bastante comum realizado pelos departamentos de recursos humanos.

De fato, esse é um problema social grave, mas que começou a ser solucionado por outros estados, como exemplo o de São Paulo com a criação do Pró-Egresso.

O programa foi criado em parceria com as diversas secretarias, tem o objetivo de dar emprego a quem busca uma segunda chance. Ele funciona da seguinte forma: a partir das licitações de obras e serviços, os órgãos estaduais podem exigir que até 5% das vagas de emprego nas empresas vencedoras sejam preenchidas por ex-detentos que cumpram medidas sócio educativas.

Acredito que com a aprovação deste projeto de lei, em conjunto com o executivo, através de sua secretaria afim, ONG's e outras entidades interessadas na segurando da sociedade, poderemos beneficiar centenas de ex-detentos que deixam o Sistema Prisional todos os anos em Santa Catarina. Isso porque está mais do que provado que o risco de reincidir no crime cai sensivelmente se o ex-detento estiver empregado. Portanto, tenho a convicção de que empregar o ex-presidiário que teve bom comportamento e se capacitou é condição essencial para a melhoria da segurança pública.

Diante do justificado, por se tratar de matéria meritariamente relevante e de deflagração legislativa concorrente, conforme preceito constitucional, conclamamos os nossos nobres pares, no sentido de aprovarem a presente iniciativa legislativa.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 189/10

Declara de utilidade pública a Associação de Consultoria dos Alunos da Universidade Federal de Santa Catarina - Ação Júnior, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Consultoria dos Alunos da Universidade Federal de Santa Catarina - Ação Júnior, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para

o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividade do exercício anterior;
II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídica; e
IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões,
Deputado César Souza Júnior

Lido no Expediente

Sessão de 23/06/10

JUSTIFICATIVA

Submetemos a douta consideração de Vossas Excelências Projeto de Lei que visa Declarar de Utilidade Pública a Associação de Consultoria dos Alunos da Universidade Federal de Santa Catarina - Ação Júnior, com sede no Município de Florianópolis.

Diante da relevância dos propósitos a que se destina a referida entidade, conforme termos instituídos em seu estatuto e para que a mesma possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente, solicito o acolhimento da presente proposição pelos respectivos pares.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 190/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1640

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que " Autoriza a doação de imóveis no Município de Blumenau".

Florianópolis, 21 de junho de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 23/06/10

PRCC 2040/10 -7

EM Nº 61/10

Florianópolis, 07 de abril de 2010

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza o Poder Público a desafetar e doar, ao Município de Blumenau, os seguintes imóveis:

I - um imóvel, onde se encontra instalado o Centro Social Urbano do Garcia, com área de 13.093,00 m² (treze mil e noventa e três metros quadrados), contendo benfeitorias, matriculado sob o nº 989 no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Blumenau e cadastrado sob o nº 01180 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

A presente doação tem por finalidade regularizar a atual ocupação, tendo em vista que os serviços da área da saúde foram municipalizados.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Paulo Eli

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 190/10

Autoriza a doação de imóveis no Município de Blumenau.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar, ao Município de Blumenau, os seguintes imóveis:

I - o imóvel, onde se encontra instalado o Centro Social Urbano do Garcia, com área de 13.093,00 m² (treze mil e noventa e três metros quadrados), contendo benfeitoria, matriculado sob o nº 989 no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Blumenau e cadastrado sob o nº 01180 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração; e

II - o imóvel, onde se encontra instalado o Centro Social Urbano Fortaleza, com área de 15.000,00 m² (quinze mil metros quadrados), contendo benfeitoria, matriculado sob o nº 3.860 no 3º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau e cadastrado sob o nº 00797 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade regularizar a atual ocupação, tendo em vista que os serviços da área da saúde foram municipalizados.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 191/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1641

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que " Autoriza a doação de imóvel no Município de Joinville".

Florianópolis, 21 de junho de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 23/06/10

EM Nº 86/10

Florianópolis, 28 de maio de 2010.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a desafetar e doar, à Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no Município de Joinville, e imóvel com área de 122.198,90 m² (cento e vinte e dois mil, cento e noventa e oito metros e noventa decímetros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 6.458 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Joinville e cadastrada sob o nº 00199 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria da Administração.

A presente doação tem por finalidade a ampliação do Campus Universitário - Unidade Joinville.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Paulo Eli

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 191/10

Autoriza a doação de imóvel no Município de Joinville.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar, à Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no Município de Joinville, o imóvel com área de 122.198,90 m² (cento e vinte e dois mil, cento e noventa e oito metros e noventa decímetros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 6.458 no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Joinville e cadastrado sob o nº 00199 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a ampliação do Campus Universitário - Unidade Joinville.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos, e

III - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo

deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionadas.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joinville.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 192/10

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1642

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a concessão de uso remunerado de imóvel no Município de Florianópolis".

Florianópolis, 21 de junho de 2010

LEONE ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 23/06/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 85/10

Florianópolis, 24 de maio de 2010.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza conceder o uso oneroso e a exploração remunerada do imóvel constituído por uma área com 40,00 m² (quarenta metros quadrados), no Município de Florianópolis, parte do imóvel onde se encontra instalado o Museu Histórico de Santa Catarina, matriculado sob os nº 15.601 no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 00257 no Sistema de gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

A presente concessão de uso tem por objetivo criar condições para instalação e exploração de um Café, destinado a propiciar aos visitantes o melhor aconchego social.

Contudo, à consideração de Vossa excelência.

Respeitosamente,

Paulo Eli

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 192/10

Autoriza a concessão de uso remunerado de imóvel no Município de Florianópolis.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o uso oneroso e a exploração remunerada do imóvel constituído por uma área com 40,00 m² (quarenta metros quadrados), no Município de Florianópolis, pertencente a uma área maior, onde se encontra instalado o Museu Histórico de Santa Catarina, matriculado sob o nº 15.601 no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 00257 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A concessão de uso será efetuada após a realização do procedimento licitatório, a ser deflagrado pela Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo criar condições para instalação e exploração de um Café, destinado a propiciar aos visitantes o melhor aconchego social.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, a concessão será revogada total ou parcialmente, conforme a necessidade.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e as benfeitorias passam ao domínio do Estado.

Parágrafo único. O direito de indenização ao concessionário será estabelecido no contrato e ocorrerá somente nos casos de reversão antecipada por interesse exclusivo do Estado.

Art. 5º Serão de responsabilidade do concessionário os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º O concessionário, sob pena de imediata reversão, sem direito à indenização e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, o concessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Após realizado o procedimento licitatório, será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e do concessionário.

Art. 9º Os recursos gerados pela concessão de uso de que trata esta Lei deverão constituir o Fundo Patrimonial, geridos e aplicados conforme suas diretrizes.

Art. 10. O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo Secretário de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 193/10

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1643

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Seara".

Florianópolis, 21 de junho de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 23/06/10

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 75/10

Florianópolis, 03 de maio de 2010.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a desafetar e doar, ao Município de Seara, o imóvel com área de 840,00 m² (oitocentos e quarenta metros quadrados), com benfeitoria, matriculado sob o nº 5.344 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Seara e cadastrado sob o nº 3995 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

A presente doação tem por finalidade a construção de uma nova unidade de saúde.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Paulo Eli

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 193/10

Autoriza a doação de imóvel no Município de Seara.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar, ao Município de Seara, o imóvel com área de 840,00 m² (oitocentos e quarenta metros quadrados), com benfeitoria, matriculado sob o nº 5.344 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Seara e cadastrado sob o nº 3995 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a construção de uma nova unidade de saúde.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionadas.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Seara.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Florianópolis,

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 194/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1644

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto a elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a aquisição de imóvel no Município de União do Oeste".

Florianópolis, 21 de junho de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM N 69/10

Florianópolis, 23 de abril de 2010.

Senhor Governador,

Submeto a apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que a autoriza a adquirir, por doação do Município de União do Oeste, um imóvel com área de 800,00 m² (oitocentos metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 76.010 no Cartório Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó.

A aquisição do imóvel de que trata esta Lei destina-se a viabilizar a instalação do Quartel da Polícia Militar do Município de União do Oeste, tendo sido sua doação autorizada pela Lei Municipal nº 827, de 22 de outubro de 2009.

Contudo, a consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Paulo Eli

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 194/10

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de União do Oeste.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de União do Oeste, o imóvel com área de 800,00 m² (oitocentos metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 76.010 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem por objetivo viabilizar a instalação do Quartel da Polícia Militar do Município de União do Oeste, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 827, de 22 de outubro de 2009.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 4º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Quilombo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Florianópolis,

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 195/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1647

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto a elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e

Defesa do Cidadão, o projeto de lei que "Cria o Fundo de Melhoria da Perícia Oficial - FUMPO, e adota outras providências."

Florianópolis, 21 de junho de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM nº 1497.9/GABS/SSP

Florianópolis, 15 de junho de 2010.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo PSSP 7954/093, que trata de minuta do Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a criação do Fundo de Melhoria da Perícia Oficial - FUMPO, nos termos da Lei no 13.248/2004.

Importa registrar que o Instituto Geral de Perícias - IGP, criado no ano de 2005 por meio da Emenda Constitucional nº 039/2005, é um Órgão que constitui a estrutura da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, portanto, deve ser dotado de um fundo próprio nos moldes das demais Instituições que compõem esta Pasta, bem como, ser destinado um percentual que permita o custeio e a realização de investimentos na perícia oficial criminal.

A inovação trazida pela minuta ora apresentada estimula a gestão de resultados na medida em que reverte 50% (cinquenta por cento) das taxas mencionadas no art. 3º, inciso I, ao próprio IGP, fato que constitui uma forma de valorização institucional.

No mesmo sentido, o Fundo permitirá ao gestor do referido Instituto promover sensíveis melhorias estruturais e de recursos humanos e sua criação não acarretará acréscimos ao orçamento.

Respeitosamente,

André Luis Mendes da Silveira

Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão

PROJETO DE LEI Nº 195/10

Cria o Fundo de Melhoria da Perícia Oficial - FUMPO, e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Fundo de Melhoria da Perícia Oficial - FUMPO, destinado à melhoria dos serviços relacionados com as competências do Instituto Geral de Perícias, em especial para:

I - elaboração e execução de planos, programas e projetos;

II - especialidades profissionais;

III - construção, ampliação e reforma de prédios;

IV - aquisição de equipamentos, veículos e materiais próprios aos serviços do Instituto Geral de Perícias; e

V - aquisição de combustível, peças para reparos, alimentação, diárias, realização de serviços de terceiros, locação de imóveis e outras despesas de custeio.

Art. 2º O Fundo de Melhoria da Perícia Oficial - FUMPO, vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, será gerido pelo Diretor-Geral do Instituto Geral de Perícias, a quem compete:

I - fixar as diretrizes operacionais do Fundo;

II - baixar as normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação dos recursos financeiros disponíveis;

III - aprovar o Plano de Aplicação de Recursos do Fundo;

IV - examinar as contas do Fundo;

V - designar o coordenador e delegar competências para a prática de atos concernentes às atividades operacionais do Fundo;

VI - publicar, anualmente, relatório de suas atividades; e

VII - exercer as demais atribuições indispensáveis à prestação de contas e à supervisão superior e gestão do Fundo.

Art. 3º Constituem receitas do Fundo de Melhoria da Perícia Oficial - FUMPO:

I - 50% (cinquenta por cento) dos recursos provenientes da receita das taxas códigos 2.3.2.1 (Primeira via de cédula de identidade), 2.3.2.2 (Segunda via da carteira de identidade) e 2.3.2.3 (Carteira de Identidade, com antecipação do prazo) integrantes da Tabela III, anexa à Lei nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988.

II - as dotações orçamentárias próprias, geradas da arrecadação das taxas de segurança pública, dentro do percentual definido em lei;

III - as dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Estado e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

IV - os recursos transferidos da União ou do Estado;

V - os recursos provenientes de doações incentivadas, legados e contribuições de pessoas físicas e jurídicas;

VI - contribuições ou transferências resultantes de convênios ou acordos com entidades públicas ou privadas, nacionais e internacionais;

VII - a remuneração decorrente de aplicações no mercado financeiro;

VIII - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior;

IX - o produto de alienação de materiais ou equipamentos inservíveis; e

X - outros recursos que legalmente lhe forem atribuídos.

Art. 4º Os recursos do Fundo de Melhoria da Perícia Oficial - FUMPO - serão movimentados em contas correntes específicas, abertas em instituição financeira oficial.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta dias) contados a partir da data de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 196/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1648

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado do Planejamento, o projeto de lei que "Aprova a alteração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2008-2011".

Florianópolis, 21 de junho de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 23/06/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

EM nº 158/10

Florianópolis, 3 de maio de 2010

Exmo. Senhor

Leonel Arcângelo Pavan

Governador do Estado de Santa Catarina

ANEXO ÚNICO

PLANO PLURIANUAL 2008-2011

PROGRAMAÇÃO FÍSICO - FINANCEIRA

PROGRAMA SUBAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	FF	VALOR EM R\$ 1,00
0410 VIGILÂNCIA EM SAÚDE				
005710 Aquisição de imóvel para almoxarifado de medicamentos - SES	unidade	1	OGE OF	12.520.000,00 3.830.000,00
0900 GESTÃO ADMINISTRATIVA - PODER EXECUTIVO				
004650 Manutenção e serviços administrativos gerais - SES	unidade	1	OGE OF	97.500.000,00 8.505.000,00

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 197/10

Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para estimular projetos que visem o fortalecimento da atenção básica e especializada em saúde.

Art. 1º Ficam estabelecidas normas de incentivo fiscal às pessoas jurídicas contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, que apoiem financeiramente a realização de projetos de fortalecimento da atenção básica e especializada em saúde no Estado.

§1º O fortalecimento da atenção básica em saúde considerará:

I - estruturação da rede em saúde, compreendendo:

a) aquisição, ampliação e construção de Unidade Básica de Saúde;

b) aquisição de equipamentos ou serviços;

c) assistência farmacêutica; e

d) contratação de recursos humanos.

II - atendimento ambulatorial em drogadição;

III - práticas alternativas e integrativas em saúde; e

IV - educação com enfoque em promoção de saúde.

§2º O fortalecimento da atenção especializada em saúde considerará:

I - atendimento hospitalar em drogadição;

II - atendimento em especialidades clínicas e cirúrgicas; e

III - aquisição de equipamentos.

Art. 2º Somente poderão ser beneficiados pelo incentivo fiscal concedido por esta Lei os projetos que estejam enquadrados na legislação e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS, nos termos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Art. 3º O contribuinte incentivador que apoiar financeiramente a realização de projetos de fortalecimento da atenção básica e

Excelentíssimo Senhor Governador,

Com meus cumprimentos, apresento a Vossa Excelência Projeto de Lei a ser encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado para alteração da programação do Plano Plurianual 2008-2011, aprovado pela Lei nº 14.359, de 21 de janeiro de 2008 e alterado pelas Leis nº 14.647, de 09 de janeiro de 2009 e nº 15.033 de 30 de dezembro de 2009, pelo motivo que segue:

Alterar a denominação da subação 005710 Construção de almoxarifado de medicamentos - SES para Aquisição de imóvel para almoxarifado de medicamentos - SES. Tal alteração se faz necessária, tendo em vista que a Secretaria de Estado da Saúde não fará mais a construção do almoxarifado pelo fato de ter encontrado um imóvel com todos os padrões necessários para este tipo de armazenamento de medicamentos.

O valor necessário para esta aquisição será reduzido da subação 004650 Manutenção e serviços administrativos gerais.

Submeto a matéria à consideração de Vossa Excelência, juntando minuta do Projeto de Lei relativa ao assunto.

Respeitosamente,

Vinicius Lummertz

Secretário

PROJETO DE LEI Nº 196/10

Aprova a alteração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2008-2011.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2008-2011, constante do Anexo Único da Lei nº 14.359, de 21 de janeiro de 2008, revisada pelas Leis nº 14.647, de 09 de janeiro de 2009 e nº 15.033, de 30 de dezembro de 2009, conforme o disposto no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

especializada em saúde poderá compensar até 100% (cem por cento) do valor aplicado no projeto com o ICMS a recolher, discriminado em Guia de Informação e Apuração (GIA), observados os limites de desconto mensal de acordo com a soma dos saldos devedores da empresa, do período imediatamente anterior ao da apropriação, na forma e nos limites estabelecidos por esta Lei:

I - até 10% (dez por cento) do valor do ICMS a recolher, para a empresa cuja receita bruta anual situe-se entre o limite máximo de faturamento da empresa de pequeno porte, e quatro vezes esse limite, conforme art. 3º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;

II - até 7% (sete por cento) do valor do ICMS a recolher, para a empresa cuja receita bruta anual situe-se entre quatro e oito vezes o limite máximo de faturamento da empresa de pequeno porte, definido no art. 3º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006; e

III - até 3% (três por cento) do valor do ICMS devido no período, para a empresa cuja receita bruta anual seja superior a oito vezes o limite máximo do faturamento da empresa de pequeno porte, definido no art. 3º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

Art. 4º A aplicação nos projetos apresentados e aprovados nos termos do art. 8º desta Lei é caracterizada pela transferência de recursos financeiros por parte do contribuinte incentivador para o município empreendedor e dar-se-á na forma prevista em regulamento.

Art. 5º A soma dos recursos disponibilizados pelo Estado para o efeito do previsto nesta Lei não poderá ser inferior ao percentual de 0,2% (dois décimos percentuais) da receita líquida anual do ICMS.

Parágrafo único. Atendido o limite previsto no *caput*, os projetos aprovados deverão aguardar o exercício fiscal seguinte para receber o incentivo.

Art. 6º Os recursos de que trata o art. 3º serão distribuídos de acordo com as seguintes proporções entre os municípios empreendedores até o limite de que trata o art. 5º, nas seguintes proporções:

I - municípios com até 5.000 (cinco mil) habitantes, o percentual de repasse será de 6,26% (seis vírgula vinte e seis por cento);

II - municípios de 5.001 (cinco mil e um) até 10.000 (dez mil) habitantes, o percentual de repasse será de 7% (sete por cento);

III - municípios de 10.001 (dez mil e um) até 25.000 (vinte e cinco mil) habitantes, o percentual de repasse será de 12,28% (doze vírgula vinte e oito por cento);

IV - municípios de 25.001 (vinte e cinco mil e um) até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, o percentual de repasse será de 11,60% (onze vírgula sessenta por cento);

V - municípios de 50.001 (cinquenta mil e um) até 100.000 (cem mil) habitantes, o percentual de repasse será de 15,98% (quinze vírgula noventa e oito por cento);

VI - municípios de 100.001 (cem mil e um) até 200.000 (duzentos mil) habitantes, o percentual de repasse será de 10,12% (dez vírgula doze por cento); e

VII - municípios com mais de 200.001 (duzentos mil e um) habitantes, o percentual de repasse será de 36,77% (trinta e seis vírgula setenta e sete por cento);

Art. 7º Para receber apoio financeiro com recursos provenientes da aplicação desta Lei, o projeto de fortalecimento da atenção básica e especializada em saúde deverá ser previamente aprovado:

I - pelo Conselho Municipal de Saúde;

II - pelo Colegiado de Gestão Regional; e

III - pela Câmara Técnica, regida por regulamento próprio.

§ 1º A Câmara Técnica poderá estabelecer o limite máximo dos recursos a serem concedidos a cada projeto e será constituída paritariamente por representantes da Secretaria Estadual de Saúde, do Conselho Estadual de Saúde e da Associação de Secretários e Dirigentes Municipais de Saúde.

§ 2º A formatação do projeto será definida por resolução específica da Câmara Técnica.

Art. 8º A aplicação dos recursos previstos nesta Lei será, exclusivamente, na implementação dos projetos aprovados de fortalecimento da atenção básica e especializada em saúde, sendo vedada destinação diversa da prevista nesta Lei.

Art. 9º Os municípios prestarão contas anualmente da aplicação dos recursos oriundos dessa Lei ao Conselho Municipal de Saúde, ao Cogere e à Câmara Técnica.

Art. 10. Os projetos em execução serão avaliados e monitorados tecnicamente pela Câmara Técnica, nos termos do regulamento.

Art. 11. Na divulgação do projeto financiado nos termos desta Lei deverá constar, obrigatoriamente, o apoio institucional do Estado, de acordo com o padrão de identidade a ser definido em regulamento.

Art. 12. É vedada a utilização do incentivo fiscal previsto nesta Lei para projetos de que seja beneficiário o próprio incentivador, o contribuinte ou o sócio de qualquer destes.

Parágrafo único. A vedação de que trata o *caput* estende-se, ainda, aos ascendentes, aos descendentes em primeiro grau e ao cônjuge ou companheiro do incentivador, do contribuinte ou do sócio de qualquer destes.

Art. 13. O contribuinte que utilizar indevidamente os benefícios desta Lei, mediante fraude ou dolo, fica sujeito a multa a ser estabelecida em regulamento.

Art. 14. Os projetos beneficiados por esta Lei farão parte integrante do portal da transparência do Estado de Santa Catarina.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Giancarlo Tomelin

Lido no Expediente
Sessão de 23/06/10

JUSTIFICATIVA

A Carta da República, ao dispor sobre a saúde, estabelece, em seu art. 196, que "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Ainda, sobre a matéria, dispõe o art. 197 que "São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado".

As ações e serviços públicos de saúde, segundo a Carta Magna, integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: "I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III - participação da comunidade".

Da mesma forma, a Constituição do Estado de Santa Catarina, dispõe que "a saúde é direito de todos e dever do Estado". E nos mesmos moldes da Constituição da República estabelece, em seu art. 155, diretrizes a serem seguidas nas ações e serviços públicos de

saúde, como: "I - descentralização política, administrativa e financeira com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral com prioridade para as ações preventivas e coletivas, adequadas à realidade epidemiológica, sem prejuízo das assistenciais e individuais; III - universalização da assistência de igual qualidade dos serviços de saúde à população urbana e rural; VI - participação da comunidade".

A realidade da saúde pública no País é precária, embora amplamente defendida nos textos constitucionais. A insuficiência de recursos orçamentários para o efetivo investimento em políticas públicas na área de saúde, principalmente no âmbito da atenção básica e especializada à saúde, é um fato incontroverso. Nosso Estado dispõe de um corpo técnico especializado e competente, muitas vezes impossibilitado de cumprir o amplo atendimento por falta de equipamentos e materiais.

O projeto de lei que ora apresento tem por finalidade estimular e atrair investimentos à saúde local pelo mecanismo de benefício fiscal, sendo esperado como resultado dos melhores indicadores por meio do aumento da qualidade e acesso dos cidadãos ao atendimento de saúde, principalmente em procedimentos com demandas reprimidas acentuadas. Observamos, entretanto, que este resultado só será atingido se houver a efetividade dos projetos para a atenção da saúde básica e especializada, na melhoria do serviço público prestado e na qualidade do atendimento. Logo, o presente projeto de lei de incentivo à saúde possui o diferencial de oferecer a possibilidade de haver a disponibilização de recursos para todos os portes de projetos, com o respectivo percentual de investimento proporcional ao número de habitantes atingidos pelo município ou municípios.

Importante destacar que, tanto em nosso Estado como em nível federal, já existem regulamentos de incentivos fiscais em áreas diversas, incluindo a assistência social.

E a Constituição de 1988 admite a iniciativa parlamentar na instauração do processo legislativo em tema de direito tributário, não havendo ofensa ao art. 61, § 1º, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, pois as regras insertas nesse dispositivo referem-se tão-somente a territórios federais, não sendo de observância obrigatória por parte dos Estados-membros. Também não se equipara ao ato de legislar sobre o orçamento do Estado, que tem previsão específica no inciso II do art. 165 da Carta Magna.

Em uma análise preliminar, pode-se ter em mente que a adoção do incentivo fiscal à saúde implica somente em perda de arrecadação direta para o Estado. Entretanto, com a conveniente gerência transformam-se em investimento aplicado diretamente na saúde pública dos municípios.

Diante dos novos conceitos que norteiam a administração pública e o reconhecimento da participação da sociedade, inclusive nas questões de competência do Estado, como é o caso da saúde, o presente projeto inova na possibilidade de participação da sociedade civil na implementação dos projetos de saúde e valoriza os princípios do sistema de saúde brasileiro, como o processo de descentralização em que cada município define suas prioridades, conforme as suas necessidades.

A criação do incentivo à saúde por meio de lei tornará obrigatório que todos os projetos de atenção básica e especializada, a serem levados a efeito nos municípios, passem pelo crivo do Conselho Municipal de Saúde respectivo e do Colegiado de Gestão Regional, eliminando-se as dezenas de pedidos de recursos que são formulados todos os anos para a implementação de saúde e que, na maioria dos casos, não são atendidos, bem como as emendas anuais orçamentárias que não comportam a demanda de saúde no Estado.

Assim, este projeto permitirá aos contribuintes do ICMS direcionar um percentual do total do imposto devido para um projeto de atenção básica ou especializada à saúde, devidamente aprovado nos termos da lei e do regulamento.

Acredito que o projeto de lei apresentado para análise poderá representar considerável fomento à saúde pública dos municípios do Estado de Santa Catarina, além de estar pautado pela transparência da seleção e do controle e fiscalização dos recursos aplicados.

São estas as razões da presente proposição que submeto à elevada consideração dos meus Pares, na convicção de que poderá constituir alternativa eficaz no aprimoramento da saúde pública em nosso Estado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 198/2010

Institui o Dia Estadual do Socorrista Emergencista.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Socorrista Emergencista, a ser comemorado no dia 9 de outubro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Dagomar Carneiro

Lido no Expediente
Sessão de 24/06/10

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem a finalidade de instituir no Estado de Santa Catarina, o Dia Estadual do Socorrista Emergencista.

Trata-se de uma digna e justa homenagem a todos os profissionais que atuam na prestação de socorro de emergência. A data escolhida, o dia 9 de outubro é significativo, pois nesse dia, no ano de 2007, o povo brasileiro comoveu-se com a notícia do trágico acidente rodoviário ocorrido na BR-282, próximo ao município de Descanso, em nosso Estado, no qual 27 pessoas perderam a vida e outras 102 ficaram feridas.

Dentre as pessoas que foram a óbito encontravam-se os socorristas emergencistas Bombeiros Militares Cabo Roberto Inácio Borgheti, Cabo Leonir Francisco Bagatini, Soldado Carlos Roberto Françozi, Soldado Evandro Daltoé, os Bombeiros Comunitários Hélio Moss e Clóvis José Fluck, o Soldado PM Ivânio Marcos Sehnen e o motorista socorrista do Samu José Evaldir Ferreira Zuse.

Esses bravos que acabamos de relacionar tombaram na tentativa de salvar a vida de outras pessoas. Sacrificaram o bem mais precioso de cada ser humano, a própria vida, deixando para todos nós o incomensurável exemplo da doação da vida no cumprimento de suas obrigações profissionais.

O ato de salvar vidas podemos defini-lo como maravilhoso, e traduz-se como um ato de amor à humanidade, pois muitas vezes proporciona condições e expectativa do socorrido retornar à vida normal com o mínimo de sequelas.

Assim sendo, pelo mérito da matéria apresentada, espero contar com o apoio de todos os Senhores Deputados que integram este Parlamento, para aprovação do presente projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 199/2010

Altera dispositivos da Lei nº 13.334, de 2005, que institui o FUNDOSOCIAL, destinado a financiar programas de apoio à inclusão social na forma do art. 204 da Constituição Federal e estabelece outras providências.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 13.334, de 28 de fevereiro de 2005, alterado pela Lei nº 13.633, de 20 de dezembro de 2005, e pela Lei nº 14.876, de 15 de outubro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica instituído o Fundo de Desenvolvimento Social - FUNDOSOCIAL, de natureza financeira, destinado a financiar programas e ações de desenvolvimento, geração de emprego e renda, inclusão e promoção social, no campo e nas cidades, no Estado de Santa Catarina, inclusive nas áreas da cultura, esporte e turismo, educação especial, pesquisa e educação superior.

§ 1º A educação especial de que trata o *caput* deste artigo será promovida por meio das ações desenvolvidas pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs, situadas no Estado de Santa Catarina.

§ 2º A educação superior de que trata o *caput* deste artigo será financiada com bolsas de estudo integral, através da aquisição pelo Estado, de vagas remanescentes junto às Instituições de Ensino Superior previstas nos incisos I e II, do art. 1º, da Lei Complementar nº 281, de 20 de janeiro de 2005, observados os seguintes critérios e condições:

.....
§ 3º A pesquisa de que trata o *caput* deste artigo será financiada por meio de auxílio financeiro a bolsas de pesquisa para estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação nas Instituições de Ensino Superior credenciadas e com sede no Estado de Santa Catarina, observados os mesmos critérios da Lei Complementar nº 407, de 25 de janeiro de 2008.

Art. 2º O § 1º do art. 8º da Lei nº 13.334, de 2005, alterado pela Lei nº 13.633, de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º

§ 1º Os programas desenvolvidos pelo FUNDOSOCIAL poderão contar com a participação e colaboração de pessoas jurídicas contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, cujo valor de contribuição poderá ser compensado em conta gráfica, até o limite de 6% (seis por cento) do valor do imposto mensal devido, que será destinado da seguinte forma:

I - 4,4% (quatro vírgula sete por cento) para financiar programas e ações de desenvolvimento, geração de emprego e renda, inclusão e promoção social, no campo e nas cidades, inclusive nas áreas de cultura, esporte e turismo;

II - 1% (um por cento) nas ações desenvolvidas pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs, situadas no Estado de Santa Catarina, cujos recursos serão repassados, a cada entidade, de forma proporcional ao número de alunos regularmente matriculados;

III - 0,3% (zero vírgula três por cento) para o financiamento de bolsas de estudo integral, através da aquisição, pelo Estado, de vagas remanescentes junto às Instituições de Ensino Superior, nos termos do § 2º do art. 1º desta Lei; e

IV - 0,3% (zero vírgula três por cento) para o financiamento de bolsas de pesquisa, nos termos do § 3º do art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Estadual para garantir a sua execução, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Florianópolis, de junho de 2010.

Deputado Pedro Uczai

Bancada do Partido dos Trabalhadores

Lido no Expediente

Sessão de 24/06/10

JUSTIFICATIVA

Apresentamos este Projeto de Lei propondo alterar a Lei Estadual nº 13.334 (Lei do FUNDOSOCIAL), alterada posteriormente pela Lei nº 14.876.

Esta última destinou parcela os recursos do FUNDOSOCIAL para a educação superior por meio de bolsas de estudo integral, através da aquisição pelo Estado de vagas remanescentes junto às Instituições de Ensino Superior. Este Deputado apoiou tal alteração, sendo o relator do Projeto de Lei que permitiu a mudança.

Entendemos os recursos destinados para a educação não podem ser vistos como gastos, mas sim como investimento público no desenvolvimento da sociedade.

Nesse sentido, o podemos citar a alteração realizada pela Emenda Constitucional nº 59, que teve como proponente e grande incentivadora a Senadora Ideli Salvatti, que retira a educação dos efeitos da DRU (Desvinculação das Receitas da União).

No sentido de poder continuar avançando no acesso e na permanência a educação superior resolvemos apresentar esta proposição. Porém, propomos uma abordagem complementar e diferenciada de outros programas de bolsas já existentes em Santa Catarina.

Entendemos que os programas de bolsas podem ser integrados ao desenvolvimento da pesquisa. Entendemos ser a pesquisa uma das atividades fim da Universidade, e como algo imprescindível para o desenvolvimento de uma sociedade.

Pelos motivos aqui expostos, solicitamos a aprovação deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 033/10****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 1645**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o projeto de lei complementar que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 259, de 2004, que estabelece a distribuição e fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado e adota outras providências".

Florianópolis, 21 de junho de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 23/06/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM nº 1741/GABS/SSP

Florianópolis, 21 de maio de 2010.

Senhor Governador,

Submetemos à apreciação de Vossa excelência Projeto de Lei Complementar alterando dispositivos da lei Complementar nº 259, de 19 de janeiro de 2004, que estabelece a distribuição e fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado.

A apresentação do presente projeto se mostra necessária tendo em vista que, por força da Emenda Constitucional nº 033, de 13 de junho de 2003, que concedeu autonomia administrativa e financeira ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC), a Constituição Estadual passou a atribuir a essa nobre corporação uma extensa missão voltada à preservação da vida e da propriedade, na qual se inserem, dentre outras atividades, a prevenção de sinistros, o combate a incêndios, o atendimento pré-hospitalar e a busca e

salvamento de pessoas e bens. Sendo que, para fazer frente a tão relevante missão, teve CBMSC se efetivo fixado por meio da Lei Complementar nº 259, de 19 de janeiro de 2004.

Ocorre, no entanto, que na época em que a Lei Complementar nº 259/2004 foi elaborada o Corpo de Bombeiros Militar do estado contava com apenas 03 (três) Batalhões de Bombeiros Militar, situados, a saber, nas cidades de Florianópolis, Curitiba e Blumenau e se fazia presente, tão somente, em 35 (trinta e cinco) municípios catarinenses. Situação bem diferente de atual, na qual 92 (noventa e dois) municípios sediam organizações de bombeiro militar, vinculadas a 12 (doze) Batalhões de Bombeiros e a 01 (um) Batalhão de Operações Aéreas, o que representa uma expansão da ordem de 162% (cento e sessenta e dois por cento) em apenas 06 (seis) anos.

Destacamos, por oportuno, que esse crescimento no número de organização de bombeiro implicou numa significativa expansão da prestação dos respectivos serviços a todas as regiões do território catarinense e, conseqüentemente, à prestação de um melhor atendimento à nossa comunidade, o que colocou o Estado de Santa Catarina em posição de destaque no cenário nacional, especialmente no que se refere ao percentual da população diretamente assistida e da área coberta pelos serviços oficiais de bombeiro.

É necessário registrar, todavia, que para que nosso Corpo de Bombeiros pudesse alcançar, como o efetivo inicialmente fixado na Lei Complementar 259/2004, os 92 (noventa e dois) municípios anteriormente citados, foi necessário reduzir, progressivamente, o número de bombeiros em cada uma de suas unidades, de modos que, nos dias de hoje, e nos termos atuais da lei de fixação de efetivo do CBMSC, não mais é possível manter o processo de implantação de novas organizações bombeiro militar, ainda que solicitações dessa natureza, oriundas de todas as regiões do Estado, continuem sendo uma constante.

Em face de tal cenário, e visando readequar a Lei Complementar nº 259, de 19 de janeiro de 2004, às necessidades da comunidade catarinense, permitindo a continuidade do processo de interiorização da prestação dos seus serviços públicos de bombeiro, necessário se faz a implementação das alterações constantes no projeto ora encaminhado, o qual não apenas permitira a recomposição do efetivo do CBMSC, mas também a reorganização da sua estrutura operacional e administrativa. Tema este que, por sua vez, está sendo especificamente tratado através do Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a Organização Básica da corporação.

Diante de todo o exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência a minuta do projeto de Lei Complementar em pauta, rogando a adoção das medidas necessárias ao trâmite do processo legislativo em regime de urgência.

Respeitosamente,

André Luiz Mendes da Silveira

Secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 033/10

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 259, de 2004, que estabelece a distribuição e fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O efetivo do Quadro de Oficiais Bombeiro Militar e do Quadro de Praças Bombeiro Militar fixado no Anexo II e do Quadro de Pessoal Civil do Corpo de Bombeiros Militar - Cargos de Provimento Efetivo fixado no Anexo III, ambos da Lei Complementar nº 259, de 19 de janeiro de 2004 e suas modificações posteriores, fica acrescido das seguintes vagas, conforme redação constante no Anexo Único desta Lei Complementar:

I - no Quadro de Oficiais Bombeiro Militar - QOBM:

- a) 07 (sete) vagas de Coronel Bombeiro Militar;
b) 25 (vinte e cinco) vagas de Tenente-Coronel Bombeiro Militar;
c) 25 (vinte e cinco) vagas de Major Bombeiro Militar;
d) 27 (vinte e sete) vagas de Capitão Bombeiro Militar;
II - no Quadro de Praças Especiais Bombeiro Militar - QPEBM:
a) 25 (vinte e cinco) vagas de aspirante a oficial Bombeiro Militar;
b) 20 (vinte) Cadetes Bombeiro Militar;
III - no Quadro de Praças Bombeiro Militar - QPBM:
a) 20 (vinte) vagas de Sub Tenente;
b) 40 (quarenta) vagas de Primeiro-Sargento Bombeiro Militar;
c) 50 (cinquenta) vagas de Segundo-Sargento Bombeiro Militar;

- d) 60 (sessenta) vagas de Terceiro-Sargento Bombeiro Militar;
e) 200 (duzentas) vagas de Cabo Bombeiro Militar; e
f) 1881 (mil oitocentas e oitenta e uma) vagas de Soldado Bombeiro Militar;

IV - no Quadro de Pessoal Civil do Corpo de Bombeiros Militar - Cargos de Provimento Efetivo;

- a) 10 (dez) vagas de Médico;

§ 1º As vagas constantes do inciso II do art. 8º da Lei Complementar nº 259, de 19 de janeiro de 2004, ficam absorvidas pelas vagas previstas no inciso III deste artigo.

§ 2º Fica acrescido no Anexo III, da Lei Complementar nº 259, de 19 de janeiro de 2004, no Quadro de Pessoal Civil do Corpo de Bombeiros Militar - Cargos de Provimento Efetivo, Grupo Ocupacional - Ocupações de Nível Superior - ONS, uma (01) vaga de Psicólogo e uma (01) vaga de Teólogo, destinado a assistência psicológica e religiosa respectivamente.

§ 3º As vagas constantes deste artigo serão ativadas de forma gradativa, a partir de 2011, por meio de decreto do Chefe do Poder Executivo, consoante permitir a arrecadação do Estado, a Lei de Responsabilidade Fiscal e constatado interesse público, mediante avaliação e critérios do Poder Executivo.

§ 4º O decreto de que trata o parágrafo anterior, no que se refere à ativação das vagas destinadas aos Coronéis Bombeiro Militar Comandantes Regionais, tomará por base a implementação proporcional do efetivo definido pelos incisos II e III deste artigo.

Art. 2º Fica o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar autorizado a constituir Grupos de Estudos e Trabalhos, destinados a prestar atendimentos eventuais, necessários, emergenciais e especializados, que por sua natureza não se enquadram nas atribuições normais e específicas da corporação.

Parágrafo único. Os Grupos mencionados no *caput* deste artigo podem ser compostos por civis contratados por prazo determinado ou colocados à disposição por outros órgãos governamentais.

Art. 3º O Corpo de Bombeiros Militar, nos casos de matéria não regulada em legislação peculiar ou própria e/ou específica, atinentes a fatos anteriores ao advento da Emenda Constitucional nº 33, de 13 de junho de 2003, adotará as leis, decretos, regulamentos e normas, baixadas até a referida data, para a Polícia Militar de Santa Catarina no que lhe for tecnicamente pertinente.

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo regulamentará, no que couber a presente Lei Complementar no prazo de sessenta dias após a sua publicação.

Art. 5º As despesas da execução desta Lei Complementar correrão por conta do Orçamento Geral do Estado.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

ANEXO ÚNICO

"ANEXO II

(Lei Complementar nº 259, de 19 de janeiro de 2004)

I - Quadro de Oficiais Bombeiro Militar - QOBM

Posto	Quantidade de vagas antes desta Lei Complementar	Quantidade de vagas decorrentes desta Lei Complementar	Total
Coronel Bombeiro Militar	6	7	13
Tenente Coronel Bombeiro Militar	15	25	40
Major Bombeiro Militar	27	25	52
Capitão Bombeiro Militar	53	27	80
1º Tenente Bombeiro Militar	78	-	78
2º Tenente Bombeiro Militar	75	-	75
Total	254	84	338

II - Quadro de Praças Bombeiro Militar - QPBM

Graduação	Quantidade de vagas antes desta Lei Complementar	Quantidade de vagas decorrentes desta Lei Complementar	Total
Subtenente Bombeiro Militar	45	20	65

1º Sargento Bombeiro Militar	84	40	124
2º Sargento Bombeiro Militar	150	50	200
3º Sargento Bombeiro Militar	225	60	285
Cabo Bombeiro Militar	275	200	475
Soldado Bombeiro Militar	1861	1881	3742
Aspirante a Oficial Bombeiro Militar	15	25	40
Cadete Bombeiro Militar	60	20	80
Total	2715	2296	5011

III - Quadro de Praças Bombeiro Militar Complementar-QPBMC			
Graduação	Quantidade de vagas antes desta Lei Complementar	Quantidade de vagas decorrentes desta Lei Complementar	Total
3º Sargento Bombeiro Militar	90	-	
Cabo Bombeiro Militar	152	-	
Total	242	-	242

ANEXO III
QUADRO DE PESSOAL CIVIL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO OCUPACIONAL OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIO - ONS	CARGO	QUANTIDADE
	ADVOGADO	01
	ANALISTA DE INFORMÁTICA	01
	CONTADOR	01
	ENGENHEIRO	09
	MÉDICO	12
	PSICÓLOGO	01
	TEÓLOGO	01
	QUÍMICO	01
OCUPAÇÕES DE NÍVEL ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL II - ONO II	TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	22
	TÉCNICO EM DESENHO	02
	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	22
	TÉCNICO EM ATIVIDADES DE ENGENHARIA	03
OCUPAÇÕES DE NÍVEL AUXILIAR - ONA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	80
TOTAL		156

(NR)“

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 034/10**ESTADO DE SANTA CATARINA****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 1646**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o projeto de lei complementar que “ Dispõe sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.”

Florianópolis, 21 de junho de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

*Lido no Expediente**Sessão de 23/06/10*

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO

CIDADÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

Em nº 1740/GABS/SSP**Florianópolis, 21 de maio de 2010.**

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a **Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.**

O presente projeto que tem por norte a modernização administrativa, a descentralização da estrutura e a definição clara de competências, estabelece a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC), com vistas a lhe possibilitar uma estrutura administrativa e operacional que acompanhe os princípios da administração descentralizada, eleita e bem sucedida como novo modelo de gestão do Estado.

O estabelecimento da organização básica do CBMSC, conforme consta da presente proposta, se faz necessário tendo em vista que, passamos 06 (seis) anos de sua emancipação administrativa e financeira da PMSC, promovida pela Emenda Constitucional nº 033, de junho de 2003, e regulamentada pela Lei nº 259, de 19 de janeiro de 2004, o CBMSC encontra-se, agora, em fase de aperfeiçoamento de sua articulação estadual, visando melhorar, ainda mais, a proteção à vida e ao patrimônio da comunidade, em todas as regiões de nosso Estado.

Vale destacar, por oportuno, que citada Emenda Constitucional nº 33/2003, no seu artigo 9º, acrescentou ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias os artigos 51, 52, 53, 54 e 55, nos quais estabeleceu prazo de 180 dias, a contar de sua publicação, para o Poder Executivo regulamentar a emancipação

administrativa e operacional do CBMSC, visando o seu aprimoramento e atualização, bem como, previu que a legislação que trata de assuntos como lei de organização básica, orçamento e fixação de efetivo é específica e aplicável a cada corporação militar estadual.

A estrutura organizacional ora proposta atende aos preceitos de direito que regem a administração pública e leva em consideração, principalmente, a real expansão da estrutura dessa nobre corporação, consubstanciada na recente criação de novas organizações de bombeiro, dentre as quais destacamos os Batalhões de Bombeiro Militar das cidades de Tubarão, Canoinhas, São José, Joaçaba e São Miguel D' Oeste, além do batalhão de Operações Aéreas.

Ainda dentro desse contexto, mas para melhor ilustrar o aumento da estrutura do CBMSC após a sua emancipação, necessário se faz destacar que até o anos de 2003 o mesmo se fazia presente em apenas 35 (trinta e cinco) municípios catarinenses, enquanto que hoje, apenas seis anos após a citada emancipação, já são 92 (noventa e dois) os municípios sede de organizações de bombeiro militar, o que representa um crescimento da ordem 162% (cento e sessenta e dois por cento), e demonstra a grande preocupação do Governo do Estado para com a interiorização dos serviços públicos de prevenção e embate a incêndio e pânico, e enfrentamento a desastres e crises.

É de se registrar, ainda que com a autonomia administração decorrente da Emenda Constitucional nº 33/2003 o *Staff* de Comando do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina passou assumir novas funções, até então realizadas em parceria com o *staff* do Comando da PMSC, dentre as quais destacamos as funções de direção, assessoramento, correição, coordenação, chefia e comandos em diversos níveis hierárquicos da corporação.

Ante o exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência a minuta do Projeto de Lei Complementar em pauta, rogando a adoção das medidas necessárias do trâmite do processo legislativo em regime de urgência.

Respeitosamente,

André Luis Mendes da Silveira

Secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0034/10

Dispõe sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPÍTULO ÚNICO
DA FINALIDADE, COMPETÊNCIA E SUBORDINAÇÃO

Art. 1º O Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, Força Auxiliar, reserva do Exército, organizado com base na hierarquia e na disciplina, subordinado diretamente ao Chefe do Poder Executivo e integrante do Sistema de Segurança Pública de Santa Catarina, tem por finalidade a manutenção da ordem pública, consubstanciada nas ações de tranquilidade e salubridade pública no Estado.

Art. 2º Ao Corpo de Bombeiros Militar cabe, nos limites de sua competência, além de outras atribuições estabelecidas em lei:

I - realizar os serviços de prevenção de sinistros, de combate a incêndio, de busca e salvamento e resgate de pessoas e bens e o atendimento pré-hospitalar;

II - estabelecer normas relativas à segurança das pessoas e de bens contra incêndios e pânico, catástrofes, produtos perigosos e a preservação ao meio-ambiente, em todas as suas modalidades;

III - analisar, previamente, os projetos de segurança contra incêndio em edificações, contra sinistros em áreas de risco e de armazenagem, manipulação e transporte de produtos perigosos, acompanhar e fiscalizar sua execução, e impor sanções administrativas como notificação, multa, cassação de atestado, apreensão, embargo de obra e interdição de atividades;

IV - realizar perícias de incêndio e de áreas sinistradas no limite de sua competência;

V - executar atividades de defesa civil e colaborar com os seus órgãos;

VI - exercer a polícia judiciária militar, nos termos da Lei federal;

VII - estabelecer, executar e fiscalizar a prevenção balnearia por guarda-vidas; e

VIII - prevenir acidentes e incêndios na orla marítima e fluvial.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO BÁSICA

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA BÁSICA

Art. 3º O Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, será estruturado em:

I - órgãos de direção;

II - órgãos de apoio; e

III - órgãos de execução.

§ 1º Os órgãos de direção são encarregados do comando e da administração geral, incumbindo-se do planejamento, visando à organização da Corporação em todos os níveis, às necessidades de pessoal e de material e ao emprego do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina para o cumprimento de suas missões, com atribuições, ainda, de acionar, coordenar, controlar e fiscalizar a atuação dos órgãos de apoio e de execução.

§ 2º Os órgãos de apoio atendem às necessidades de pessoal, de logística, de finanças, de tecnologia da informação e de ensino de toda a corporação, realizando suas atividades-meio.

§ 3º Os órgãos de execução realizam as atividades-fim, cumprindo as missões e as destinações do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, mediante a execução de diretrizes e ordens emanadas dos órgãos de direção e a utilização dos recursos de pessoal, de material e de serviços providos pelos órgãos de apoio.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO

Art. 4º O Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, estrutura-se da seguinte forma:

I - Comandante-Geral;

II - Subcomandante-Geral;

III - Estado-Maior-Geral, como órgão de direção geral;

IV - Diretorias, como órgãos de direção setorial;

V - Corregedoria-Geral;

VI - Ajudância-Geral;

VII - Assessorias;

VIII - Coordenadorias; e

IX - Comissões de Promoção de Bombeiros Militares.

Seção I

Do Comandante-Geral

Art. 5º O Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina é o responsável pela administração, comando e emprego da Corporação.

Art. 6º O Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina será um oficial da ativa, do último posto da própria corporação.

Parágrafo único. Sempre que a escolha não recair no Coronel Bombeiro Militar mais antigo da corporação, o escolhido terá precedência hierárquica e funcional sobre os demais Oficiais Bombeiro Militar.

Art. 7º O Subcomandante-Geral, principal assessor do Comandante-Geral, será um Oficial Bombeiro Militar do mais alto posto existente na Corporação, escolhido pelo Comandante-Geral.

§ 1º Se a indicação ou escolha não recair no Oficial mais antigo dentre os demais Coronéis, o indicado ou escolhido, sobre estes, terá precedência funcional e hierárquica.

§ 2º O Subcomandante-Geral assumirá o exercício da função de Comandante-Geral por designação deste ou no caso de seu impedimento.

§ 3º O substituto eventual do Subcomandante-Geral será o Chefe do Estado-Maior-Geral da corporação ou, no impedimento deste, o Oficial Superior Bombeiro Militar mais antigo.

Seção II

Do Estado-Maior-Geral

Art. 8º O Estado-Maior-Geral é o órgão de direção geral, responsável perante o Comandante-Geral pelo estudo, planejamento, coordenação, fiscalização e controle de todas as atividades da Corporação, constituindo o órgão central do sistema de planejamento administrativo, programação e orçamento, encarregado da elaboração de normas e ordens do comando, que acionam os órgãos de direção setorial, os de apoio e os de execução, no cumprimento de suas atividades.

Art. 9º O Estado-Maior-Geral compreende:

I - Chefe do Estado-Maior-Geral;

II - Subchefe do Estado-Maior-Geral; e

III - Seções:

a) 1ª Seção (BM-1), assuntos relativos a pessoal e legislação;

b) 2ª Seção (BM-2), assuntos relativos às atividades de informação e inteligência;

c) 3ª Seção (BM-3), assuntos relativos a ensino, instrução, operações, comunicações e doutrina de emprego;

d) 4ª Seção (BM-4), assuntos relativos a modernização administrativa, material operacional, estatística e suprimento;

e) 5ª Seção (BM-5), assuntos relativos a relações públicas, ação comunitária e comunicação social; e

f) 6ª Seção (BM-6), assuntos relativos a planejamento administrativo e a programação e a orçamentação de recursos.

Art. 10. O Chefe do Estado-Maior-Geral têm como atribuições a orientação, a coordenação e a fiscalização dos trabalhos do Estado-Maior-Geral e das políticas do Comandante-Geral.

Art. 11. Para o cumprimento das atribuições a que se refere o art. 10 desta Lei Complementar, o Chefe do Estado-Maior-Geral disporá de um Subchefe do Estado-Maior-Geral, função cumulativa, devendo recair no oficial mais antigo dentre os Chefes de Seções, responsável pelo exame, controle, preparação e demais atos administrativos do Estado-Maior-Geral.

Seção III

Das Diretorias

Art. 12. As Diretorias, órgãos de direção setorial, compete realizar, a orientação, o controle, a coordenação, a fiscalização e a execução das atividades, dos programas e dos planos relativos às estratégias setoriais específicas, compreendendo:

I - Diretoria de Pessoal;

II - Diretoria de Logística e Finanças;

III - Diretoria de Ensino; e

IV - Diretoria de Atividades Técnicas.

Seção IV

Da Corregedoria-Geral

Art. 13. A Corregedoria-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, subordinada diretamente ao Comandante-Geral, tem a seu cargo planejar, programar, organizar, dirigir, coordenar e controlar a execução das atividades de correição no âmbito da Corporação, além de outras atribuições estabelecidas na regulamentação desta Lei Complementar.

Seção V

Da Ajudância-Geral

Art. 14. São atribuições da Ajudância-Geral:

I - executar os trabalhos de Secretaria, incluindo recebimento e expedição da correspondência ostensiva, serviço de correio, protocolo geral, arquivo geral e Boletim Geral;

II - fomentar a implementação do sistema oficial de classificação de documentos do Estado nas unidades da corporação e adoção do sistema de protocolo padrão definido pela Secretaria de Estado da Administração, ou órgão correlato, juntamente com a 1ª Seção (BM-1) do Estado-Maior-Geral da Corporação;

III - apoiar, o Comandante Geral, no secretariado de reuniões, encontros, palestras, dentro ou fora da Corporação, de acordo com determinação daquela autoridade; e

IV - coordenar as atividades da Companhia de Comando e Serviços do Comando Geral, no que concerne a segurança das instalações, manutenção do aquartelamento, controle da frota de viaturas e manutenção e outras atividades correlatas, na sede do Comando Geral da Corporação.

Seção VI

Das Assessorias

Art. 15. As Assessorias têm a seu cargo as funções de assistência e assessoramento direto ao Comandante-Geral, nos assuntos que escapem às atribuições normais e específicas dos demais órgãos de direção e destina-se a dar flexibilidade à estrutura do Comando-Geral da Corporação, particularmente em assuntos técnicos especializados.

Seção VII Coordenadorias

Art. 16. As Coordenadorias têm a seu cargo as funções de coordenar, supervisionar e desenvolver o aprimoramento técnico das atividades operacionais exercidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, visando a padronização e a qualidade na prestação do serviço.

Seção VIII Das Comissões

Art.17. A Comissão de Promoções de Oficiais, presidida pelo Comandante-Geral da Corporação e a Comissão de Promoções de Praças, presidida pelo Subcomandante-Geral são de caráter permanente.

Parágrafo único. Além das comissões de que trata este artigo poderão ser constituídas outras comissões de caráter temporário destinadas a estudos específicos a critério do Comandante Geral.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DE APOIO

Art. 18. Os Órgãos de Apoio Sistêmicos compreendem as Divisões, subordinadas as Diretorias Setoriais, incumbidas de prover a Corporação de suas necessidades para a consecução de suas atividade operacionais e administrativas.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

Seção I

Da Constituição dos Órgãos de Execução

Art. 19. Os órgãos de execução do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, são organizados nos seguintes níveis:

I - Região Bombeiro Militar - RBM, e terá até cinco Batalhões de Bombeiro Militar;

II - Unidade de Bombeiro Militar - UBM ou Batalhão de Bombeiro Militar - BBM, terá até cinco Companhias de Bombeiro Militar - CBM;

III - Subunidade Bombeiro Militar - SBM ou Companhia de Bombeiro Militar - CBM, Organização de Bombeiro Militar - OBM fracionada e terá até cinco Pelotões de Bombeiro Militar - PBM;

IV - Pelotão Bombeiro Militar - PBM, Organização de Bombeiro Militar - OBM fracionada e terá até cinco Grupos de Bombeiro Militar - GBM ou elementos subordinados; e

V - Grupo Bombeiro Militar - GBM, elemento subordinado e terá até três esquadras para composição das Guarnições de Serviço.

Art. 20. As Organizações Bombeiro Militar - OBM, para a consecução de seus serviços internos e gerais, poderão ter em suas estruturas:

I - Companhia de Comando e Serviço Bombeiro Militar - CCSvBM, para a Organização de Bombeiro Militar - OBM de nível Batalhão de Bombeiro Militar - BBM ou superior;

II - Pelotão de Comando e Serviço Bombeiro Militar - PCSvBM, para a Organização de Bombeiro Militar - OBM de nível Companhia de Bombeiro Militar - CBM ou Batalhão de Bombeiro Militar - BBM; e

III - Grupo de Comando e Serviço Bombeiro Militar - GCSvBM, para a Organização de Bombeiro Militar - OBM de nível Pelotões de Bombeiro Militar - PBM, Companhia de Bombeiro Militar - CBM ou Batalhão de Bombeiro Militar - BBM.

Parágrafo único. Respaladas as peculiaridades de cada Organização de Bombeiro Militar e seus elementos subordinados, deverá ser prevista uma Seção de Atividades Técnicas - SAT, destinada a executar as missões previstas nos incisos III e IV do art. 2º da presente Lei Complementar.

Seção II

Da Articulação Operacional

Art. 21. O território do Estado, para efeitos de articulação operacional do Corpo de Bombeiros Militar, será dividido em áreas circunscritas a Regiões, quando da aprovação desta Lei Complementar.

§ 1º Para assegurar melhor articulação e ação de comando, as Regiões serão subdivididas em áreas de Batalhão, e estes em subáreas, circunscritas às Companhias as quais serão subdivididas em seções, circunscritas a Pelotões.

§ 2º Excepcionalmente, uma Organização de Bombeiro Militar - OBM poderá ter sua área circunscrita diferenciada em razão da sua atuação na atividade fim.

§ 3º A criação, instalação, ativação, localização, nomenclatura, previsão e alteração do Quadro da Organização Bombeiros Militar - OBM, obedecerá ao disposto no regulamento desta Lei Complementar.

§ 4º Consideradas as finalidades essenciais e o imperativo de sua articulação pelo território catarinense, o Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina - CBMSC deverá estruturar-se em grupos bombeiros militares, sendo estas frações os menores elementos subordinados de ação autônoma, que deverão dispor de um comandante ou chefe e de um número de bombeiros militares habilitados indispensáveis ao atendimento das missões e/ou ocorrências básicas de bombeiro.

§ 5º De acordo com a importância regional, o interesse administrativo e facilidades de comando, os grupos de que trata o parágrafo anterior poderão ser reunidos, constituindo-se em Pelotões,

Companhias, Batalhões e Regiões, quando se tratar de Organização Bombeiro Militar - OBM.

TÍTULO III DO PESSOAL CAPÍTULO I

DO EFETIVO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Art. 22. O efetivo do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina é fixado em lei específica, mediante proposta do Comandante-Geral ao Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Respeitado o efetivo fixado na lei, caberá ao Chefe do Poder Executivo aprovar, mediante decreto, a distribuição pormenorizada dos bombeiros militares, pelos Quadros de Organização, Postos e Graduações, na conformidade com a estrutura organizacional prevista nesta Lei Complementar.

Art. 23. O pessoal do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina compõe-se de:

- I - Pessoal da Ativa;
- II - Pessoal Inativo; e
- III - Pessoal Civil.

§ 1º Pessoal da Ativa:

I - Carreira de Oficial Bombeiro Militar, que constitui o Quadro de Oficiais Bombeiros Militares - QOBM;

II - Praças Especiais do Corpo de Bombeiros Militar, compreendendo:

- a) Aspirante-a-Oficial Bombeiro Militar; e,
- b) Cadete Bombeiro Militar;
- III - Carreira de Praça Bombeiro Militar, constituindo-se em:

a) Quadro de Praças Bombeiros Militares - QPBM;

b) Quadro de Praças Bombeiros Militares Complementar - QPBMC, em conformidade com os termos do art. 26 da Lei complementar nº 318 de 17 de janeiro de 2006;

§ 2º Pessoal Inativo:

I - Pessoal da Reserva Remunerada:

a) Oficiais e Praças transferidos para a Reserva Remunerada;

II - Pessoal Reformado:

a) Oficiais e Praças Reformados.

§ 3º Pessoal Civil conforme estabelecido em lei.

Art. 24. Poderão ser exercidas por integrantes do Corpo de Bombeiros Militar, mediante ato do Chefe do Poder Executivo funções não previstas nesta Lei Complementar ou em legislação peculiar ou própria e/ou específica.

Art. 25. O Chefe do Poder Executivo regulamentará, no que couber, a presente Lei Complementar no prazo de 60 (sessenta dias) após a sua publicação.

Art. 26. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

ANEXO ÚNICO

QUADRO DE FUNÇÕES PRIVATIVAS

FUNÇÃO	POSTO/GRADUAÇÃO
Comandante-Geral	Coronel Bombeiro Militar
Chefe do Estado-Maior	
Subcomandante-Geral	
Diretor	
Corregedor-Geral	
Comandante de RBM	
Comandante do Centro de Ensino	
Subcomandante de RBM	Tenente Coronel Bombeiro Militar
Ajudante Geral	
Chefes de Divisão	
Chefe de Seção do Estado Maior-Geral	
Comandante de Batalhão	
Chefes de Centros	Tenente Coronel Bombeiro Militar ou Major Bombeiro Militar
Subcomandante de BBM	
Ajudante de Ordens	
Comandante de Companhia	Capitão Bombeiro Militar
Chefe de B-4 de BBM	
Comandante de Pelotão BM	1º Tenente Bombeiro Militar ou 2º Tenente Bombeiro Militar
Ajudante de Batalhão	
Sargenteante de Companhia	Subtenente Bombeiro Militar
Comandante de Companhia Isolada	Major Bombeiro Militar
Comandante de Pelotão Isolado	Capitão Bombeiro Militar
Comandante de Grupo Isolado	Subtenente Bombeiro Militar

*** X X X ***